



Relatório de Gestão 2024

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Gustavo Junger da Silva

Diretoria de Geociências
Maria do Carmo Dias Bueno

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Planejamento e Gestão
Dione Conceição de Oliveira



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2025.

Guia de navegação



Para uma melhor experiência interativa, abra este arquivo em um computador. O programa indicado é o Adobe Acrobat 6.0 ou posterior.



Utilize o menu lateral para navegar entre as páginas ou acessar o Sumário a qualquer momento e o menu superior para navegar entre os capítulos.



Clique nos *links* e acesse o conteúdo especial em seu navegador.

Sumário



Quem somos

O IBGE	11
Estrutura organizacional e de governança	14
Como geramos valor à sociedade	20
Estratégia	24
Gestão de riscos	29
Sistema de integridade, transparência e acesso à informação	30
Auditoria interna	36

Nossos recursos

Recursos humanos	38
Relacionamento e comunicação	45
Tecnologia da informação	53
Logística	56
Sustentabilidade	61
Orçamento e finanças	64

Nossos resultados

Censo Demográfico 2022	79
Produção de informações estatísticas e geocientíficas	110
Ensino superior, pesquisa e extensão	143
Melhoria e inovação	147



Mensagem do Presidente do IBGE

Mensagem do Presidente do IBGE

O ano de 2024 foi um marco para o IBGE, encerrando-se com um balanço altamente positivo. A começar pela conclusão de diversas ações previstas no Plano de Trabalho do IBGE 2024, documento que organiza e sistematiza o planejamento institucional em nível nacional. Esse planejamento foi fundamental para o cumprimento da missão do Instituto: “retratar o Brasil com informações essenciais ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

Para a composição desse retrato do País, chamam a atenção os resultados divulgados, em 2024, a partir dos dados coletados no Censo Demográfico 2022. Destacam-se os resultados sobre as características dos domicílios, alfabetização, registros de nascimentos, óbitos informados, tipos de domicílios coletivos, composição domiciliar, além dos recortes específicos sobre as populações indígena e quilombola e aquela residente nas favelas e comunidades urbanas.

Em razão desse trabalho, dentre outros resultados, foi possível conhecer que, no Brasil: a taxa de analfabetismo reduziu (de 9,6%, em 2010, para 7,0%, em


2022); aumentou o percentual de mulheres responsáveis por unidades domésticas (de 38,7%, em 2010, para 49,1%, em 2022); 8,1% da população residia em favelas e comunidades urbanas; foram identificadas 8 568 localidades indígenas e 8 441 localidades quilombolas, situadas em maior proporção, nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

Ademais, a integração entre informações estatísticas e geocientíficas potencializou a divulgação dos resultados da operação censitária, com destaque para a Plataforma Geográfica Interativa - PGI, por meio da qual é possível visualizar os resultados em mapas interativos com diferentes recortes geográficos, combinar visualizações, consultar metadados e, inclusive, fazer o *download* dos dados geoespaciais. Além disso, foram divulgados novos produtos, tais como as coordenadas geográficas dos endereços e a malha de Setores Censitários.

De forma concomitante à operação censitária, o IBGE seguiu o seu calendário regular de divulgação de resultados de sua produção de informações estatísticas e geocientíficas, bem como de suas atividades de ensino superior, pesquisa e extensão.



Marcio Pochmann
Presidente do IBGE



Em 2024, foram divulgados 242 resultados relacionados às informações estatísticas, cobrindo as áreas sociodemográfica, econômica e de multidomínio, contemplando, desde informações divulgadas com regularidade, tais como os dados sobre as taxas de desocupação e de analfabetismo, a estimativa da produção agrícola brasileira, os resultados das empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, o Produto Interno Bruto - PIB e os índices de preços que medem a inflação, bem como resultados não regulares, como é o caso da investigação realizada sobre aspectos relacionados à COVID-19, incluindo a vacinação, a ocorrência da infecção e a persistência de seus sintomas, ou a investigação acerca da situação de segurança alimentar nos domicílios brasileiros.

No âmbito das Geociências, foram divulgadas 31 informações relacionadas aos temas de organização do território, cartas e mapas, informações ambientais, posicionamento geodésico e métodos e documentos de referência. Além das informações produzidas regularmente, tais como a Divisão Territorial Brasileira, as áreas territoriais e a Malha Municipal Digital, o IBGE realizou, em 2024, a alteração da nomenclatura de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas, em consonância com seus usos e identificações mais recentes e fruto de evento realizado pelo IBGE, em 2023, com acadêmicos, usuários

e movimentos sociais. Ressalta-se, ainda, a realização de diversas ações ligadas à melhoria da infraestrutura de referência posicional no País, o lançamento de texto para discussão que traz questões importantes para a produção de estatísticas ambientais e sobre mudanças climáticas no Brasil e a atuação na elaboração do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, realizando o mapeamento temático de suscetibilidade a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações para os Municípios considerados críticos.

Em 2024, o IBGE avançou também na promoção da equidade de gênero com a criação da Comissão Temática de Relações Sociais de Gênero e Sexualidade, alocada na Presidência do Instituto e composta por servidores de todas as diretorias. Tal comissão tem o objetivo de tratar as questões relacionadas às mulheres de forma transversal, garantindo que a perspectiva de gênero esteja presente em diferentes iniciativas e processos institucionais, fortalecendo o compromisso do IBGE com a inclusão e a representatividade para a construção de um ambiente mais equitativo e para a produção de estatísticas cada vez mais sensíveis às desigualdades de gênero.

Além da produção técnica atual, o IBGE vem pensando o presente e o futuro. E, por isso, vem buscando desenvolver suas capacidades institucio-

nais para realizar novas atividades ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes. Em relação aos avanços no uso da tecnologia, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta – como o *web scraping* – e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Destacam-se, também, as diversas iniciativas que incorporam dados oriundos de registros administrativos e técnicas de pareamento de dados, e o desenvolvimento de planos amostrais para novas pesquisas ou alteração de periodicidade de pesquisas já existentes.

Os trabalhos de disseminação e comunicação, para que tenham efetividade, seguem estratégias específicas para cada demanda. Um desses trabalhos combina as produções editorial e gráfica do IBGE, resultando, em 2024, na publicação de 45 produtos editoriais, entre livros e informativos, disponibilizados no portal do IBGE. Em relação à comercialização dos produtos do IBGE, registrou-se um aumento de 323% no volume de vendas/serviços anuais, em relação a 2023, devido ao sucesso do mapa-múndi com o Brasil no centro da projeção.

Em relação ao Censo Demográfico, foram realizadas 23 divulgações, que contaram com 14 eventos presenciais realizadas em diversos Estados brasileiros, todos com transmissão ao vivo pelo

IBGE Digital. Ademais, as ações de comunicação envolvem reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargos com as equipes que atuam nos Estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas presenciais e *on-line*. Em 2024, foram realizadas 89 coletivas de imprensa e, por meio de sua Agência IBGE Notícias, o IBGE distribuiu 144 *releases*, 561 notícias e fez 926 atendimentos à imprensa (sem considerar os atendimentos nos Estados).

Além da produção de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE possui a importante atribuição de ofertar ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão, no âmbito de sua competência ou em áreas correlatas. Por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, o IBGE oferece à sociedade um curso de graduação e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*, em nível de Mestrado e Doutorado), além das atividades de pesquisa e extensão. Em 2024, destacam-se a expansão das atividades de extensão, com o desenvolvimento de 10 projetos (com a atuação de mais de 80 alunos), a realização do credenciamento da instituição junto ao MEC (com a obtenção de nota 4 para a Escola), o lançamento do Catálogo de Projetos da ENCE 2024 (com 106 projetos coordenados por docentes) e as atividades de capacitação, pesquisa e disseminação para alavancar o uso de *Big Data* na produção estatística dos institucionais nacionais

da América Latina e do Caribe, por meio do *Hub* Regional da ONU para *Big Data*.

Ademais, dada a natureza do trabalho realizado pelo IBGE, com elevado grau de digitalização de suas atividades, é indispensável a aplicação de recursos para uma adequada gestão de tecnologia da informação e comunicação. Em 2024, destacam-se a adoção de um novo modelo de gestão de contratos para o desenvolvimento de sistemas, além do avanço nas metas do Plano de Transformação Digital do IBGE.

Em relação à sua capacidade de governança e gestão, o IBGE também alcançou resultados relevantes, tais como: a evolução em todos os indicadores do iESGo 2024 - Índice ESG, levantamento realizado pelo TCU em relação à adoção de práticas ESG nas organizações públicas federais, desde o último levantamento, em 2021; o fortalecimento das ações das instâncias de integridade para o tratamento de manifestações relacionadas a fraude e corrupção; a realização do concurso nacional unificado, para o provimento de 895 cargos efetivos no quadro de pessoal do IBGE, que ingressarão em 2025; o acordo de reajuste salarial dos servidores (incluindo os temporários) para os anos de 2025 e 2026; a realização de processo seletivo interno para a escolha de novos superintendentes; e a redução de 34,4% nas despesas com locação de imóveis, em relação a 2023.

Cabe, ainda, ressaltar os avanços do IBGE no relacionamento com a sociedade e demais partes interessadas. Além dos canais convencionais para atender às demandas da sociedade, o IBGE inaugurou as duas primeiras unidades da Casa Brasil IBGE, espaço externo onde é possível conhecer as diferentes ações do Instituto em nove macro áreas: Biblioteca, Conhecimento, Geociências, Censos, Pesquisas e Indicadores, Digital, Memória, Internacional e Regional.

Quanto à sua inserção internacional, cabe enfatizar as atividades regulares de cooperação com agências internacionais. Adicionalmente, o IBGE esteve presente em encontros e eventos com a comunidade internacional de produção de informações estatísticas e geocientíficas de todo o mundo, tais como: em reunião da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas; na Conferência Europeia sobre Qualidade em Estatísticas Oficiais, organizada pelo Serviço de Estatísticas da União Europeia - EUROSTAT; na Conferência Estatística das Américas da CEPAL; na Conferência Estatística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; em reunião dos Chefes dos Escritórios Nacionais de Estatísticas dos BRICS; e em reunião dos Chefes dos Institutos Nacionais de Estatísticas do G20, uma vez que foi o ano em que o Brasil liderou o G20. Registrou-se, também, ampliação de 28% no número de parcerias vigentes, demonstrando o fortalecimento das relações institucionais do IBGE.



Por último, destaca-se a realização do 2º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos, no âmbito do Projeto Diálogos IBGE 90 Anos, que introduziu mecanismos democráticos de planejamento participativo no IBGE. Nessa edição, nove grupos debateram propostas para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED. As discussões feitas internamente, no IBGE, foram levadas à sociedade e demais partes interessadas na Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados, realizada de 29 de julho a 2 de agosto de 2024. A Conferência teve por objetivo discutir os riscos e oportunidades que derivam da atual governança da Era Digital e tratar da consolidação do SINGED.

O presente Relatório de Gestão é parte da prestação de contas do IBGE, em 2024, e está estruturado em três capítulos. O capítulo “Quem Somos” apresenta a descrição da organização, bem como sua governança e estratégia. O capítulo “Nossos Recursos” aborda os avanços nos recursos empregados para o cumprimento de sua missão institucional. O capítulo “Nossos Resultados” apresenta os principais resultados divulgados, gerando valor à sociedade brasileira.


E, dessa maneira, asseguro a integridade deste Relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do IBGE, aprovado pelo seu Conselho Diretor e disponibilizado à sociedade. Assim, con-

vido a todos à leitura deste Relatório, que apresenta os principais resultados alcançados pelo Instituto em 2024, bem como as perspectivas para o futuro.


Marcio Pochmann
Presidente do IBGE



23
 Divulgações de resultados do Censo Demográfico 2022

25
 Temas com resultados de pesquisas estatísticas divulgados


604 mil
 Matérias veiculadas na mídia com citações ao IBGE


242
 Resultados de pesquisas estatísticas divulgados


31
 Levantamentos geocientíficos divulgados


4 milhões
 Exemplares da produção gráfica

322,6%
 Aumento no volume de vendas/serviços

440
 Alunos matriculados na ENCE

8,34
 Nota média de satisfação dos usuários com o IBGE, numa escala de 1 a 10

28%
 Aumento no número de parcerias vigentes


31 090
 Concluintes de ações de capacitação oferecidas pela ENCE

53
 Alunos graduados e pós-graduados


41,6 mil
 Atendimentos realizados à sociedade


IBGE
 em números


4,72 Pbytes
 Armazenamento de dados


273%
 Aumento da conclusão de processos correcionais


1 906
 Servidores físicos ou virtuais


8%
 Redução no tempo médio de resposta da ouvidoria

98%
 Cumprimento das obrigações de transparência ativa

100%
 Taxa de resultados alcançados na avaliação de desempenho institucional

57%
 Força de trabalho no Programa de Gestão e Desempenho

34,4%
 Redução no gasto com locação de imóveis

98,8%
 Orçamento executado em relação ao previsto

4,8 mil
 Peças de uniforme doadas visando a elaboração de novos produtos



Quem somos

O IBGE

Identidade institucional

O IBGE é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO. Suas **principais atribuições**, definidas em lei, incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e realizar pesquisas, levantamentos e estudos estatísticos e geocientíficos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do Brasil.

Assim, o IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil e dos órgãos e entidades das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal), para conhecimento da realidade e para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Em 2024, o IBGE divulgou resultados sobre as condições de vida da população, a partir do Censo Demográfico 2022. Também se dedicou ao planejamento de outras operações censitárias, o **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2026** e o **Censo da População em Situação de Rua 2027**,

e produziu diversas outras pesquisas e levantamentos estatísticos. A produção do órgão se ampara em princípios internacionalmente aceitos para a atuação dos institutos oficiais de estatísticas.

No campo das geociências, o IBGE contempla a sua diversidade temática com publicações sobre organização do território, posicionamento geodésico, atlas, cartas e mapas, informações ambientais, dentre outras. Como exemplo, em 2024, o IBGE divulgou informações do Censo Demográfico 2022, com uma nova tipologia territorial, que passou a adotar entre suas denominações o termo “Favelas e Comunidades Urbanas”, em substituição à designação “Aglomerados Subnormais”, resultado de ampla discussão com a sociedade.

Ademais, o IBGE oferece gratuitamente à sociedade cursos de graduação, especialização *lato sensu*, mestrado e doutorado por meio de sua Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atua na capacitação de servidores, como escola de governo.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso.

VALORES

Ética, integridade e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nas demandas da sociedade; respeito ao informante; e valorização dos talentos.



Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	75
Rio de Janeiro	25
São Paulo	95
Total	205

Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
Total	97

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 km ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2024.

26
Estados + DF

5 568
Municípios

27
Superintendências
Estaduais

566
agências

Principais normas direcionadoras de sua atuação

A missão institucional do IBGE é cumprida com amparo em um amplo conjunto de normas, códigos e princípios, dentro do qual cabe destacar:

- [Decreto-lei n. 161, de 13.02.1967](#) - Autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” e dá outras providências.
- [Decreto-lei n. 243, de 28.02.1967](#) - Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.
- [Decreto n. 74.084, de 20.05.1974](#) - Aprova o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, e dá outras providências.
- [Decreto n. 9.283, de 07.02.2018](#) - Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- [Decreto n. 11.177, de 18.08.2022](#) - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

- [Lei n. 5.534, de 14.11.1968](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e dá outras providências.
- [Lei n. 5.878, de 11.05.1973](#) - Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências.
- [Lei n. 6.183, de 11.12.1974](#) - Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências.
- [Lei n. 8.184, de 10.05.1991](#) - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.
- [Lei n. 10.973, de 02.12.2004](#) - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- [Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais](#)
- [Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE - 2ª edição \(2021\)](#)
- [Declaração de Princípios Compartilhados que Orientam a Gestão da Informação Geoespacial](#)

Para acessar o conjunto dos principais códigos e princípios que norteiam a atuação do IBGE, [clique aqui](#). Para políticas, planos e outros documentos, [clique aqui](#).

Materialidade das informações

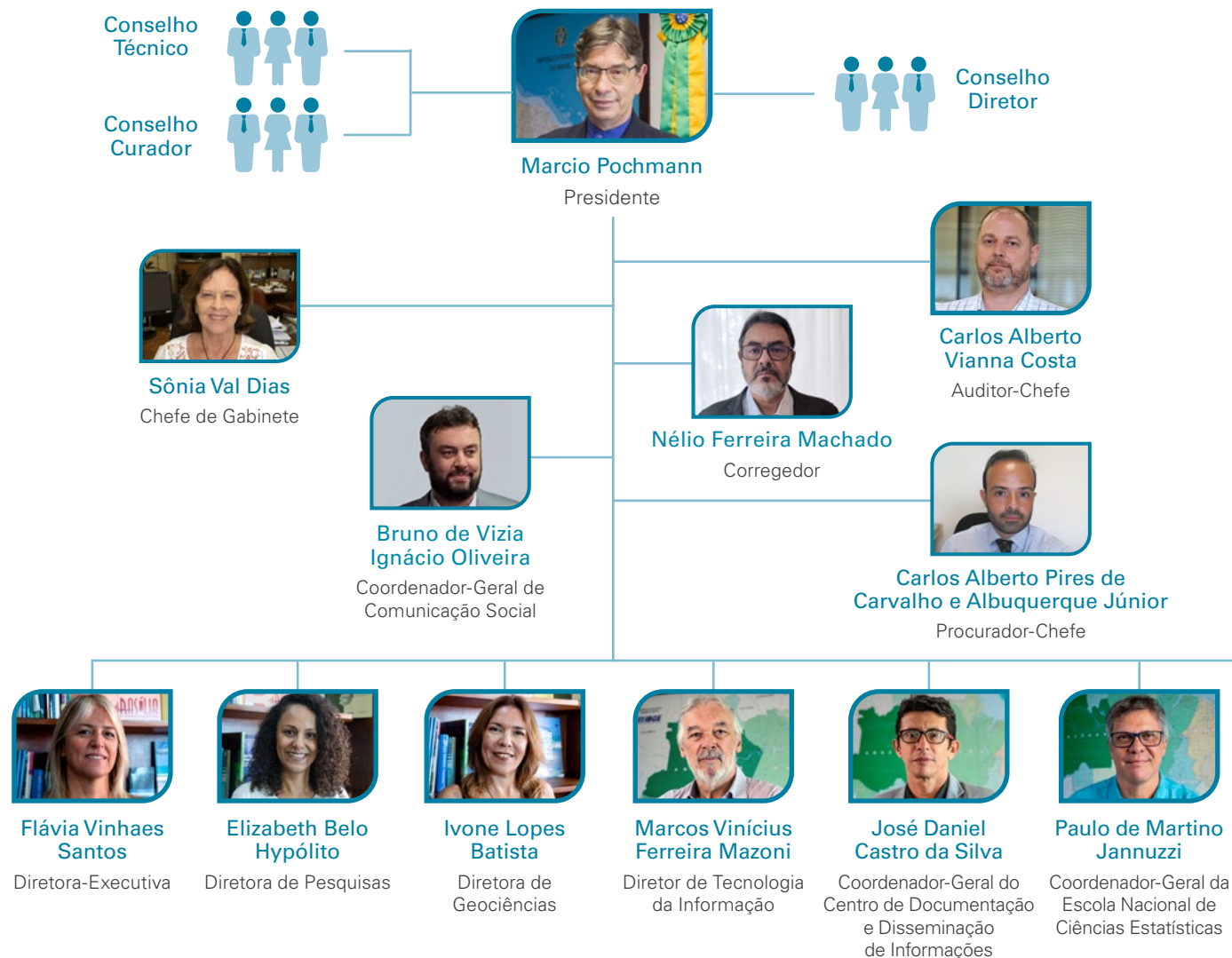
O IBGE definiu a estrutura básica desse Relatório e a organização de seu conteúdo com base nas normas e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e em experiências anteriores dessa natureza. A divisão dos conteúdos nos capítulos está relacionada às linhas de negócio contidas na cadeia de valor institucional.

A produção de conteúdo foi realizada de maneira descentralizada, considerando a participação das unidades do Instituto de acordo com as suas competências e atribuições. Os temas e ações incluídos foram priorizados por tais unidades a partir de suas experiências e percepções quanto à relevância das entregas para a sociedade, tendo como diretrizes principais o [Plano Estratégico Institucional](#) e a [Cadeia de Valor do IBGE](#).

A validação do conteúdo foi realizada pelo Diretor ou Coordenador-Geral responsável ou, ainda, pela liderança da respectiva unidade vinculada diretamente à Presidência. O relatório, na íntegra, foi aprovado pelo Conselho Diretor.

Para acessar os [Relatórios de Gestão](#) de exercícios anteriores, [clique aqui](#).

Estrutura organizacional e de governança



Superintendentes Estaduais do IBGE

- Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
- Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
- Francisco Braz da Silva Portela (AM)
- Haroldo Canto Ferreira (AP)
- André Luiz Ferreira Urpia (BA)
- Francisco José Moreira Lopes (CE)
- Gabriel Moreira Antonaccio (DF)
- Max Athayde Fraga (ES)
- Edson Roberto Vieira (GO)
- Marcelo Virgínio de Melo (MA)
- Rúbia Francisca Silva Lenza (MG)
- Mário Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
- Millane Chaves da Silva (MT)
- Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
- Roberto Salgado Beato (PB)
- Gliner Dias Alencar (PE)
- Leonardo Santana Passos (PI)
- Elias Guilherme Ricardo (PR)
- José Francisco Texeira Carvalho (RJ)
- Rogério Henrique da Costa Campelo (RN)*
- Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
- Welisson Araujo Cordeiro (RR)
- José Renato Braga de Almeida (RS)
- Roberto Kern Gomes (SC)
- Hellie de Cássia Nunes Mansur (SE)*
- Francisco Garrido Barcia (SP)
- Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

*Substituto(a)

Nota: Os ocupantes de cargos/funções mencionados são aqueles na data de encerramento do exercício (31.12.2024).

Fotos: Acervo IBGE.

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Estabelece as políticas que regem a atuação do IBGE, publica seus atos e suas deliberações; avalia periodicamente o desempenho dos órgãos do IBGE e estabelece metas e recomendações de atuação; adota medidas preventivas ou corretivas para a execução adequada do plano estratégico; aprova os atos internos de estrutura organizacional do IBGE; aprova anualmente o relatório de gestão e o relatório orçamentário, financeiro e contábil; e emite pronunciamento sobre a celebração de convênios, parcerias e acordos.

Marcio Pochmann

Presidente

Flávia Vinhaes Santos

Diretora-Executiva

Elizabeth Belo Hypólito

Diretora de Pesquisas

Ivone Lopes Batista

Diretora de Geociências

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Diretor de Tecnologia de Informação

José Daniel Castro da Silva

Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Paulo de Martino Jannuzzi

Coordenador-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Fiscaliza os atos inerentes à execução orçamentária e financeira do IBGE; avalia o cumprimento das recomendações feitas às unidades do IBGE pela Auditoria Interna; monitora a implementação das medidas determinadas pela Controladoria-Geral da União - CGU e pelo Tribunal de Contas da União; analisa e emite parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual do IBGE; e acompanha e controla a gestão patrimonial.

Marcio Pochmann

Presidente

Sergio Pinheiro Firpo

Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Raquel Nadal Cesar Goncalves (até 17.12.2024)

Josué Jonas de Lima (a partir de 17.12.2024)

Representante do Ministério da Fazenda

Jaildo Lima de Oliveira

Representante do Banco Central do Brasil

João Ricardo Costa Silva

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Leandro Brunholi Ramos

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Acompanha as atividades técnicas do IBGE e, se necessário, recomenda a adoção das providências que julgar convenientes; e atua como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica no âmbito de competência do IBGE. É formado pelo Presidente do IBGE, que o preside, e 12 conselheiros, sendo seis de órgãos do Poder Executivo Federal e seis escolhidos dentre cidadãos com reconhecida representatividade e capacidade técnica nas áreas de competência do IBGE. Está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação de tal Conselho.

Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAB

Assiste o Presidente do IBGE em sua representação política e social e ocupa-se do preparo e do despacho do seu expediente administrativo.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

Coordena a gestão da comunicação, de forma a garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais do IBGE para a mídia e a sociedade e zela e aprimora continuamente o relacionamento do IBGE com a mídia.

Nota: Os colegiados e unidades organizacionais aqui descritos são aqueles expressamente mencionados no Estatuto do IBGE. As demais unidades organizacionais e suas atribuições são estabelecidas em Resoluções do Conselho Diretor - R.CD.

Órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA - AUD

No exercício de suas competências, vincula-se administrativamente ao Conselho Curador. Visa agregar aos processos de governança, de gerenciamento dos riscos e aos controles internos que compõem a Cadeia de Valor do IBGE, por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes, além de acompanhar o cumprimento e a implementação das recomendações ou das determinações da CGU e do TCU.

DIRETORIA-EXECUTIVA - DE

Exerce atividades de planejamento, organização, coordenação, orientação e execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, presta suporte às unidades descentralizadas na execução dessas atividades e assessora o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, planejamento e gestão.

PROCURADORIA FEDERAL - PF

Vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do § 3º do Art. 2º, da Lei Complementar n. 73, de 10.02.1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal - PGF, representa judicial e extrajudicialmente o IBGE e exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no IBGE.

CORREGEDORIA - CORREG

Planeja, dirige, orienta, supervisiona, avalia e controla as atividades de correição no âmbito do IBGE.

Órgãos específicos singulares

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de documentação e de disseminação de informações produzidas pelo IBGE; desenvolve produtos e serviços de informação adequados aos segmentos de usuários e promove sua divulgação e comercialização; atende às demandas dos usuários por meio de seus canais de comunicação com a sociedade; e faz a gestão da comunicação interna.

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS - DGC

Planeja, organiza, coordena e executa levantamentos, pesquisas, prospecções tecnológicas, análises, estudos e mapeamentos de natureza geocientífica e estatística relacionados às áreas de geodésia, cartografia, estruturas territoriais, geografia, recursos naturais e meio ambiente e executa as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro, do Sistema Cartográfico Nacional, da Infraestrutura de Dados Geoespaciais e da sistematização de informações sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria geocientífica.

DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE

Planeja, organiza, coordena e executa estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa as ações de competência do IBGE, na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria estatística.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Planeja, organiza, coordena e executa as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE e administra e zela pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC, pela preservação e pela garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE

Planeja, organiza, coordena e executa atividades de ensino, pesquisa e extensão – podendo manter cursos de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, promovendo a difusão de conhecimento, o desenvolvimento e o fomento de pesquisa científica relacionada à esfera de atuação do IBGE – bem como ações e atividades de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, para o corpo funcional do IBGE, para outras instituições públicas e para o público em geral.



Órgãos descentralizados

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS - SESs

O IBGE possui 27 Superintendências Estaduais - SESs, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As SESs têm como competência, no âmbito de sua jurisdição: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas, administrativas e de disseminação das informações do IBGE; representar o IBGE perante os Poderes Públicos constituídos, órgãos públicos, sociedade e demais entidades representativas; e administrar e gerir as suas unidades organizacionais subordinadas e a rede de agências do IBGE. As SESs contam com agências em 566 Municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as atividades de coleta de dados pelo IBGE.

Principais instâncias internas de apoio à governança

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES - CGOV

Regido pela R.CD n. 26, de 24.07.2020. Principais competências: a) auxiliar o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, com vistas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e o cumprimento da missão institucional; e b) monitorar e avaliar (trimestralmente) e revisar e atualizar (anualmente) o plano estratégico institucional.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CSI

Regido pela R.CD n. 12, de 23.07.2021. Principais competências: a) assessorar a implementação das ações de segurança da informação; b) propor atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação - Posic do IBGE; e c) propor normas internas relativas à segurança da informação.

COMITÊ DE SIGILO

Regido pela R.CD n. 5, de 14.01.2022. Principais competências: a) propor soluções para questões relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações; b) apreciar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso; e c) apreciar as demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IBGE - CAEOF/IBGE

Regido pela R.CD n. 29, de 04.05.2022. Principais competências: a) propor critérios para a distribuição do limite de empenho e do limite de pagamento no âmbito do IBGE; b) acompanhar e avaliar o dever de execução orçamentária das unidades organizacionais do IBGE e suas programações; c) propor e avaliar propostas de remanejamento interno de créditos e limite de empenho, quando da baixa execução orçamentária frente ao dever de execução do orçamento; e d) acompanhar e avaliar a execução financeira do IBGE conforme limite de pagamento definido.

COMITÊ DE PRODUÇÃO DOS INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Regido pela R.CD n. 6, de 06.04.2023. Principais competências: a) propor a implementação e o aprimoramento de instrumentos de governança para avaliar, direcionar e monitorar as ações visando o cálculo dos indicadores ODS; b) propor diretrizes para a elaboração e revisão do Plano de Trabalho dos ODS no âmbito do IBGE; c) representar o IBGE, na figura do Presidente do Comitê, no Grupo de Peritos Interagências para os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IAEG-SDGs, coordenado pela Divisão de Estatística da ONU, e no Grupo de Coordenação Estatística para a Agenda 2030 na América Latina e Caribe, coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL; entre outras atribuições.



COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC

Regido pela R.CD n. 18, de 04.08.2023. Principais competências: a) apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI do IBGE, para alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais; e b) deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de TIC.

COMITÊ DE CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - CCLS

Regido pela R.CD n. 32, de 30.10.2023. Principais competências: a) propor a implementação e o aprimoramento de instrumentos de governança das contratações e da sustentabilidade organizacional; e b) propor diretrizes para a elaboração, revisão, alteração, execução e monitoramento sistemático do Plano de Contratações Anual - PCA e do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO DE PROCESSOS DE AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO - CAPG

Regido pela RCD n. 10, de 16.05.2024. Principais competências: a) analisar e decidir sobre os pedidos de afastamento de servidores do IBGE para a realização de programas de pós-graduação; e b) acompanhar e avaliar, continuamente, os processos de afastamento de servidores do IBGE para a realização de programas de pós-graduação, durante o período dos referidos afastamentos até a conclusão de todo o trâmite processual.

COMISSÃO TEMÁTICA DE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Regida pela Portaria IBGE n. 658, de 15.05.2024. Principais competências: a) apoiar e promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto das operações estatísticas e geocientíficas do IBGE; b) atuar na sistematização, harmonização e disseminação das iniciativas geocientíficas e estatísticas sobre gênero, sexo e sexualidades na Instituição; c) propor novas linhas de investigação, quando pertinente, nas pesquisas vigentes no Plano de Trabalho do IBGE ou desenvolvendo novos estudos, metodologias e propostas de novas pesquisas e estudos; d) representar a Instituição em fóruns nacionais e internacionais nas temáticas deste comitê; e e) promover a capacitação interna e externa, a partir de debates, seminários e outras iniciativas sobre as temáticas deste comitê.

COMISSÃO CONSULTIVA DO 12º CENSO AGROPECUÁRIO, FLORESTAL E AQUÍCOLA

Regida pela R.CD n. 12, de 24.06.2024. Competências: a) propor melhorias metodológicas e técnicas para o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola do IBGE; b) promover a integração e a cooperação entre as instituições participantes; e c) acompanhar e avaliar as etapas de planejamento e execução do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola do IBGE.

COMISSÃO CONSULTIVA DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Regida pela R.CD n. 13, de 27.06.2024. Competências: a) avaliar e opinar sobre os procedimentos metodológicos empregados para elaborar as projeções e estimativas de população em nível nacional e as demais desagregações regionais; b) avaliar e opinar sobre os procedimentos metodológicos empregados na construção de indicadores demográficos que levem em consideração variáveis e condicionantes a eles associados; e c) opinar sobre as fontes de dados utilizadas para a construção das estatísticas demográficas em nível nacional e das demais desagregações regionais.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS - CPO

Regida pela R.CD n. 28, de 25.10.2024. Competências: a) estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações; b) decidir sobre programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, a serem submetidas ao Ministério do Planejamento e Orçamento; e c) decidir sobre cronogramas gerais de atividades e outros assuntos estratégicos.



Indicadores de governança e gestão

Em 2024, o TCU finalizou o levantamento do **iES-Go 2024 - Índice ESG (Environmental, Social and Governance)**, uma iniciativa para avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU em relação às práticas ESG.

O levantamento foi autorizado por meio do **Acórdão 1.205/2023-Plenário**, sendo uma reformulação do questionário anterior, que resultava no levantamento do perfil integrado de governança organizacional e gestão públicas (conhecido pela sigla de seu principal indicador, o iGG). Nessa edição, foram fiscalizadas 387 organizações.

O IBGE vem focando em ações para elevar sua capacidade de governança e gestão, nos temas avaliados desde os levantamentos anteriores (governança pública organizacional; e governança e gestão de pessoas, de tecnologia da informação e da segurança da informação, de contratações e orçamentária e financeira), bem como nos novos temas trazidos no iESGo (governança e gestão da sustentabilidade ambiental e da sustentabilidade social).

Os estágios de capacidade, definidos pelo TCU, são os seguintes:

Aprimorado	de 70,01% a 100%
Intermediário	de 40% a 70%
Iniciando	de 15% a 39,99%
Inexpressivo	de 0% a 14,99%

No quadro abaixo, é apresentado o resumo da autoavaliação do IBGE, junto ao comparativo com os resultados alcançados no levantamento anterior (em 2021) para os temas já avaliados.

Dos valores apurados para os indicadores, nota-se que o IBGE está no estágio intermediário de capacidade de governança e gestão (iESGo), com

resultados dos indicadores próximos aos obtidos pela média das organizações do Poder Executivo Federal. Ainda, constata-se que houve evolução em todos os temas avaliados, desde o último levantamento, em 2021.

Para acessar o Relatório individual da autoavaliação do IBGE, [clique aqui](#).

Indicador	IBGE			Estágio IBGE (2024)	Poder Executivo Federal (2024)
	2021	2024	Diferença 2021-2024		
iESGo (índice ESG)	-	53,5%	-	Intermediário	53,9%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	49,4%	56,8%	↑ 7,4%	Intermediário	52,9%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	46,5%	50,5%	↑ 4,0%	Intermediário	49,8%
iGovTI (índice de governança e gestão de tecnologia da informação e segurança da informação)	50,6%	87,1%	↑ 36,5%	Aprimorado	49,8%
iGovContratações (índice de governança e gestão de contratações)	50,2%	51,1%	↑ 0,9%	Intermediário	51,4%
iGovOrçament (índice de governança e gestão orçamentária)	23,3%	59,0%	↑ 35,7%	Intermediário	60,8%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	-	16,7%	-	Iniciando	38,9%

Fontes: 1. TCU - Relatórios individuais da autoavaliação do IBGE, 2021 e 2024. 2. TCU - Tabela dinâmica disponibilizada, 2024.

Como geramos valor à sociedade

O **Modelo de Negócios** do IBGE evidencia a transformação de seus capitais (humanos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e intelectuais) em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para cumprir sua missão, alcançar seus objetivos estratégicos e entregar valor público aos usuários, a instituição realiza um conjunto de **26 macroprocessos**, que se desdobram em **149 processos**.

Todo esse conjunto está representado na **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#), que se constitui em um documento institucional de referência para a gestão integrada dos mais diversos processos. Trata-se de um instrumento vivo e passível de ser modificado e atualizado, sempre que necessário, para refletir as mudanças institucionais.

A partir da linha de negócio “Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas” são divulgados levantamentos geocientíficos e resultados de pesquisas estatísticas sociais, econômicas e de multidomínio. A produção do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo

aos governos municipais, estaduais e federal e ao próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil” e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”.

Na linha de negócio “Ensino Superior, Pesquisa e Extensão” estão as atividades coordenadas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE do IBGE, pelas quais são formados profissionais em níveis de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Como valor público gerados por essa linha de negócio está a “geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional podem ser comprovados pelo número de matérias publicadas sobre o IBGE em veículos impressos e *sites*, bem como pelos milhões de usuários da **Agência IBGE Notícias** [↗](#) e do **Portal do IBGE** [↗](#).



Modelo de Negócios do IBGE

Em 2024 **Capitais** aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos** resultaram em **Produtos**

Humanos

3 655 servidores ativos **6 510** contratados temporariamente

Financeiros

R\$ 840 milhões em valores empenhados em pessoal ativo **R\$ 26,6 milhões** em convênios firmados

R\$ 413 milhões em valores empenhados em custeio **R\$ 8,5 milhões** em valores empenhados em investimentos

Tecnológicos

4,72 Pbytes de capacidade de armazenamento **1 906** entre servidores físicos e virtuais **716** *desktops* virtuais

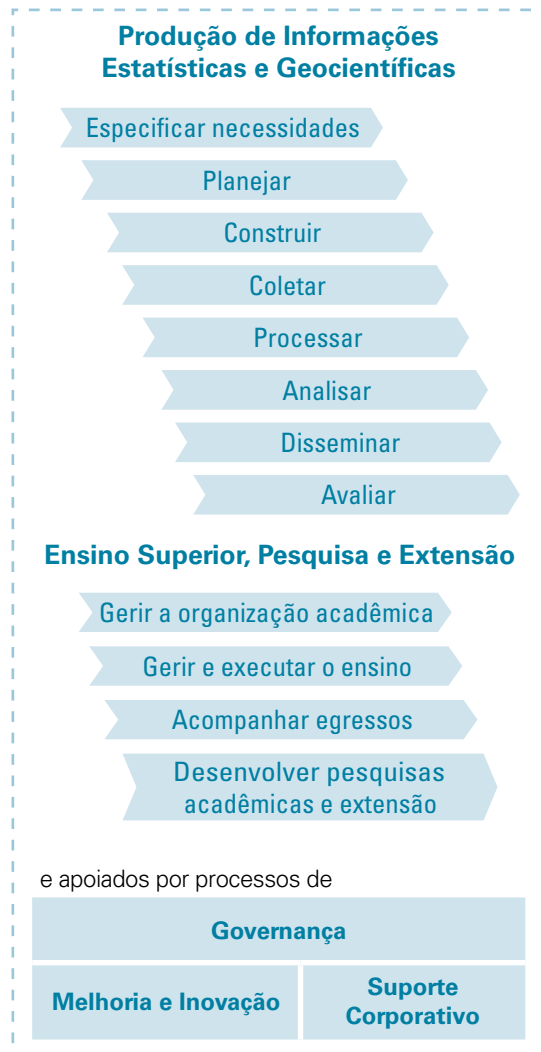
Organizacionais

566 Agências **27** Superintendências Estaduais **1** Reserva Ecológica

Intelectuais

2 399 315 questionários aplicados **8 510 418 km²** mapeados

1 925 879 arquivos de observações da RBMC e de variação do nível do mar disponibilizados **440** alunos matriculados **83** bolsas de estudos



disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido

Estadísticas

Sociais

- População
- Trabalho
- Educação
- Saúde
- Habitação
- Rendimento, despesa e consumo
- Administração pública e participação político-social
- Justiça e segurança
- Proteção social

Econômicas

- Agricultura, pecuária e outros
- Indústria e construção
- Comércio
- Preços e custos
- Setor informal
- Contas nacionais
- Finanças públicas
- Outras estatísticas econômicas

Demográficas e de multidomínio

- Condições de vida, desigualdade e pobreza
- Ciência, tecnologia e inovação
- Empreendedorismo
- Gênero
- Cultura, recreação e esporte
- Turismo
- Meio ambiente

242 Resultados divulgados

Levantamentos geocientíficos

- Organização do território
- Posicionamento geodésico
- Atlas
- Modelos digitais de superfície
- Cartas e mapas
- Imagens do território
- Informações ambientais
- Métodos e documentos de referência

31 Informações divulgadas

e fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

e **Profissionais graduados e pós-graduados**

Bacharelado em Estatística	25	Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território	12	Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas	16
----------------------------	-----------	------------------------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------	-----------

gerando Valor público a toda sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos.

Retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil	Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais	Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências
----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

Cadeia de Valor do IBGE

Governança															
1. Formular a estratégia		2. Gerir a estratégia			3. Realizar controle institucional			4. Gerir colaboração e cooperação estratégicas							
1.1 Elaborar plano e mapa estratégicos 1.2 Definir e publicar políticas, diretrizes e planos		2.1 Avaliar desempenho institucional 2.2 Monitorar e avaliar o Plano Estratégico Institucional 2.3 Revisar e atualizar o Plano Estratégico Institucional 2.4 Gerir a arquitetura organizacional 2.5 Gerir projetos estratégicos e planos institucionais			3.1 Gerir integridade institucional 3.2 Gerir manifestações de ouvidoria 3.3 Gerir procedimentos de apuração de irregularidades 3.4 Gerir segurança da informação e comunicações 3.5 Gerir riscos 3.6 Prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade 3.7 Realizar auditorias internas			4.1 Construir e manter relações estratégicas nacionais 4.2 Construir e manter relações estratégicas internacionais 4.3 Transmitir informações oficiais para organizações e autoridades nacionais e internacionais 4.4 Coordenar instâncias técnicas nas áreas de Estatística e Geociências 4.5 Acompanhar matérias legislativas de interesse institucional							
Melhoria e Inovação	Suporte Corporativo														
5. Gerir mudanças institucionais	6. Gerir aspectos legais	7. Gerir métodos	8. Gerir qualidade institucional	9. Gerir conhecimento e informação	10. Gerir relacionamento	11. Gerir orçamento e finanças	12. Gerir pessoas	13. Gerir tecnologia da informação e comunicação	14. Gerir logística e infraestrutura						
5.1 Gerir projetos de transformações de processos 5.2 Gerir mudanças metodológicas 5.3 Gerir mudanças tecnológicas	6.1 Prestar atividades de contencioso 6.2 Prestar consultoria e assessoramento jurídico	7.1 Gerir métodos estatísticos 7.2 Gerir métodos geocientíficos	8.1 Gerir sistema de gestão da qualidade 8.2 Gerir projetos de melhoria de processos	9.1 Registrar a memória institucional 9.2 Gerir sistema de dados e metadados 9.3 Gerir documentos, registros e arquivos 9.4 Gerir o conhecimento 9.5 Gerir o conhecimento	10.1 Gerir comunicação externa e imagem institucional 10.2 Gerir comunicação interna e imagem organizacional 10.3 Gerir relacionamento com informantes 10.4 Gerir relacionamento com os usuários 10.5 Prospectar e atender demandas autofinanciadas	11.1 Planejar e programar orçamento e finanças 11.2 Gerir a execução orçamentária e financeira 11.3 Gerir contabilidade 11.4 Gerir custos	12.1 Prover pessoas e capacitar pessoas 12.2 Gerir força de trabalho 12.3 Desenvolver e capacitar pessoas 12.4 Administrar registro funcional e folha de pagamento 12.5 Gerir relações trabalhistas 12.6 Prover saúde e qualidade de vida	13.1 Gerir desenvolvimento de sistemas 13.2 Manter sistemas em produção 13.3 Gerir bases de dados 13.4 Gerir infraestrutura tecnológica 13.5 Prover suporte técnico, operacional e serviços de TIC	14.1 Planejar aquisições e contratações 14.2 Gerir aquisições 14.3 Gerir contratos 14.4 Gerir patrimônio 14.5 Gerir serviços de infraestrutura 14.6 Gerir logística de suprimentos e materiais						
Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas															
Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica															
15. Especificar necessidades		16. Planejar		17. Construir		18. Coletar		19. Processar		20. Analisar		21. Disseminar		22. Avaliar	
Ensino Superior, Pesquisa e Extensão															
23. Gerir a organização acadêmica			24. Gerir e executar o ensino			25. Acompanhar egressos		26. Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão							
23.1 Elaborar e revisar normas e documentos acadêmicos e institucionais	23.2 Planejar projeto acadêmico	23.3 Definir projeto institucional de ensino	23.4 Selecionar corpo discente	24.1 Implementar cursos	24.2 Realizar avaliações periódicas	24.3 Realizar acompanhamento pedagógico, profissional e acadêmico	25.1 Gerir relacionamento com ex-alunos	26.1 Desenvolver e orientar pesquisas acadêmicas	26.2 Desenvolver atividades de extensão	26.3 Promover pesquisas acadêmicas integradas à produção de informações	26.4 Difundir o conhecimento científico				

Valor público gerado

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

Legenda

🔄 Processo estruturado em parte

☹️ Processo não estruturado

Obs: os demais processos são estruturados.



Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
+ Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM	15.1a Identificar as necessidades 15.2a Consultar e confirmar as necessidades 15.3a Estabelecer os objetivos 15.4a Identificar os conceitos 15.5a Verificar a disponibilidade de dados 15.6a Preparar e submeter o plano de ação	16.1a Desenhar os resultados 16.2a Definir as variáveis 16.3a Definir a metodologia de coleta 16.4a Especificar o cadastro e a amostragem 16.5a Definir o processamento e a análise 16.6a Desenhar fluxograma e sistema de produção	17.1a Reutilizar ou construir os instrumentos de coleta 17.2a Reutilizar ou construir os componentes de processamento e análise 17.3a Reutilizar ou construir os componentes da disseminação 17.4a Configurar fluxos de trabalho 17.5a Testar os sistemas de produção 17.6a Testar o processo estatístico de produção 17.7a Finalizar os sistemas de produção	18.1a Criar os cadastros e selecionar as amostras 18.2a Preparar a coleta 18.3a Coletar 18.4a Finalizar a coleta	19.1a Integrar dados 19.2a Classificar e codificar 19.3a Criticar microdados 19.4a Imputar 19.5a Derivar novas variáveis e unidades 19.6a Calcular os pesos 19.7a Calcular resultados agregados 19.8a Finalizar os arquivos de dados	20.1a Preparar os resultados 20.2a Validar os resultados 20.3a Interpretar e explicar os resultados 20.4a Assegurar a confidencialidade 20.5a Finalizar os resultados	21.1a Atualizar sistemas de disseminação 21.2a Elaborar produtos de disseminação 21.3a Gerenciar a disseminação 21.4a Promover os produtos de disseminação 21.5a Gerenciar o suporte ao usuário	22.1a Reunir os elementos para avaliação 22.2a Realizar a avaliação 22.3a Acordar um plano de melhorias
Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM	15.1b Identificar as necessidades 15.2b Estabelecer objetivos e conceitos 15.3b Confirmar as necessidades 15.4b Verificar a disponibilidade dos dados 15.5b Obter aprovação	16.1b Detalhar os resultados esperados 16.2b Definir a modelagem de dados 16.3b Definir a metodologia para coleta, processamento e análise 16.4b Definir os requisitos para coleta, processamento e análise 16.5b Definir um plano de disseminação 16.6b Elaborar o plano de ação	17.1b Construir ou melhorar instrumentos de coleta ou levantamento 17.2b Construir ou melhorar sistema computacional para processamento e análise 17.3b Construir ou melhorar o ambiente da disseminação 17.4b Treinar equipes 17.5b Preparar teste piloto 17.6b Executar o teste piloto	18.1b Preparar coleta ou levantamento de dados 18.2b Coletar ou levantar 18.3b Validar conjunto de dados coletados ou levantados	19.1b Preparar dados para processamento 19.2b Processar 19.3b Assegurar a confidencialidade 19.4b Validar os resultados do processamento	20.1b Preparar análise 20.2b Consolidar a análise 20.3b Elaborar documentação técnica	21.1b Elaborar produtos de disseminação 21.2b Atualizar sistemas de disseminação 21.3b Gerenciar a disseminação 21.4b Promover produtos 21.5b Gerenciar o suporte ao usuário	22.1b Reunir informações para avaliação 22.2b Realizar a avaliação 22.3b Acordar um plano de melhorias



Estratégia

Ambiente externo

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por profundas mudanças sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas. Tais mudanças trazem desafios e oportunidades à produção de dados oficiais, exigindo maior diversidade, sensibilidade às demandas da sociedade e agilidade na produção e na disseminação. Destacam-se os seguintes:

- **Incerteza crescente sobre a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros públicos** para subsidiar essa produção, dadas as contingências fiscais e a concorrência na alocação do orçamento público.
- **Provimento, manutenção e atração de talentos**, tendo em vista o aumento da demanda por pessoal especializado e qualificado e a contratação insuficiente e lenta do quadro de servidores efetivos, frente às aposentadorias e outras formas de vacância.
- **Rápidas transformações demográficas, no mercado de trabalho e ambientais**, que exigem a revisão e atualização dos dados e informações produzidos. No Brasil, em particular, cabe realçar: o estágio avançado da transição demográfica; a mudança na distribuição espacial da população, com o crescimento populacional ocorrendo nas cidades pequenas e médias; a flexibilização do trabalho e ampliação de

modalidades no campo da informalidade; mudanças climáticas e frequência de eventos extremos; mudanças no uso e cobertura do solo; expansão das áreas urbanas; desmatamento; e áreas expostas a riscos e vulnerabilidade.

- **Risco à soberania nacional de dados**, com a transição para a Era Digital, pois tem ocorrido um aumento do volume, variedade e velocidade na produção de dados, seja por entes públicos ou privados, contexto informacional que se convencionou chamar de *Big Data*.
- **Integração e padronização de dados**, para a produção de novas informações à sociedade, a partir da interoperabilidade entre bases de dados, a colaboração interinstitucional e a utilização de fontes alternativas são exemplos de como a tecnologia pode facilitar a integração e a harmonização de informações.
- **Questões éticas e metodológicas na produção de estatísticas oficiais**, para que os dados sejam capazes de retratar a diversidade social e não excluir nenhum grupo, bem como para lidar com a dificuldade crescente de obter informações e a cooperação dos informantes.
- **Capacidade de adaptação para as transformações sociais e tecnológicas**, sendo necessária a construção de cenários de futuro, baseados em dados, que permita ao Estado brasileiro o exercício da assim chamada “governança antecipatória”.

Políticas e programas de governo

O IBGE participa do **Plano Plurianual - PPA 2024-2027**, por meio do objetivo específico “Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso”.

No exercício de 2024, apesar das restrições orçamentárias e financeiras e da escassez de recursos humanos, o Instituto realizou a divulgação de 273 resultados no âmbito das informações estatísticas e geocientíficas e as metas institucionais foram cumpridas. Contudo, algumas entregas que não faziam parte das metas institucionais foram adiadas.

Para acompanhar o alcance do objetivo específico, é calculado o indicador “Taxa de Crescimento Anual de Seguidores e Partes Interessadas”. Em 2024, a meta era o aumento de 10%, mas o resultado alcançado foi de -1,40%. Foi solicitada revisão da meta para aumento de 1% no valor do indicador, em 2025.

Além do objetivo específico, são previstas quatro entregas para o período 2024-2027, cada uma com seu respectivo indicador e algumas com resultados em 2024, a seguir:

- **Entrega 1: Resultados do Censo Demográfico 2022 divulgados de forma acessível**. Foram realizadas 23 divulgações. Todos os dados divulgados foram disponibilizados nas diferentes plataformas institucionais (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, Panorama

do Censo 2022, Portal IBGE, Plataforma Geográfica Interativa - PGI). As divulgações do Censo 2022 passaram a ser feitas em diferentes locais, cobrindo todas as regiões do País, sendo acompanhadas pelas oficinas “Um território de informações: Potencialidades dos dados do Censo 2022”, voltadas para os gestores locais e demais usuários dos dados censitários.

- **Entrega 2: Informações estatísticas e geoespaciais divulgadas com desagregação.** Foram realizadas 11 das 15 entregas planejadas. As entregas são derivadas de estudos temáticos, pesquisas amostrais e do Censo Demográfico.
- **Entrega 3: Resultados do 12º Censo Agropecuário divulgados de forma acessível.** O projeto técnico do Censo Agro foi finalizado e os comitês internos e externos de apoio à governança foram constituídos e estão em atividade.
- **Entrega 4: Resultados da 3ª Contagem da População divulgados de forma acessível.** Foi identificada a necessidade de sua alteração, tendo em vista a proximidade da seguinte rodada censitária (prevista para ir a campo em 2030) e a ausência de orçamento específico, em 2024 e em 2025, para a realização

de uma Contagem no atual período intercensitário. Contudo, foi considerada imprescindível uma revisão metodológica dessa operação que avalie, entre outros elementos, o aprimoramento dos registros vitais, tendo em vista a substituição, com qualidade, da contagem da população residente no país. Desta forma, solicitou-se alteração desta entrega para **“Estudo experimental para revisão metodológica da Contagem da População”**, com conclusão prevista para 2026.

Foi solicitada, ainda, a inclusão de duas novas entregas relativas ao **Censo de População em Situação de Rua**, uma vez que o tema vem adquirindo cada vez mais relevância na sociedade. São elas:

- Estudos metodológicos do Censo de População em Situação de Rua; e
- Resultados do Censo de População em Situação de Rua divulgados de forma acessível.

Ademais, na Lei Orçamentária Anual - LOA 2024, o IBGE participou da execução de ações orçamentárias em diferentes programas, conforme quadro ao lado.

Programa	Tipo	Ministério
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	MPO
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações especiais	MPO
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações especiais	MPO
2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	Finalístico	MPO
5013 - Educ. Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalístico	MEC

Fonte: IBGE, 2025.



Projeto Diálogos IBGE 90 Anos

O IBGE realizou, em 24 e 25 de maio, o **2º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos**, no Palácio da Fazenda, centro do Rio de Janeiro (RJ). Esta edição foi uma continuidade do 1º Encontro, realizado em novembro de 2023, no prédio do IBGE localizado em Parada de Lucas, zona norte do Rio de Janeiro (RJ), no qual os servidores formularam **12 diretrizes estratégicas** de atuação do Instituto até 2026, ano em que o IBGE completará 90 anos de sua fundação.

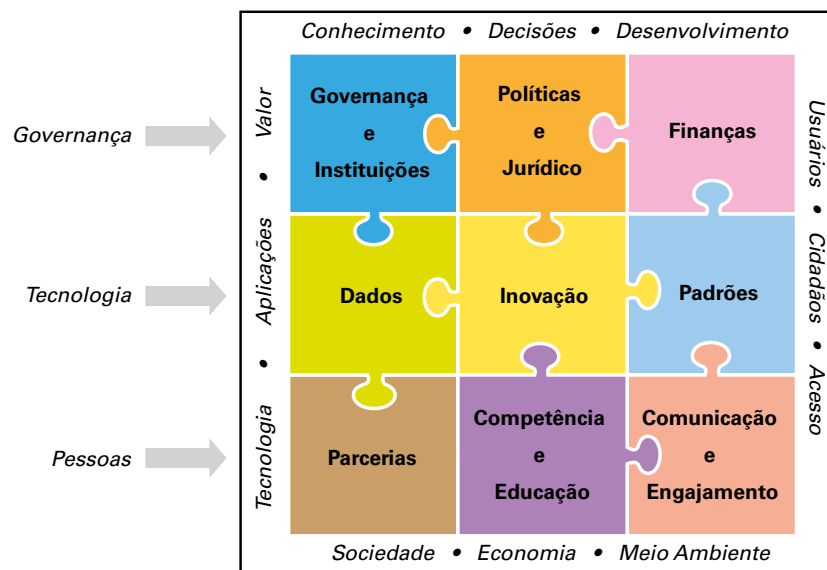
Durante os dois dias do 2º Encontro, nove grupos formados por servidores e servidoras do Instituto debateram os caminhos estratégicos e apresentaram propostas para o desenvolvimento do **Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED**. Os nove caminhos foram fixados em: Governança e instituições; Políticas e Jurídico; Finanças; Dados; Inovação; Padrões; Parcerias; Competência e Educação; e Comunicação e Engajamento.

A definição desses nove caminhos, baseou-se nas premissas do **United Nations Integrated Geospatial Information Framework - UN-IGIF**, referencial concebido para desenvolver e fortalecer a gestão da informação geoespacial nos

países, o qual segue o quadro multidimensional na figura abaixo.

Este quadro fornece uma orientação estratégica para a preparação e a implementação de um plano de ação específico para o País, trazendo benefícios como a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, o reforço à tomada de decisão baseada em dados e evidências e medidas práticas para a transformação digital, permitindo a colaboração, coordenação e coesão entre os múltiplos atores de um sistema estatístico, de forma a ultrapassar os obstáculos para a disponibilização e integração de dados, demonstrando liderança e “sem deixar ninguém para trás”.

Os nove caminhos estratégicos da gestão da informação (UN-IGIF)



As discussões feitas internamente, no IBGE, foram levadas à sociedade e demais partes interessadas, por meio da **Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados**, que foi realizada de 29 de julho a 2 de agosto de 2024, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. A Conferência teve por objetivo discutir os riscos e oportunidades que derivam da atual governança da Era Digital e tratar da consolidação do SINGED.

Após cinco dias, mais de 140 palestrantes, 350 representantes de órgãos e entidades técnicas e da sociedade, 100 horas de debates gravados, seis mesas e 23 grupos de trabalho, o IBGE encerrou a Conferência, com a participação de 600 técnicos e três mil inscritos, além de 5 mil participações, entre presenciais e remotas, além de transmissão on-line das mesas por meio do IBGE Digital.

Para acessar as gravações das mesas da Conferência, [clique aqui](#).

Ao final da Conferência, o IBGE publicou a **Carta do Brasil na Era Digital**, para ampliar o debate de suas propostas e obter o apoio da comunidade nacional e internacional de usuários e produtores de dados.

Gestão estratégica

Formulação da estratégia

Em conformidade com a [IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020](#), o [Plano Estratégico do IBGE 2022-2025](#) - PEI 2022-2025 contém os seguintes elementos mínimos obrigatórios: (i) [cadeia de valor](#); (ii) identidade estratégica (missão, visão de futuro, valores e [mapa estratégico](#) – documento que comunica a estratégia institucional e ilustra, de forma sintética e gráfica, os principais desafios institucionais para o período de execução do plano); (iii) objetivos estratégicos, indicadores e respectivas metas; e (iv) projetos estratégicos e suas principais entregas.

Monitoramento e avaliação da estratégia

Em 2024, o IBGE deu continuidade aos processos de [execução, monitoramento e avaliação da estratégia](#). O monitoramento é um processo dinâmico e incremental que visa acompanhar a execução do plano e verificar o desempenho da estratégia, de modo a antecipar problemas e estimular a implementação de ações preventivas e corretivas para aumentar as chances de que as metas sejam alcançadas e as entregas planejadas sejam concluídas. A avaliação da estratégia, por sua vez, é realizada pelo Conselho Diretor, para acompanhamento, atualização e direcionamento da estratégia institucional, sempre que necessário.

No rito estabelecido, o monitoramento e a avaliação da estratégia ocorrem trimestralmente e incluem a coleta, análise e síntese de informações sobre os indicadores dos objetivos estratégicos e suas metas (conforme suas periodicidades de apuração) e sobre a execução dos projetos e suas entregas.

Na etapa de consolidação e análise, é produzido o [Relatório de Desempenho da Estratégia - RDE](#),

relatório gerencial com a síntese das informações, trimestralmente, para avaliação e tomada de decisão. Essas informações são disponibilizadas para os gestores no [Painel da Estratégia](#), um painel de indicadores. Esse Relatório é o principal insumo para a [Reunião de Gestão Estratégica - RGE](#), no CGOV, e para a [Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE](#), no Conselho Diretor. O rito de monitoramento e avaliação da estratégia está sintetizado na imagem abaixo.

Ciclos de monitoramento e avaliação da estratégia



Fonte: IBGE, 2024.

Em 2024, aconteceram dois marcos relevantes, que exigiram uma reavaliação do planejamento institucional. Em primeiro lugar, a publicação da [Lei n. 14.802, de 10.01.2024](#), que instituiu o [PPA 2024-2027](#), sendo o principal instrumento de planejamento governamental. Em segundo, os resultados do [Projeto Diálogos IBGE 90 Anos](#), que se constituiu como um processo de participação e diálogo transversal entre a nova diretoria e o conjunto dos servidores ativos e inativos do IBGE.

Em virtude disso, o Conselho Diretor determinou a [interrupção do monitoramento do PEI 2022-2025](#) e aprovou que seja iniciado um processo de [revisão e atualização da estratégia institucional](#), o qual ocorrerá em 2025.

Desdobramento da estratégia

O Plano Estratégico do IBGE 2022-2025 foi construído em alinhamento aos instrumentos de planejamento governamentais de longo e médio prazos, vigentes à época de sua publicação, respectivamente: a [Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031](#) e o [PPA 2020-2023](#).

Alinhados ao plano estratégico institucional, são elaboradas estratégias setoriais, planos táticos e operacionais de médio e curto prazos, conforme quadro ao lado, que contribuem para a criação de consciência estratégica nos gestores e servidores.

Principais planos táticos e operacionais

- [Diálogos para o Futuro: Plano de Trabalho 2024](#)
- [Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2023-2024](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI 2023-2024](#)
- [Plano de Transformação Digital 2024](#)
- [Plano de Integridade do IBGE 2023-2025](#)
- [Plano de Contratações Anual - PCA 2024](#)
- [Plano de Dados Abertos 2024-2025](#)
- [Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IBGE - PDP 2024](#)
- [Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT 2024](#)

Cabe destacar que o planejamento tático do IBGE passou a contar com um instrumento que congrega as principais ações previstas para cada exercício: os [planos de trabalho anuais](#). Assim, foi elaborado o documento [Diálogos para o Futuro: Plano de Trabalho 2024](#), com as ações para esse ano. Também, com o objetivo de dar transparência à sociedade, foi divulgado um [Relatório de Acompanhamento do Plano de Trabalho](#), com uma síntese do monitoramento das ações planejadas, no primeiro semestre de 2024. Em 2025, será divulgado o relatório referente ao segundo semestre.

Para acessar os principais planos táticos e operacionais do IBGE e seus relatórios de monitoramento, [clique aqui](#).

Avaliação de desempenho institucional

Por meio da avaliação de desempenho institucional, é aferido o alcance das metas institucionais, alinhadas ao calendário de divulgações de informações estatísticas e levantamentos geoespaciais e às ações orçamentárias da LOA sob a responsabilidade do IBGE, para cada período de avaliação (semestral).

Por meio do indicador de eficácia “Taxa de resultados alcançados”, mensura-se o percentual de cumprimento das metas institucionais.

Nos dois semestres de 2024, o IBGE alcançou as metas estipuladas de divulgação de estudos, levantamentos e pesquisas estatísticas e geocientíficas e de número de usuários atendidos pelo portal do IBGE na Internet e a taxa de resultados alcançados foi de **100%**.

Gestão de riscos

No IBGE, a cada ciclo anual, são priorizados objetos para identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos.

Para cada risco identificado, são documentadas as causas e consequências potenciais, os controles existentes, a probabilidade de ocorrência do conjunto de causas e a magnitude dos impactos.

Na análise de riscos, é feita a aferição do nível de criticidade, de acordo com a Matriz de Riscos do IBGE, conforme previsto na [Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE](#).

A avaliação do risco leva em conta: a suficiência e a qualidade dos controles existentes para manter os níveis de risco dentro dos limites aceitáveis; e a necessidade de medidas de tratamento adicionais que possam fortalecer os controles existentes e reduzir o nível de risco residual.

As medidas de tratamento propostas, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações são registrados no Plano de Tratamento dos Riscos, e, trimestralmente, é feito o monitoramento da situação da implementação das medidas planejadas.

Para os riscos estratégicos e à integridade, este trabalho é realizado pelo CGOV, a partir de prioridades definidas e critérios de criticidade, relevância e materialidade. Dependendo da temática, são convidados técnicos e especialistas para partici-

parem das discussões e contribuam com o processo de gestão de riscos.

A gestão de riscos operacionais e a implementação dos controles e das medidas de tratamento são tarefas das Diretorias e Coordenações-Gerais, como 1ª linha de defesa, conforme definido na [Política de Gestão de Riscos do IBGE](#). Anualmente, a gestão deve priorizar os objetos (processos da cadeia de valor institucional ou projetos estratégicos) e gerir os riscos, e, na sequência, identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos operacionais.

No ano de 2024, foi feita a identificação, o desdobramento e o mapeamento dos processos ligados à Gestão de Riscos. O resultado está disponível internamente para os servidores na Intranet.

Participações em comitês externos de gestão de riscos

Em 2024, o IBGE manteve a participação no Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade - SRTCI do MPO e ampliou sua atuação ao integrar o Fórum das Instâncias com Funções de Integridade do MPO e entidades vinculadas - FOINT.

No âmbito do SRTCI, o IBGE foi convidado a contribuir com as discussões pertinentes ao subcomitê e a acompanhar o desenvolvimento e monitoramento do [Programa Integridade Planejada do MPO, IPEA e IBGE](#), incluindo o evento de comemoração de um ano do programa.

No âmbito do FOINT, foram realizadas diversas reuniões específicas para troca de experiências e melhores práticas entre o MPO e suas entidades vinculadas, no que diz respeito aos temas relativos às funções de integridade.



Sistema de integridade, transparência e acesso à informação

O [Decreto n. 9.203, de 22.11.2017](#), traz a integridade como um dos princípios e um dos mecanismos da governança pública.

O [Programa Integridade Planejada](#), lançado, em 2023, como uma proposta de atuação conjunta do MPO com o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, entidades vinculadas àquele Ministério, estabelece as diretrizes e apresenta os princípios e valores que norteiam a integridade destas instituições.

A partir desse referencial comum, o IBGE estruturou o seu novo [Plano de Integridade](#), contemplando, nesta terceira edição, o período 2023-2025, com vistas a promover a prevenção, detecção, punição e remediação de riscos à integridade, como fraudes e atos de corrupção, recebimento e/ou oferta de propina, desvio de verbas, abuso de poder e/ou influência, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido e/ou vazamento de informação sigilosa, práticas antiéticas e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucionais.

Essas medidas estão alinhadas à estratégia do IBGE e à manutenção de uma cultura sustentável de integridade institucional, por meio da aplicação efetiva de políticas, diretrizes e códigos de ética e de conduta, bem como do tratamento adequado para mitigação de riscos à integridade.

Tendo em vista as diretrizes fornecidas pela CGU, por meio da [Portaria CGU n. 57, de 04.01.2019](#), bem como pelo [Decreto n. 11.529, de 16.05.2023](#), que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - SITAI e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, o IBGE adotou medidas para institucionalizar e fortalecer suas instâncias de integridade.

Funções de integridade no IBGE

As estruturas internas de apoio à governança, que atuam como funções de integridade, estão descritas na figura abaixo. Tais instâncias compõem o Grupo Técnico da Integridade - GTI, criado para fortalecer os processos e funções de integridade e permitir uma adequada coordenação de suas atividades. Cabe mencionar, ainda, a participação da ENCE por meio de sua Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento - CTA, que oferece apoio técnico na área de capacitação.



Grupo Técnico da Integridade - GTI

Gerência de Integridade

Possui o papel de orquestrar, organizar, identificar fragilidades e integrar as instâncias de integridade do IBGE, para que se sintam parte de um único ecossistema, exercendo suas atividades como unidade setorial do SITAI, responsável pela gestão da integridade no IBGE. Para tanto, coordena o GTI e possui um enfoque preventivo, de fomento e disseminação do tema Integridade.

Ouvidoria

Acolhe, analisa e encaminha as manifestações recebidas aos setores competentes, aguarda as respostas e as publica, através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, para ciência do manifestante.

Corregedoria

Atua na prevenção e apuração de desvios de conduta praticados por servidores efetivos ou contratados temporários. De acordo com o [Decreto n. 5.480, de 30.06.2005](#), a Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Comissão de Ética

Recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos, atua como instância consultiva para dirimir dilemas éticos e promove ações educativas para orientar os servidores sobre os temas da ética e da integridade.

Auditoria Interna

Unidade auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visa agregar valor aos processos de trabalho da organização por meio da prestação de serviços de avaliação e de consultoria independentes.

Coordenação de Atendimento e Informação

Instância responsável por promover a transparência ativa e o acesso à informação, em conformidade com a [Lei de Acesso à Informação - LAI \(Lei n. 12.527, de 18.11.2011\)](#), por meio da Plataforma Fala.BR, e pela elaboração do Plano de Dados Abertos do IBGE, com vistas a nortear a implementação dos processos institucionais de manutenção, atualização e disseminação dos dados sob sua responsabilidade, para atendimento dos anseios da sociedade.

Coordenação de Recursos Humanos


Instância responsável pela identificação e tratamento de casos de nepotismo, bem como pela orientação, identificação e tratamento de questões que abordem conflitos de interesse.

Ações para a promoção da integridade

As ações, a seguir, evidenciam o comprometimento institucional com a promoção da cultura da integridade.

- Desenvolvimento do projeto de disseminação da integridade e ética no IBGE, iniciando pela aplicação de questionário para os servidores contratados no Estado de São Paulo, para avaliar o nível de conhecimento sobre o tema do assédio e suas ocorrências no IBGE;
- Manutenção do Canal da Integridade, na Intranet, que dissemina conteúdos sobre ética e integridade no IBGE;
- Elaboração e/ou encaminhamento frequente de matérias e mensagens referentes à ética e integridade para os servidores do IBGE, buscando disseminar o tema e promover uma mudança cultural;
- Conclusão e apresentação do trabalho realizado pela Auditoria Interna, referente a riscos de fraude e corrupção no IBGE, que culminou com propostas de ações das instâncias de integridade envolvidas;
- Criação de subgrupo do GTI, dedicado ao tratamento de manifestações que comunicaram eventuais irregularidades relacionadas à fraude e corrupção;



- Realização de pesquisa sobre percepção da integridade no IBGE;
- Criação do Núcleo de Integridade de São Paulo, com servidores da SES/SP, como projeto piloto para replicação futura nas demais Superintendências;
- Participação na autoavaliação proposta pela CGU do Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP;
- Criação de subgrupo do GTI para elaboração de minuta do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação - IBGE, em atenção ao [Decreto n. 12.122, de 30.07.2024](#) ; e
- Elaboração de conteúdo sobre integridade e ética para a reformulação do Programa de Integração de Novos Servidores - PINS, para receber novos servidores em 2025.

Ciclo de Palestras 2024

Ao longo de 2024, foram promovidas palestras virtuais (*webinars*) com convidados, sobre os seguintes temas:

- Desafios das mulheres em meio à busca por equidade e inclusão da diversidade;
- Quais as contribuições da Auditoria Interna às organizações públicas;

- Questões de Gênero: Os desafios no ambiente de trabalho na visão da Ouvidoria Geral da UFRJ;
- Setembro Amarelo: “Os cuidados com a saúde mental no trabalho e a Síndrome de Burnout”; e
- Apresentação das instâncias de integridade em palestra sobre assédio moral e sexual para a SES/SC e a SES/MS.

Representação do IBGE em eventos externos


Também foram realizadas duas apresentações institucionais em eventos realizados em Brasília (DF):

- INTEGRIDEIAS da CGU – encontro para troca de experiências; e
- “OuVinte – 20 anos da Ouvidoria do IPEA: Participação, Integridade e Transparência”.

Atividades relativas à ética profissional

Em 2024, o trabalho teve enfoque preventivo e educativo, a fim de evitar a ocorrência de desvios éticos e minimizar seus impactos. Os relatos sobre questões éticas foram recebidos pelo e-mail da Comissão de Ética e pelo Fala.BR. Para mitigar conflitos éticos foi adotado um procedimento educativo, com envio de material escrito e realização de reunião para conscientização dos servidores envolvidos.

Nepotismo e conflito de interesses

O IBGE, em conformidade com a [Lei n. 12.813, de 16.05.2013](#) , é responsável por tratar demandas relacionadas a conflito de interesses. Essas demandas incluem: consultas realizadas quando servidores possuem dúvidas sobre possíveis conflitos, e autorizações para exercício de atividade privada, requeridas por servidores interessados em desempenhar atividades externas.

Em 2024, foram recebidas **13 demandas**, todas referentes a pedidos de autorização para exercício de atividade privada. Todas as solicitações são analisadas por meio do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses-SECI, da CGU. Não houve pedidos negados, considerando a natureza das atividades consultadas e aquelas exercidas pelos servidores no Instituto.

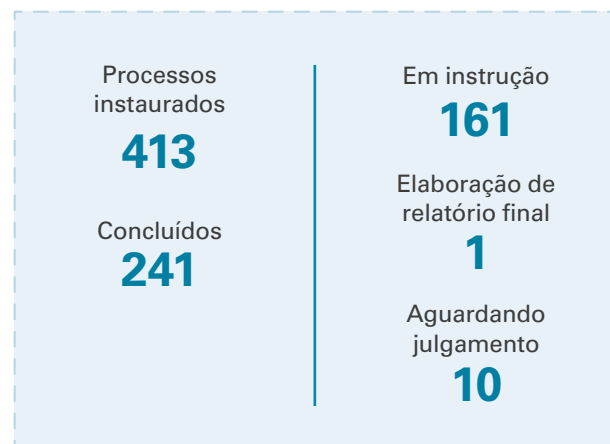


Atividade correcional

No ano de 2024, foram instaurados **220 processos**, frente a 193 casos em 2023 (crescimento de 14%). O número de casos concluídos **creceu cerca de 273%**, o que indica maior eficiência da gestão dos processos pela Corregedoria e pelas Superintendências Estaduais.

Do total de 220 processos instaurados em 2024, o maior número de registros esteve em “Desaparecimento ou perecimento de bens públicos”, com **107 incidências (48,6%)**. O desaparecimento de bens decorre, muitas vezes, de furtos ou roubos pelos quais os agentes públicos do IBGE são acometidos durante a coleta de dados.

Situação atual dos processos do período 2023-2024

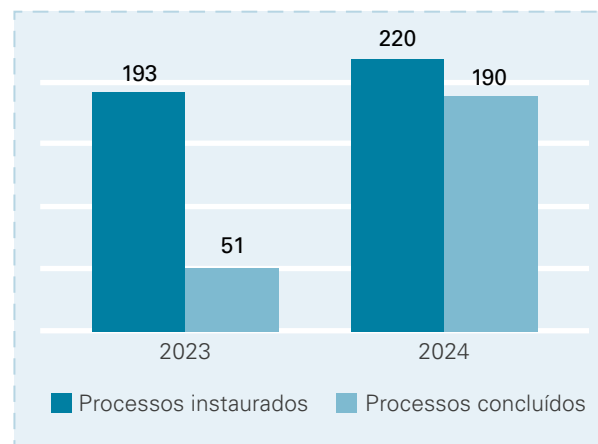


Fonte: CGU - Painel “Correição em Dados”, 2024.

Cabe destacar que, em 2024, quase 8% dos casos (19) teve como assunto o “Assédio moral”. Importante registrar que o IBGE tratou de sistematizar a tipificação do assédio moral e da discriminação, para uso interno, tomando por base a **Nota Técnica n. 93/2024/CGUNE/DICOR/CRG**.

Quanto aos Processos Administrativos de Responsabilização - PAR de empresas, **houve apenas uma ocorrência**. Não houve, pelo quarto ano consecutivo, caso de “Tomada de Contas Especial” e não ocorreram fatos que, de acordo com a avaliação da unidade responsável, pudessem ser convertidos em processos de tal natureza.

Procedimentos instaurados e concluídos em 2023 e 2024



Fonte: CGU - Painel “Correição em Dados”, 2024.

Assuntos mais recorrentes nos processos instaurados em 2024



Fonte: CGU - Painel “Correição em Dados”, 2024. Consulta realizada em 23/12/2024.

Nota: Os assuntos com menos de 5 registros foram agrupados na categoria “Outros”.

Acesso à informação

O número de manifestações de acesso à informação, recebidas pela [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR](#), teve um decréscimo de 10,8% em relação a 2023, tendo em vista que a coleta do Censo encerrou em maio de 2023. Em 2024, 99,3% das manifestações foram respondidas com um prazo médio de resposta de 14,46 dias.

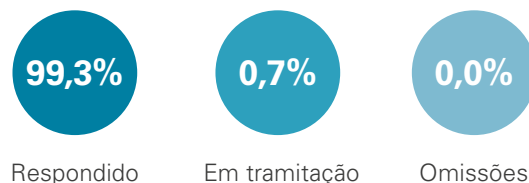
Em relação à ampliação da transparência, o IBGE não classificou qualquer informação como sigilosa.

Além disso, atualizou a seção de “Perguntas Frequentes” com base nos pedidos de acesso à informação e nos atendimentos realizados pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

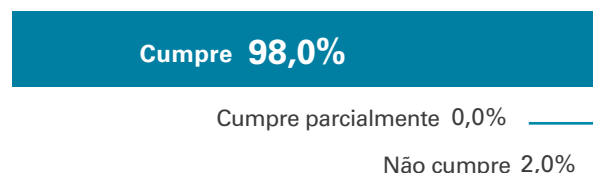
Também, em 2024, o Instituto realizou atualizações regulares no formulário de Transparência Ativa da Plataforma Fala.BR, para acompanhamento da CGU, alcançando 98,0% de cumprimento das obrigações de transparência ativa.



Status dos pedidos



Cumprimento de itens de transparência ativa



Fonte: CGU - Painel “Lei de Acesso à Informação”, 2024.



Atividades de ouvidoria

Em 2024, foram recebidas, via Fala.BR, **603 manifestações** de ouvidoria, uma média mensal de, aproximadamente, **50 manifestações**. Das manifestações recebidas, 92 foram arquivadas e seis encaminhadas para outros órgãos e entidades.

Manifestações de ouvidoria por tipologia registradas em 2024

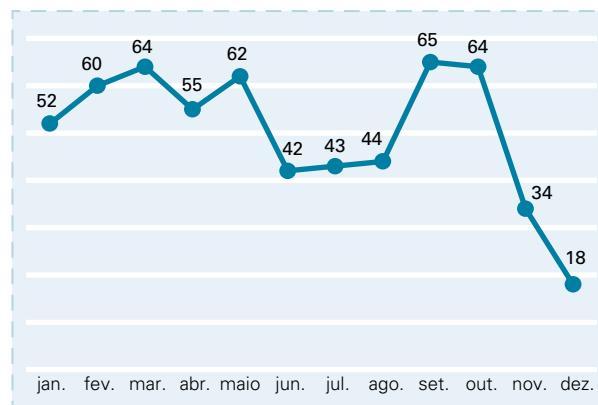
Reclamação	184 (36%)
Solicitação	161 (31,5%)
Denúncia	128 (25%)
Sugestão	30 (5,9%)
Elogio	8 (16%)
Simplifique	0 (0,0%)

Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2024.

Nota: Considera apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento.

Em comparação ao ano de 2023, quando a quantidade recebida foi de 2 143 manifestações, houve uma **redução de 71,9%**. Tal diminuição de manifestações recebidas ocorreu em virtude da finalização do Censo Demográfico 2022. As manifestações estão distribuídas ao longo dos meses, conforme o gráfico a seguir.

Número de manifestações ao longo dos meses de 2024



Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2024.

O assunto Recursos Humanos foi o que registrou maior número de manifestações respondidas ou em tratamento.

Nos infográficos ao lado, estão os resultados registrados, em 2024, para dois indicadores: resolutividade (se a demanda foi resolvida) e satisfação (se o usuário está satisfeito com o atendimento prestado).

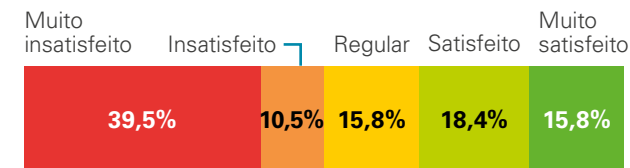
Em 2024, o tempo médio de resposta foi de 21,40 dias, o que representa uma **redução de 8% do tempo médio** em relação ao ano anterior (que era de 23,25 dias). Cabe mencionar, por fim, que houve 21 atendimentos realizados por telefone ou outros meios de contato.

Assuntos com maior número de manifestações em 2024



Resolutividade Sim **76,7%** Não **23,3%**

Satisfação



Satisfação média: **43,1%**

Fonte: CGU - Painel Resolveu, 2024.



Auditoria interna

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa da CGU, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no [Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT](#).

A Auditoria Interna vem trabalhando para atuar de maneira inovadora visando agregar efetivo valor ao Instituto. Assim, importante registrar que houve evoluções em ações mitigadoras da avaliação julgada insuficiente no indicador 3140 “Assegurar a Efetividade da Auditoria Interna” que compõe o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas do ano de 2021 - iGG 2021. Destaca-se que os esforços realizados para continuidade das medidas de tratamento foram razoavelmente bem-sucedidos, contribuindo para [evolução do indicador \(3130\) “Assegurar a efetividade da auditoria interna” no Índice de Governança e Sustentabilidade 2024 – iESGo 2024](#), comparado ao iGG 2021.

Além do planejamento, gestão e execução das atividades de auditoria interna, a unidade realiza outras atividades como o atendimento e relacionamento com órgãos externos de controle.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados no exercício são apresentadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, encaminhado anualmente à CGU. O PAINT 2024 e o RAINT 2024 se encontram disponíveis no

submenu [Auditorias](#) na seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE.

Destacam-se os seguintes trabalhos realizados:

- relativos ao PAINT 2024:
 - i. auditoria de realização obrigatória – execução do Parecer sobre a Prestação e Contas do ano de 2023 e planejamento para emissão do Parecer sobre a Prestação de Contas do IBGE do ano de 2024;
 - ii. avaliações de auditoria em processos selecionados com base em riscos – “Gestão de Riscos de Fraude e Corrupção”, “Despesas de Pessoal com Servidores Temporários (SAPC)”;
 - iii. avaliações de auditoria em processos selecionados em função da cadeia de valor - rodízio de ênfase não TIC – “PNAD-C - Preparar Coleta e Coletar (continua)”, “Gerir Contratos”;
 - iv. auditorias selecionadas em função da cadeia de valor - rodízio de ênfase TIC – “Gerir Desenvolvimento de Sistemas”;
 - v. auditorias solicitadas em função de Demanda da Alta Administração – “Desmontagem da estrutura de TIC do CD 2022”;
 - vi. auditorias por Demandas Extraordinárias - demandas extraordinárias de auditorias de conformidade e de apuração de irregularidades; e

- efetiva gestão das ações da supervisão do controle externo, notadamente da CGU e do TCU, agindo como órgão de articulação interna com as diversas unidades do IBGE.

Além disso, foram indicados fatores de motivação para o estabelecimento de seu [Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna - PGMQ](#). Tais preceitos direcionaram o PAINT 2025, com destaque para:

- priorização de objetos para realização das ações de auditoria após debates e discussões com os membros dos Conselhos Diretor e Curador do IBGE, em harmonia ao Manual de Orientações Técnicas da CGU;
- continuidade aos esforços de melhoria dos processos de acompanhamento das recomendações de trabalhos de auditoria e a contabilização de benefícios; e
- continuidade do desenvolvimento do PGMQ, com atenção para a finalização e o reporte da autoavaliação do Nível 2 do [Modelo de Capacidade de Auditoria Interna Governamental - Modelo IA-CM, do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA](#), adotado como instrumento para avaliação interna das atividades, conforme a Deliberação da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI n. 1, publicada por meio da [Portaria CGU n. 777, de 18.02.2019](#).



Nossos recursos

Recursos humanos

Conformidade legal

A conformidade legal dos atos relacionados à folha de pagamento no IBGE se dá por meio da publicação e utilização de instruções normativas da Coordenação de Recursos Humanos. Essas, além de descreverem detalhadamente os procedimentos a serem adotados, apontam sistemas e processos relevantes.

Em dezembro de 2024, havia **25 instruções normativas** sobre os mais diversos temas, tais como sobre concessão de aposentadorias, concessão de benefícios e vantagens ao servidor, contratação temporária, licenças de todos os tipos, pensões alimentícias, entre outros.

Além disso, a folha de pagamento do IBGE está sujeita à auditoria interna e responde, regularmente, a auditorias externas de controle, com destaque para as recebidas do Tribunal de Contas da União - TCU.

Os procedimentos adotados para garantir a legalidade dos atos relativos à gestão de pessoas estão conectados à **Política de Gestão de Pessoas** do Instituto, estabelecida pela Resolução do Conselho Diretor - R.CD n. 11, de 30.06.2023. Também é da competência do Conselho Diretor do IBGE definir procedimentos que não possuem regulamentação, como a concessão de gratificações de qualificação e

retribuições de titulação ou o pagamento de indenização de campo.

As resoluções e instruções normativas encontram-se atualizadas e disponíveis nos principais canais de comunicação interna do IBGE.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Provimento, seleção e realocação de pessoas

Com o objetivo de adequar a sua força de trabalho, o IBGE tem conduzido as seguintes ações: (i) a realização de concursos públicos para preencher vagas do quadro permanente de pessoal do IBGE e de processos seletivos para contratar pessoal por tempo determinado e estagiários; (ii) a revisão do dimensionamento de pessoal; e (iii) a definição dos perfis profissionais com as competências requeridas.

O processo de recrutamento e seleção também envolve processos internos para o provimento de cargos e funções no IBGE. Adicionalmente, são realizados processos de realocação e movimentação de pessoal.

Durante o ano de 2024, foi realizado um processo seletivo para Superintendentes Estaduais dos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, que contou com o apoio

de uma consultoria especializada, alcançando a inscrição de **65 servidores** da instituição.

Destaca-se, ainda, a realização do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, autorizado pela **Portaria MGI n. 3.329, de 18.07.2023**, para o provimento de **895 cargos efetivos** no quadro de pessoal do IBGE.

Além disso, foram realizados dois processos seletivos para reversão de aposentadorias que disponibilizaram, em conjunto, **62 vagas** aos servidores inativos, e cinco Processos Seletivos Simplificados - PSS para a contratação de pessoal temporário, com um total de **159 vagas**.

Processos Seletivos Simplificados realizados em 2024

Edital	Função	Vagas
2024/01	Agentes de Pesquisas e Mapeamento – Complementar	43
2024/02	Agentes de Pesquisas e Mapeamento – Complementar	28
2024/03	Agentes de Pesquisas e Mapeamento – Complementar	16
2024/04	Agentes de Pesquisas e Mapeamento – Complementar	42
2024/05	Agentes de Pesquisas e Mapeamento – Complementar	30



Dimensionamento da Força de Trabalho

Em 2024, o IBGE iniciou o projeto piloto de implementação do primeiro ciclo do modelo referencial de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, conforme termo firmado entre o IBGE e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI. Também, foram publicadas uma portaria e uma instrução normativa para normatizar a implementação do DFT no IBGE.

Servidores foram capacitados pelo MGI em turmas de formação de multiplicadores, pontos focais das unidades organizacionais, para repassar a metodologia e a utilização do sistema próprio do DFT. Foram formados **84 multiplicadores** nas unidades organizacionais do IBGE, que seguem reaplicando e aplicando o modelo em suas áreas.

No final de dezembro de 2024, das 1 367 unidades organizacionais ativas, **805 unidades** estavam na fase de cálculo ou elaboração do primeiro ciclo do DFT (de janeiro a junho de 2024).

Programa de Gestão de Desempenho - PGD

A consolidação do PGD é um dos projetos em curso no IBGE e envolve, especialmente, a atualização das normas internas do programa para aderência às **Instruções Normativas Conjuntas SEGES-SGPRT/MGI n. 24, de 28.07.2023** e **n. 52, de 21.12.2023**.

No ano de 2024, o IBGE reformulou os procedimentos gerais e específicos do programa para adotar as diretrizes dos novos normativos e adaptar outros aspectos internos, por meio da Portaria IBGE n. 1.264, de 30.12.2024, sendo as principais mudanças as seguintes:

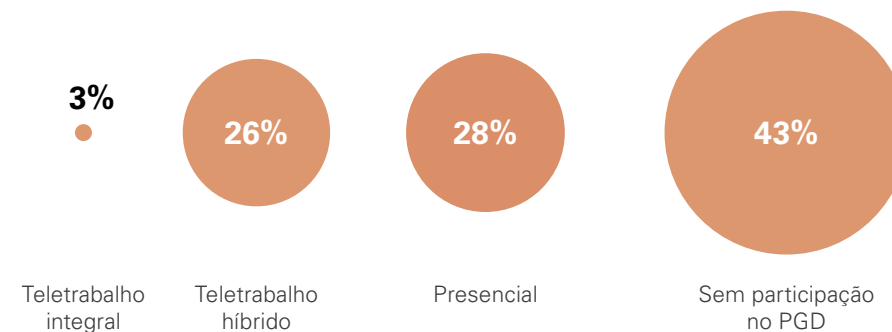
- novo ciclo do PGD, com plano de entregas das unidades organizacionais além do plano de trabalho individual;

- política de consequências para participante que não cumprir ou cumprir parcialmente o plano de trabalho;
- participação no PGD na modalidade de teletrabalho restrita ao regime parcial (salvo exceções pontuais);
- os servidores em estágio probatório somente poderão aderir ao teletrabalho após um ano de exercício, devendo ter acompanhamento diariamente pelo gestor imediato; e
- os agentes públicos movimentados de outros órgãos para o IBGE, somente poderão aderir ao teletrabalho após seis meses de exercício.

Em 2024, deu-se início à reformulação do sistema de informação para acompanhamento e controle do PGD, conforme estrutura tecnológica apresentada pelo MGI.

Ao final do ano, o quantitativo de participantes do PGD era de **57% dos elegíveis** (agentes públicos que podem participar do programa).

Participação no PGD por modalidade



Fonte: Sistema de Dados Administrativos - SDA, dez/2024.



Estratégia de valorização por desempenho

Avaliação de desempenho

O desempenho dos servidores é aferido, semestralmente, por meio de processo de avaliação que considera as metas de desempenho institucional e individual, sendo utilizado como parâmetro para o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE, bem como para a homologação do estágio probatório e para a concessão das progressões funcionais. A média das notas de avaliação de desempenho individual do ano de 2024 foi **98,35**. O processo de avaliação de desempenho está estabelecido na **Lei n. 11.355, de 19.10.2006**, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, sendo regulamentado, internamente, pela R.CD n. 11, de 08.02.2022.

Promoção e progressão funcional

Progressões funcionais em 2024:

- 1 630 deferidas (913 de nível intermediário e 717 de nível superior); e
- 119 indeferidas (42 de nível intermediário e 77 de nível superior), por não atenderem aos requisitos legais previstos.

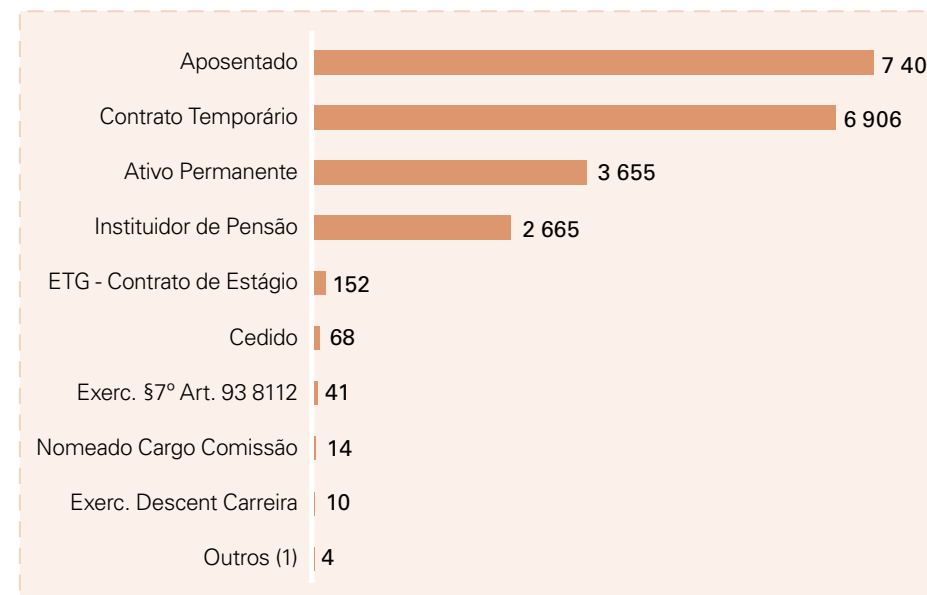
Retribuições por titulação e gratificação de qualificação

Em 2024, foram deferidos sete requerimentos de Gratificação de Qualificação - GQ, aplicável aos cargos de nível intermediário, e 33 de Retribuição por Titulação - RT, aplicável aos cargos de nível superior, com a seguinte distribuição: 19 de Doutorado, seis de Mestrado e oito de Especialização.

Avaliação da força de trabalho

Em dezembro de 2024, o quadro de pessoal ativo do IBGE era composto por **10 850 trabalhadores**, sem considerar os temporários contratados para o Censo Demográfico 2022. Considerando também aposentados e pensionistas, a folha de pagamento do IBGE ultrapassava 20 mil pessoas. A gestão de pessoas constitui, portanto, atividade fundamental para a instituição, consumindo mais de 80% de seu orçamento total.

Número de servidores por situação funcional

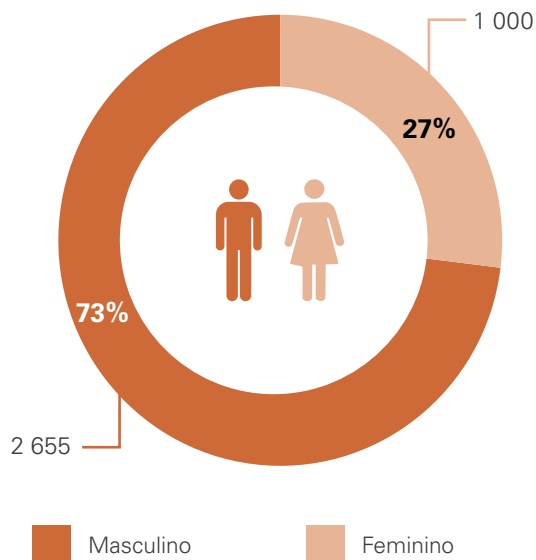


Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dez/2024.

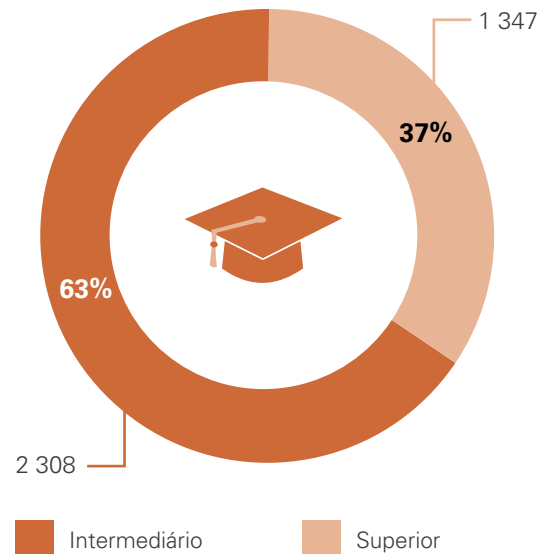
(1) Considera as seguintes situações funcionais: Celetista, Exercício provisório e Cedido/Requisitado.



Gênero dos servidores efetivos



Nível do cargo



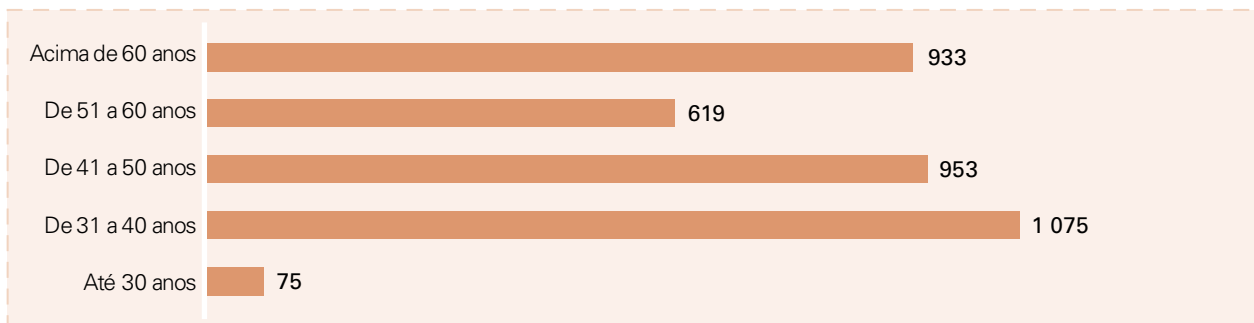
Distribuição dos servidores efetivos por etnia

Etnia	Servidores
Branca	2 216
Parda	1 159
Preta	200
Amarela	76
Indígena	4
Total Geral	3 655


132
servidores com
deficiência



Faixa etária dos servidores



26%
dos servidores recebem
abono permanência e
podem se aposentar a
qualquer momento

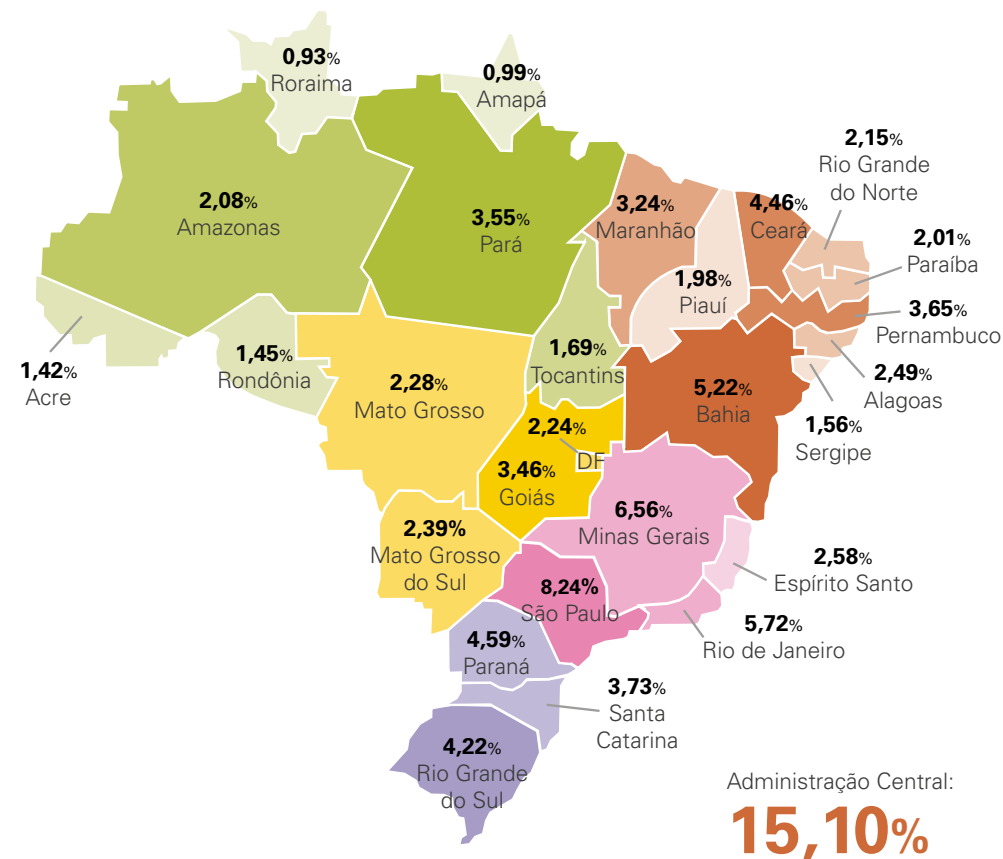


Fonte: SIAPE, dez/2024.

Quadro de servidores efetivos e contratados por Unidade da Federação

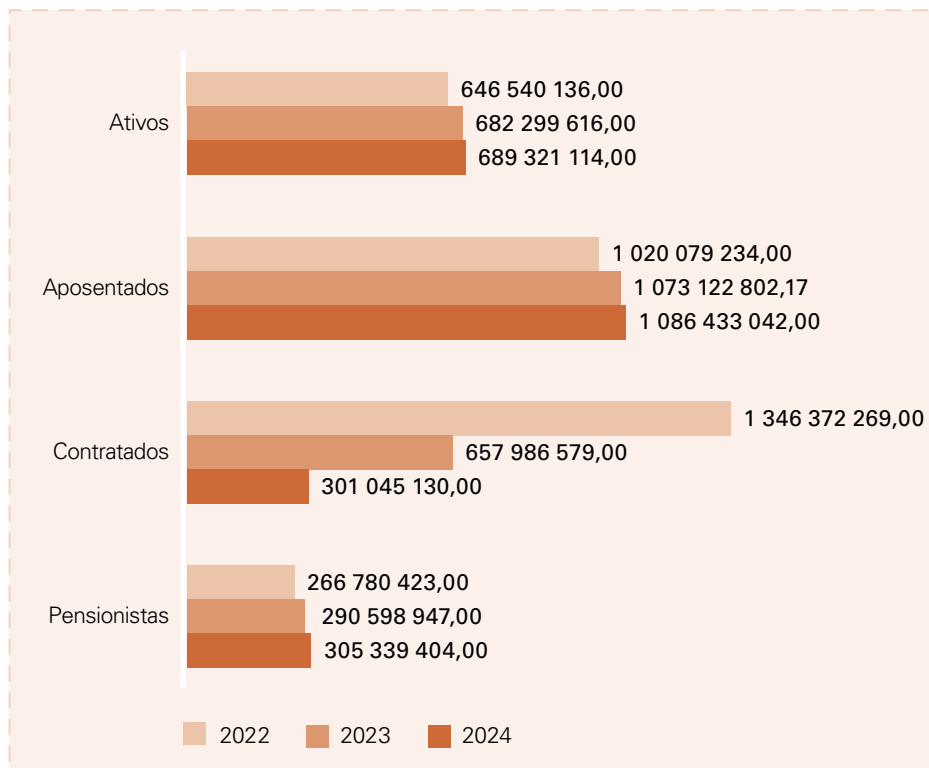
UF	Efetivos	Contratados Temporários	Contratados Temporários Censo	Total Geral	%
Administração Central	1 111	363	180	1 654	15,10
Acre	27	123	6	156	1,42
Alagoas	52	213	8	273	2,49
Amazonas	43	175	10	228	2,08
Amapá	26	77	6	109	0,99
Bahia	204	357	11	572	5,22
Ceará	131	349	9	489	4,46
Distrito Federal	77	163	5	245	2,24
Espírito Santo	62	216	5	283	2,58
Goiás	95	273	11	379	3,46
Maranhão	81	264	10	355	3,24
Minas Gerais	256	450	13	719	6,56
Mato Grosso do Sul	63	195	4	262	2,39
Mato Grosso	54	183	13	250	2,28
Pará	95	285	9	389	3,55
Paraíba	66	149	5	220	2,01
Pernambuco	113	280	7	400	3,65
Piauí	54	154	9	217	1,98
Paraná	150	342	11	503	4,59
Rio de Janeiro	157	458	12	627	5,72
Rio Grande do Norte	61	169	6	236	2,15
Rondônia	27	128	4	159	1,45
Roraima	14	82	6	102	0,93
Rio Grande do Sul	146	303	13	462	4,22
Santa Catarina	115	287	7	409	3,73
Sergipe	44	124	3	171	1,56
São Paulo	301	597	5	903	8,24
Tocantins	30	147	8	185	1,69
Total Geral	3 655	6 906	396	10 957	100,00

Fonte: SIAPE, dez/2024.



Detalhamento da despesa de pessoal

(R\$)



Fonte: SIAPE, dez/2024 e Sistema de Administração de Pessoal Censitário - SAPC, dez/2024.

A redução nos gastos com funcionários contratados em 2024 é resultado da conclusão do Censo Demográfico. Por outro lado, as despesas com servidores ativos e aposentados aumentaram devido ao reajuste salarial concedido em 2024.

Desenvolvimento de pessoas

Em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, o IBGE elaborou seu **Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP IBGE 2024**. A seguir, estão as principais ações de desenvolvimento de pessoas realizadas no ano de 2024.

O papel da ENCE na capacitação

As ações de treinamento e capacitação realizadas pelo IBGE, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, atingiram o resultado de **31 090 conclusões**, sendo 26 716 referentes a servidores do quadro do IBGE e 4 374 referentes a pessoas não pertencentes ao quadro, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 23 456 conclusões. A maior parte das ações foi ofertada na modalidade a distância, permitindo a participação dos servidores de todo o Território Nacional.

A tabela a seguir apresenta as categorias de capacitação realizadas em 2024 e o respectivo número de conclusões referentes aos servidores do quadro do IBGE:

Categorias de capacitação referentes a 2024

Categorias de capacitação	Concluintes
Treinamentos de Pesquisa	21 326
Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	5 351
Capacitação aberta a público externo	39
Total	26 716

Fonte: Escola Virtual IBGE.

Na categoria "Treinamentos de Pesquisa" estão incluídas as ações de capacitação que visam o treinamento da rede de coleta de dados para as diversas pesquisas do IBGE. A categoria "Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP"

contém as capacitações ofertadas para atender a outras necessidades de desenvolvimento dos servidores. Já a categoria “Capacitação aberta a público externo” engloba diversas ações como cursos e *workshops* voltados para o público externo, mas com participação de servidores.

Em dezembro de 2024, foi concluída a elaboração de oito cursos autoinstrucionais a distância ofertados ao público externo e/ou aos servidores do IBGE: Sistema Estatístico Nacional; Extrair Informações do IBGE; Descomplicando o IBGE; Introdução a Indicadores Sociais; Geociências na Prática; Aprendendo a Criar Informação Espacial; Estudos de População; e Fecundidade e Mortalidade. Esse trabalho foi desenvolvido por consultores contratados pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA com o acompanhamento, supervisão técnica e validação dos profissionais do IBGE.

Levantamento de necessidades de capacitação

Em 2024, o IBGE implementou um novo modelo de Levantamento de Necessidades de Capacitação - LNC, para o período 2024-2025, como complementação ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, a fim de aprimorar a definição de prioridades e os cronogramas de atendimento, a partir da identificação das demandas comuns.

O levantamento foi realizado através de oficinas de Levantamento de Informações de Necessidade de Capacitação - LIANC, organizadas separadamente

com cada área do Instituto. Durante o período de março a maio, as equipes participaram de sessões estruturadas que combinaram diferentes formatos de trabalho: análises individuais, discussões em duplas, trabalhos em subgrupos e debates em plenária. O modelo buscou assegurar que as decisões sobre capacitação estivessem alinhadas ao planejamento estratégico do IBGE, visando aprimorar o desempenho dos servidores e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

Atendimento a demandas externas


Foi realizada uma ampla reestruturação interna para a elaboração e gestão de capacitações voltadas para o público externo, visando levar a diferentes atores da sociedade civil os conhecimentos necessários para a utilização dos dados produzidos pelo IBGE. Nesse sentido, buscou-se capacitar técnicos e servidores municipais; estudantes e professores universitários; bem como membros de movimentos sociais.

Programa LideraGOV

Duas servidoras do IBGE participaram da quarta edição do Programa LideraGOV de Desenvolvimento de Líderes, exclusiva para pessoas negras. Voltado para o desenvolvimento de líderes da administração pública federal, o programa é fruto de uma parceria entre o MGI e a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Essa edição contou, também, com a parceria do Ministério da Igualdade Racial - MIR, tendo a participa-

ção de 51 servidores negros de 10 Unidades da Federação diferentes. A iniciativa compõe o programa Formação e Iniciativas Antirracistas - FIAR, que visa preparar pessoas negras para cargos de liderança.

No âmbito da mesma iniciativa, houve participação na publicação “*Mulheres Negras no Serviço Público Federal*”  organizada pela Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo - SEPAR, que teve como objetivo dar visibilidade e valorizar as experiências e conquistas de mulheres negras no serviço público, contemplando histórias de participantes da Turma 4.0 do Programa LideraGOV.

Principais desafios e ações futuras

Em 2024, o IBGE, por meio da ENCE, continuou mantendo o compromisso com o desenvolvimento profissional de seu corpo funcional, mesmo diante de um cenário desafiador, marcado pela redução significativa do quadro de colaboradores.

Como ações previstas para 2025, destacam-se: (i) o desenvolvimento e oferta de ações de capacitação planejadas para o Programa de Integração de Novos Servidores - PINS, assim como a atuação de equipe da ENCE como consultora dos profissionais que desenvolverão atividades como mediadores na semana destinada aos encontros presenciais do referido programa; e (ii) a ampliação da oferta de capacitações nas áreas de Estatística, Demografia e Geociências tanto para os servidores do IBGE como para a sociedade em geral.



Relacionamento e comunicação

Disseminação e comunicação

O relacionamento com a sociedade pode ser entendido como a conexão, articulação, difusão e oferta de informações estatísticas e geocientíficas para o imenso e diversificado público que necessita e opera com as mais variadas informações produzidas, disseminadas e divulgadas pelo IBGE.

Canais do IBGE com a sociedade

Nesse sentido, para manter e assegurar esse relacionamento, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



Portal do IBGE www.ibge.gov.br

Onde são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e bancos de dados para consultas.



Redes sociais proprietárias

[instagram.com/ibgeoficial](https://www.instagram.com/ibgeoficial)
[x.com/ibgecomunica](https://www.x.com/ibgecomunica)
[facebook.com/ibgeoficial](https://www.facebook.com/ibgeoficial)
[youtube.com/ibgeoficial](https://www.youtube.com/ibgeoficial)
[tiktok.com/@ibgeoficial](https://www.tiktok.com/@ibgeoficial)
[bsky.app/profile/ibgeoficial.bsky.social](https://www.bsky.app/profile/ibgeoficial.bsky.social)



Atendimento presencial

Realizado por meio das Seções de Disseminação de Informações nas capitais. Para ter acesso aos endereços, [clique aqui](#).



Atendimento telefônico 0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*.



Atendimento por formulário eletrônico

Formulário disponível na seção [Canais de Atendimento](#) do portal do IBGE.



Atendimento ao informante respondendo.ibge.gov.br

O canal [Respondendo ao IBGE](#) é destinado aos informantes para tirar dúvidas e verificar a identidade do entrevistador.



Atendimento à imprensa comunica@ibge.gov.br

Para subsidiar o trabalho da imprensa, esse canal é utilizado para realizar atendimentos a jornalistas, enviar avisos de pautas, convocar entrevistas coletivas e individuais, distribuir *releases* e notícias, e coordenar divulgações sob embargo com as 27 Superintendências Estaduais.



Fala.BR <https://falabr.cgu.gov.br>

Canal integrado para encaminhamento de manifestações (acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.



Biblioteca biblioteca.ibge.gov.br

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca, onde é possível, também, realizar o *download*.



Loja Virtual loja.ibge.gov.br

Comercialização de produtos do IBGE e, também, *download* das publicações.



Agência IBGE Notícias agenciadenoticias.ibge.gov.br

Oferece conteúdo jornalístico multimídia a partir dos dados produzidos pelo IBGE, a fim de ampliar e facilitar o acesso da sociedade à informação.



Minuto IBGE agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o País.

Quantitativo de atendimentos



Casa Brasil IBGE

Por ocasião dos 88 anos do Instituto, em 29 de maio de 2024, **foi inaugurada a primeira unidade da Casa Brasil IBGE**, no Palácio da Fazenda, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Também, nesta data, foi disponibilizado o **site da Casa Brasil IBGE** no portal do Instituto.

A Casa Brasil IBGE foi idealizada para ser um espaço externo de memória e tecnologia, reunindo num só lugar as várias áreas do IBGE do passado, presente e futuro. Nela, é possível conhecer as diferentes ações do Instituto divididas em nove macro áreas: Biblioteca, Conhecimento, Geociências, Censos, Pesquisas e Indicadores, Digital, Memória, Internacional e Regional.

Há, também, exposição dos equipamentos históricos de produção de mapas e questionários dos Censos, demonstração de exemplares oriundos da Reserva do Roncador, no Distrito Federal, e do Herbário RADAMBRASIL do IBGE, localizado no Jardim Botânico da cidade de Salvador (BA).

Para ampliar o público alcançado e a sua diversidade, a Casa Brasil IBGE está aberta para visitação do público e exige agendamento específico para grupos de alunos e professores, mediante o preenchimento de **formulário eletrônico**. Além disso, a casa vem sediando coletivas e eventos de divulgação de resultados de pesquisas, lançamento de publicações do IBGE, oficinas,

entre outros. Em 2024, a Casa recebeu **2 142 visitantes**, incluindo participantes de eventos.

Em 25 de novembro de 2024, foi inaugurada a segunda unidade, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Casa Brasil IBGE SUDENE. A unidade está funcionando na sede da SUDENE em Recife (PE) e conta com um acervo de informações em versões física e digital, totem interativo, computador para pesquisas e diversos produtos do acervo do IBGE, que compreende um trilhão de variáveis e 1,5 bilhão de dados em suas plataformas. Da mesma forma que ocorre na unidade do Rio de Janeiro (RJ), a Casa recebe visitantes e oferece oficinas para disseminar o aprendizado sobre o acesso aos dados e informações das plataformas digitais do IBGE.

Está prevista a inauguração de outras unidades da Casa Brasil IBGE, no primeiro semestre de 2025, incluindo os Estados do Ceará, Bahia e Pará.



Mídias sociais

A presença do IBGE nas principais plataformas e aplicativos teve início em 2010 e vem crescendo, desde então.

Em 2024, os resultados do Censo Demográfico 2022 continuaram a ser divulgados com ênfase nas ações de divulgação por esses canais. Foi implementada a transmissão multiplataforma dos eventos de divulgação, além de ter sido dada continuidade à **série de postagens “Por dentro do Censo”** e aos carrosséis com dados das divulgações mais

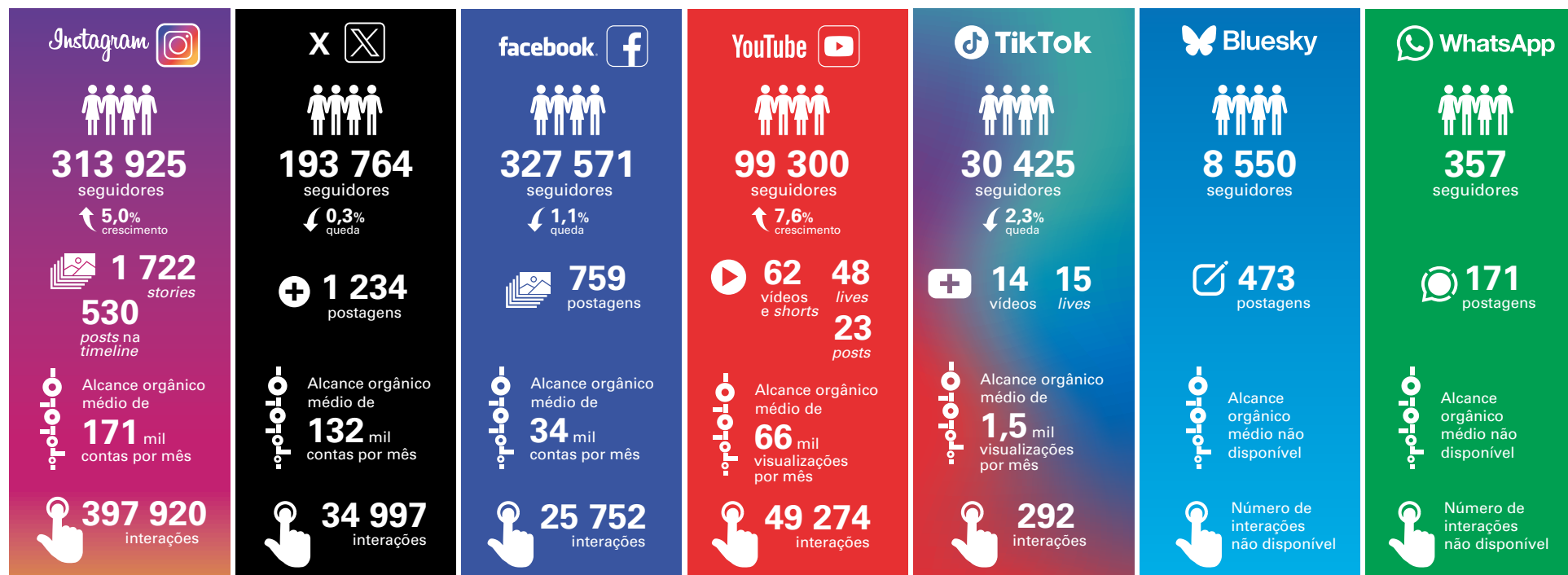
recentes. O **projeto “IBGE Explica – Censo”** também foi iniciado, com a produção e divulgação de conteúdo audiovisual sobre o tema.

O atendimento ao público em geral teve continuidade em 2024, com respostas aos questionamentos a respeito de pesquisas, índices e assuntos correlatos (envolvendo as unidades competentes do IBGE, sempre que necessário).

As mídias sociais são também ferramentas para divulgar pesquisas, índices e produtos do IBGE, bem como publicações e projetos. As postagens

seguem o **calendário oficial de divulgações** e são complementadas em oportunidades ligadas a datas comemorativas e aniversários de capitais. Em 2024, foram criados perfis oficiais do IBGE em duas novas plataformas: Bluesky e WhatsApp.

A seguir, apresenta-se um infográfico com **os números do desempenho do IBGE nas redes sociais** no ano de 2024 e a comparação em relação à performance de 2023.



Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Em 2024, até o mês de abril, foram realizadas oito reuniões com o Comitê de Adequação do IBGE à LGPD para a confecção do Relatório de Impacto de Proteção de Dados - RIPD. A partir de maio de 2024, ocorreram quatro reuniões destinadas ao atendimento a casos específicos demandados por servidores. Destaca-se a construção de um canal para o desenvolvimento de atividades de conscientização sobre a LGPD em todo o IBGE, a serem disseminadas no ano de 2025.

Satisfação dos Usuários

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários aconteceu no período de 3 de julho a 7 de agosto de 2024 e teve por base um questionário desenhado para obter um conhecimento mais detalhado e orientado acerca dos canais, sites e ferramentas mais utilizados pelos usuários. A pesquisa objetivou, também, o conhecimento das necessidades e o nível de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo IBGE, além de traçar um perfil dos respondentes.

O que você procura no portal? (1)



- 55,8%** Informações gerais sobre Cidade, Estado ou Brasil
- 53,0%** Outras informações geocientíficas
- 51,0%** Mapas
- 43,4%** Outras informações de estatística
- 43,0%** Informações de população
- 41,9%** Informações econômicas
- 28,5%** Oportunidades de trabalho / concursos
- 16,6%** Outros

Com qual grupo de usuário você mais se identifica?



- 40,9%** Profissionais de empresas privadas / profissionais liberais
- 24,8%** Pesquisadores / acadêmicos / professores
- 16,8%** Servidores públicos
- 12,4%** Estudantes
- 5,1%** Outros

A nota média de satisfação dos usuários com o IBGE foi **8,34** numa escala de 1 a 10.


Canais de atendimento Nível de satisfação	Nível de satisfação				
	Muito insatisfeito	Pouco insatisfeito	Neutro	Pouco satisfeito	Muito satisfeito
• 0800	11,9%	6,8%	13,7%	21,5%	46,1%
• Formulário eletrônico (Fale Conosco)	10,8%	10,4%	14,4%	21,2%	43,2%
• Redes sociais	2,7%	3,6%	13,9%	23,0%	56,8%
• Outra forma de contato	4,2%	3,4%	14,9%	16,4%	61,1%

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários, 2024.

(1) O questionário permite a marcação de mais de uma categoria na resposta, por isso a soma dos percentuais ultrapassa 100%.

Inserção internacional

O IBGE contribui com outros países na produção estatística e geocientífica e interage com sistemas de produção de informações dessa natureza, obtendo destaque no cenário internacional, pela manutenção de diálogo com instituições afins e pela ocupação de posições de relevo em organismos internacionais.

Além das tarefas alinhadas à **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** , destacam-se as seguintes atividades:

- Atividades de **cooperação com agências internacionais**:
 - Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund - UNFPA);
 - Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO);
 - Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF);
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP);
 - Organização Internacional para as Migrações - OIM (International Organization for Migration - IOM);
 - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR (The UN Refugee Agency - UNHCR);

- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO);
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL); e
- Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Inter-American Development Bank - IDB).
- **Grupo dos Vinte - G20**: Seminário “Avançando na medição do trabalho de cuidado e da economia do cuidado em apoio à igualdade de gênero e à autonomia”, realizado com a OIT;
- **Acordos de cooperação internacional**: parceria entre IBGE e Natural Resources Canada - NRCan e o **acordo complementar**  e entre os governos do Brasil e da Colômbia para o “Projeto Insumos e produtos cartográficos para a gestão da terra na Colômbia e no Brasil”.
- **Participação em eventos internacionais**:
 - 55ª Reunião da Comissão de Estatísticas da ONU, realizada em Nova Iorque;
 - 8ª Conferência Internacional sobre *Big Data*/Ciência de Dados para Estatísticas Oficiais, realizada em Bilbao;
 - Fórum Mundial de Dados da ONU, realizado em Medellín;

- 23ª Reunião da Conferência Estatística das Américas e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CE-CEA/CEPAL), realizada em Santiago;
- Fórum Político de Alto Nível de 2024, realizado em Nova Iorque;
- 10ª Conferência Estatística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, realizada em Praia;
- 14ª Sessão do Comitê de Peritos da ONU sobre Gestão de Informações Geoespaciais Globais, realizada em Nova Iorque;
- 11ª Conferência Europeia da Qualidade em Estatísticas Oficiais, com a participação dos países vinculados ao Serviço de Estatísticas da União Europeia - EUROSTAT, realizada em Estoril;
- 16ª Reunião dos Chefes dos Escritórios Nacionais de Estatística do BRICS, realizada em Kazan; e
- Diálogo Global da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento CIPD30, sobre Mudanças Tecnológicas, realizado em Nova Iorque.

Em relação ao **desenvolvimento de projetos internacionais**, cabe mencionar os seguintes: Centro de Referência na África para Coleta Eletrônica de Dados, *Regional Hub for Big Data*, *UK-Brazil Global Development Partnership: Design of a Trilateral Cooperation Pilot Initiative on Demographic Data*.



Quanto ao projeto **Centro de Referência na África para Coleta Eletrônica de Dados**, em janeiro de 2024, o IBGE participou de seminário na cidade de Praia, capital de Cabo Verde, para sua divulgação. A fase II do Projeto tem como objetivos a sua disseminação para outros Institutos Nacionais de Estatísticas - INEs e entidades africanas e o acompanhamento e compartilhamento de conhecimento sobre censos a outros países africanos. A partir desse evento, foram recebidas demandas de Moçambique e de Guiné-Bissau para apoio ao planejamento de seus censos de população da rodada 2030.



Visão geral da Plenária – Centros de Referência – Fase II (Coleta Eletrônica de Dados).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

No que diz respeito às **participações em organismos internacionais**, o IBGE atuou, em 2024, nos seguintes organismos:

- Co-Presidência do Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre a Integração de Informação Estatística e Geoespacial (United Nations Expert Group on the Integration of Statistical and Geospatial Information - EG-ISGI) no período de 2022-2024;
- Vice-presidência da Divisão dos Países de Língua Portuguesa - DPLP no Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN);
- Co-Presidência do Grupo Interagências e de Especialistas para os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Inter-agency and Expert Group for SDGs - IAEG-SDGs) das Nações Unidas;
- Vice-presidência do Comitê de Peritos das Nações Unidas sobre Gestão de Informações Geoespaciais Globais (Committee of Experts on Global Geospatial Information Management - UNGGIM Américas).

Relações institucionais

Ampliar e fortalecer as relações institucionais é fundamental para o cumprimento da missão institucional do IBGE, o que se dá mediante cooperação técnica, intercâmbio de conhecimentos em diversas áreas, rede de apoio e parcerias para as operações de coleta, troca de informações e divulgação das pesquisas e levantamentos.

Parcerias e rede de apoio

Em 2024, houve **ampliação de 28% das parcerias**, tendo sido estabelecidas 30 novas, resultando em um total de **104 instrumentos de parcerias em vigor**. Desse universo, destacam-se as seguintes:

- Rede Global de Instituições de Treinamento em Estatística (Global Network of Institutions for Statistical Training - GIST), da Divisão de Estatística da ONU: com o objetivo de construir capacidades sustentáveis nos países por meio de capacitação, a nível global e regional, para a produção e utilização de dados e estatísticas de qualidade, incluindo o monitoramento e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- United Nations Global Geospatial Information Management - UN-GGIM: com liderança nas áreas de nomes geográficos e integração de informações geoespaciais com estatísticas e centro de excelência em geodésia;



- Universidade Federal de Goiás - UFG e gestão compartilhada com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP: com o objetivo de executar o Projeto de Pesquisa “Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas”, visando desenvolver solução tecnológica com recursos de Inteligência Artificial (ChatPP) para apoio à realização de pesquisas no campo de políticas públicas;
- Ministério das Comunicações - MCOM: Acordo de Cooperação Técnica - ACT para a realização do módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, anualmente;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS: Termo de Execução Descentralizada - TED para a inserção de um módulo temático na PNAD Contínua para a construção de indicadores sobre segurança alimentar e nutricional, complementar a caracterização do perfil socioeconômico das famílias vulneráveis à fome, permitindo o aperfeiçoamento dos critérios adotados no Cadastro Único - CadÚnico;
- Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS: ACT para a implementação do Projeto de Reestruturação do “Sistema de Pesquisas de Inovação (Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC) e Temáticas/Estruturais” do IBGE;

- Ministério da Saúde: TED para a realização da 5ª edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, em 2024;
- MIR: TED para a inclusão do Bloco de Igualdade Racial junto às Pesquisas de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e Municipais - MUNIC;
- Órgãos estaduais responsáveis pela divisão político-administrativa dos Municípios: ACTs para a atualização contínua dos limites de Municípios e malha dos Setores Censitários, em particular com os órgãos e entidades dos Estados do Amapá, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Ceará;
- Colaboração com diversas instituições públicas para a instalação, operação e manutenção das estações das redes maregráficas - RMPG e GNSS permanentes da Geodésia, tais como Companhia das Docas do Estado da Bahia, Ceará e Pará, Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade Federal de Viçosa - UFV;
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC: ACT para a execução do projeto de pesquisa “IBGE rumo à Inteligência Artificial: Identificação de Necessidades e Concepção de Estratégias de Solução baseadas em Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Visão Computacional”; e
- Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO: ACT visando conferir maior eficiência e eficácia na obtenção de dados de governo e a identificação de oportunidades para o desenvolvimento de novas soluções digitais

do ecossistema de informações estatísticas e geográficas.

- UNFPA e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE: projeto “Modernização da Produção Estatística e Geocientífica”, com duas frentes de trabalho principais: (i) desenvolvimento de soluções inovadoras, capacitação de pessoal, estratégias de campo, gestão da coleta, comunicação e publicidade para ampliação da cobertura do Censo Demográfico; e (ii) aprimoramento da produção de informações de qualidade por meio de parcerias, incorporação de novas competências, integração com novas bases de dados e registros administrativos, adoção de novas técnicas de produção e aperfeiçoamento de sistemas e execução dos processos de produção estatística e geocientífica.

Ainda, para a preparação dos Censos, é necessária uma articulação constante para a facilitação e otimização das suas atividades operacionais. Por exemplo, no intercâmbio de cadastros de endereço, estão vigentes acordos com a Confederação Nacional dos Municípios - CNM, a Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul e com a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

No plano operacional, o IBGE tem conduzido, de maneira contínua, a ampliação da rede de parcerias voltada à facilitação e otimização das atividades operacionais necessárias à realização dos Censos e ações orientadas ao incremento do Cadastro de

Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Atualmente, a base de dados sobre essa rede conta com **351 entidades cadastradas**.

Acompanhamento legislativo

Das ações realizadas em 2024, destacam-se visitas a deputados federais e acompanhamento de projetos de lei, relevantes para o cumprimento da missão institucional.

As visitas se deram no âmbito do **Projeto IBGE 90 anos – Diálogos Externos**. Nessas ocasiões, foram tratados diversos temas, tais como o Censo Agropecuário de 2026, o Censo Demográfico de 2022, o papel do IBGE na coleta de dados, o uso de ferramentas digitais, além de abordar a importância do Sistema Nacional de Geociências, Estatística e Dados - SINGED e as futuras colaborações entre o IBGE e o Legislativo.

No âmbito do acompanhamento do processo legislativo, foram monitorados **19 projetos de lei** de relevância para o exercício das competências institucionais, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. São iniciativas relacionadas aos seguintes temas: inclusão social, desenvolvimento econômico, direitos humanos e aprimoramento da produção estatística nacional.

Dentre os projetos monitorados, encontram-se iniciativas voltadas para a ampliação da cobertura e qualidade de dados nos censos demográficos,

como a inclusão de informações sobre orientação sexual, identidade de gênero, saúde e condições habitacionais. Além disso, foram acompanhadas proposições que buscam fortalecer políticas públicas de proteção social, como o Fundo para Expansão da Educação Infantil e a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Projeto ODS

Na qualidade de órgão de assessoramento técnico da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNOODS, o IBGE participou da elaboração do **Relatório Nacional Voluntário - RNV 2024**, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, lançado no Fórum Político de Alto Nível, em julho de 2024, na sede da ONU. Também participou das discussões sobre os indicadores para o monitoramento do **ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial**, objetivo brasileiro adotado voluntariamente.

Com a presidência brasileira do G20, o IBGE lançou a série **Criando Sinergias entre a Agenda 2030 e o G20**, com os Cadernos **Desigualdades**, **Meio Ambiente** e **Mapas**, nas versões em português e inglês.

Como membro e *co-chair* do IAEG-SDGs, contribuiu para a Revisão 2025 do quadro de indicadores globais, a ser apresentada na 56ª Sessão da Comissão Estatística, em março de 2025.

Até dezembro de 2024, **132 indicadores** já haviam sido produzidos e divulgados na **Plataforma ODS Brasil**. O trabalho do IBGE, realizado de forma colaborativa com outras instituições produtoras de dados, foi divulgado como **exemplo de boa prática**, no portal da ONU.



Tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de tecnologia da informação e comunicação - TIC é realizada, por meio do seu **Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTI**, cuja última edição é a do **PDTI 2023-2024**. A organização desse trabalho segue determinações e melhores práticas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do governo federal (atualmente, a Secretaria de Governo Digital do MGI), bem como da CGU, do TCU e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Modelo de Governança de TIC

O **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC**, responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando em novas frentes de trabalho, tanto para o aumento de maturidade na gestão de TIC, quanto para o investimento e esforços relativos à **Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE - Posic 2023**, levando em consideração a gestão de riscos em TIC e a busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. O PDTI contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados, pelo

CTIC, como aderentes aos objetivos estratégicos do Instituto e coerentes com as políticas do IBGE nessa área, visando, assim, a padronização e economia de recursos. Ademais, a **Estratégia Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2023-2024**, apresenta projetos e oportunidades de desenvolvimento na área, levando-se em consideração os objetivos estratégicos institucionais.

Recursos aplicados em TIC

As aquisições de tecnologias realizadas, no ano de 2024, foram direcionadas principalmente para manutenção da infraestrutura já instalada, tanto de *hardware* como de *software* a fim de garantir a continuidade da execução das atividades do Instituto. Os contratos de suporte à infraestrutura e de desenvolvimento são vitais para o IBGE, pois permitem a entrega, o suporte e a sustentação dos serviços, aplicações e sistemas para as atividades finalísticas. Além desses, destacam-se os investimentos feitos na aquisição de equipamentos para a renovação do parque tecnológico.

Os contratos continuados mais relevantes, firmados em 2024, foram os seguintes: (i) Desenvolvimento e manutenção de *software*; (ii) Aquisição de equipamentos de TIC - *notebooks*; (iii) Locação de *software*; (iv) *Links* de Internet; e (v) Suporte de infraestrutura de TIC.

Principais iniciativas e resultados na área de TIC

- Fortalecimento do novo modelo de gestão de contratos de pessoas para desenvolvimento de sistemas, conforme preconizado pelo TCU;
- Implantação de novo modelo de contratação de licenças de *software* de gerenciamento de dispositivos de coleta, permitindo alteração no quantitativo ao longo do período da coleta que se reflete em economia para o IBGE;
- Ampliação do uso de metodologia ágil para desenvolvimento de sistemas;
- Amadurecimento do modelo de avaliação de projetos que utilizem TICs no âmbito do CTIC;
- Manutenção e avanço nas metas e tratativas do Plano de Transformação Digital demandado pelo MGI;
- Expansão do uso do Múltiplo Fator de Autenticação para acesso a portais e serviços do IBGE;
- Uso de *machine learning* para codificação dos dados do Censo Demográfico, expandido posteriormente para as demais pesquisas do IBGE;
- Criação de grupo de trabalho de Ciência de Dados para levantamento de iniciativas e discussão de possíveis soluções;

- Expansão do uso de registros administrativos com integração suportada por tecnologia de *blockchain*;
- Identificação de novas possibilidades de uso de registros administrativos;
- Fortalecimento do uso em larga escala dos *desktops* virtuais - VDIs, mudando o patamar tecnológico do trabalho de analistas e pesquisadores que necessitam de recursos computacionais;
- Suporte tecnológico para adoção do PGD, inclusive com entrega de VDIs, atrelado à manutenção da segurança das informações e aquisição de *notebooks* para maior mobilidade;
- Suporte e apoio às publicações inéditas dos resultados do Censo Demográfico 2022, por meio de ferramentas: Plataforma Geográfica Interativa - PGI, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA e do Sistema de Metadados;
- Expansão de arquitetura tecnológica utilizada no Censo Demográfico 2022 para as pesquisas com modelo semelhante de coleta de dados;
- Expansão de arquitetura de *containers* para aplicações e sistemas, visando maior resiliência do ambiente computacional;
- Amadurecimento do processo de gestão de mudanças, com a construção de normativo e suporte sistêmico; e
- Apoio e suporte institucional em TIC para o alcance das metas institucionais do IBGE.

Segurança da Informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, previsto na **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** [↗](#), torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que possam ser desempenhadas as atividades que tratam os dados obtidos e as informações produzidas.

A Posic 2023, vigente no IBGE, considera, principalmente, três aspectos: (i) as restrições ao tratamento de dados previstas na LGPD; (ii) o compartilhamento de dados na administração pública federal, regulado pelo **Decreto n. 10.046, de 09.10.2019** [↗](#), que impulsiona o uso dos registros administrativos; e (iii) a difusão do teletrabalho, a partir de 2020, que trouxe novos e grandes desafios à área de segurança da informação e comunicação.

O estabelecimento de novos controles de segurança e proteção de dados e o amadurecimento dos já existentes, tornam-se cada vez mais relevantes nas atividades do IBGE. Esses controles se apoiam em três pilares:

- **processos**: que diz respeito à normatização, permitindo a definição de processos, procedimentos, fluxos e responsabilidades, tais como: (i) **Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações**; (ii) o novo **Plano de Gestão**

de Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações; e (iii) processo de **gestão de mudanças**;

- **pessoas**: no qual destacam-se as seguintes ações: (i) a oferta frequente do **curso à distância de segurança da informação**, disponível na Escola Virtual do IBGE para todo o corpo funcional; e (ii) a divulgação de **matérias informativas sobre comportamento seguro** no uso das tecnologias; e
- **tecnologia**: cujos principais investimentos foram: (i) **firewall de aplicação** – equipamentos e *softwares*, atualizados para proteção dos serviços e aplicações disponíveis na Internet; (ii) **firewall de rede** – equipamentos para proteção dos dados e informações que circulam na rede do IBGE; e (iii) **duplo fator de autenticação**.

Além do Comitê de Segurança da Informação - CSI, o IBGE criou a sua **Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do IBGE - ETIR**, responsável por planejar, coordenar, executar e registrar as atividades de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, sempre com o objetivo principal de preservar os dados e informações armazenadas na infraestrutura do IBGE, local ou em nuvem.

É também vital ao IBGE a proteção dos dados pessoais tratados por ele. Nesse contexto, o IBGE criou **Comitê de Adequação à LGPD**, liderado pelo En-

carregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. O CSI e o Comitê de Sigilo atuam como instâncias de apoio à governança nessa temática.

O Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, caracteriza-se como um conjunto de projetos e processos de adequação nas áreas de privacidade e segurança da informação. Dentro deste programa, os membros do SISP passam por avaliações regulares que pontuam a adequação ao programa, de acordo com a maturidade dos controles de segurança e privacidade. Em 2024, o **IBGE avançou nos indicadores de maturidade**, obtendo as notas 0,74 no indicador de segurança e 0,75 no indicador de privacidade, no intervalo de 0 a 1.

Principais desafios e ações futuras

- Planejamento dos recursos de TIC necessários às ações do IBGE, em especial, para as próximas operações censitárias;
- Agilidade do processo de contratação de recursos de TIC (*hardware*, *software* ou serviços);
- Previsibilidade de orçamento para manter o funcionamento dos serviços oferecidos, licenças de *software*, recursos em nuvem, garantias de equipamentos, entre outros;
- Continuidade do processo de adequação dos recursos para o teletrabalho: a substituição gra-

dual dos *desktops* de trabalho por *laptops*, em conjunto com o uso *desktops* virtuais (possibilitando ganhos de mobilidade); o acesso direto às bases de dados e repositórios; conexão a servidores para processamentos de maior complexidade; e a redução da necessidade de espaços físicos, entre outros benefícios;

- Avanço no uso de tecnologias em nuvem em outras áreas, sendo desejável a criação de uma nuvem privada do IBGE, para prover maior resiliência e autonomia ao IBGE;
- Incorporação de rotinas, suporte e técnicas de segurança da informação aos processos de desenvolvimento de sistemas e implantação de *softwares*;
- Gestão de TIC: normatização e sistematização de processos internos;
- Governança de dados: sensibilização para a internalização dos papéis, procedimentos e responsabilidades previstos na Política de Governança de Dados do IBGE;
- Aprimorar o suporte aos usuários de tecnologia; e
- Política e Plataforma de Gestão de Conhecimento para o desenvolvimento de soluções coletivas para ampliação da cobertura geográfica e temática das pesquisas estatísticas.



Logística

Gestão de licitações e contratos

Conformidade legal

O IBGE adota as melhores práticas em busca da conformidade normativa, visando evitar desvios de conduta e fazer cumprir a legislação, notadamente a [Lei n. 14.133, de 01.04.2021](#). As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal e, além disso, existem vários normativos internos que tratam dos variados assuntos relacionados ao tema.

Em todas as contratações são adotados os modelos de artefatos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU, elaborados em parceria com a Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES, e, nas aquisições de TIC, aqueles elaborados pela Secretaria de Governo Digital - SGD, ambas as secretarias vinculadas ao MGI.

Associação aos objetivos estratégicos

As contratações inseridas no [Plano de Contratações Anual - PCA do IBGE](#) estão alinhadas às ações contidas em seu Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e fornecem as soluções que contribuem para alcançar os objetivos estratégicos da instituição.

Em 2024, foi instituída rotina, na elaboração do PCA, para que as novas demandas sejam associa-

das aos objetivos estratégicos, permitindo que se faça a adequada priorização de atendimento.

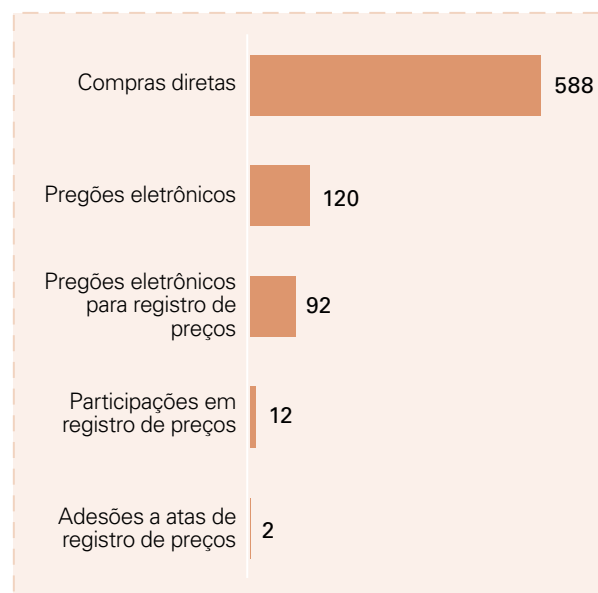
Contratações realizadas em 2024

814 contratações em 29 unidades contratantes* do IBGE, em 2024.

Houve uma **redução de aproximadamente 19%** nas contratações em relação a 2023, ainda reflexo da redução das contratações relacionadas ao Censo Demográfico 2022.

*Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASGs.

Modalidades de contratação



Os principais tipos das contratações diretas, em 2024, foram os seguintes:

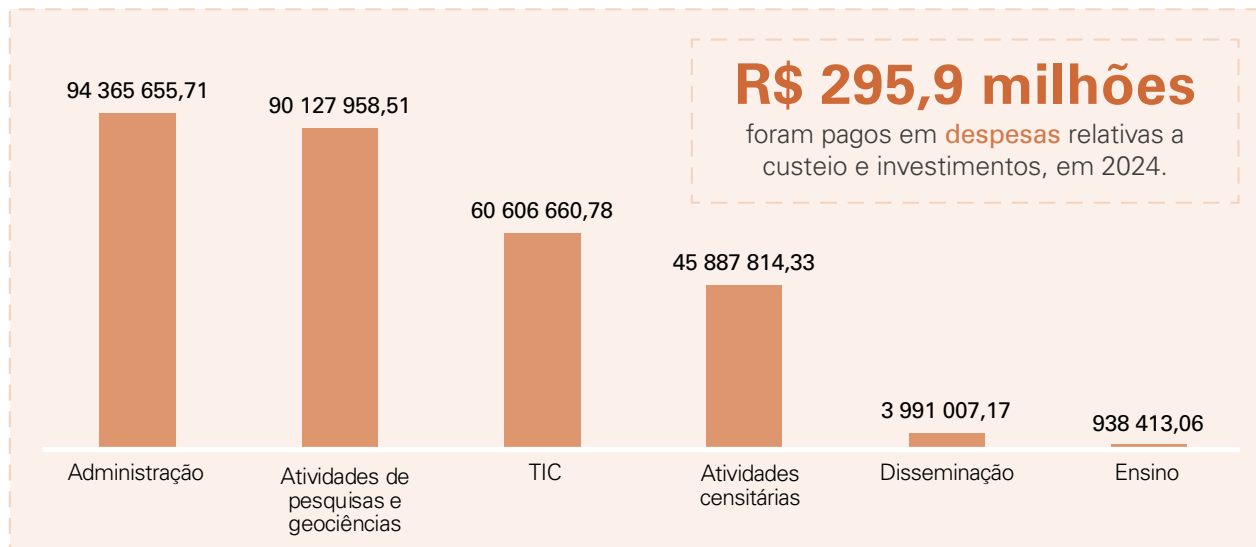
- I. Dispensas de licitação em razão do baixo valor, fundamentadas nos incisos I e II do Art. 75 da Lei n. 14.133, de 01.04.2021, com **466 contratações**;
- II. Inexigibilidades de licitação, com **122 contratações**; e
- III. Locações de imóveis, vagas e salas, com **41 contratações**.

O número de dispensas de licitação em razão do baixo valor justifica-se pela contratação de serviços pontuais e de pequenos fornecimentos nas diversas unidades do IBGE presentes no País.



Gastos por finalidade

(R\$)



Fonte: SIAFI.

A respeito de cada finalidade, cabe destacar ainda:

- **Atividades censitárias:** houve **redução de cerca de 89%**, quando comparado com o gasto em 2023. Isso se deve, especialmente, ao término de atividades associadas ao Censo;
- **Administração:** houve **redução de cerca de 19%** em relação ao ano anterior, ocasionado, em parte, pela adoção de medidas visando a contenção de despesas;
- **TIC:** tais despesas, em 2024, tiveram **redução aproximada de 10%**, em relação a 2023, ainda impactadas pelo término da operação censitária;
- **Atividades de pesquisas e geociências:** houve **aumento de 68%**, aproximadamente, em relação a 2023, sendo gastos inerentes às atividades finalísticas do Instituto; e
- **Disseminação e Ensino:** os gastos com disseminação, por meio de exposições, congressos, conferências, entre outros, tiveram um **acréscimo de 6,5%**, em relação ao ano de 2023. Os gastos com ensino, por sua vez, tiveram uma **redução de cerca de 2%**.

Principais desafios e ações futuras

O IBGE está presente em todas as regiões do País, o que implica uma grande diversidade de situações e demandas a serem tratadas pela gestão de licitações e contratos, ação bastante desafiadora considerando a carência de pessoal, o grande volume de processos de compras e a legislação robusta aplicável à matéria.

Todavia, a governança e a centralização das contratações ganharam destaque com a introdução da Lei n. 14.133, de 01.04.2021, dando ênfase à necessidade de aprimorar o planejamento das contratações, os controles internos e a padronização de procedimentos.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à gestão patrimonial na administração pública, tais como as [Leis n. 8.245, de 18.10.1991](#), [n. 14.133, de 01.04.2021](#), [Portaria ME n. 1.708, de 12.02.2021](#), os [Decretos n. 10.193, de 27.12.2019](#) (bens imóveis) e [n. 9.373, de 11.05.2018](#) (bens móveis), [Instrução Normativa SEGES/ME n. 103, de 30.12.2022](#), bem como as normas internas do IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2024, o IBGE fez investimentos na aquisição de materiais permanentes com 1 989 tombamentos e valor total de R\$ 13 186 402,26. A maior parte desse investimento atendeu demandas de infraestrutura de TIC, com **72,7% do valor total**.

Na distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, apresentada no quadro a seguir, percebe-se concentração na Administração Central, com 55,76% dos bens, que corresponde a **85,61% do valor total**. Essa característica decorre de aquisições centralizadas na Administração Central, com distribuição nas Superintendências Estaduais. Com essa estratégia, foi possível a obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.

Distribuição de tombamentos por unidade

Unidade de tombamento	Quantidade	Valor (R\$)
Administração Central	1 109	11 288 629,90
SES/GO	32	708 067,41
SES/MS	309	419 503,89
SES/BA	192	236 297,88
SES/MA	18	94 548,92
SES/PR	3	74 685,24
SES/AM	87	73 133,00
SES/SC	27	66 790,82
SES/RN	22	47 999,83
SES/PI	50	35 599,40
SES/TO	10	26 550,00
SES/ES	14	25 338,00
SES/PR	39	22 403,55
SES/AC	8	20 909,98
SES/AL	7	15 691,76
SES/MG	8	10 842,00
SES/RJ	20	7 663,65
SES/DF	4	4 814,00
SES/RS	14	2 912,26
SES/PA	11	2 514,27
SES/CE	5	1 506,50
Total Geral	1 989	13 186 402,26

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2024.

Desfazimento de ativos

Em 2024, foram registrados desfazimentos de bens diversos, com os totais apresentados no quadro a seguir.

Desfazimento de bens (dados consolidados)

Tipo	Quantidade	Valor Contábil Líquido (R\$)
Venda	14	161 711,38
Doação	107 167	12 498 842,02
Perda Total	1 304	348 800,61
Vazadouro Público	170	1 812,94
Total Geral	108 655	13 011 166,95

Fonte: SDA-Bens Móveis, 2024.

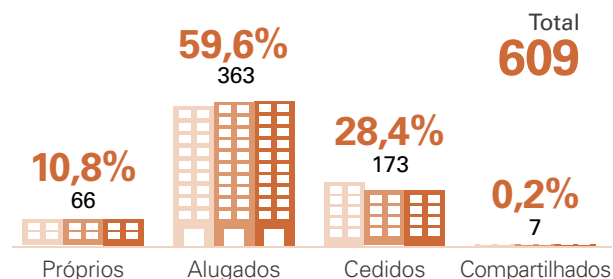
Destaca-se, em 2024, a doação de Dispositivos Móveis de Coleta - DMC para o Ministério da Saúde, em cumprimento ao TED 112/2019 e as doações baseadas na [Lei n. 14.479, de 21.12.2022](#).



Gestão de imóveis

Ao final de 2024, o IBGE contava com **609 imóveis** para o desempenho de suas atividades, entre próprios, alugados, cedidos e compartilhados, registrando **aumento de 0,7%** em relação a 2023, causado, principalmente, pelo aumento no número de imóveis cedidos.

Imóveis utilizados pelo IBGE



A tabela ao lado apresenta a distribuição geográfica dos imóveis do IBGE, nos anos de 2023 e 2024.

Em 2024, houve a atualização no valor total dos imóveis próprios, com **acréscimo de R\$ 49 751 210,26 (16,51%)**, proveniente de benfeitorias e reavaliações cadastradas pelas Superintendências Estaduais e pela Sede tanto no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, como no sistema administrativo corporativo do IBGE.

Com relação ao quantitativo de imóveis **próprios**, não houve alteração de 2023 para 2024. Quanto aos imóveis **cedidos**, houve aumento de quatro imóveis em 2024 (+0,7%), em relação a 2023, totalizando **173** imóveis, resultado principalmente de ACTs firmados.

Distribuição geográfica dos imóveis próprios, alugados e cedidos e compartilhados, por exercício

Unidades da Federação	Próprios		Alugados		Cedidos		Compartilhados	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Acre	1	1	2	3	0	0	0	0
Alagoas	1	1	7	8	5	3	0	0
Amazonas	1	1	3	4	5	5	0	0
Amapá	0	0	1	1	0	0	0	0
Bahia	3	3	42	42	6	5	1	1
Ceará	8	8	6	6	4	6	0	0
Distrito Federal	2	2	0	0	1	1	0	0
Espírito Santo	0	0	11	11	2	2	0	0
Goiás	1	1	17	16	4	4	0	0
Maranhão	6	6	17	17	2	1	0	0
Minas Gerais	3	3	36	36	38	38	0	0
Mato Grosso	3	3	6	5	7	7	0	0
Mato Grosso do Sul	1	1	10	8	2	3	2	2
Pará	2	2	13	13	5	4	0	0
Paraíba	1	1	9	10	3	3	0	0
Pernambuco	1	1	14	14	3	6	0	0
Piauí	1	1	9	9	5	5	0	0
Paraná	1	1	30	31	4	4	0	0
Rio de Janeiro	18	18	20	20	2	3	0	0
Rio Grande do Norte	1	1	3	6	3	3	0	0
Rio Grande do Sul	1	1	37	34	5	5	2	2
Roraima	1	1	0	0	1	1	0	0
Rondônia	2	2	4	4	0	1	0	0
Santa Catarina	1	1	22	19	3	4	1	2
São Paulo	1	1	32	32	57	57	0	0
Sergipe	1	1	6	6	2	2	0	0
Tocantins	4	4	7	9	0	0	0	0
Total	66	66	364	363	169	173	6	7

Fonte: SPIUnet e SDA-Imóveis, dez/2024.

Notas: 1. Os números em destaque são aqueles onde houve alteração de 2023 para 2024. 2. Quanto aos imóveis alugados, foi reportado um número incorreto de imóveis da SES-PE no Relatório de Gestão 2023 (10 unidades, quando deveria ter sido 14). Com isso, houve redução de uma unidade (-0,3%) no número total de imóveis desta categoria, totalizando 363 unidades em 2024.

Em 2024, foi incluída a categoria “**compartilhados**”, que são recentes ocupações sob a forma de compartilhamento de espaço/despesas, que inclui, prioritariamente, imóveis de propriedade da União, sendo registrado o aumento de uma unidade, chegando a sete imóveis.

Com relação às despesas com locação de imóveis, houve uma **redução no gasto acumulado de R\$ 9 404 947,88 (34,4%)**, se comparado com o ano de 2023, ocasionado, principalmente, pela **devolução de três andares do imóvel alugado** situado na Av. Chile, 500, no Rio de Janeiro (RJ), bem como pelo represamento dos pagamentos de aluguel desde o mês de setembro, devido à falta de repasse pelo governo federal. A devolução de andares do imóvel supracitado resultou na **redução das despesas com aluguel (e condomínio) no valor de R\$ 306 303,70/mês**.

Obras e serviços de engenharia

As ações referentes às obras e serviços de engenharia seguem os padrões legais e normativos vigentes, e visam adequar os imóveis do IBGE às condições de segurança, confiabilidade, acessibilidade, economia, sustentabilidade, conforto, racionalização do espaço e manutenibilidade. Em 2024, foram realizadas as seguintes ações:

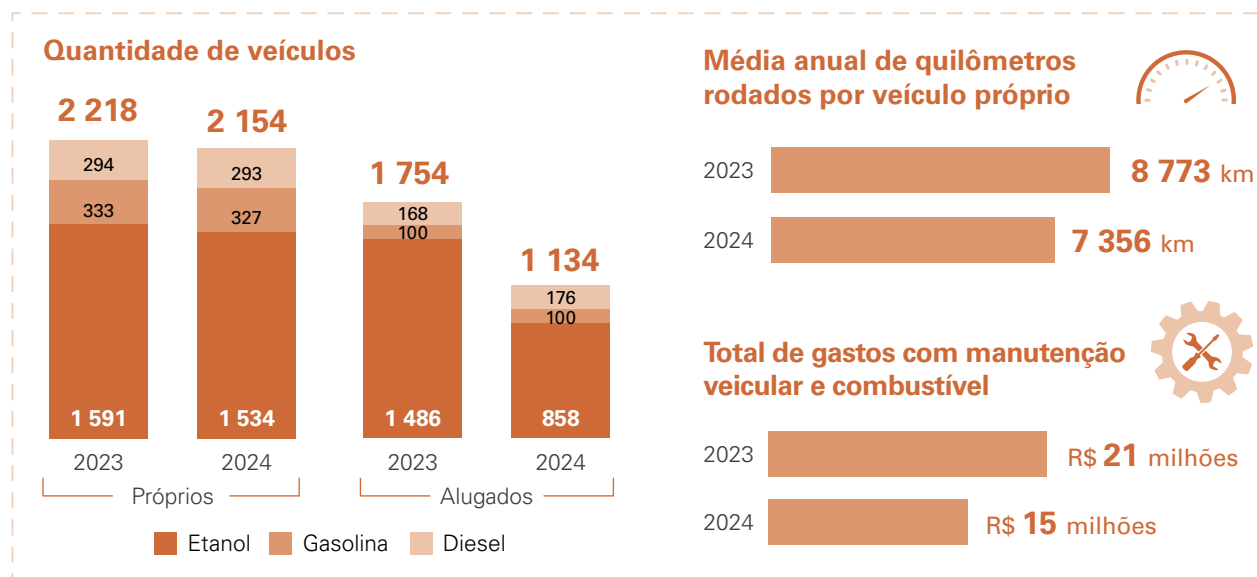
- R\$ 1 367 330,72 (em obras e serviços executados);
- R\$ 101 174,56 (em projetos faturados);
- R\$ 10 238 700,00 (em obras e serviços licitados);

- Projeto Retrofit Complexos Sede, Plano de Obras Nacional e estudos e projetos diversos não faturados ou desenvolvidos internamente; e
- Manutenção predial descentralizada em âmbito nacional.

Gestão da frota de veículos

A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos anos de 2023 e 2024, apurada com base na média do número de veículos, próprios e locados, ao longo do ano, por tipo de combustível.

Por causa do Censo Demográfico 2022, ainda havia uma quantidade considerável de veículos locados no ano de 2023 (1 754 veículos), retornando a um valor menos significativo em 2024 (1 134).



Fonte: SDA-Veículos, jan/2025.

TáxiGov

O IBGE implantou o TáxiGov na Administração Central, em 11/12/2019, a fim de reduzir despesas com veículos próprios no deslocamento entre os complexos da cidade do Rio de Janeiro (RJ) e outros serviços externos.

Em 2023, foram 1 831 viagens, 23 289 km percorridos a um custo de R\$ 70 214,82. Já em 2024, foram **1 762 viagens**, sendo 22 364 km percorridos a um custo de R\$ 70 657,15. O contrato se encerrou em 10/12/2024 e o IBGE aguarda a implementação do Mobgov, um modelo no qual vários prestadores de serviço são credenciados e centralizados em uma única prestadora com abrangência nacional.



Sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental

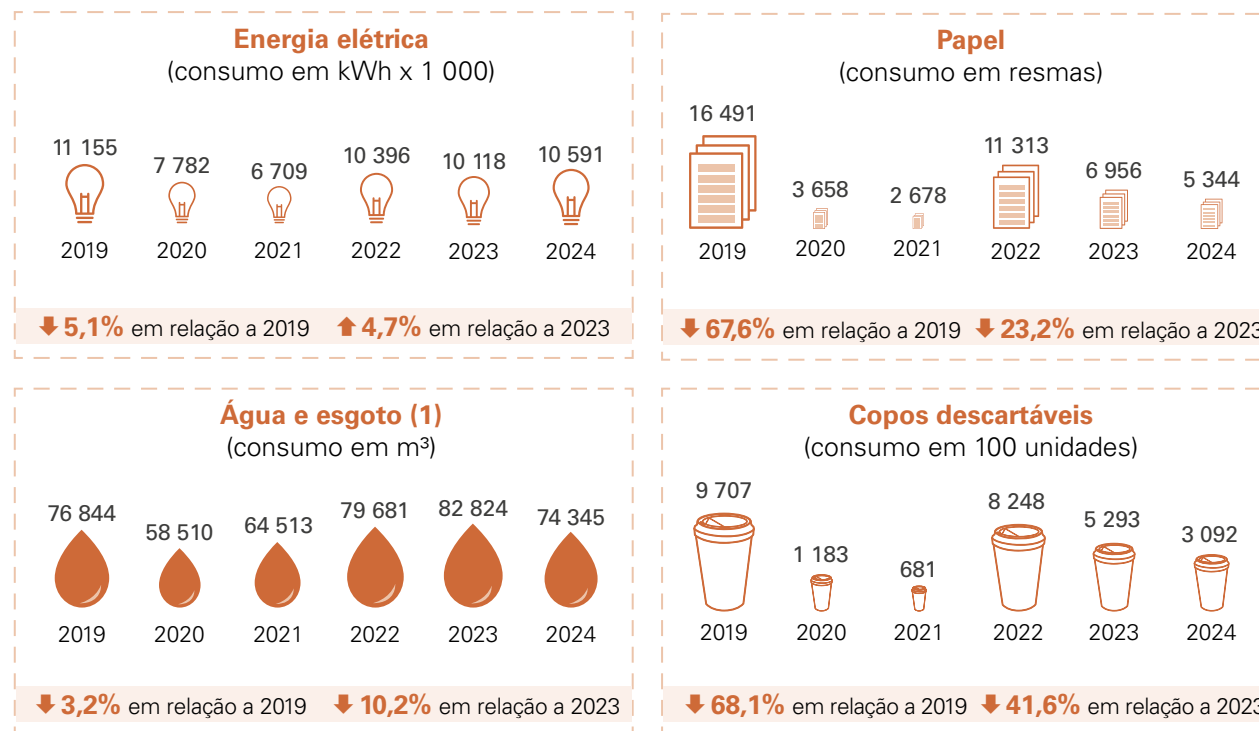
Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS

Em 2024, foi continuada a elaboração de um novo PLS para o IBGE, para vigência no biênio 2025-2026, seguindo os procedimentos contidos no [caderno de logística disponibilizado pelo MGI](#). Foram concluídas as seguintes etapas: (i) a elaboração dos objetivos, indicadores, metas e ações, pelos grupos de trabalho, por eixo temático; e (ii) a validação das ações com as unidades executoras. Para 2025, está prevista a conclusão da redação final do PLS e o início de sua execução e monitoramento.

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No IBGE, as contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais presentes nos editais de licitação, alinhados à norma interna que estabelece a adoção de critérios de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente aplicável e tendo como referência o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU](#).

Redução no consumo de recursos naturais



Fontes: SDA-Documentos Fiscais e SDA-Almoxarifado, jan/2025.

(1) Para o consumo de água em 2020, devido a inconsistências no registro de informações em razão da pandemia de COVID-19, os dados do consumo foram determinados com base na variação do gasto de 2019 para 2020, deduzida a inflação ocorrida no período.

Quando comparados com 2019, os dados de 2024 mostram **redução em relação a todos os itens investigados**, sendo reduções significativas nos consumos de papel (-67,6%) e copo descartável (-68,1%) e discretas nos consumos de energia elétrica (-5,1%) e água (-3,92%). O ano de 2019 foi adotado como referência para as análises, pois os anos de 2020 a 2023 apresentam condições atípicas de consumo: em virtude da pandemia, nos anos de 2020 e 2021 (com tendência de redução do consumo); e em função da coleta do Censo Demográfico, em 2022 e 2023 (que implicou em aumento do consumo). A redução na ocupação dos imóveis, em razão da adoção do PGD na modalidade de teletrabalho (integral ou parcial), foi o fator decisivo para as reduções de consumo identificadas. No caso da redução no consumo de papel, também contribuíram o desenvolvimento e a adoção do processo eletrônico e da assinatura eletrônica de documentos.

Ao comparar os dados de 2024 com os de 2023, observa-se que houve redução significativa dos consumos de papel (-23,2%), copo descartável (-41,6%) e água (-10,2%), resultado do encerramento da coleta do Censo Demográfico. Em contrapartida, observa-se discreto aumento do consumo de energia elétrica (+4,7%). Esse aumento no consumo de energia elétrica foi significativo (+36,3%) nos imóveis ocupados na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde fica a Administração Central. Por outro lado, considerando-se os demais imóveis, houve redução no consumo (-8,8%).

Tal resultado era esperado, em razão das medidas adotadas para o retorno ao regime híbrido, em particular nos imóveis ocupados pela Administração Central, onde estavam os maiores percentuais de servidores em teletrabalho integral.

Destinação ambientalmente adequada de uniformes

O IBGE adquire uniformes regularmente, especialmente para os trabalhadores envolvidos na coleta domiciliar de dados. E, em anos de operação censitária, o volume de aquisições se amplia enormemente, surgindo, como desafio, a destinação ambientalmente adequada de tais materiais. Em virtude disso, o IBGE editou norma interna disciplinando os procedimentos para a destinação de uniformes.

Após a utilização, os uniformes (coletes, bolsas e bonés) são devolvidos pelo trabalhador ao IBGE. Enquanto em condições de uso, deve ser feita a **reutilização** em outras pesquisas do IBGE. Caso contrário, deve ser providenciada a sua desidentificação e adotado um de dois procedimentos: (i) **doação**, de forma prioritária, para fins e uso de interesse social, visando a elaboração de novos produtos; e (ii) **aproveitamento energético por coprocessamento**, sendo reinseridos no processo produtivo.

O infográfico a seguir apresenta os dados consolidados para a destinação feita pelas seguintes Superintendências Estaduais, no ano de 2024: Amazonas, Sergipe e Santa Catarina.

Destinação de uniformes em 2024



2 345 bolsas doadas

1 431 bonés doados

1 015 coletes doados

3 120 kg enviados para coprocessamento (1)

Fonte: processos administrativos inseridos no SDA-Protocolo, jan/2025.

(1) O quantitativo informado também considerou outros materiais enviados para coprocessamento conjuntamente.

Educação ambiental

O IBGE, por meio de sua Superintendência Estadual do IBGE no Pará - SES/PA, recebeu a certificação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA para a **implantação de uma unidade local do projeto "Salas Verdes"**. Essa iniciativa do MMA pretende incentivar a implantação de centros de educação ambiental informal em todo o País, sendo que a escolha de interessados se dá por meio de editais.

No IBGE, tal iniciativa tem duas frentes de trabalho para alcançar tanto o público interno (servidores, contratados, terceirizados) como o externo (público



co escolar). Em 2024, destacam-se as seguintes ações: para o público interno, a realização de palestra sobre o tema “Gestão de Resíduos no Pará”; e, para o público externo, foi preparada uma apresentação do [canal IBGEeduca](#), com foco na questão ambiental, a docentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Rio Branco, que oferta à comunidade escolar turmas de 1º a 5º anos e os alunos têm entre 6 e 10 anos de idade, a ser realizada no início de 2025.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia

Nos projetos de engenharia e arquitetura, para reforma das edificações, são contemplados itens que consomem menos recursos ou utilizem materiais não agressores ao meio-ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico; equipamentos de ar-condicionado do tipo *inverter* e com gás ecológico; torneiras e mictórios com temporizadores; caixas ou válvulas de descarga de dois fluxos; sensores de presença para acionamento de lâmpadas, entre outras medidas. Ainda, há o controle de resíduos produzidos nas obras, por meio de manifestos, nos quais se identifica a quem encaminhar os resíduos produzidos para a sua destinação ambientalmente adequada. E, onde houve intervenções civis, foram obedecidos os requisitos legais de acessibilidade, com a instalação de pisos elevados, rampas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência.



Sala Verde da SES/PA inaugura atividades com palestra sobre gestão de resíduos

Principais desafios e ações futuras

- Conclusão da elaboração do PLS para o biênio 2025-2026 e a internalização do rito de monitoramento e avaliação da execução do plano;
- Elaboração de painel de indicadores para o acompanhamento do PLS e do resultado das ações nele previstas sobre o consumo organizacional e sobre os gastos decorrentes; e
- Elaboração de minutas padrão de editais (e demais documentos) de habilitação de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis produzidos pelo IBGE, no âmbito do Programa Coleta Seletiva Cidadã, previsto no [Decreto n. 10.936, de 12.01.2022](#).

Sustentabilidade social

A Sustentabilidade Social é um dos eixos temáticos do PLS do IBGE, que está em elaboração e prevê ações relativas aos temas de Qualidade de Vida no Trabalho e de Diversidade, Equidade e Inclusão, dentre as quais destacam-se: (i) a elaboração do [Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais](#); (ii) a elaboração de uma [Política de Diversidade, Equidade e Inclusão](#) para o IBGE; e a realização de uma pesquisa direcionada aos servidores que englobam o público-alvo de políticas de diversidade, equidade e inclusão. Cabe ressaltar que o resultado do levantamento do iESGo 2024 – Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) foi levado em conta na elaboração das ações.

Orçamento e finanças

Gestão orçamentária e financeira

Execução orçamentária por Função de Governo

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público, estando diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No caso das atividades desempenhadas pelo IBGE, nos últimos anos, estas classificações contemplaram basicamente as seguintes funções: “04 - Administração”, “09 - Previdência Social” e “28 - Encargos Especiais”.

No IBGE, a Função de Governo “04 - Administração” engloba: ações de caráter obrigatório (despesas com pessoal ativo, encargos e benefícios); ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura); e ações orçamentárias finalísticas (produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, bem como ao ensino superior, pesquisa e extensão). Em 2024, essa função alcançou um total de R\$ 1,39 bilhões, ou seja, **cerca de 51,1% dos créditos empenhados no exercício**. Em relação a 2023, este valor representou uma redução de 15,6% que pode ser atribuída à redução do quadro de contratados temporários responsáveis pela execução de atividades remanescentes relativas ao último Censo Demográfico.

Em relação à função “09 - Previdência Social”, que abrange despesas com aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários, o IBGE executou aproximadamente R\$ 1,33 bilhões, correspondendo a **48,9% do total**. Analisando as variações anuais desde 2022, nota-se um crescimento contínuo nos gastos dessa função, refletindo o constante processo de aposentadorias dos servidores do quadro efetivo ao longo dos anos.

Por fim, tem-se a função “Encargos Especiais”: No IBGE, tal função abrange as contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias. Trata-se de uma despesa inexpressiva frente às anteriores que, em 2024, manteve-se no patamar do exercício anterior, alcançando cerca de R\$ 157 mil.

Evolução anual da execução orçamentária da despesa por Função de Governo

Empenhado

Função de governo	2022	%	2023	%	2024	%
04 - Administração	3 312 403 556,96	72,8	1 649 639 418,43	55,7	1 392 976 631,26	51,1
09 - Previdência Social	1 238 720 228,39	27,2	1 309 620 073,52	44,3	1 330 697 053,13	48,9
28 - Encargos Especiais	101 569,22	0,0	162 926,50	0,0	157 173,46	0,0
Total Geral	4 551 225 354,57	100,0	2 959 422 418,45	100,0	2 723 830 857,85	100,0

Liquidado

Função de governo	2022	%	2023	%	2024	%
04 - Administração	2 818 006 153,24	69,5	1 599 487 800,68	55,0	1 348 941 476,19	50,3
09 - Previdência Social	1 238 561 140,43	30,5	1 309 468 911,44	45,0	1 330 695 411,74	49,7
28 - Encargos Especiais	101 569,220	0,0	147 926,50	0,0	146 693,46	0,0
Total Geral	4 056 668 862,89	100,0	2 909 104 638,62	100,0	2 679 783 581,39	100,0

Pago

Função de governo	2022	%	2023	%	2024	%
04 - Administração	2 665 734 965,13	70,0	1 486 458 999,59	55,4	1 275 063 723,26	50,9
09 - Previdência Social	1 142 981 829,66	30,0	1 197 692 824,16	44,6	1 232 006 663,27	49,1
28 - Encargos Especiais	91 029,25	0,0	136 617,00	0,0	140 440,26	0,0
Total Geral	3 808 807 824,04	100,0	2 684 288 440,75	100,0	2 507 210 826,79	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.

Execução orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa - GND

Os GNDs constituem categorias cruciais para a classificação e organização das despesas públicas, baseando-se na sua natureza intrínseca, proporcionando uma análise e controle mais precisos das finanças públicas. Ademais, eles facilitam a prestação de contas e a avaliação do desempenho das políticas públicas. A tabela abaixo apresenta os valores empenhados por GND nos exercícios de 2022 a 2024.

Em 2024, o GND “1 - Pessoal” demonstrou uma predominância marcante em relação às demais categorias, representando quase 85,0% da despesa total executada pela instituição, equivalente a cerca de R\$ 2,3 bilhões, entre pagamentos de ativos, aposentados e pensionistas. Essa predominância das despesas no Grupo de Pessoal reflete a necessida-

de de manter um quadro robusto de colaboradores efetivos para a realização das pesquisas e levantamentos no atual modelo operacional, bem como o elevado volume de gastos com inativos.

Com um percentual de 15,1%, encontra-se o Grupo “3 - Outras Despesas Correntes”, que apresentou um gasto de R\$ 412,1 milhões em 2024. Em comparação ao gasto observado em 2023, este grupo exibiu uma queda percentual significativa de 42,6%. Tal redução pode ser explicada pela já mencionada diminuição no quadro de contratados temporários do Censo Demográfico, que, embora se trate de uma despesa de pessoal, é contabilmente classificada como uma despesa do Grupo “3 - Outras Despesas Correntes”, devido ao seu caráter transitório no contexto do orçamento público.

Por último, cabe mencionar o Grupo “4 - Investimento” que, atingindo R\$ 8,5 milhões, foi o de

menor relevância em relação à execução total. Esse grupo de despesa também sofreu influência do processo de finalização das atividades do Censo Demográfico, tendo em vista que apresentou uma redução percentual de cerca de 63,2%, em relação ao exercício anterior.

Na tabela a seguir, relativa aos valores empenhados no Grupo “3 - Outras Despesas Correntes”, destacam-se as reduções mais expressivas nos elementos: “04 - Contratação por Tempo Determinado”, “39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”, “14 - Diárias - Civil” e “30 - Material de Consumo”. Essas diminuições foram observadas em função do término da coleta de dados do Censo Demográfico 2022 que, em 2023, ainda contava com uma estrutura robusta de postos de coleta e despesas relacionadas à locomoção das equipes de recenseamento. Em contrapartida, uma variação positiva relevante é o aumento da despesa com o elemento “46 - Auxílio-Alimentação”, que apresentou um incremento percentual de aproximadamente 44,0%. Tal incremento decorreu da publicação da Portaria MGI n. 2.797, de 29.04.2024, que reajustou o valor mensal do benefício de auxílio-alimentação devido aos servidores da administração pública federal, com efeitos financeiros a partir de maio de 2024. Da mesma maneira, sobre os gastos com o Grupo “4 - Investimento”, o encerramento das atividades de coleta do Censo Demográfico exerceu forte impacto sobre a redução observada.

Evolução anual da execução orçamentária da despesa por GND

Grupo de Natureza de Despesa	2022	%	2023	%	2024	%
1 - Pessoal	2 106 487 248,08	46,3	2 218 633 638,65	75,00	2 303 154 643,91	84,6
3 - Outras Despesas Correntes	2 424 911 560,84	53,3	717 604 408,33	24,2	412 135 216,54	15,1
4 - Investimento	19 826 545,65	0,4	23 184 371,47	0,8	8 540 997,40	0,3
Total Geral	4 551 225 354,57	100,0	2 959 422 418,45	100,0	2 723 830 857,85	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores empenhados em reais.

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa/Elemento de despesa	2022	%	2023	%	2024	%
1 - Pessoal	2 106 487 248	100,0	2 218 633 639	100,0	2 303 154 643,91	100,0
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	965 120 791,02	45,8	1 016 358 442,18	45,8	1 028 690 673,23	44,7
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	588 157 195,80	27,9	621 701 595,69	28,0	618 312 161,64	26,8
03 - Pensões	267 369 895,30	12,7	283 870 008,40	12,8	295 281 747,46	12,8
Demais gastos de Pessoal	285 839 365,96	13,6	296 703 592,38	13,4	360 870 061,58	15,7
3 - Outras Despesas Correntes - ODC	2 424 911 560,84	100,0	717 604 408,33	100,0	412 135 216,54	100,0
04 - Contratação por Tempo Determinado	1 698 737 782,86	70,1	270 866 052,13	37,7	115 488 206,13	28,0
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	149 594 531,33	6,2	122 236 889,71	17,0	73 821 929,56	17,9
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	57 529 991,23	2,4	56 912 888,30	7,9	51 608 150,59	12,5
46 - Auxílio-Alimentação	22 592 226,10	0,9	28 489 922,12	4,0	41 037 301,82	10,0
37 - Locação de Mão-de-Obra	25 958 635,59	1,1	33 255 121,66	4,6	35 171 183,53	8,5
93 - Indenizações e Restituições	61 687 154,04	2,5	17 737 279,40	2,5	22 790 168,87	5,5
14 - Diárias - Civil	52 135 697,51	2,2	50 305 381,36	7,0	16 403 967,76	4,0
30 - Material de Consumo	44 550 211,60	1,8	23 819 508,97	3,3	13 936 000,51	3,4
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	13 348 771,00	0,6	17 623 562,52	2,5	12 701 233,26	3,1
Demais gastos de ODC	298 776 559,58	12,3	96 357 802,16	13,4	29 177 074,51	7,1
4 - Investimento	19 826 545,65	100,0	23 184 371,47	100,0	8 540 997,40	100,0
52 - Equipamentos e Material Permanente	18 715 372,53	94,4	19 429 680,33	83,8	8 077 719,14	94,6
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	713 367,47	3,6	2 510 595,90	10,8	253 760,09	3,0
Demais gastos de investimento	397 805,65	2,0	1 244 095,24	5,4	209 518,17	2,5

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores empenhados em reais.

Execução orçamentária das principais ações orçamentárias do IBGE

A tabela a seguir traz a execução (empenhado) das ações orçamentárias do IBGE, nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das despesas obrigatórias inclui as ações do governo sobre as quais o IBGE não tem poder de decisão, visto que são despesas obrigatórias da União. Já a segunda (discricionárias), refere-se às ações sobre as quais o IBGE possui espaço para decidir sobre a sua alocação e, portanto, faz a gestão orçamentária.

Em relação à categoria de despesas “Obrigatórias”, observou-se uma manutenção da configuração de ações e suas respectivas representatividades. Nesse sentido, em 2024, a ação “0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União” permaneceu sendo a de maior relevância, concentrando 54,2% dos gastos observados nessa categoria. Em seguida, assim como nos anos anteriores, tivemos a ação “20TP - Ativos Civis da União” compreendendo cerca de 34,2% desse tipo de despesa. No que tange às despesas “Discricionárias”, houve uma acentuada queda no volume geral de despesas, justificada pela redução de 85,9% na ação “20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico”, em relação a 2023.

Evolução anual da execução orçamentária da despesa por categoria de resultado primário e ações orçamentárias mais relevantes

Categorias / Ações	2022	%	2023	%	2024	%
Obrigatórias	2 188 757 992,48	100,0	2 318 965 495,25	100,0	2 454 515 519,97	100,0
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1 238 720 228,39	56,6	1 309 620 073,52	56,5	1 330 697 053,13	54,2
20TP - Ativos Civis da União	738 118 529,49	33,7	776 810 256,13	33,5	840 409 432,58	34,2
Demais Ações Obrigatórias	211 919 234,60	9,7	232 535 165,60	10,0	283 409 034,26	11,5
Discricionárias	2 362 467 362,09	100,0	640 456 923,20	100,0	269 315 337,88	100,0
2000 - Administração da Unidade	45 087 845,68	1,9	122 326 005,98	19,1	122 841 922,14	45,6
20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos	25 903 115,17	1,1	45 355 027,68	7,1	79 222 715,75	29,4
20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	2 290 927 397,80	97,0	471 911 244,99	73,7	66 379 794,15	24,6
Demais Ações Discricionárias	549 003,44	0,00	864 644,55	0,00	870 905,84	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores empenhados em reais.

Execução orçamentária dos destaques concedidos e recebidos por Unidade Gestora

Os destaques concedidos pelo IBGE na ação “Administração da Unidade” tiveram como propósito o ressarcimento de despesas pelo compartilhamento de imóveis. Em alinhamento com a estratégia de racionalizar o uso dos imóveis públicos e reduzir os gastos com aluguel, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta n. 38, de 31.07.2024, o IBGE destacou um valor total de R\$ 1 176 182,12, no exercício de 2024. Esses recursos foram executados por outros órgãos da Administração Pública, conforme detalhado na tabela a seguir.

Execução orçamentária dos destaques concedidos por Unidade Gestora

Órgão	Empenhado	%
Destaques concedidos	1 176 182,12	100,0
173057 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	423 378,82	36,0
170114 - SUPERINT. REG. ADM. DO MGI – RIO DE JANEIRO	283 398,20	24,1
250036 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/SC	136 678,76	11,6
170018 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 1A RF	110 274,42	9,4
170088 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 6A RF	74 486,81	6,3
170178 - DELEGACIA DA RFB EM CAXIAS DO SUL	54 555,65	4,6
170166 - SUPERINT. REG. ADM. DO MGI – SANTA CATARINA	47 455,49	4,0
373070 - SUPERINT. REGIONAL DE SANTA CATARINA - SR(SC)	33 056,36	2,8
183039 - SUPERINTENDENCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS	9 913,78	0,8
170092 - DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA	2 983,83	0,3

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.

Em 2024, o IBGE também contou com recursos oriundos de convênios firmados com outras instituições governamentais, para o cumprimento de sua missão institucional. O montante recebido foi de aproximadamente R\$ 26,6 milhões, sendo tal valor detalhado na tabela a seguir, por conveniente, com detalhamento para os três destaques de maior vulto.

Execução orçamentária dos destaques recebidos por Unidade Gestora

Conveniente	Empenhado	%
Destaques Recebidos	26 602 171,68	100,0
Fundo Nacional de Saúde	12 651 777,44	47,6
Ministério Desenv. e Assist. Social, Fam. e Combate a Fome	6 348 590,47	23,9
Ministério do Turismo	3 697 074,34	13,9
Ministério das Mulheres	1 624 792,68	6,1
Ministério dos Direitos Humanos - MDH	1 167 506,24	4,4
Ministério da Igualdade Racial	1 042 215,68	3,9
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	44 690,98	0,2
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	12 130,54	0,0
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	7 906,53	0,0
Universidade Federal do Espírito Santo	5 486,78	0,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Valores em reais.

- Fundo Nacional de Saúde: o valor foi utilizado pelo IBGE para a realização de importantes pesquisas, como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, em 2024, e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, além dos suplementos de Atenção Primária à Saúde - APS, Desenvolvimento Infantil e Covid-19 na PNAD Contínua. A parceria entre o IBGE e o Ministério da Saúde visa fornecer informações confiáveis aos gestores públicos e à sociedade sobre a oferta de serviços de saúde no Brasil.
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: os recursos foram alocados para a inclusão de um suplemento rela-



cionado à segurança alimentar e nutricional na MUNIC e ESTADIC, assim como para a inserção de um módulo temático na PNAD Contínua. Tais levantamentos visaram construir indicadores de segurança alimentar e nutricional, além de complementar a caracterização socioeconômica das famílias vulneráveis à fome, contribuindo para o aprimoramento dos critérios do CadÚnico.

- Ministério do Turismo: esse recurso está sendo utilizado para dar continuidade à coleta de dados sobre a caracterização e dimensionamento do turismo no Brasil durante a segunda visita da PNAD Contínua nos anos de 2024, 2025 e 2026.

Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

A tabela a seguir traz as dotações orçamentárias do IBGE, entre os exercícios de 2022 a 2024, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por categoria e GND. A divisão por categoria de despesa é necessária para separar, na análise, os recursos sobre os quais o IBGE possui capacidade de decidir sobre sua alocação (discricionário) e aqueles em que o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório).

O IBGE apresenta, historicamente, elevada aderência entre o planejamento e a execução do orçamento programado, no que tange à execução

orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias. Em 2024, verificou-se um desempenho de **97,2% na execução** desses créditos.

No que tange aos créditos de investimento, a baixa execução (65,7%) observada está diretamente associada ao Plano Orçamentário - PO "CP20 - Calamidade Pública – Medida Provisória n. 1.275, de 22 de novembro de 2024". A maior parte dos recursos de investimento, destinados a esse PO, visava financiar obras estruturais para a recuperação da Su-

perintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul, severamente afetada pelas enchentes de maio de 2024. No entanto, este orçamento só foi disponibilizado ao IBGE no final do mês de novembro, o que inviabilizou a execução integral desse crédito no exercício de 2024. Em virtude disso, o IBGE fez uma solicitação de reabertura do saldo de créditos extraordinários para o exercício de 2025 para dar continuidade às atividades de recuperação dessa Superintendência.

Evolução anual do desempenho da execução por categoria de resultado primário e GND

Em R\$ bilhões

Categorias/ Grupo de despesa	2022			2023			2024		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. aprox.
Obrigatórias	2,22	2,19	92,3	2,32	2,32	99,8	2,48	2,45	99,0
1 - Pessoal	2,12	2,11	92,8	2,22	2,22	99,8	2,33	2,30	99,0
3 - Outras Despesas Correntes	0,09	0,08	80,6	0,10	0,10	98,8	0,15	0,15	99,1
Discricionárias	2,41	2,36	98,1	0,67	0,64	95,2	0,28	0,27	97,2
3 - Outras Despesas Correntes	2,39	2,34	98,1	0,65	0,62	95,5	0,26	0,26	98,8
4 - Investimento	0,02	0,02	96,4	0,03	0,02	86,9	0,01	0,01	65,7
Total Geral	4,62	4,55	95,2	3,00	2,96	98,8	2,76	2,72	98,8

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 21/01/2025. Os valores das dotações orçamentárias estão atualizados.



Principais desafios e ações futuras

- Concentração da operação de descentralização de créditos das Ações Discricionárias na Administração Central; e
- Criação de um Plano Orçamentário próprio para concentrar os recursos destinados às atividades de campo e coleta de dados.

Gestão de custos

O projeto de implantação da gestão de custos no IBGE visa a identificação dos custos associados aos produtos finalísticos, abrangendo a análise dos gastos referentes às despesas de custeio e de pessoal. Os objetos de custos contemplam unidades organizacionais, pesquisas e levantamentos geocientíficos (produtos) e processos de trabalho, permitindo uma abordagem abrangente na gestão efetiva dos recursos. Essa iniciativa está alinhada à busca contínua pela eficiência operacional e transparência na utilização dos recursos públicos.

Em 2024, o projeto de implantação do sistema de custos registrou avanços significativos na identificação e estruturação do custo da força de trabalho

por Unidade Organizacional - UORG. Durante o processo, foi considerada a métrica "Custo Pessoal - Ativo", disponível no Tesouro Gerencial, que apresenta detalhadamente os custos de remuneração por UORG, conforme a estrutura do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG.


Após uma análise criteriosa dos dados extraídos e a realização de esclarecimentos técnicos junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN sobre a composição dessa métrica, constatou-se sua adequação e confiabilidade para refletir os custos da força de trabalho no IBGE. Essa validação consolidou a métrica como uma referência essencial para a produção de relatórios primários de custo de pessoal por UORG.

A extração e validação dos dados relacionados à força de trabalho foram concluídas com sucesso, utilizando o Tesouro Gerencial como base, sendo um marco importante na consolidação do projeto. Esses resultados forneceram informações consistentes que possibilitaram a realização de análises estratégicas e a construção de uma visão preliminar para a sua divulgação estruturada.



Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas

Para acessar as Demonstrações Contábeis do IBGE, referentes ao exercício de 2024, bem como suas notas explicativas, [clique aqui](#) .

Informações e detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Patrimonial

O Ativo Circulante, ao final do exercício de 2024, apresentou uma redução de 7%, em comparação com o saldo em dezembro de 2023. A conta de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou discreto aumento de 0,2%, em relação ao final do exercício anterior. A maior parte do saldo em caixa se refere a pagamento de despesas com pessoal.

O grupo Créditos a Curto Prazo reduziu 41% ao longo do exercício de 2024. A conta de Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada apresentou redução de 74%, R\$ (17 632 316,00), devido às devoluções de financeiro referentes aos TEDs firmados com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Assim como no exercício anterior, há saldo nas contas de Adiantamento de 13º Salário e Adiantamento de Férias, devido às solicitações efetuadas serem superiores ao

saldo apropriado a pagar no passivo. Essas contas representam 44% do saldo desse grupo.

No Ativo Não Circulante, a variação de saldo total foi um aumento de 0,3%. O grupo do Imobilizado, responsável por 95% do Ativo Não Circulante, teve um crescimento de 0,2%. Houve uma diminuição na conta de Bens Móveis de 7%, sendo as categorias que apresentaram maior redução as de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, R\$ (50 028 209,34) e Veículos de Tração Mecânica, R\$ (2 185 726,49). Isso se deve, principalmente, a baixas por doações em ambas as categorias. No que diz respeito à conta dos Bens Imóveis, houve um aumento de 12% referente, principalmente, ao registro da reavaliação da Reserva Ecológica do IBGE de R\$ 43 947 173,98 na Superintendência Estadual do Distrito Federal na categoria Fazendas, Parques e Reservas.

O Passivo Circulante apresentou um decréscimo de 11%, em relação a dezembro de 2023. O grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo aumentou 4%. A conta de Salários, Remunerações e Benefícios é responsável por 98% desse grupo e apresentou um aumento de 5%, R\$ 6 834 257,29. As solicitações neste período de adiantamento de 13º salário e de férias contribuíram para essa variação.

O grupo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou uma redução de 69%.

Esse grupo representa apenas 0,2% de todo o Passivo Circulante. Os principais valores pendentes de pagamento referem-se a despesas com serviços especializados em Tecnologia da Informação, Condomínio, Energia Elétrica e Manutenção de Veículos.

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou uma redução de 25% e representa 40% do Passivo Circulante. A conta de Transferências Financeiras a Comprovar é bastante relevante para esse grupo do passivo, sendo responsável por 68% dele. As principais movimentações ocorridas foram referentes ao recebimento de financeiro dos TEDs firmados com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, com a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur e com a Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. Além disso, houve comprovação dos TEDs firmados com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e com a SNPTur. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes, apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Este fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

As contas de Retenções – Empréstimos e Financiamentos e de Depósitos Retidos de Fornecedores são responsáveis por, respectivamente, 17% e 7% da composição do saldo desse grupo.



Análise do Balanço Orçamentário

No exercício de 2024, a receita arrecadada acumulada representa 180% da receita prevista. O grupo de Receitas Patrimoniais é o maior responsável pela realização das Receitas Correntes e é composto pelo recebimento de taxa de uso de imóveis e, principalmente, pelos rendimentos de aplicação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional - CTU.

As Receitas de Serviços representaram 5% das Receitas Correntes realizadas no exercício 2024 e são compostas pelas taxas de inscrição em concursos e vendas de publicações. Mesmo com o recebimento de receita com as taxas de inscrições em concursos, o IBGE ainda está efetuando a devolução das taxas de processos seletivos realizados em anos anteriores que foram cancelados. Essas restituições impactam diretamente o saldo das receitas realizadas.

Com relação às Receitas de Capital, houve realização de R\$ 262 227,00 referente à Alienação de Veículos nas Superintendências Estaduais do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul.

Destaca-se que o IBGE não é um agente arrecador. Assim, a execução de suas despesas orçamentárias e realização de seus investimentos dependem do recebimento de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Este fato, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, não representa irregularidade.

Com relação à realização das despesas, verifica-se que o IBGE realizou 99% da Dotação Atualizada, sendo realizadas 99% das Despesas Correntes e 66% das Despesas de Capital. O grupo de Outras Despesas Correntes é responsável por 16% das despesas correntes empenhadas, sendo as maiores responsáveis as despesas com auxílio alimentação, diárias, contrato temporário e locação de imóveis.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2024, a classe Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentou um montante de R\$ 2 987 137 554,77, com uma variação negativa de 16% em relação a 2023. As Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD tiveram uma variação percentual negativa de 15%, representando, em 2024, o montante de R\$ 3 022 071 486,92. O resultado patrimonial, em dezembro de 2024, foi negativo em R\$ 34 933 932,15. Assim, observa-se uma considerável variação em relação ao resultado do ano anterior, o qual havia sido negativo em R\$ 11 938 229,71. Essa variação negativa é justificada, principalmente, pela diminuição nas VPAs: Transferências e Delegações Recebidas; e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, assim como, pelo aumento nas VPDs: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos; e Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

O grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, comparado com o exercício anterior,

apresentou um decréscimo de 87%. Essa variação negativa deve-se, principalmente, à alta entrada de taxas de inscrição em concurso público no 2º semestre de 2023, enquanto, em 2024, os valores constantes desse grupo referem-se à venda de livros periódicos e assemelhados e ao recebimento de taxa de uso de imóveis.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos reduziu 34% em relação ao exercício anterior. Essa variação refere-se, majoritariamente, à diminuição no subgrupo Ganhos com Incorporação de Ativos, pois o valor em 2023, refere-se principalmente, a três TEDs, dois com o CNPq e um com a Universidade Federal de Goiás - UFG. Além dos TEDs, há também o aditivo do ACT, firmado entre o IBGE e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, para viabilizar o apoio logístico em áreas indígenas durante o Censo Demográfico. Já o valor em 2024, refere-se majoritariamente ao repasse de financeiro, conforme solicitação do CNPq. A variação positiva no subgrupo Desincorporação de Passivos refere-se ao registro da comprovação dos TEDs com a SNPTur, com o Fundo Nacional De Segurança Pública e com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Além disso, há também devolução de financeiro do TED com a Secretaria de Combate à Pobreza e à Fome. Em Ganhos com Alienação também houve uma variação positiva, pois, em março de 2024, houve leilão de veículos na Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas corresponde a 99% das VPAs, em 31/12/2024, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar suas atividades. Esse grupo apresentou uma variação negativa de 16%, R\$ (558 706 015,43), em relação ao exercício anterior. Essa variação justifica-se, principalmente, pela diminuição em Transferências Recebidas para Pagamento de RP no valor de R\$ 420 114 704,37 e Repasse recebido de R\$ 195 534 443,08, pois, em 2023, ainda havia um considerável recebimento de recursos relacionados ao Censo Demográfico. O aumento no subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas refere-se ao alto valor de doações de DMCs para o Ministério da Saúde.

Nas VPDs, os grupos que mais influenciaram para o seu decréscimo foram Pessoal e Encargos variando R\$ 308 644 555,18 e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo variando R\$ 210 004 292,87.

O grupo Pessoal e Encargos é o segundo mais representativo dentro das VPDs, 38%. Essa VPD diminuiu 21% em relação a dezembro de 2023. Observa-se que a maior parte dessa variação, em 2024, se deve à diminuição na conta referente ao salário de pessoal temporário, no subgrupo Remuneração a Pessoal, pois, no início de 2023, o Censo Demográfico ainda estava sendo realizado e, consequentemente, o quantitativo de temporários à época era elevado. O decréscimo no subgrupo Encargos Patronais deve-se à diminuição nas contribuições

previdenciárias, também consequência dos encerramentos dos contratos de pessoal temporário. Já o subgrupo Benefícios a Pessoal teve uma variação positiva devido ao aumento no auxílio alimentação.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais é o grupo de maior representatividade perante o total das VPDs, 45%. No entanto, teve uma variação positiva de apenas 2% em relação a 2023, referente, principalmente, ao aumento em aposentadorias e pensões.


O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo reduziu 44%. Todos os subgrupos tiveram decréscimos em comparação ao ano anterior. Essas diminuições devem-se, em grande parte, à conclusão do Censo Demográfico. No subgrupo Uso de Material de Consumo, as maiores variações negativas foram em consumo de materiais estocados - almoxarifado, R\$ 9 031 478,54, e consumo de combustíveis e lubrificantes, R\$ 8 374 592,14. Já no subgrupo Serviços, os maiores decréscimos foram em Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem R\$ 116 451 907,18; diárias, R\$ 35 725 011,15; e serviços de comunicação, gráfico e audiovisual, R\$ 21 957 243,83, enquanto o maior aumento foi em serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, R\$ 4 002 068,30.

O grupo Transferências e Delegações Concedidas que representou, em dezembro de 2024, 6% das VPDs, teve uma diminuição de 33% em relação a dezembro de 2023. Essa variação negativa justifica-se, principalmente, pela diminuição no

subgrupo Transferências Intragovernamentais que acompanhou o decréscimo do subgrupo das VPAs, Transferências Intragovernamentais Recebidas. Como o IBGE depende das transferências financeiras do Tesouro, uma vez que estas diminuem, também diminuem as transferências concedidas para as Superintendências Estaduais.

O subgrupo Transferências Intergovernamentais também variou negativamente. Em 2024, não houve movimentação nesse subgrupo. Já, em dezembro de 2023, ocorreu o registro de duas Transferências Voluntárias. Uma transferência visou atender ao ACT 8/2022, firmado entre o IBGE, a ABC/MRE e o UNFPA, referente ao Projeto Modernização da Produção Estatística e Geocientífica. A outra transferência atendeu à parceria entre o IBGE, a ABC/MRE e o PNUD para difusão do conhecimento gerado pelo Censo Demográfico de 2022. Já o subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas variou positivamente, devido ao alto valor de doações de DMCs para o Ministério da Saúde.

No grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, houve um acréscimo de 117%, comparado a dezembro de 2023. Essa variação positiva deve-se, principalmente, ao aumento no subgrupo Incorporação de Passivos decorrente, majoritariamente, do recebimento de transferências de recursos financeiros dos TEDs firmados com a Secretaria de Combate à Pobreza e à Fome,



com a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, com o MIR e com a SNPTur. Os demais valores referem-se, em sua maioria, à retenção previdenciária e aos tributos federais. Também variou positivamente, o subgrupo Desincorporação de Ativos devido à devolução de financeiro, orientada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de dois TEDs firmados com o CNPq. Já a diminuição no subgrupo Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas deve-se ao fato de que, em 2023, houve reavaliação de bens imóveis, enquanto, em 2024, o valor constante desse subgrupo refere-se ao ajuste para perdas de demais créditos a receber.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

As Receitas Patrimonial, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas próprias do IBGE e são responsáveis por 0,1% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. A principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 99% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos, a aquisição de Ativo Não Circulante é responsável por 92% do valor desembolsado nessa atividade. As principais aquisições neste exercício se referem à Mobiliário em Geral, Máquinas Utensílios e Equipa-

mentos Diversos e Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Dos R\$ 13 641 547,01 desembolsados em Investimentos em 2024, 87% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados e 13% para pagamento de créditos empenhados neste exercício.

Análise do Balanço Financeiro

Verifica-se que houve um aumento na disponibilidade de caixa de apenas 0,2%, R\$ 303 114,38, em relação a dezembro de 2023. A maior parte do saldo em caixa se refere ao pagamento de despesas com pessoal.

Em dezembro de 2024, o total dos ingressos orçamentários reduziu 16% em comparação com dezembro de 2023. Esse fato se deve à diminuição nos Repasses Recebidos e nas Transferências Recebidas para Pagamento de RP, pois no exercício anterior ainda havia diversos compromissos relacionados ao Censo. O mesmo ocorreu com o total dos dispêndios orçamentários, que reduziu 9% em relação a dezembro de 2023, R\$ 293 307 705,54. Essa redução também se deve ao fato de no exercício de 2023 haver grande volume de despesas empenhadas a liquidar referentes ao Censo.

O saldo do grupo referente aos Recebimentos Extraorçamentários apresentou um decréscimo de 19% em relação a dezembro de 2023. Conforme mencionado anteriormente, em 2023 houve

um aumento das despesas empenhadas devido ainda à realização do Censo, conseqüentemente, o valor inscrito em Restos a Pagar - RP ao final de 2023 também cresceu e isso fica refletido na variação desse grupo. Os Pagamentos Extraorçamentários apresentaram uma diminuição de 57%, em comparação com dezembro de 2023, devido principalmente à redução dos pagamentos de RP referentes aos contratos temporários e respectivos encargos.

Normas e procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete: ao Plano Plurianual - PPA; à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; à Lei Orçamentária Anual - LOA; e a todos os normativos que regem a execução orçamentária no âmbito do governo federal.

Sob os aspectos contábeis, o Instituto segue todas as normas que norteiam o Sistema Federal de Contabilidade, tais como: o [MCASP](#); a [Lei n. 4.320, de 17.03.1964](#); as NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); as NBCs TSP numerada em diversos assuntos; e o [Manual SIAFI](#).

Visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis, dos atos permutativos e modificativos

da instituição, são adotados, entre outros, os seguintes procedimentos:

- I. Acompanhamento e aplicação das orientações dos manuais gerados pelo sistema SIAFI-Macrofunções;
- II. Utilização de sistema informatizado interno (SDA) para controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros. Em especial, esse sistema contém um módulo de captura dos documentos fiscais que é integrado ao módulo de controle dos contratos, permitindo que se faça a gestão e a emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI e na atuação de gestores administrativos designados pela Administração; e
- III. Elaboração de manual de operacionalização de suprimento de fundos e disponibilização de curso a distância para capacitar os servidores responsáveis por valores concedidos nesta modalidade.



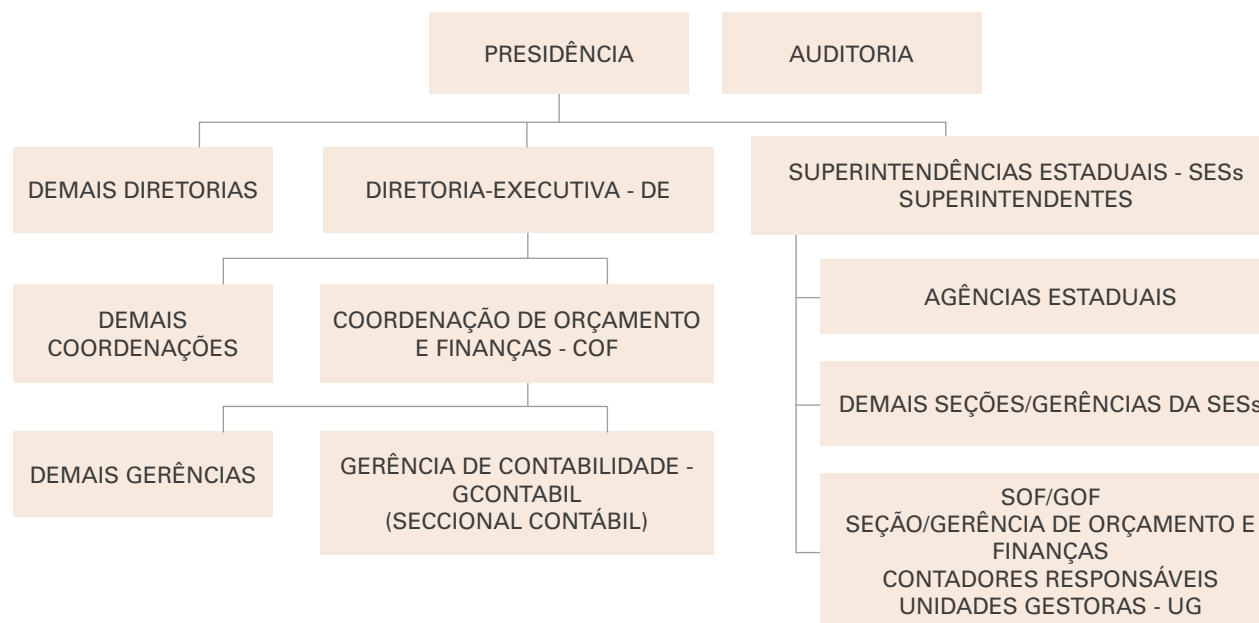
Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

A Gerência de Contabilidade - GCONTABIL está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, que faz parte da Diretoria-Executiva. Funciona como uma setorial contábil do órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças - SOF/GOF das Superintendências Estaduais.

Composição

A COF/GCONTABIL é composta por quatro Analistas Contadores. Há, também, o apoio local dos contadores das Superintendências Estaduais (27 Unidades Gestoras), com exceção de Mato Grosso - SES/MT e Piauí - SES/PI que, atualmente, não contam com um contador responsável.



Fonte: SDA-Organograma, jan/2025.

Competências

Compete à COF/GCONTABIL, entre outras:

- Analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- Orientar as Superintendências Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- Acompanhar as atividades contábeis das unidades gestoras no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Efetuar nas Superintendências Estaduais, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não podem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- Realizar treinamentos na área de contabilidade para as Superintendências Estaduais; e
- Elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis.

Responsabilidades

Como Seccional Contábil do Órgão, a COF/GCONTABIL é a Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

Lotação		Nome	Cargo
SEDE			
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
NORTE			
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
NORDESTE			
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114609	PI	-	-
114610	CE	Deusivanio Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114612	RN	Paula Frassinetti de Lima Barroso	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
SUDESTE			
114618	MG	Anderson Carvalho de Oliveira	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114631	RJ	Mariana Moraes Paes	Tecnico Infor Geográficas e Estatística
SUL			
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114625	RS	Denise Lima Maciel	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
CENTRO-OESTE			
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114626	MT	-	-
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística



Conclusões de auditorias e medidas adotadas

O IBGE não realiza a certificação da confiabilidade de suas demonstrações orçamentárias, financeiras e contábeis por meio de auditores independentes.

Em relação à atuação de órgãos de controle externo público, destacam-se as seguintes ações e encaminhamentos ao IBGE pelo TCU:

- Decisões de não registrar e de considerar como ilegais os atos de concessão de aposentadoria e pensão civil no IBGE, especificamente ao pagamento da GDIBGE, que, a despeito da negativa em função de tal rubrica estar sendo calculada em conformidade com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novos atos concessórios;
- O IBGE integrou fiscalização que avaliou os critérios de distribuição de *royalties* e participações especiais de petróleo e gás natural. Achados de auditoria destacaram: (i) atuação atípica do IBGE como órgão acessório de regulação setorial, impactando distribuição de recursos a entes subnacionais; e (ii) elevada judicialização com impactos bilionários e sobrecarga administrativa na Agência Nacional do Petróleo - ANP, IBGE e Advocacia-Geral da União - AGU;

- Fiscalização apurou possíveis irregularidades ligadas à falta de sistematização entre bases de dados da administração pública e coordenação de informações oficiais, o que poderia trazer prejuízos à fiscalização de políticas fundiárias e ambientais;
- Auditoria do Tribunal avaliou a implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais - SCEA e a estrutura de governança existente. Em versão preliminar do relatório, solicita-se que o IBGE colabore com o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, Casa Civil da Presidência da República e MMA nas seguintes atividades: (i) elaboração de um arcabouço normativo adequado; (ii) ações de padronização, integração e compartilhamento de base de dados; e (iii) elaboração de plano de ação. O relatório final ainda aguarda emissão.
- Representação do TCU investigou possíveis irregularidades na criação da "Fundação IBGE+", apontando a ausência de autorização legislativa para a criação de uma fundação pública de direito privado; e
- Fiscalização do TCU apurou indícios de irregularidades nas folhas de pagamento do IBGE, ressaltando a necessidade de esforços para conclusão das apurações e registros no Módulo Índícios do Sistema e-Pessoal.

A CGU, por sua vez, realizou auditorias contínuas, onde requisitou informações sobre gestão de pessoas nos seguintes objetos:

- Acumulação de benefícios previdenciários conforme a EC n. 103, de 12.11.2019; e
- Avaliação de contratação e gestão de temporários na Administração Pública Federal - APF em 2024.

Ao final de 2024, o IBGE ainda atendia 17 recomendações/solicitações da CGU, com prazos até julho do mesmo ano, sobre gestão de contratações e pessoas.





Nossos resultados

Censo Demográfico 2022

O Censo Demográfico é a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada no País, que permite a composição de um retrato abrangente e fiel do Brasil. Entre os anos de 2022 e 2023, o IBGE realizou a coleta do Censo Demográfico 2022, uma operação de magnitude desafiadora que mobilizou recursos humanos e tecnológicos em todo o Território Nacional. A partir de 2023, os dados passaram pelas etapas de crítica e codificação e foram disponibilizados ao público.

Resultados divulgados em 2024

Coordenadas geográficas dos endereços

O IBGE divulgou, no dia 02/02/2024, na cidade de Ponte Alta do Tocantins (TO), os dados das coordenadas geográficas dos endereços do Censo Demográfico 2022, com apoio dos governos estadual e municipal. É a primeira vez que o Instituto capta esse dado para todos os domicílios do País. No Censo Agropecuário de 2017, o IBGE já havia realizado essa captação na Área Rural, referente aos estabelecimentos agropecuários. Durante a operação censitária de 2022, essas coordenadas serviram para monitorar o trabalho dos recenseadores e para acompanhar a evolução da coleta.

O resultado desse trabalho integrará o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, a base de endereços usada pelo IBGE para a realização de suas pesquisas domiciliares.

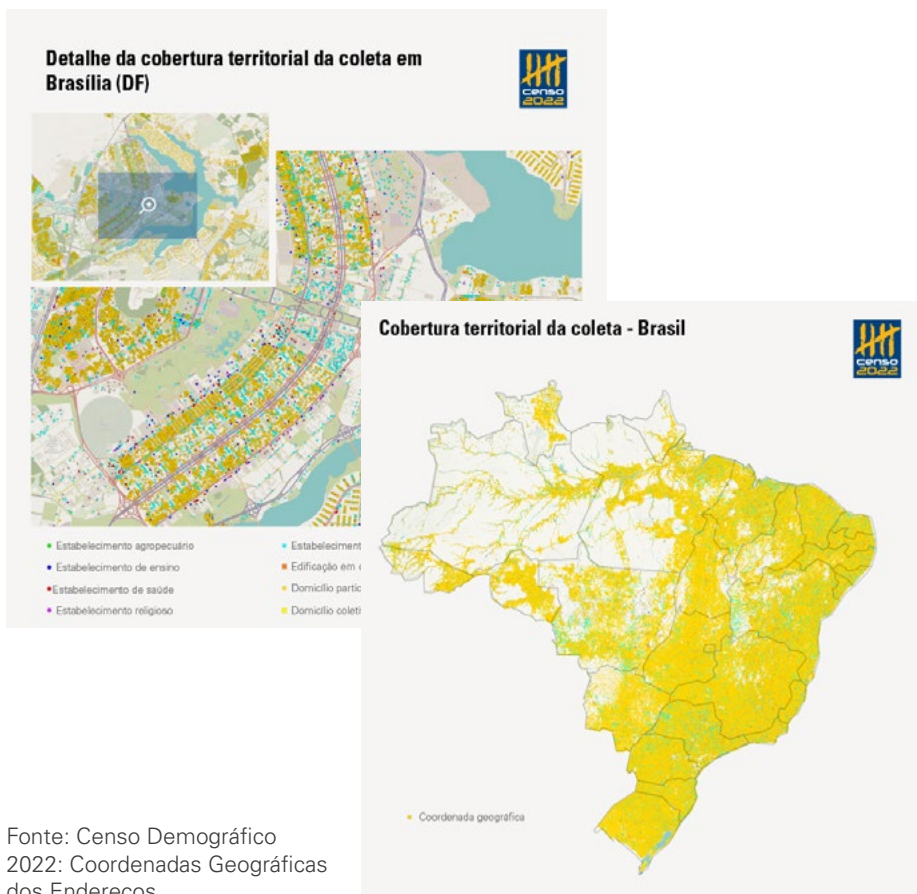
Os microdados estão à disposição da sociedade para aplicação em diversas situações, como a localização de endereços em áreas de risco, no caso de enchentes, deslizamentos e queimadas. Outro possível uso é localizar endereços em zonas de planejamento da administração pública, em unidades

de conservação ambiental e em áreas de atuação de um determinado empreendimento.

As coordenadas geográficas podem ser consultadas por espécie de endereço, ou seja, pela sua finalidade de uso. Assim, o usuário vai saber se um ponto no mapa representa um domicílio particular, coletivo, ou se é um estabelecimento agropecuário, de saúde ou de ensino. As coordenadas geográficas podem ser visualizadas na [Plataforma Geográfica Interativa - PGI](#) e no [Panorama do Censo 2022](#).



Governador Wanderlei Barbosa fala ao público presente na divulgação das coordenadas geográficas do Censo 2022, em Ponte Alta do Tocantins.



Fonte: Censo Demográfico 2022: Coordenadas Geográficas dos Endereços.

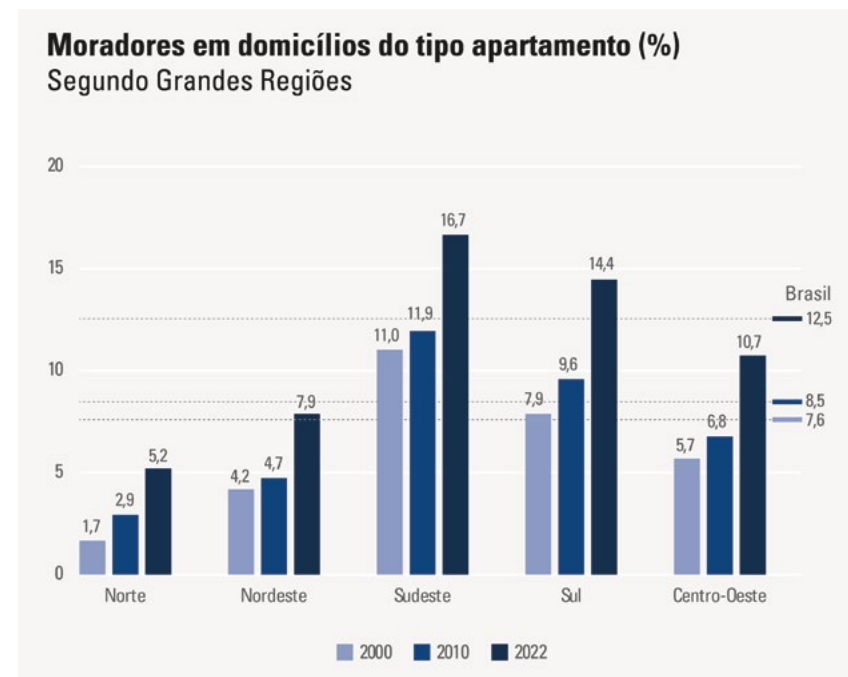
Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Características dos domicílios: resultados do universo

O IBGE, no dia 23/02/2024, divulgou o resultado *Censo Demográfico 2022: características dos domicílios: resultados do universo*, em Diadema (SP), com o apoio do governo municipal e do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

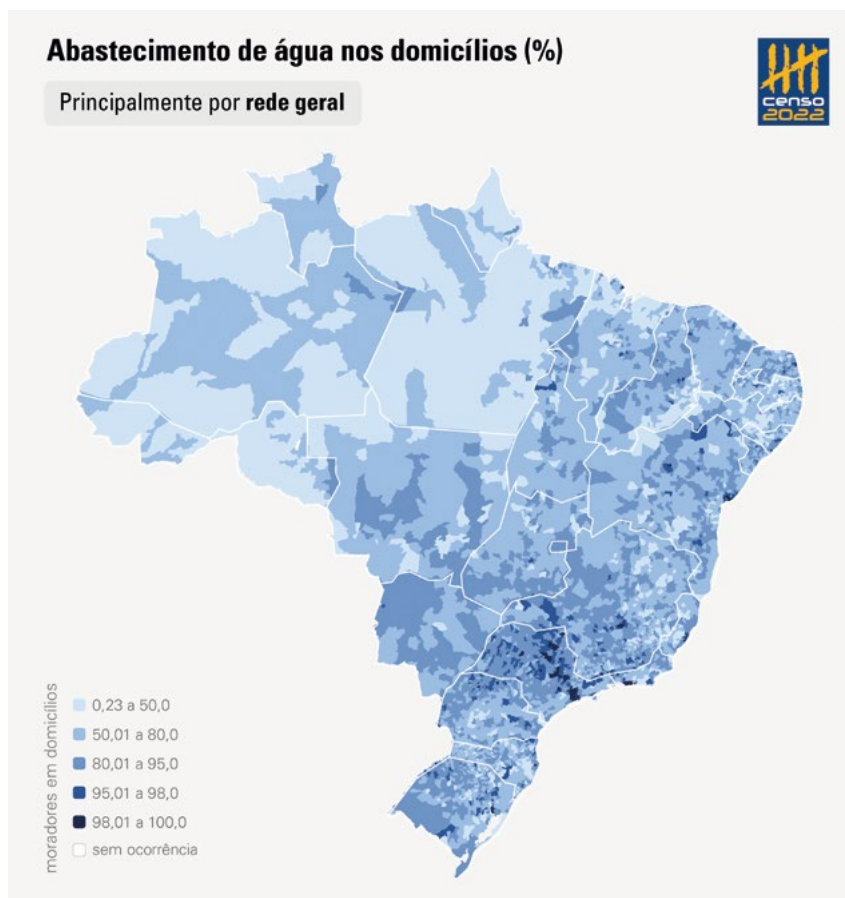
Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Em 2022, havia no País **59,6 milhões de casas ocupadas**, nas quais residiam 171,3 milhões de pessoas, ou seja, a maioria da população (84,8%). O segundo tipo mais encontrado foi apartamento, categoria de domicílio na qual residiam **12,5% da população**. O amplo predomínio das casas entre os tipos de domicílios já havia sido registrado nos censos anteriores, assim como a tendência de aumento da proporção de apartamentos, como se observa no gráfico a seguir.



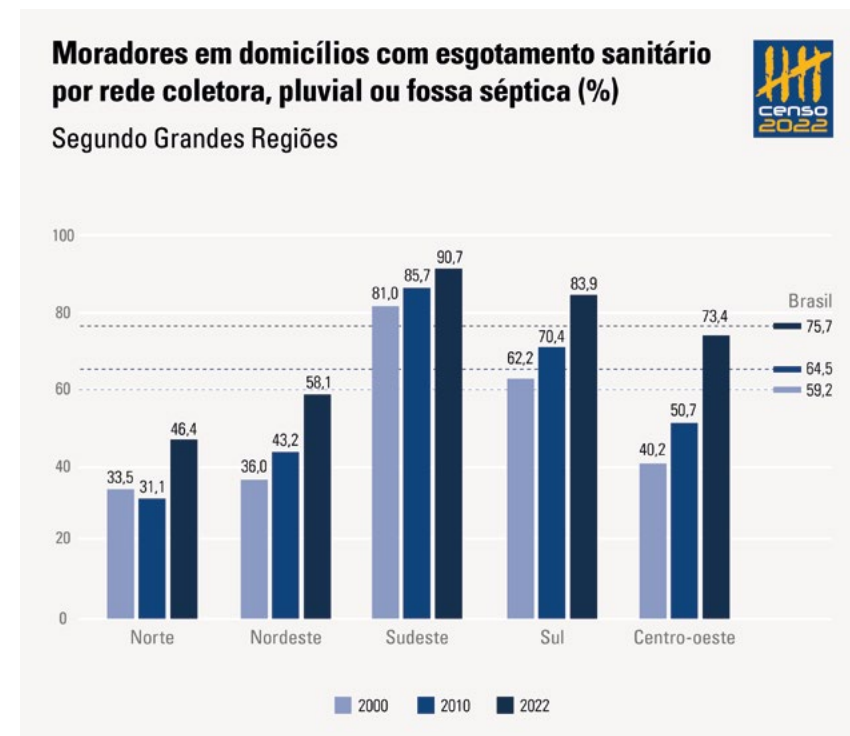
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2022.

A rede geral era a forma principal de abastecimento de água predominante no País (82,9%), mas com desigualdade entre as Regiões. Enquanto no Sudeste o percentual era de 91,0%, no Norte foi de 55,7%, e no Nordeste, de 76,3%. O Norte, inclusive, foi a Região que apresentou as maiores proporções da população utilizando, principalmente, as formas de abastecimento poço profundo ou artesiano (24,3%) e poço raso, freático ou cacimba (11,8%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

A proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto no Brasil chegou a 62,5%, em 2022, registrando aumento em relação a 2000 (44,4%) e 2010 (52,8%). As duas soluções de esgotamento sanitário mais comuns, no País, eram por "Rede geral ou pluvial" (58,3%) e "Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede" (13,2%), solução individual não ligada à rede, mas considerada adequada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB. Por outro lado, 49,0 milhões de pessoas (24,3%) ainda usavam recursos precários de esgotamento sanitário.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2022.

Na comparação entre 2010 e 2022, todas as Unidades da Federação registraram crescimento da proporção da população residindo em domicílios com coleta de esgoto e da proporção da população habitando domicílios com esgotamento por rede coletora ou fossa séptica. Nesse último indicador, a maior evolução foi registrada no Estado de Mato Grosso do Sul, passando de 37,7%, em 2010, para 72,5%, em 2022. Em termos municipais, apesar dos avanços observados, **3 505 Municípios** brasileiros tinham **menos da metade da população** morando em domicílios com coleta de esgoto.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

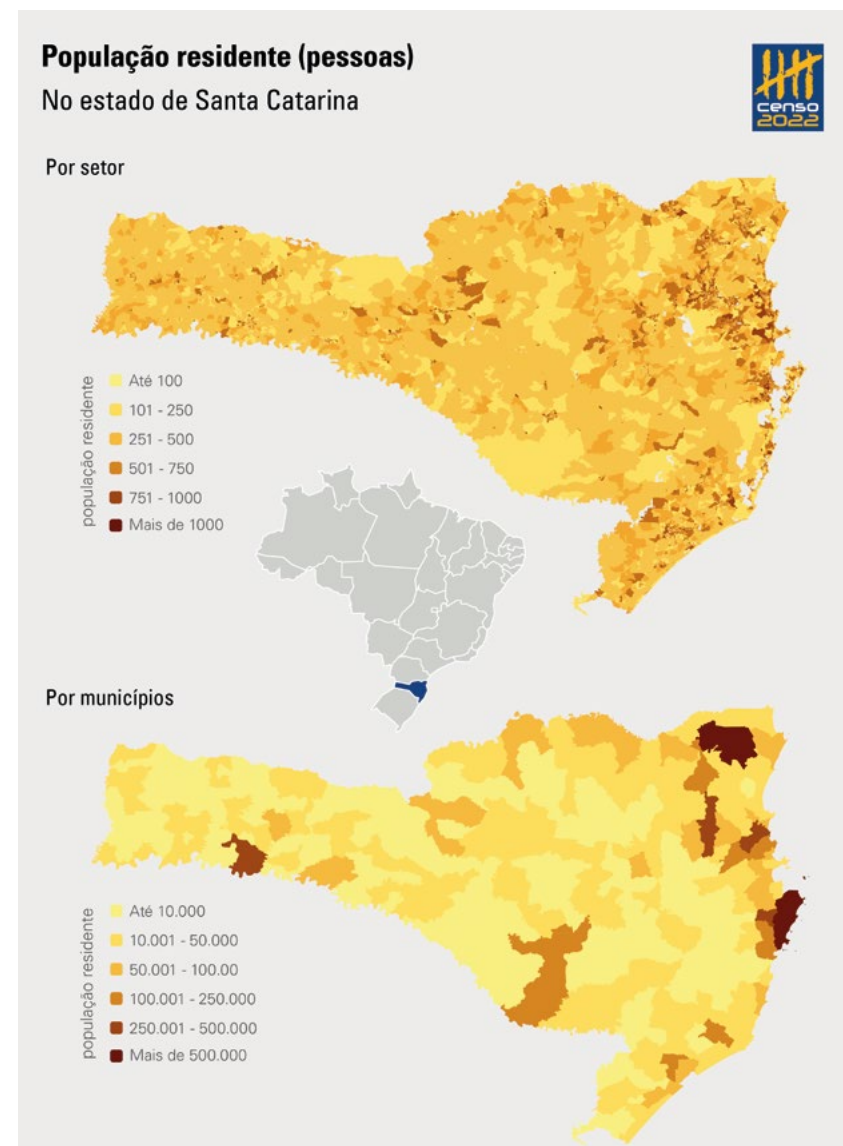
Agregados por Setores Censitários preliminares: População e Domicílios

No dia 21/03/2024, em Florianópolis (SC), foi realizada a divulgação dos **Agregados por Setores Preliminares: População e Domicílios**. Foram disponibilizados os totais de população residente e de domicílios por Setores Censitários preliminares e agregados por Subdistritos e Distritos.

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Foi divulgada, também, a **Malha de Setores Censitários Preliminares**, contendo os arquivos vetoriais digitalizados dos Setores Censitários que representam o território brasileiro. Trata-se de uma base de dados por meio da qual é possível fazer uma ampla gama de análises e estudos técnicos, com a composição de recortes personalizados de acordo com o interesse do usuário. Ao todo, **452 338 Setores Censitários** estão distribuídos pelos 5 568 Municípios brasileiros, além do Distrito Federal e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Os agregados por Setores Censitários preliminares mostram que 111 277 361 pessoas, equivalente a **54,8% da população do Brasil**, moravam em Setores Censitários localizados a uma distância máxima de 150 quilômetros do litoral. No Estado de Santa Catarina, esse percentual chegava a 75,4%, o que correspondia a 5 734 702 habitantes vivendo próximos ao mar.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.





Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Pode-se observar, ainda, a parcela da população brasileira que habitava a faixa de fronteira. O total de 9 416 714 pessoas moravam em setores censitários localizados a até 150 quilômetros de distância da fronteira do Brasil com outros países. Isso equivale a **4,6% da população do País**.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Quilombolas e Indígenas por sexo e idade, segundo recortes territoriais específicos: Resultados do universo

O IBGE divulgou, no dia 03/05/2024, os resultados do *Censo Demográfico 2022 - Quilombolas e Indígenas, por sexo e idade, segundo recortes territoriais específicos: Resultados do universo*, na Comunidade Quilombola Campinho da Independência, na cidade de Paraty (RJ).

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Os resultados apontam a baixa idade da população quilombola. Quase metade (48,4%) tem 29 anos de idade ou menos, enquanto 13,03% têm 60 anos ou mais. Na população indígena, o perfil é similar, com 56,1% da população com 29 anos ou menos e 10,65% com 60 anos ou mais.



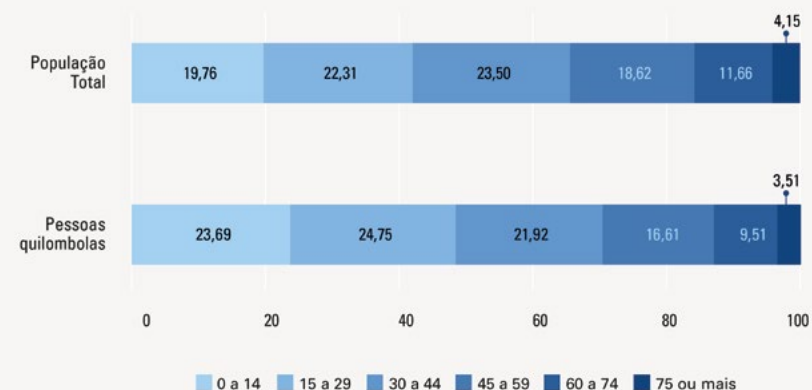
Equipe técnica do IBGE apresenta recortes de sexo e idade da população indígena e quilombola.

Ainda, identificou-se um peso ainda maior dos grupos de idade mais jovens dentro dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e uma redução da participação da população idosa residente nesses territórios, quando comparada ao conjunto da população quilombola de 60 anos ou mais. O percentual de quilombolas com até 29 anos em territórios é 52,5%, enquanto os idosos com 60 anos ou mais participam com 11,8%.

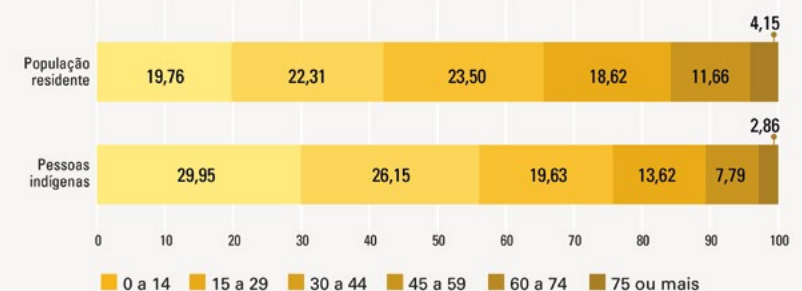
Já entre os indígenas, 10,65% da população tem 60 anos ou mais, enquanto essa faixa de idade representa 15,81% da população residente do País. O maior peso percentual concentra-se na faixa de idade entre 0 e 14 anos, que representa 29,95% da população indígena, seguida da faixa entre 15 e 29 anos, com 26,15%. Essa característica acentua-se entre a população indígena que reside em Terras Indígenas, onde a faixa mais jovem (0 a 14 anos) chega a 40,54%. O grupo de idade entre 15 e 29 anos de idade corresponde a 28,37% da população indígena que reside nesses territórios, seguido do grupo de 30 a 44 anos (16,49%), 45 a 59 anos (8,71%) e 60 anos ou mais (5,89%).



Distribuição relativa da população, total e quilombolas (%)
Por grupos de idade



Distribuição da população residente, total e indígena(%)
Por grupos de idade - Brasil - 2022

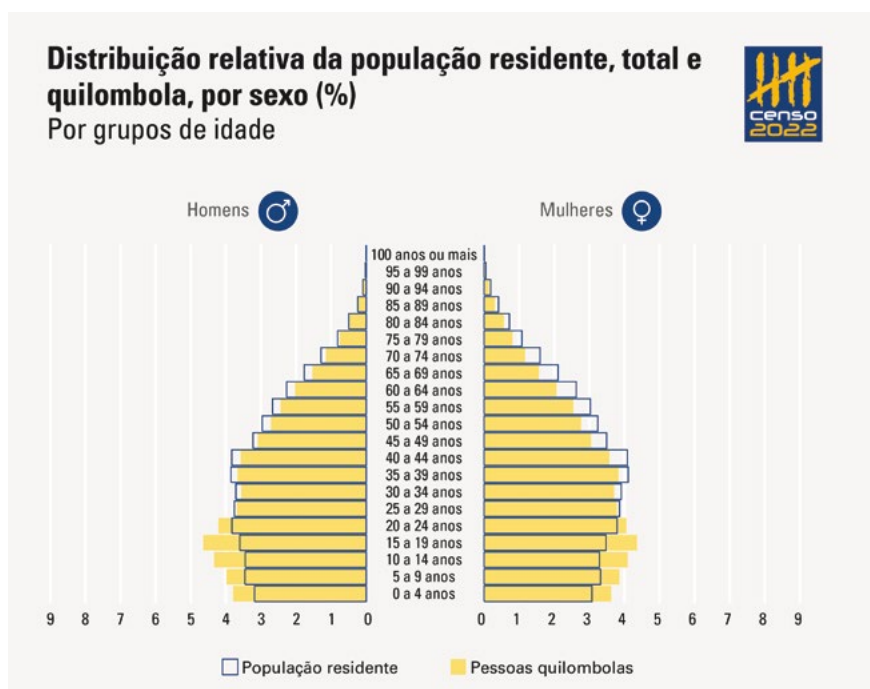


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

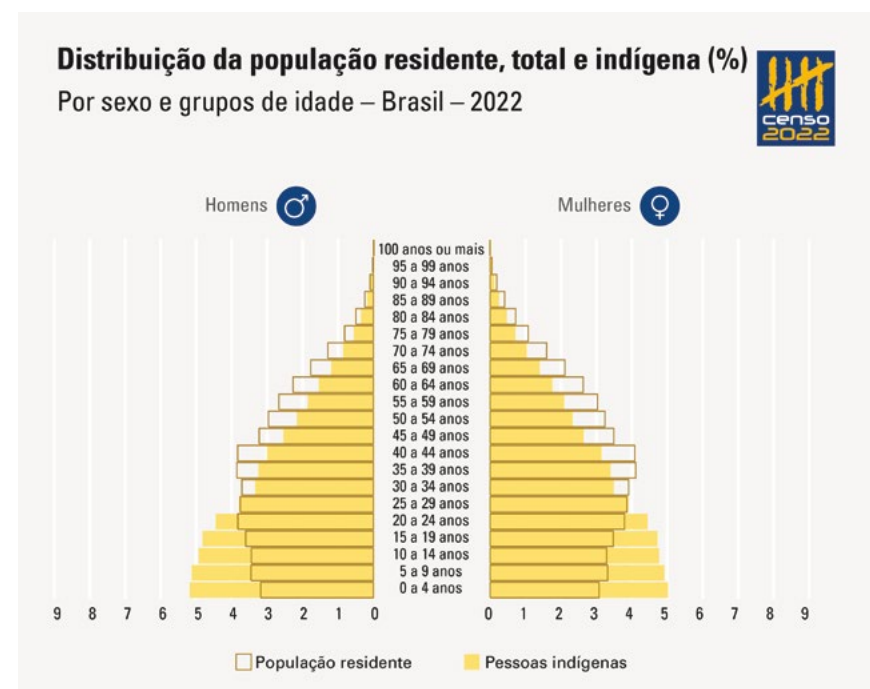
Outro resultado, em relação à população quilombola, é a predominância masculina até os 24 anos e feminina a partir dos 30 anos, quando se analisa o recorte por sexo e grupo etário. No Brasil, em geral, o contingente de homens tende a diminuir com a idade dada a sobremortalidade masculina, fenômeno identificado na população residente no Brasil – nesse caso a partir dos 19 anos – como relacionado às mortes por causas externas. No caso da população quilombola, essa diminuição ocorre mais tardiamente, a partir dos 24 anos.

Já para os indígenas, a pirâmide etária no Brasil apresenta um formato triangular, típico de uma população mais jovem, caracterizando-se por uma base mais larga do que a da população total até o grupo de 20 a 24 anos de idade. Contudo, a base da pirâmide aponta para um possível processo de redução da fecundidade, considerando que a diferença entre os grupos mais jovens, em termos de pontos percentuais, não é tão acentuada.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#) ↗.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Alfabetização: Resultados do universo

No dia 17/05/2024, o IBGE divulgou os resultados do *Censo Demográfico 2022 - Alfabetização: Resultados do universo* [🔗](#), na quadra da Escola de Samba Unidos de Vila Maria, localizada no Bairro Japão, na cidade de São Paulo (SP).



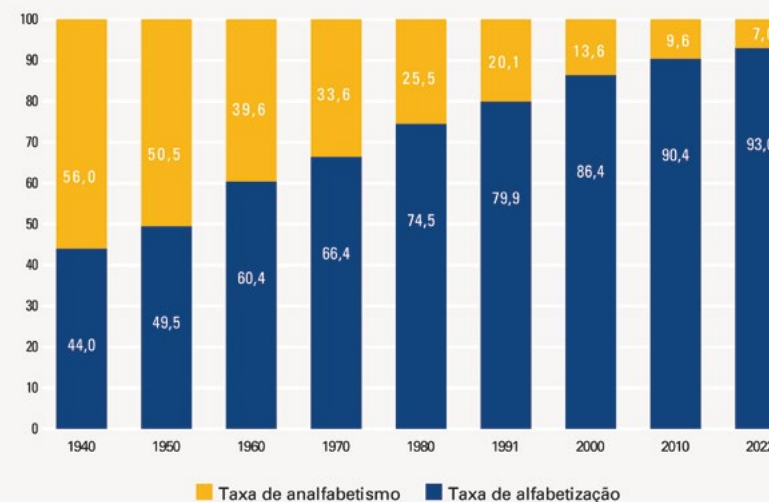
Escola de samba se apresentou na abertura e no encerramento da divulgação.

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#) [🔗](#).

Os dados mostram que, dos 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples e 11,4 milhões não sabiam. Assim, a taxa de alfabetização para esse grupo foi de 93,0%, em 2022, e a taxa de analfabetismo foi de 7,0%. Em 2010, as taxas de alfabetização e analfabetismo eram de 90,4% e 9,6%.

Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%)

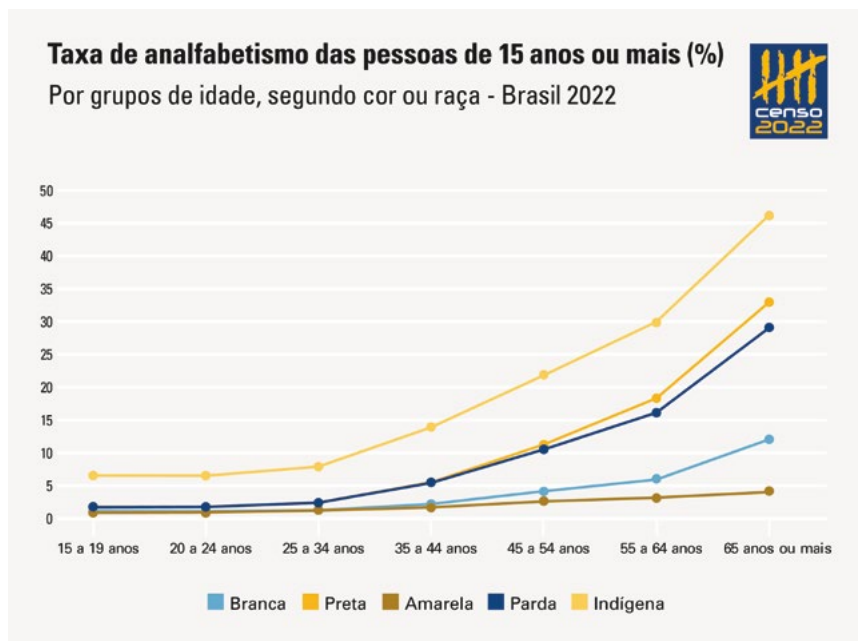
Brasil - 1940/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2022.

A queda na taxa de analfabetismo ocorreu em todas as faixas etárias. Em 2022, o grupo mais jovem de 15 a 19 anos atingiu a menor taxa de analfabetismo (1,5%) e o grupo de 65 anos ou mais permaneceu com a maior taxa de analfabetismo (20,3%), mas teve a maior queda em três décadas, passando de 38,0%, em 2000, para 29,4%, em 2010 e 20,3%, em 2022.

Analisando-se as taxas por idade e cor ou raça, o analfabetismo para pretos e pardos atingiu valores acima de 2%, a partir da faixa etária de 25 a 34 anos de idade, enquanto para brancos isso ocorreu a partir de 35 a 44 anos. A diferença entre brancos e pretos atinge seu valor máximo para o grupo de 65 anos ou mais (20,9 p.p.).



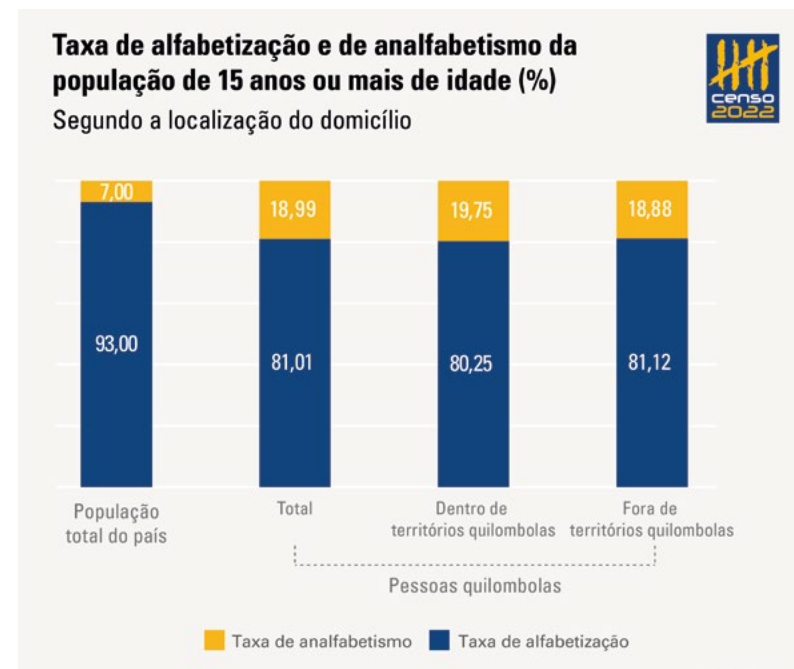
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#) ↗.

Quilombolas: Alfabetização e características dos domicílios e localidades quilombolas

O IBGE divulgou, no dia 19/07/2024, em São Luís (MA), a publicação *Censo Demográfico 2022 - Quilombolas: Alfabetização e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: Resultados do universo* ↗, que contemplou informações como taxa de alfabetização e condições de saneamento dos domicílios com pelo menos um morador quilombola, dentro e fora dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados.

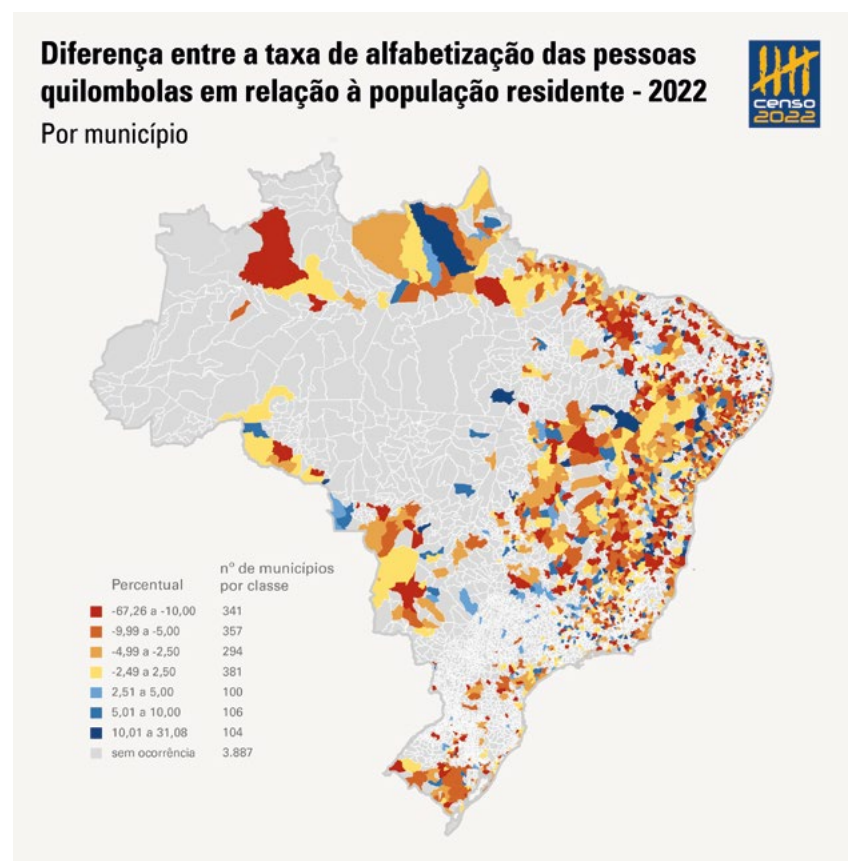
A taxa de alfabetização das pessoas quilombolas com 15 anos ou mais de idade (1 015 034 pessoas), foi de 81,01% (822 319 pessoas), inferior ao índice nacional (93,0%) para esse grupo de idade.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Assim, a taxa de analfabetismo dos quilombolas chegou a **18,99%** (192 715 pessoas), 2,7 vezes acima da registrada entre a população geral (7,0%). Foram consideradas alfabetizadas as pessoas que souberam ler e escrever um bilhete simples.

No mesmo evento, foi divulgada a publicação *Localidades Quilombolas: resultados do universo*, a qual mostra que, seja dentro ou fora de Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, os domicílios com pelo menos um morador quilombola estão mais expostos a inadequações sanitárias.



Em Territórios Quilombolas, chega a **90,02%** a proporção de moradores quilombolas que residem em domicílios com maior precariedade ou ausência de saneamento básico, seja em relação ao abastecimento de água, à destinação do esgoto ou à coleta de lixo. Para o total da população quilombola, esse percentual foi de 78,93%, enquanto para o total na população residente no País foi de 27,28%.

Com o presente lançamento, o IBGE revelou a **distribuição espacial das localidades associadas às comunidades desse grupo populacional**, segundo os seguintes recortes: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e Territórios Quilombolas oficialmente delimitados por Unidades da Federação.

Em 2022, existiam **8 441 localidades quilombolas** no território brasileiro, associadas a 7 666 comunidades quilombolas declaradas pelos informantes do Censo Demográfico. A Região Nordeste possui o maior quantitativo de localidades identificadas, com 5 386 (63,81%) ocorrências, enquanto o Maranhão é o Estado com o maior número, com 2 025 localidades (23,99%).

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

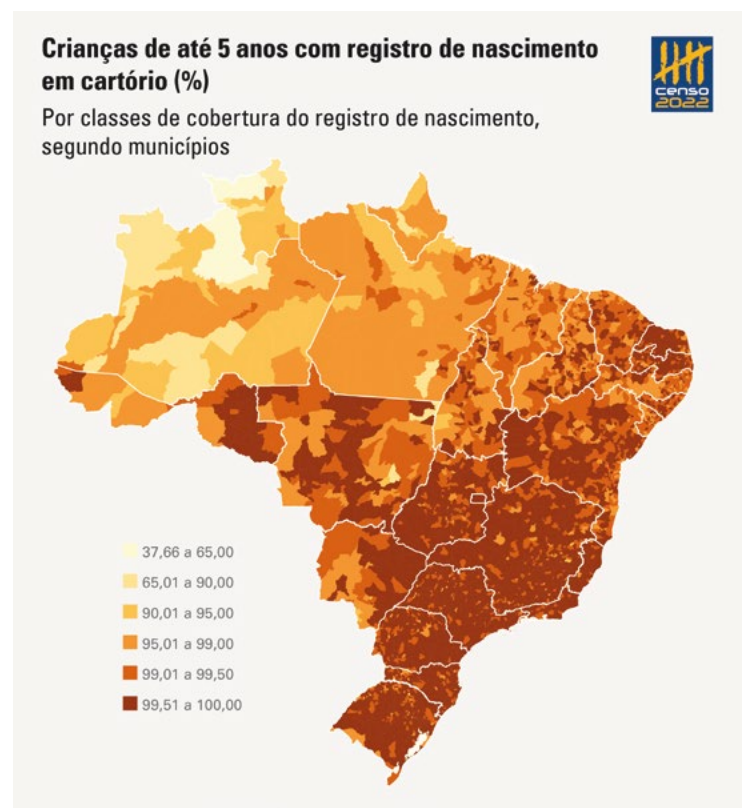
Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Registros de nascimentos: resultados do universo

No dia 08/08/2024, o IBGE divulgou, com o apoio do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - IPEM/AM e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, em Manaus (AM), os resultados do *Censo Demográfico 2022: Registros de Nascimentos - Resultados do Universo*, com informações sobre a declaração de existência ou não de registro de nascimento lavrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, para a população residente de até 5 anos de idade. No caso da população indígena, os dados abrangem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI, emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Os resultados mostram que **99,3% das crianças** com até 5 anos de idade tinham registro de nascimento em cartório. Em 2010, esse percentual havia sido de 97,3%. Entre as pessoas que se declaravam da cor ou raça indígena, houve aumento de 21,9 p.p. para a cobertura de registro de nascimento realizado em cartório entre os censos: de 65,6%, em 2010, para 87,5%, em 2022. Em 2022, brancos, pretos, amarelos e pardos tiveram percentuais iguais ou superiores a 99,0%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos: resultados do universo

Em 2022, 837 mil pessoas residiam em domicílios coletivos no País, ou **0,4% da população total** do Brasil. O tipo de domicílio coletivo com maior número de moradores foi “Penitenciária, centro de detenção e similar”, que abrigava 479 mil pessoas, o que corresponde a 57,2% do total de moradores de domicílio coletivos e 0,2% do total da população brasileira. O segundo tipo mais frequente foi “Asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos”, com 161 mil pessoas, ou 19,2% do total de moradores de domicílios coletivos e 0,1% da população brasileira.

As informações são da publicação *Censo Demográfico 2022: Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos: resultados do universo*, divulgada no dia 06/09/2024, pelo IBGE. É a primeira vez que o Instituto divulga dados dessa natureza no âmbito do Censo, traçando um perfil de idade, sexo e alfabetização dos moradores destes tipos de domicílios.

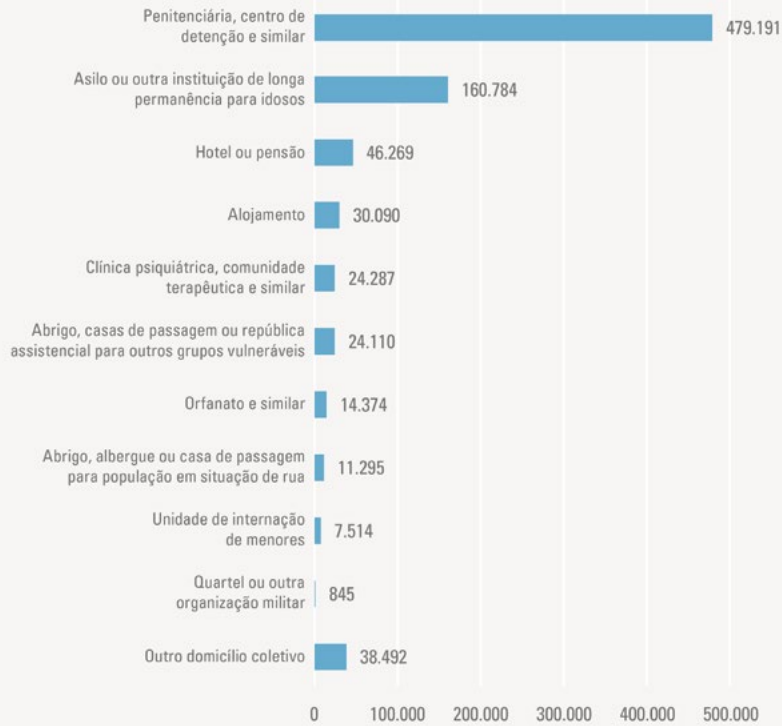
Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Os resultados também apresentam um perfil de idade, sexo e alfabetização das pessoas residentes em domicílios coletivos. **Nos relacionados à privação de liberdade, havia amplo predomínio de homens:** 96,0% do total de moradores de penitenciárias e 96,2% dos moradores de unidades de internação de menores.

No tipo “penitenciárias”, três a cada quatro moradores tinham de 20 a 39 anos – a faixa de idade mais comum, de 20 e 29 anos, tinha 40,7%, e a segunda, de 30 e 39 anos, tinha 34,7%. Já a taxa de analfabetismo, foi de 6,6%, a menor de todos os tipos de domicílios coletivos e ligeiramente inferior ao verificado no conjunto da população brasileira (7,0%).

Moradores de domicílios coletivos

Por tipo de domicílio

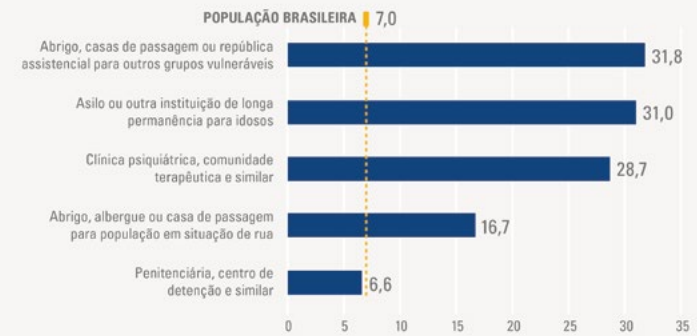


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

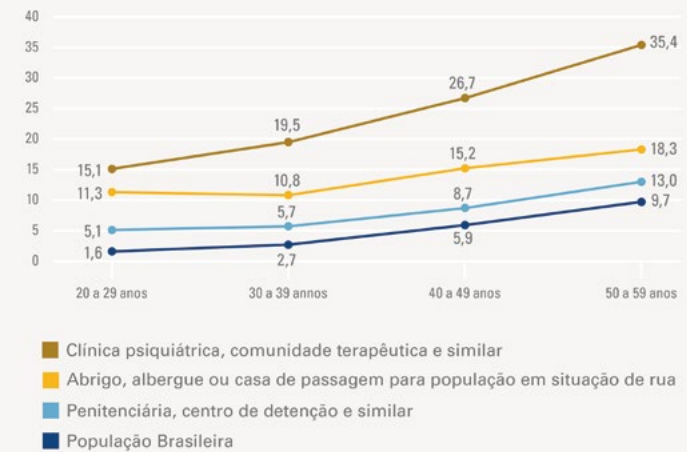
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade (%)



Segundo tipos de domicílios coletivos

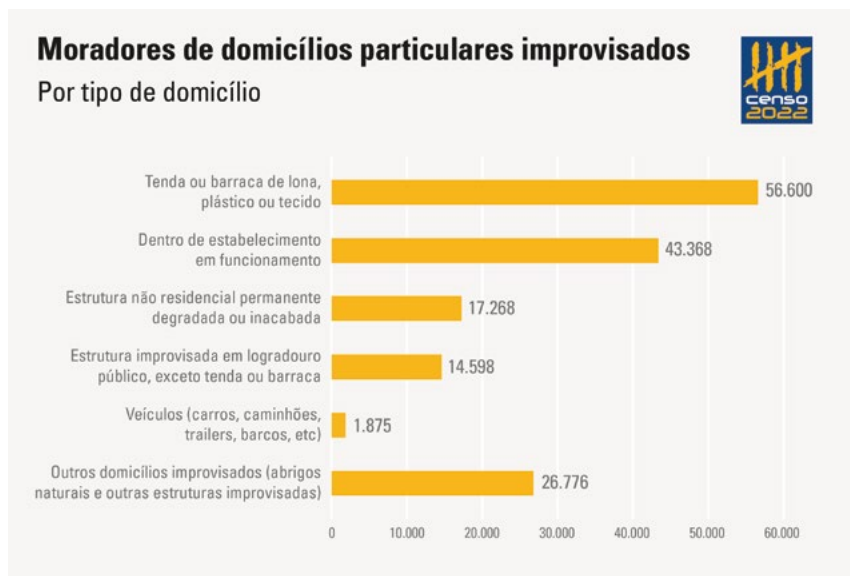


Segundo tipos de domicílios coletivos e grupos de idade



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

A divulgação também trouxe resultados para os **domicílios particulares improvisados** – localizados em edificações que não tenham dependências destinadas exclusivamente à moradia, em estruturas comerciais ou industriais degradadas ou inacabadas, em calçadas, praças ou viadutos e em abrigos naturais, bem como em estruturas móveis (como veículos e barracas).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

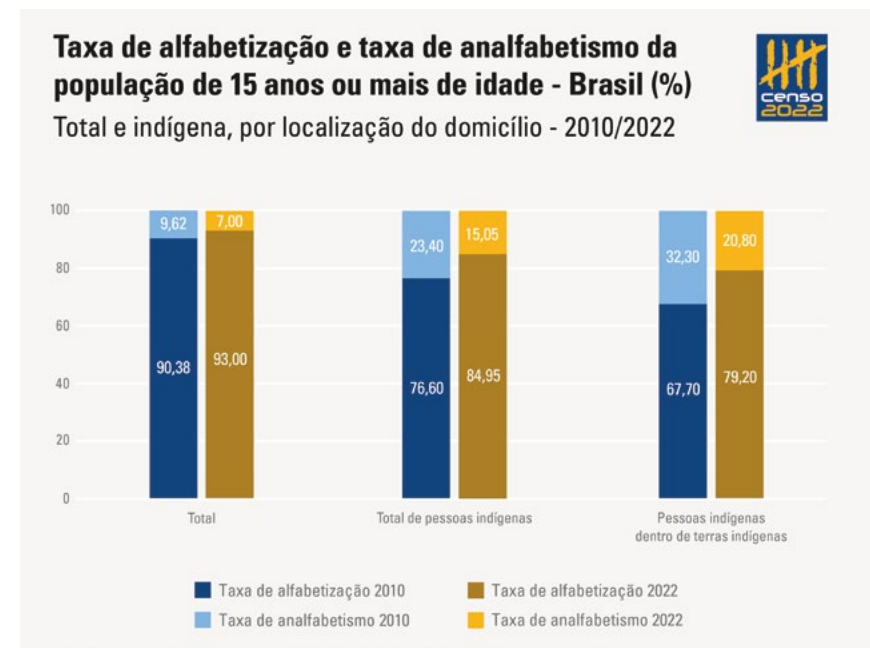
Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Indígenas: Alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios: resultados do universo

O IBGE divulgou, no dia 04/10/2024, os dados referentes ao *Censo Demográfico 2022 Indígenas: Alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo* [🔗](#), na Casa Brasil IBGE, no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

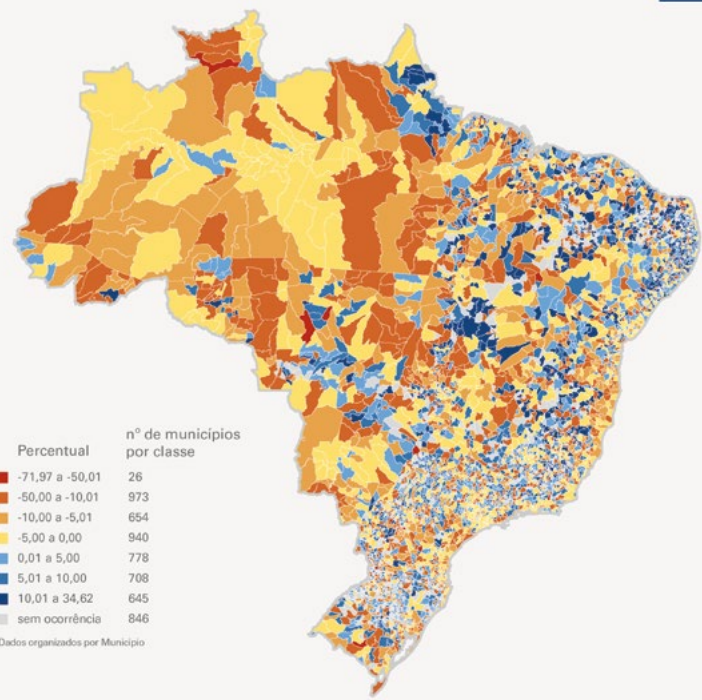
Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

A taxa de analfabetismo dos indígenas, que, em 2010, foi de 23,4%, caiu para 15,0%, em 2022. Contudo, corresponde a **mais que o dobro da taxa nacional**, que era de 9,6% e foi para 7%. Dentro de cada faixa etária, há a mesma tendência em relação à população nacional.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

Taxas de alfabetização das pessoas indígenas e da população residente



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Os dados referentes aos registros de nascimentos dos indígenas demonstraram um crescimento de 67,3%, em 2010, para 89,1%, em 2022. Apesar do alto crescimento, ainda está aquém da população total (99,2%). Entre as crianças de até cinco anos, 94,0% eram registradas, seja em cartório ou RANI.

Em relação às informações sobre as características dos domicílios, ao todo 630 428 domicílios particulares possuem, ao menos, um morador indígena, sejam dentro ou fora dos Territórios Indígenas. Em 2022, cerca de 69,1% das

pessoas indígenas moradoras de domicílios particulares permanentes conviviam com pelo menos uma situação de precariedade ou ausência de saneamento básico, relacionados a abastecimento de água, destinação de esgoto ou destinação do lixo.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Composição domiciliar e óbitos informados: resultados do universo

Em 2022, das 72,5 milhões de unidades domésticas do Brasil, **49,1% tinham responsáveis do sexo feminino**. A proporção representa uma mudança importante em relação ao Censo de 2010, quando o percentual de homens responsáveis (61,3%) era substancialmente maior do que o percentual de mulheres (38,7%). Por unidade doméstica, entende-se o conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular. As informações são do *Censo Demográfico 2022: Composição domiciliar e óbitos informados: Resultados do universo*, divulgado no dia 25/10/2024, pelo IBGE, na Casa Brasil IBGE, no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

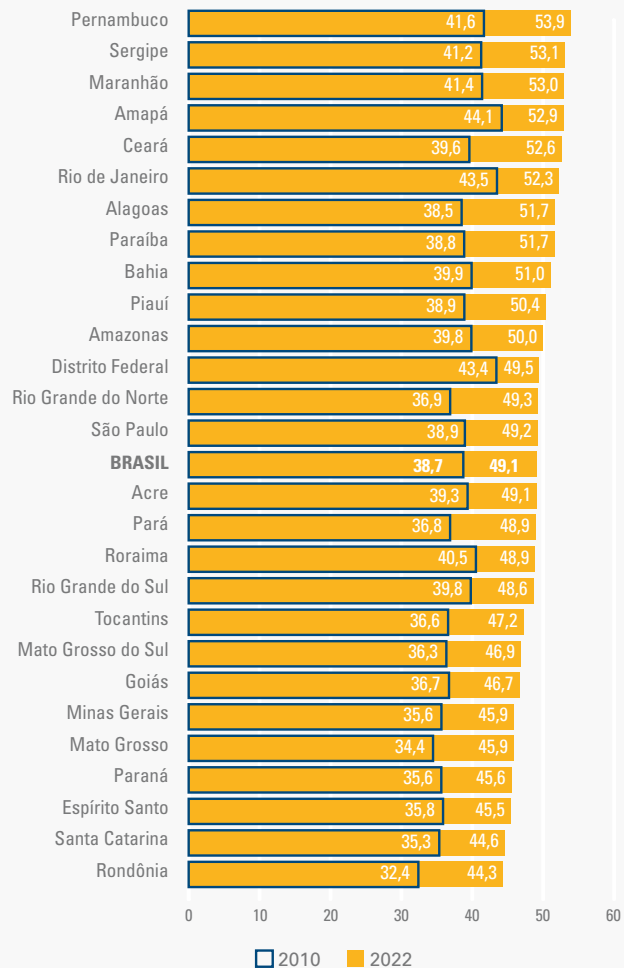
Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Em 10 Unidades da Federação, o percentual de mulheres responsáveis pela unidade doméstica foi maior que 50%: Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%), Maranhão (53,0%), Amapá (52,9%), Ceará (52,6%), Rio de Janeiro (52,3%), Alagoas e Paraíba (51,7%), Bahia (51,0%) e Piauí (50,4%).

De 2010 para 2022, a proporção das unidades domésticas com pessoa responsável, cônjuge e somente filhos de ambos recuou de 41,3% para 30,7%, enquanto a proporção de casais sem filhos subiu de 16,1% em 2010 para 20,2% em 2022. Já a proporção de domicílios formados por casais com pelo menos um filho somente do responsável ou do cônjuge passou de 8,0% para 7,2%.

Unidades domésticas com responsável do sexo feminino (%)

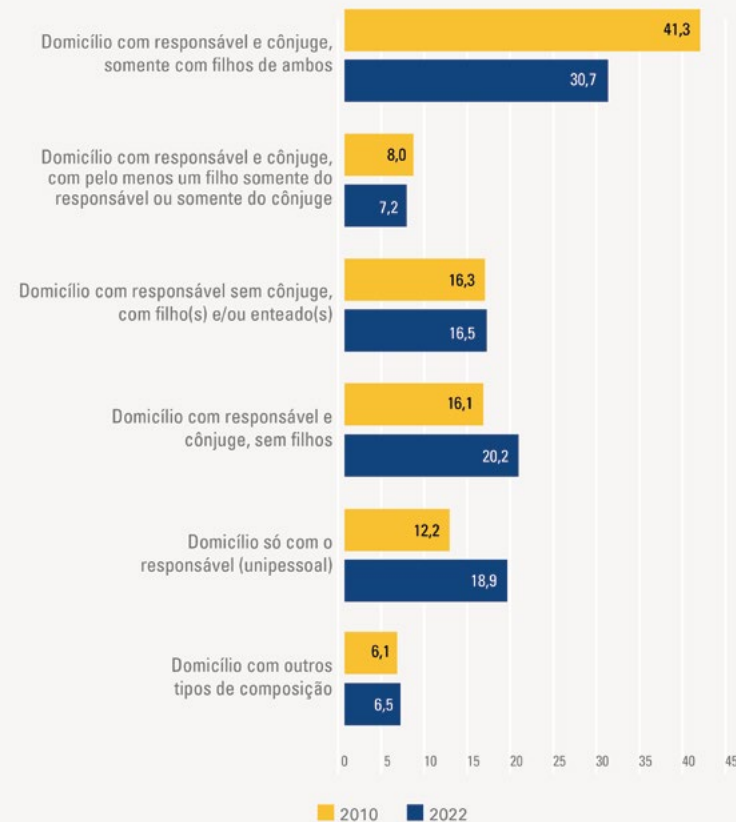
Por unidade da federação



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

Distribuição das unidades domésticas (%)

Por presença de cônjuge e filhas(as)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

Em 2022, cerca de 202 milhões de pessoas viviam nos 72 milhões de domicílios particulares do País, resultando numa média de **2,8 moradores por unidade doméstica**. Em 2000, a média era 3,7 pessoas e em 2010 era 3,3. Cerca de 72,3% das unidades domésticas têm até três moradores e 28,7% têm dois moradores.

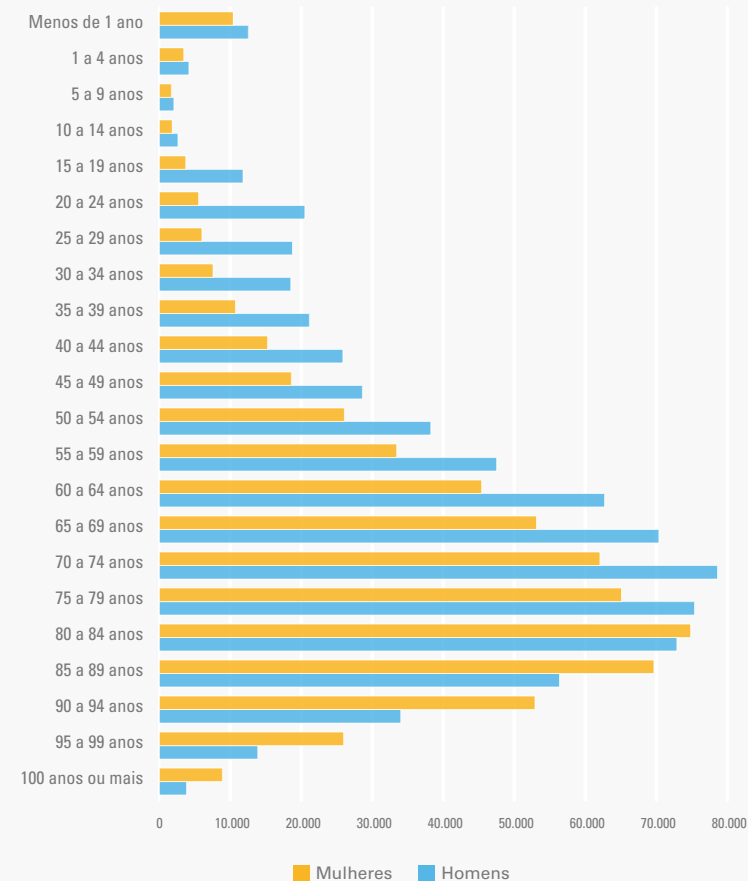
Em relação aos óbitos, entre agosto de 2021 e julho de 2022, 12 meses antes da data de referência do Censo Demográfico 2022, foram contabilizados no Brasil, um total de 1 326 138 óbitos, sendo 722 225 óbitos (54,5%) para o sexo masculino e 603 913 (45,5%) para o feminino.

A maior participação de óbitos masculinos, calculado pela razão de sexo dos óbitos (óbitos de homens dividido pelos de mulheres), encontra-se no grupo de 20 a 24 anos, indicando, aproximadamente, 371 óbitos masculinos para cada 100 femininos, ou seja, uma **sobremortalidade masculina** de aproximadamente 3,7 vezes. A sobremortalidade masculina só é revertida nos grupos de idade mais avançados, a partir dos 80 anos, onde a participação de óbitos femininos supera os masculinos.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#) .



Volume de óbitos informados* por sexo
Segundo os grupos de idade das pessoas ao falecerem



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Nota: De agosto de 2021 a julho de 2022.

Favelas e Comunidades Urbanas: resultados do universo

O IBGE identificou **12 348 Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil**, onde viviam 16 390 815 pessoas, o que equivalia a **8,1% da população do País**. Em 2010, foram identificadas 6 329 Favelas e Comunidades Urbanas, onde residiam 11 425 644 pessoas, ou 6,0% da população do País naquele ano. Esse aumento pode ser explicado também pelo aperfeiçoamento tecnológico na operação censitária e um maior conhecimento do território, melhorando a captação das informações sobre essa população no período intercensitário.

Os dados foram divulgados, no dia 08/11/2024, com a publicação [Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas: resultados do universo](#), pelo IBGE. O evento de divulgação foi realizado na Areninha Cultural Herbert Vianna, localizada na comunidade da Maré, Rio de Janeiro (RJ).



Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Cabe mencionar que, em 2024, o IBGE substituiu a denominação dos Aglomerados Subnormais, adotada pelo Instituto em seus censos e demais pesquisas, desde 1991. **A nova denominação, Favelas e Comunidades Urbanas**, foi discutida amplamente pelo Instituto com movimentos sociais, comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais. Com isso, o IBGE retoma o termo Favela, utilizado historicamente pelo órgão, desde 1950, junto ao termo Comunidades Urbanas, de acordo com identificações mais recentes. Não houve alteração no conteúdo dos critérios que estruturaram a identificação e o mapeamento dessas áreas e que orientaram a coleta do Censo Demográfico 2022. Tratou-se da adoção de um novo nome e da reescrita dos critérios, refletindo uma nova abordagem alinhada aos preceitos constitucionais, diretrizes internacionais e consulta popular. O IBGE divulgou uma **nota metodológica** a respeito.

Esses resultados retomam as discussões e os encaminhamentos provenientes do **I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil**, realizado no segundo semestre de 2023.

As favelas e comunidades urbanas nos Censos do IBGE



Censo 1950: Favelas

Agrupamentos prediais ou residenciais formados por mais de 50 domicílios; predominância de barracos ou casebres de aspecto rústico típico, construídos com material inadequado; construções sem licenciamento e sem fiscalização; ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração e emplacamento.



Censo 1960: Favelas

Observância às faixas limítrofes das favelas decorrente da adoção de cartogramas em substituição aos cadastros prediais/domiciliares; predominância de barracos ou casebres de aspecto rústico típico, construídos com material inadequado; construções ilegais, em loteamentos ilegais; ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração e emplacamento.



Censo 1970: Aglomerados urbanos excepcionais

Agrupamentos prediais ou residenciais formados por mais de 50 domicílios; predominância de casebres e barracos, construídas com material inadequado; construções sem licenciamento e sem fiscalização em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida; ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração e emplacamento. Passa a abranger outros espaços – mocambos, alagados, grotas etc.



Censo 1980: Aglomerados urbanos excepcionais*

Aglomerado com no mínimo 50 domicílios, em sua maioria dotados de infraestrutura carente e geralmente localizados em terreno não pertencente aos moradores.

*Nas tabelas de resultados, utilizou-se o termo "Favela".



Censo 1991: Aglomerados subnormais (favelas e similares)*

Conjunto constituído por unidades habitacionais ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia, dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e que, quando da sua implantação, não houvesse posse da terra ou título de propriedade. Passa a contemplar loteamentos irregulares e clandestinos, inclusive os regularizados em período recente.

*Nas tabelas de resultados, utilizou-se o termo "Favela".



Censo 2000: Aglomerados subnormais (favelas e similares)

Conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia – pública ou particular – dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.



Censo 2010: Aglomerados subnormais

Conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa.



Censo 2022: Favelas e comunidades urbanas

Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse e, pelo menos, um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística.

Fonte: Nota Metodológica Sobre a Mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas.

Entre as 20 Favelas e Comunidades Urbanas mais populosas do País, **oito estavam na Região Norte**, e seis delas, no município de Manaus (AM). Outras sete estavam no Sudeste, quatro no Nordeste e somente uma (Sol Nascente) no Centro-Oeste. A Região Sul não tinha nenhuma favela entre as 20 mais populosas do País. **A Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), era a mais populosa**, com 72 021 moradores, seguida por Sol Nascente, em Brasília (DF), com 70 908 habitantes, Paraisópolis, em São Paulo (SP), com 58 527 pessoas, e Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, em Manaus (AM), com 55 821 moradores.

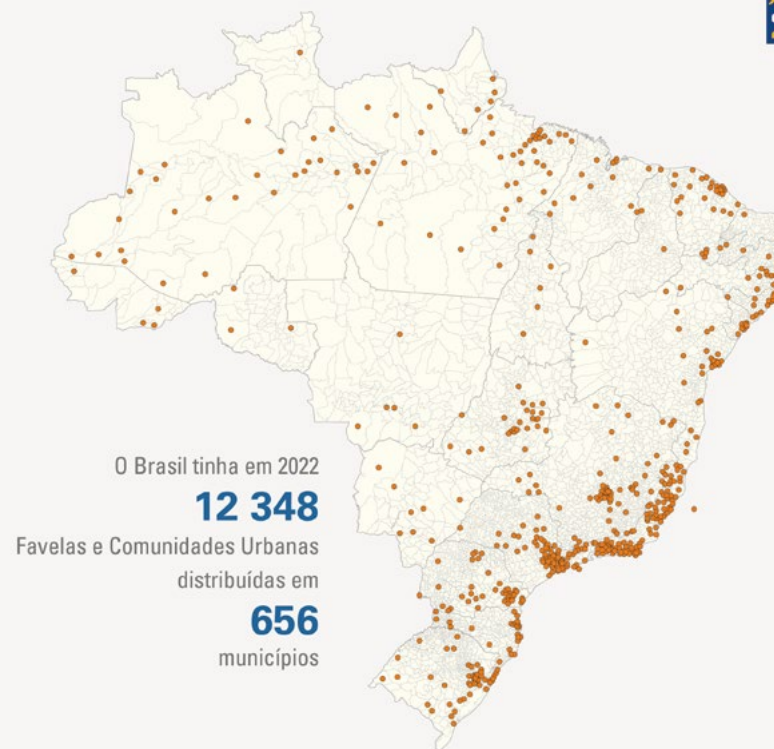
No Brasil, em 2022, o esgotamento sanitário de 77,4% dos domicílios estava conectado à rede geral, rede pluvial, fossa séptica ou filtro. Nas Favelas e Comunidades Urbanas esse percentual era 74,6%. Os Estados do Amapá (28,1%), Mato Grosso do Sul (37,1%), Rondônia (39,5%) e Alagoas (40,1%) tinham os menores percentuais e Bahia (89,3%), Rio de Janeiro (86,2%), Minas Gerais (86,1%) e Espírito Santo (84,9%), os maiores.

A proporção de pessoas que se declararam pardas (56,8%) e pretas (16,1%) na população das Favelas e Comunidades Urbanas é superior aos percentuais observados na população total (respectivamente, 45,3% e 10,2%). Por outro lado, a proporção das pessoas brancas na população do País (43,5%) é bastante superior ao percentual observado nas Favelas e Comunidades Urbanas (26,6%). Já a proporção de indígenas na população das Favelas e Comunidades Urbanas é a mesma da proporção na população total do País, 0,8%.

Entre os 958 251 estabelecimentos encontrados pelo Censo 2022 nas Favelas e Comunidades Urbanas, 7 896 eram de ensino, 2 792 eram de saúde e 50 934 eram estabelecimentos religiosos. Do total de estabelecimentos encontrados, 64,3% eram de outras finalidades (oficinas mecânicas, bancos, farmácias, escritórios, lojas e comércio em geral etc.) e 29,1% de edificações em construção ou em reforma.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#) .

Municípios com favelas e comunidades urbanas



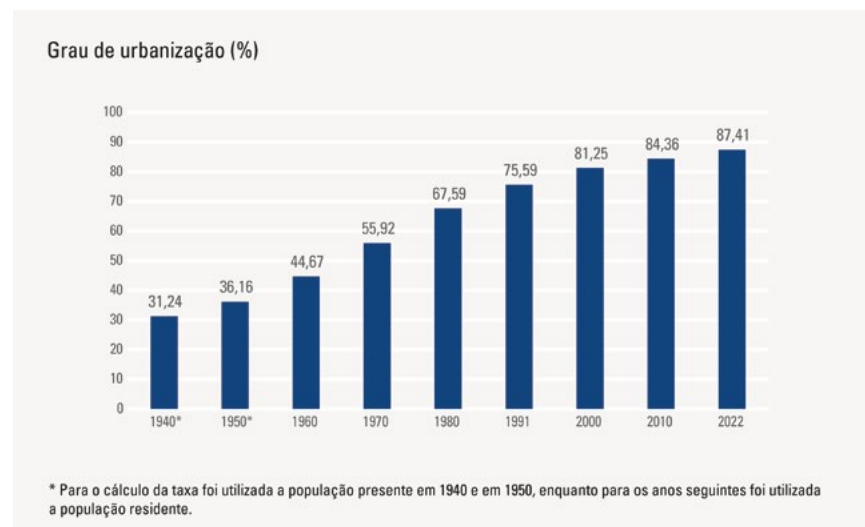
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Malha de Setores Censitários, Trajeto dos Recenseadores e Agregados por Setores Censitários: resultados do universo

No dia 14/11/2024, o IBGE divulgou os seguintes resultados do **Censo Demográfico 2022: Agregados por Setores Censitários: resultados do universo, Malha de Setores Censitários e Trajetos dos Recenseadores**. O evento foi realizado na Casa Brasil IBGE, no Palácio da Fazenda, localizado no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#) .

Em 2022, do total de 203,1 milhões de pessoas que vivem no País, **177,5 milhões (87,4%) residiam em Áreas Urbanas**, enquanto 25,6 milhões (12,6%) estavam em Áreas Rurais. Em relação a 2010, quando o grau de urbanização foi de 84,4%, houve aumento de 16,6 milhões de pessoas morando em Áreas Urbanas e queda de 4,3 milhões vivendo em Áreas Rurais.





Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Os maiores percentuais de população urbana foram observados **nas Regiões Sudeste (94,44%) e Centro-Oeste (91,35%)**, seguidas das Regiões Sul (88,24%), Norte (78,47%) e Nordeste (77,64%). A Região Norte apresentou a maior variação na taxa de urbanização entre 2010 e 2022 (4,96 p.p.), passando de 73,53% para 78,47%. Já a maior variação em contingente de população urbana entre 2010 e 2022 foi na Região Centro-Oeste (19,21%), seguida da Norte (16,78%), Sul (13,61%), Nordeste (9,34%) e Sudeste (7,28%).

Além disso, durante a operação censitária, foram capturados, de forma automática, aproximadamente 560 milhões de coordenadas geográficas que representam pontos nos caminhos percorridos pelos recenseadores (o **trajeto dos recenseadores**), durante o processo de cadastro e/ou atualização dos endereços visitados. Ao todo, foram percorridos 13 433 611,2 quilômetros, o que equivale a, aproximadamente, 335 voltas no planeta Terra.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#) .

Em relação à **Malha de Setores Censitários**, foi revelado que o Brasil possui **468 097 Setores Censitários**, distribuídos em 5 568 Municípios. A partir do produto divulgado, os usuários podem cruzar variáveis como sexo, idade, cor ou raça em diferentes níveis territoriais até chegar ao menor deles, que são os Setores Censitários. Ao todo, são 130 arquivos em 13 conjuntos, cada um contendo cinco arquivos por Setor, Bairro, Subdistrito, Distrito e Município, nos formatos .csv e .xlsx.

Esses resultados possibilitaram a realização de análises geoespaciais e geográficas dos agregados estatísticos do questionário básico do Censo através de pequenas áreas que recobrem a totalidade do Território Nacional. Tais resultados podem ser acessados pela **PGI**  e pelo **hotsite Panorama do Censo 2022** .

Devido aos avanços tecnológicos ocorridos, foi possível implementar, pela primeira vez, melhorias na Base Territorial e nas suas classificações. A atualização realizada no primeiro semestre de 2024, a partir dos dados oriundos da coleta censitária de 2022, **resultou em um acréscimo de 15 851 Setores Censitários** (58 823 novos geocódigos) e em 8 714 novas estruturas territoriais cadastradas na Base Territorial.

Nessa edição, os arquivos geoespaciais digitais representativos dos Setores Censitários reuniram informações sobre o enquadramento das estruturas territoriais, não só em relação à Divisão político-administrativa vigente, mas também em relação a recortes mapeados pelo IBGE, como Núcleos Urbanos, Favelas e Comunidades Urbanas, Aglomerados Rurais (povoados, núcleos e lugarejos), Agrupamentos Indígenas e Quilombolas, entre outros.

Dado o compromisso do IBGE com a garantia da comparabilidade dos dados estatísticos produzidos pelo Instituto, os arquivos geoespaciais digitais da Malha de Setores Censitários 2022 contêm informações que permitem a recomposição das operações de divisão e agregação de Setores Censitários, de modo a ampliar as possibilidades de comparação de tais dados em escalas mais detalhadas.

Com a Malha de Setores Censitários, foram derivados **Mapas Urbanos Estatísticos** em formato digital GeoPDF, contendo os limites das áreas de cidades, vilas e núcleos urbanos, conforme a classificação da Malha de Setores Censitários, e 5 568 **Mapas Municipais Estatísticos** em formato digital GeoPDF, contendo, além dos limites da Divisão político-administrativa, a delimitação de Áreas Especiais (Terras Indígenas oficialmente delimitadas, Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e Unidades de Conservação) e das áreas urbanizadas de cidades, vilas e núcleos urbanos.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

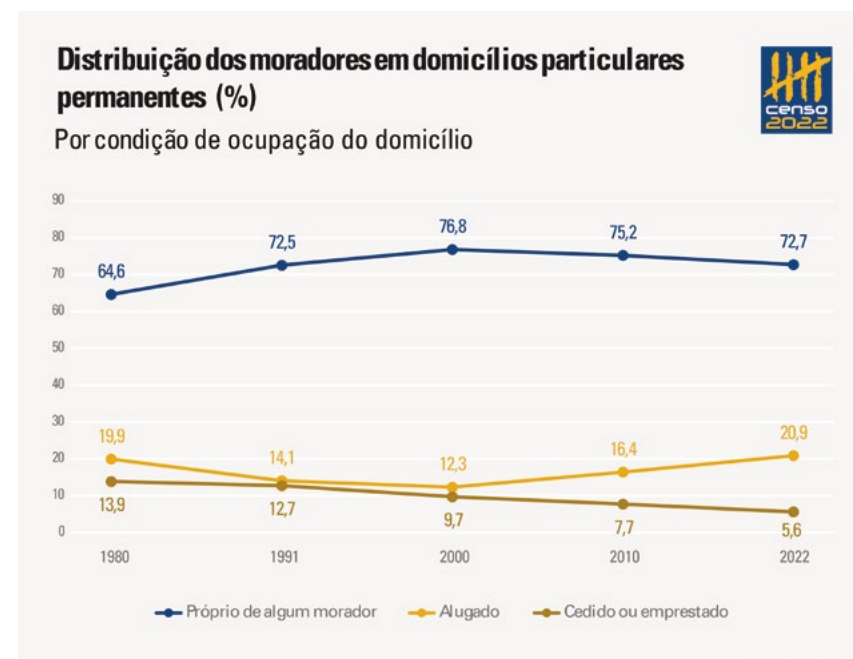
Características dos domicílios: resultados preliminares da amostra

O IBGE divulgou, no dia 12/12/2024, os resultados do **Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios, resultados preliminares da amostra**. O evento foi realizado em Vitória (ES).

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Em 2022, a proporção de brasileiros que viviam em domicílios alugados manteve a trajetória de crescimento e chegou a **20,9% da população**. Em 2000, essa parcela era de 12,3% e, em 2010, de 16,4%. Ainda assim, há um considerável predomínio dos domicílios próprios, com 72,7% da população brasileira residin-

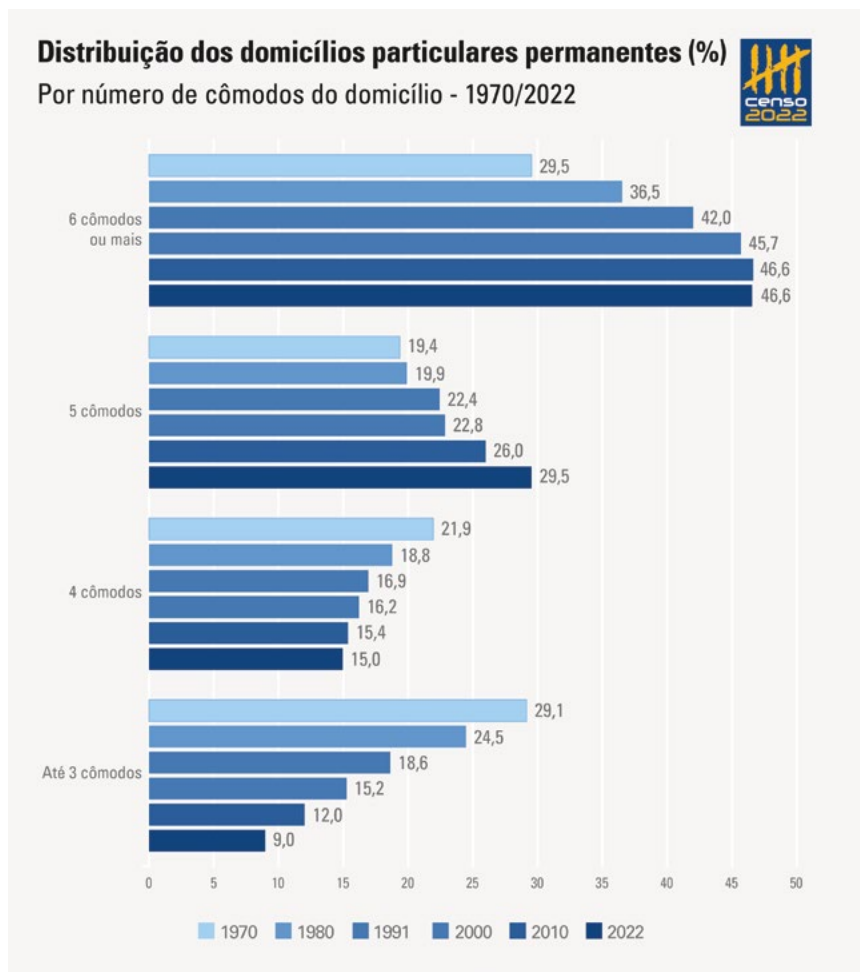
do em domicílios de propriedade de algum dos moradores (já pago, herdado, ganho ou ainda pagando). Já 5,6% da população vivia em domicílios cedidos ou emprestados (por empregador, familiar ou outra forma) e 0,8% em outras condições de ocupação. Em 2000, essas proporções eram de 76,8% para domicílios próprios, 9,7% para os cedidos e 1,2% em outras condições, e, em 2010, 75,2%, 7,7% e 0,7%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Analisando os dados dos domicílios, ao longo dos últimos cinco Censos, observou-se que **a proporção de domicílios com até três cômodos caiu de forma consistente**, passando de 29,1% em 1970 para 9,0% em 2022. Para o IBGE, cômodos são todos os espaços cobertos por um teto e limitados por paredes (construção vertical que permite limitar, dividir ou vedar espaços) que sejam

parte integrante do domicílio, inclusive banheiro e cozinha. Não são considerados cômodos os corredores, varandas e garagens.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2022.

Em 2022, 11% dos domicílios particulares permanentes brasileiros tinham dois ou mais moradores por dormitório. Os domicílios com mais de um morador até dois moradores por dormitório representavam 53,9% do total, e os domicílios com apenas um morador por dormitório alcançavam 35,1%.

Por cor ou raça, a proporção de residentes em domicílios particulares permanentes com dois ou mais moradores por dormitórios foi de 22,3% para a população parda, 20,6% para a preta, 12,6% para a branca, 6,8% para a amarela. Para indígenas, essa proporção foi de 53,6% do total, porém esse resultado deve ser analisado levando em conta suas especificidades culturais.

O Censo Demográfico 2022 registrou, pela primeira vez, o número de pessoas com acesso à Internet no Brasil. Nesse ano, **89,4%** da população brasileira residia em domicílios com acesso à Internet. Entre as Unidades da Federação, o Distrito Federal registrou a maior proporção, com 96,2% da população. Por outro lado, o Acre teve a menor, com 75,2%.

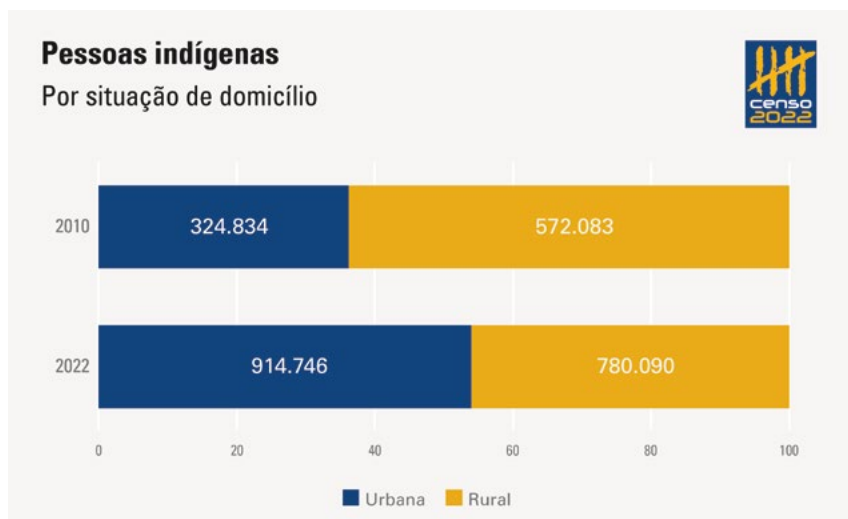
Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Indígenas: Principais características das pessoas e dos domicílios e localidades indígenas

O IBGE divulgou, no dia 19/12/2024, os dados referentes ao *Censo Demográfico 2022: Indígenas - Principais características das pessoas e dos domicílios, por situação urbana e rural: Resultados do universo*, na Casa Brasil IBGE, situada no Palácio da Fazenda, no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

A população indígena residindo em Áreas Urbanas, em 2022, chegou a 914 746 pessoas, ou **53,97% do total de indígenas** no País. Em 2010, esta população era de 324 834 pessoas, ou 36,22% do total de indígenas. De 2010 para 2022, a população indígena em Áreas Urbanas aumentou 181,6%, ou mais 589 912 pessoas frente a 2010. Já a população indígena em situação rural chegou a 780 090 pessoas, ou 46,03% das pessoas indígenas do País, crescendo 36,36% desde 2010, o equivalente a mais 208 007 pessoas indígenas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2022.

Os indígenas têm idade mediana de 25 anos, 10 anos a menos que a do total da população do País (35 anos). A idade mediana da população indígena que residia em Áreas Urbanas e fora de Terras Indígenas era de 32 anos em 2022. Já os indígenas residindo em Áreas Rurais e dentro de Terras Indígenas tinham idade mediana de 18 anos, ou seja, metade desta população tinha até 18 anos de idade.

A razão de sexo da população indígena mostra que, dentro de Terras Indígenas, havia 104,9 homens para cada 100 mulheres. Nas Áreas Rurais fora de Terras Indígenas, havia 106,65 homens para cada 100 mulheres. No entanto, em Áreas Urbanas fora de Terras Indígenas, havia 89,37 homens para cada 100 mulheres.

De 2010 para 2022, a taxa de analfabetismo da população indígena recuou de 23,40% para 15,05%. Dentro das Terras Indígenas, a taxa de analfabetismo recuou de 32,30% para 20,80%, de 2010 para 2022. No mesmo período, a taxa de analfabetismo da média da população do País recuou de 9,62% para 7%.

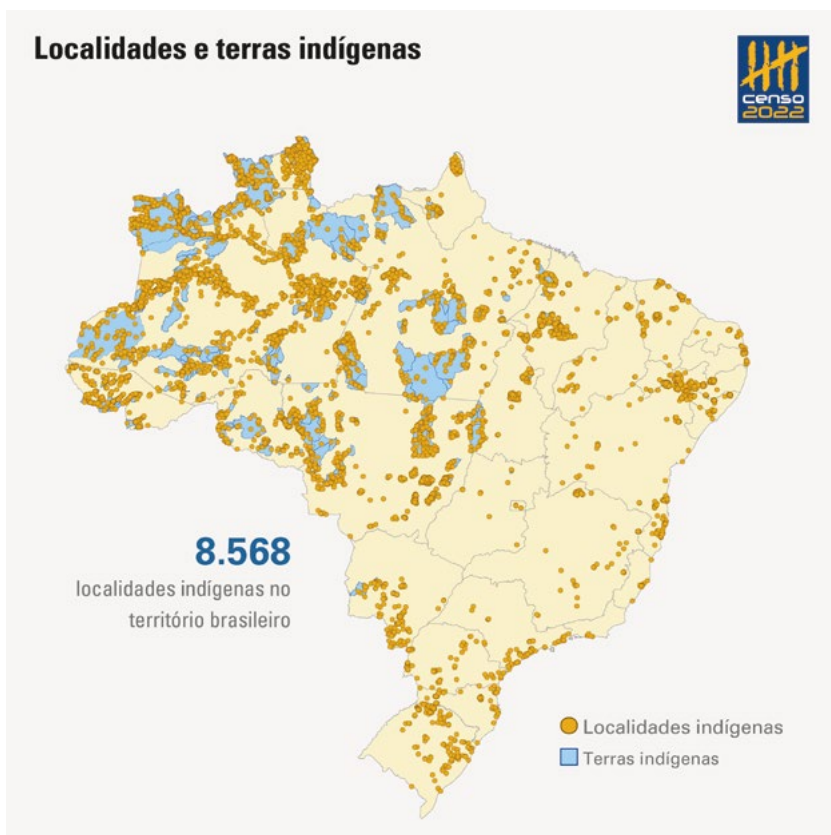
Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

No mesmo evento, foi divulgada a publicação *Censo Demográfico 2022: localidades indígenas: resultados do universo*, que trouxe informações que permitem conhecer o quantitativo da população indígena residente no Território Nacional, a sua distribuição dentro e fora das Terras Indígenas, bem como o total de domicílios particulares permanentes ocupados com, pelo menos, um morador indígena, entre outros aspectos.

Desse modo, o IBGE consolidou o primeiro mapeamento das localidades indígenas com finalidade censitária e revela sua localização e distribuição espacial, considerando-se os seguintes recortes territoriais: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Terras Indígenas oficialmente declaradas, e Coordenações Regionais da FUNAI. Tais resultados, apresentados excepcionalmente em um plano tabular que contempla os quantitativos de tais localidades, foram enriquecidos com comentários analíticos que ampliaram a cartografia desses povos e o conhecimento de sua realidade, a partir das desagregações mencionadas.

A partir de seus resultados, o IBGE divulgou que existiam 8 568 localidades indígenas no Brasil, em 2022, identificadas em todos os Estados e no Distrito Federal. A maioria delas (71,55% ou 6 130) estava em Terras Indígenas declaradas, homologadas, regularizadas ou encaminhadas como reservas indígenas na data de referência do Censo, enquanto 2 438 (28,45%) localidades encontravam-se fora dessas áreas.

A Região Norte reunia a maior quantidade de localidades indígenas (5 158 localidades) e de pessoas indígenas (753 780 pessoas). Isso equivale, respectivamente, a 60,20% das localidades indígenas identificadas e a 44,47% da população indígena do País. O segundo lugar ficou com o Nordeste, onde havia 1 764 localidades (20,59%), seguido por Centro-Oeste, com 1 102 localidades (12,86%), Sul, com 308 localidades (3,59%), e Sudeste, onde existiam 236 localidades (2,75%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2022.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Pesquisa sobre População em Situação de Rua

No último trimestre de 2024, o IBGE participou do Seminário “Conhecer para Transformar: População em Situação de Rua”, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC. O evento foi uma oportunidade de discutir conceitos e caminhos para políticas públicas, voltados para esse grupo social.



IBGE iniciou testes de coleta visando a realização de pesquisa que forneça estatísticas sobre a população em situação de rua - Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias.

Para acessar a gravação do evento, [clique aqui](#).

Além das mesas temáticas que compuseram o seminário, ocorreram no evento o lançamento do módulo **PopRua do Observatório do Cadastro Único**, e o lançamento do **Caderno de Estudos nº 37**, publicação organizada pelo MDS que apresenta 10 estudos inéditos. Entre esses estudos, consta a primeira proposta metodológica para um Censo Nacional de População de Rua, elaborada pelo IBGE.

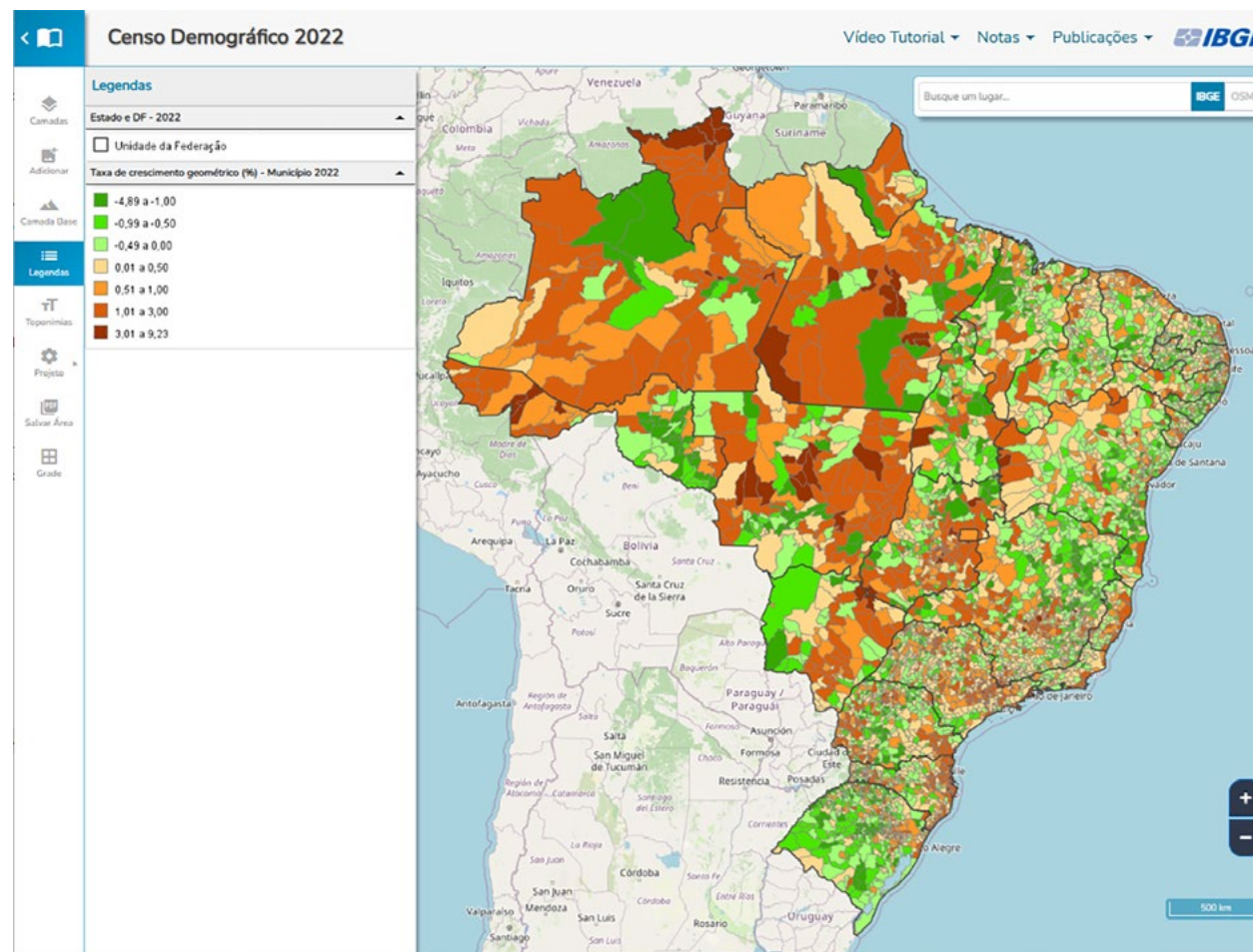
Integração entre estatística e geografia

A integração entre informações estatísticas e geoespaciais potencializou a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022. Além de tabelas e textos de análise, os temas divulgados contam com **mapas temáticos**, incluindo materiais que podem ser impressos em tamanho mural.

Em especial, utilizando a PGI, é possível visualizar os resultados na forma de mapas interativos em diferentes recortes geográficos, combinar a visualização dos resultados com mapas de outros temas, fazer consultas e filtros sobre os elementos dos mapas, consultar metadados, ler as notas técnicas e fazer o *download* dos dados geoespaciais.

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**, estruturado pelo IBGE, também auxilia na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, como referência única e nacional para relacionar as informações estatísticas dos censos e de suas demais pesquisas a esses recortes territoriais.

Na figura ao lado, é possível visualizar, como exemplo, a distribuição das taxas de crescimento geométrico da população, por Município, a partir dos dados obtidos pelo Censo Demográfico 2022.



Fonte: Plataforma Geográfica Interativa - PGI do Censo Demográfico 2022.

Ações de disseminação e comunicação

Durante o ano de 2024, a disseminação e a comunicação realizadas para o Censo Demográfico 2022 concentraram-se em atividades relacionadas à divulgação de resultados da pesquisa.

Para ampliar o alcance dessas divulgações e destacar a presença nacional do IBGE, parte dos lançamentos foi realizada em Estados variados, muitos sediados por parceiros do Instituto, aproximando ainda mais o IBGE da sociedade.

Uma ação inovadora decorrente da divulgação de resultados do Censo 2022 foi a criação da oficina “Um território de informações: Potencialidades dos Dados do Censo 2022”, realizada na ocasião das divulgações de resultados do Censo. A oficina teve como objetivo apresentar as potencialidades dos dados para tomada de decisão de gestores locais.



A Oficina fez parte da programação de divulgação dos resultados do Censo, realizada em parceria com o Banco do Nordeste - BNB, em Fortaleza.

As inscrições eram abertas previamente pela [Loja Virtual do IBGE](#), de forma gratuita. Ao todo, foram realizadas **10 oficinas** em 2024, totalizando cerca de **700 participantes**. A primeira edição ocorreu em fevereiro, no município de Diadema (SP) e a última em dezembro, em Vitória (ES). Também ocorreram oficinas nos Estados de Santa Catarina, Ceará, Maranhão e Amazonas, além do Rio de Janeiro.

A exemplo do que ocorreu em 2023, os resultados do Censo Demográfico 2022 continuaram sendo disponibilizados por meio do canal [Panorama do Censo 2022](#), com uma interface amigável e facilmente acessada por todo tipo de usuário, independentemente de seus conhecimentos técnicos. Também foi mantida a divulgação de resultados pela [PGI](#) e pelo [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#), além do [portal do IBGE](#). Inclusive, as oficinas buscavam disseminar o uso de tais ferramentas.

No que se refere à comunicação social, foram realizadas, desde o ano de 2020, diversas ações de comunicação com a mídia (atendimento a demandas, entrevistas coletivas presenciais e *on-line*, entrevistas individuais com porta-vozes e reuniões de embargo). Destacam-se, ainda, a produção de conteúdo multimídia na [Agência IBGE Notícias](#) (*releases*, notícias, [Minuto IBGE](#), audiovisuais) e o [hotsite do Censo 2022](#), além de *media training* com porta-vozes do IBGE, oficina para jornalistas, entre outras atividades.

Em 2024, destacaram-se os seguintes trabalhos de comunicação em relação ao Censo Demográfico 2022, realizados pela Agência IBGE Notícias:

- **02/02: IBGE divulga pela primeira vez as coordenadas geográficas dos endereços do país**
- **08/02: IBGE divulgará novos resultados do Censo 2022**
- **23/02: Censo 2022: Cerca de oito a cada dez pessoas moravam em casas, mas cresce proporção de moradores em apartamentos**

- **23/02:** Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem [↗](#)
- **21/03:** Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública [↗](#)
- **03/05:** Censo 2022: metade da população indígena no país tem menos de 25 anos [↗](#)
- **03/05:** Censo 2022: População quilombola é mais jovem do que população total do país [↗](#)
- **08/08:** Censo 2022: 99,3% das crianças com até 5 anos têm registro de nascimento em cartório [↗](#)
- **25/10:** Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens [↗](#)
- **08 /11:** Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas [↗](#)

Minuto IBGE e audiovisual:

- **27/05:** Censo 2022: Os Quilombolas [↗](#)
- **10/06:** Censo 2022: Alfabetização [↗](#)
- **24/06:** Censo 2022: Os indígenas [↗](#)
- **12/08:** Censo 2022: Localidades Quilombolas [↗](#)
- **02/09:** Censo 2022: Registro de nascimentos [↗](#)
- **14/10:** Censo 2022: Domicílios Coletivos [↗](#)
- **11/11:** Censo 2022: Domicílios com Indígenas [↗](#)

Orçamento

Orçamento 2024

O Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2024 conferiu ao IBGE um orçamento inicial total de R\$ 70 275 813,00, dividido, por grupo de despesa, em Outras Despesas Correntes (R\$ 68 784 653,00) e Investimento (R\$ 1 491 160,00).

Ao longo do ano, as concessões de suplementações, bem como alterações entre grupos de despesa, resultaram em um limite de R\$ 66 489 244,00, dividido, por grupo de despesa, em Outras Despesas Correntes (R\$ 61 407 994,00) e Investimento (R\$ 5 081 250,00).

Ao final de 2024, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a execução orçamentária do Plano Interno do Censo 2020 - PI CENSO 2020 **encontrava-se em 99,99%**.

Orçamento do Censo Demográfico 2022

A tabela a seguir apresenta os valores orçamentários executados, divididos pelas principais despesas, desde 2018 até o ano de 2024.

Tipo de despesa	Orçamento (R\$ milhões)							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total (1)
Pessoal	-	19,2	108,6	117,3	1 621,4	279,6	34,0	2 180,1
Custeio	2,7	74,0	59,3	34,9	571,4	174,7	19,9	936,9
Investimento	0,2	139,2	47,8	14,4	40,0	17,6	5,0	264,2
Publicidade	-	3,0	6,2	2,5	60,0	-	7,5	79,2
Total Geral	2,9	235,4	221,9	169,1	2 292,8	471,9	66,4	3 460,4

Fonte: SIAFI, jan/2025.



(1) Somatório de valores correntes sem aplicação de fator de atualização.

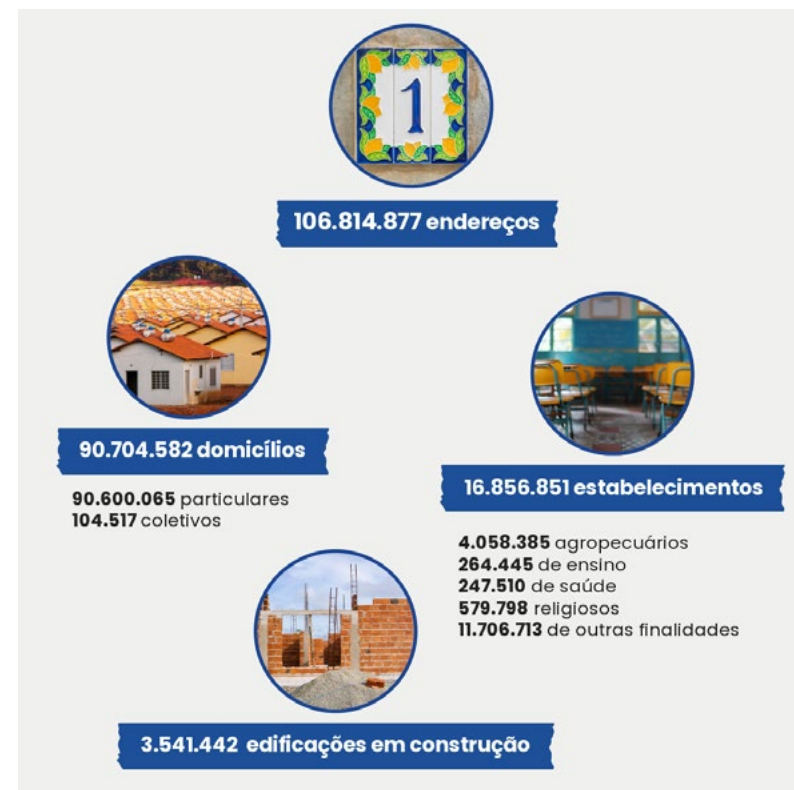
Bases de dados para suporte à operação censitária

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE

O CNEFE é uma base de dados, de abrangência nacional, que contempla endereços georreferenciados de domicílios e estabelecimentos de todo o País, atualizada continuamente pelo IBGE.

Após um período de críticas e correções, realizado entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, o IBGE realizou três divulgações do CNEFE, vinculadas ao calendário do Censo Demográfico 2022. A divulgação para a sociedade, ao longo de 2024, foi dividida da seguinte forma:

- Coordenadas geográficas dos endereços:
 - Divulgação antecipada da localização geográfica de todas as unidades visitadas pelos recenseadores durante a realização do Censo Demográfico, de modo a prover um panorama da cobertura territorial da coleta.
- Versão 2022 do CNEFE:
 - **Cadastro completo**  georreferenciado contendo todos os endereços das unidades visitadas (sejam domicílios ou estabelecimentos) pelos recenseadores durante a realização do Censo Demográfico, seguindo o **padrão de registro de endereços**  utilizado pelo IBGE;
 - Dados agregados de espécies e tipos de edificação por meio do Código de Endereçamento Postal - CEP;
 - Dicionário dos dados divulgados, contendo a descrição do conteúdo presente nos arquivos; e
 - Notas metodológicas com o detalhamento sobre a coleta, crítica e processamento dos dados divulgados.



- Trajetos dos recenseadores:
 - Arquivos vetoriais contendo os trajetos percorridos pelos recenseadores durante a coleta do Censo Demográfico, com as rotas obtidas a partir de sensores de navegação por satélite, instalados nos dispositivos móveis de coleta.

Lições aprendidas do Censo Demográfico 2022

A Portaria IBGE n. 1.004, de 15 de agosto de 2024, criou e nomeou os membros para o Grupo de Trabalho responsável pela redação do **Relatório de lições aprendidas do Censo Demográfico 2022**. O grupo, composto por representantes das Superintendências Estaduais e de todas as Diretorias do IBGE, teve 10 reuniões ordinárias, no ano de 2024, nas quais foram discutidos e sistematizados os principais eventos da operação censitária. Para cada um deles, o grupo propôs um encaminhamento que buscasse potencializar os eventos positivos e mitigar ou evitar os negativos para as próximas operações censitárias e pesquisas que contenham processos de trabalho similares aos do Censo.

O relatório final está sob análise do Conselho Diretor do IBGE e deve ser divulgado para os gestores do Instituto, no início de 2025, após o trabalho de editoração.

Planejamento das próximas operações censitárias

Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola (12º Censo Agropecuário)

As atividades de gestão operacional do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2026 foram iniciadas em 2022 e seguirão até 2027 (com a coleta prevista para 2026). Em 2024, o IBGE elaborou um **cronograma geral e proposta orçamentária** adequados para a operação, atendendo os parâmetros de qualidade da instituição e aos princípios fundamentais das estatísticas oficiais.

Ambos os instrumentos estão presentes no projeto técnico, que compreende os anos de 2025 a 2028. As atividades previstas são: (i) 2025 – Prova-Piloto e Censo Experimental; (ii) 2026 – Realização do Censo e divulgação dos primeiros resultados; e (iii) 2027/2028 – Divulgação dos resultados.

A proposta orçamentária, encaminhada pelo IBGE ao governo federal, formalizou o pedido de inclusão do valor de **R\$ 649 629 694,00** no PLOA 2025, sendo

incluído R\$ 27 000,00 no planejamento e R\$ 649 602 694,00 em expansão, bem como apresentou o valor total do projeto por ano da operação.

Também, foram realizadas as seguintes ações, em 2024:

- **Especificação do aplicativo de coleta:** no que diz respeito às telas de usuário e relatórios próprios do CNEFE, sendo compatíveis com as propostas de inovação e melhorias para a coleta do Censo;
- **Desenvolvimento de indicadores operacionais de coleta:** iniciou-se o desenvolvimento, com foco no acompanhamento do desempenho das equipes de coleta, facilitando o trabalho de supervisão operacional, tanto pelas Superintendências Estaduais quanto pelas coordenações técnicas da Administração Central. Esses indicadores utilizam variáveis operacionais-chave e são apresentados por meio de ferramentas como alertas, painéis de trabalho e relatórios analíticos;
- **Ajustes na Base de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS:** trata de módulo de sistema que contém informações operacionais relevantes, divididas por temas, para o planejamento e execução da coleta de campo. Nesta primeira fase, constam o Módulo de Informações Operacionais do Setor e o Módulo de Contatos Operacionais; e
- **Definição de postos de coleta e quadro de vagas:** iniciou-se a definição dos quantitativos necessários por Superintendência Estadual.

1º Censo de População em Situação de Rua

Mediante objeto de investigação inédita para o IBGE, em 2024, continuou-se o planejamento do 1º Censo de População em Situação de Rua - PSR, o qual foi iniciado em 2023. A metodologia proposta para essa pesquisa impõe desafios operacionais novos, em relação à vasta experiência na realização de censos demográficos.

O projeto operacional iniciado, em 2024, tem como base o **pré-projeto técnico** elaborado.



Com a coleta de dados prevista para 2027, o ano de 2024 foi dedicado às seguintes atividades de planejamento da operação:

- **Envio da proposta orçamentária para 2025:** com o pedido de inclusão do valor de R\$ 27 997 514,00 no PLOA 2025, sendo incluído R\$ 10 000,00 no planejamento e R\$ 27 987 514,00 em expansão, bem como apresentou o valor total do projeto por ano da operação; e
- **Desenvolvimento de nova ferramenta de acompanhamento do cronograma:** a ferramenta desenvolvida permite visualizar e vincular tarefas, assim como gerenciar os prazos necessários para a sua conclusão, alinhando-os aos objetivos do projeto. O cronograma é colaborativo, o que habilita os representantes de todas as unidades a incluir e atualizar as tarefas sob sua responsabilidade.



Produção de informações estatísticas e geocientíficas

A Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, presente na **Cadeia de Valor do IBGE**. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo.

Em 2024, foram divulgados **242 resultados** relacionados às informações estatísticas, nas áreas social, econômica e multidomínio, que se desdobram em **25 temas**.

E, no âmbito das Geociências, foram divulgadas **31 informações** relacionadas aos seguintes temas: Organização do território; Posicionamento Geodésico; Atlas; Modelos digitais de superfície; Cartas e Mapas; Imagens do território; Informações ambientais; e Métodos e documentos de referência.

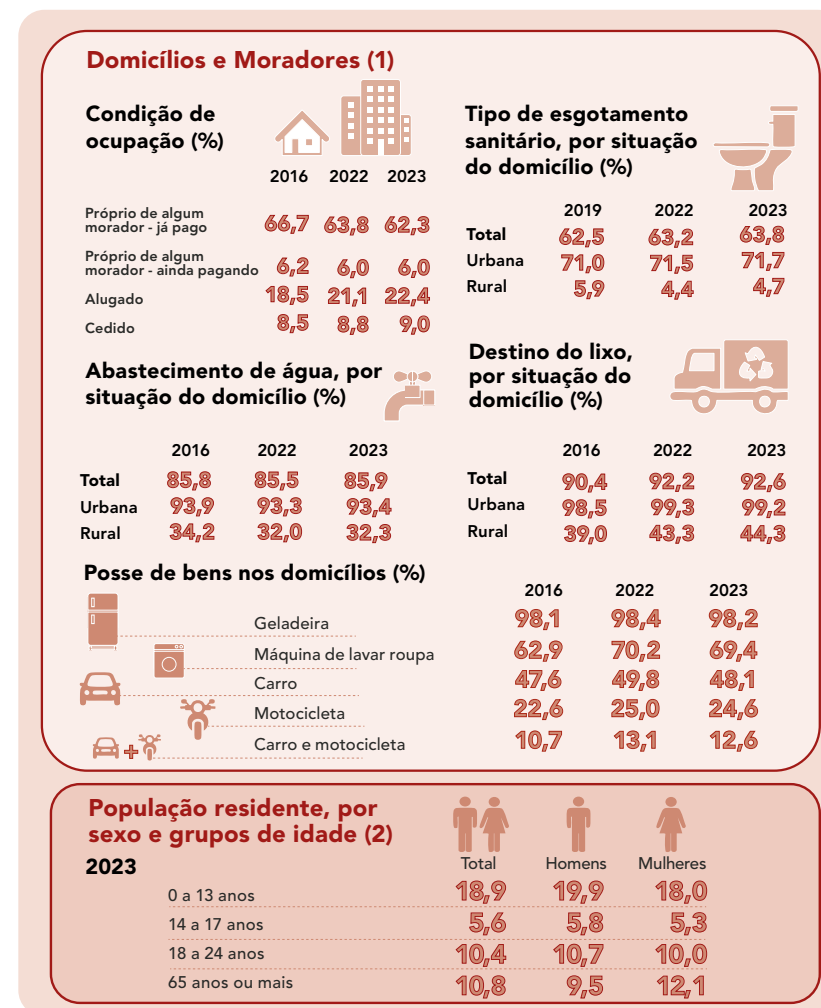
A seguir, encontram-se as principais atividades e resultados de 2024. Cabe registrar que alguns resultados se referem a dados coletados em anos anteriores, mas que tiveram sua divulgação em 2024.

Estatísticas sociodemográficas

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

(1) Primeira visita. (2) Acumulado de primeiras visitas.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens e idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Destaca-se a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;

- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano, com divulgação em 2024:

- COVID-19;
- Segurança alimentar 2023;
- Educação 2023;
- Rendimento de todas as fontes 2023;
- Turismo;
- Características Gerais dos Domicílios e Moradores 2023;
- Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade; e
- Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023.

Turismo

A inclusão desse módulo, na PNAD Contínua, tem como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior. Para tal, são apurados os gastos e as características das viagens realizadas, os quais, associados a outras variáveis integrantes da pesquisa, incluindo o rendimento domiciliar *per capita*, permitem uma consistente avaliação da demanda turística doméstica.

Viagens realizadas por moradores do domicílio particular permanente

Domicílios				Rendimento mensal domiciliar per capita				Motivo de nenhum morador ter viajado	
	2020	2021	2023		2020	2021	2023		2023
Total (milhões)	71,0	71,5	77,4	Total	13,9%	12,7%	19,8%	Não ter dinheiro	40,1%
Houve viagem	13,9%	12,7%	19,8%	Menos de 1/2 s.m.	8,7%	7,6%	11,6%	Não ter necessidade	19,1%
Não houve viagem	86,1%	87,3%	80,2%	1/2 a menos de 1 s.m.	10,7%	10,0%	14,5%	Não ter tempo	17,8%
Finalidade da viagem				1 a menos de 2 s.m.	14,1%	13,2%	19,4%	Não ter interesse	9,1%
Total (milhões)	13,6	12,3	21,1	2 a menos de 4 s.m.	20,8%	20,7%	31,1%	Não ser prioridade	7,0%
Pessoal	85,1%	85,4%	85,7%	4 ou mais s.m.	31,1%	32,2%	46,0%	Problemas de saúde	3,9%
Profissional	14,9%	14,6%	14,3%					Outro	3,0%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020/2023.

Nota: Viagens ocorridas nos três meses anteriores à entrevista.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Tábuas Completas de Mortalidade

Sobre as características gerais da população, pode-se citar também a [Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2023](#). Essas tábuas fornecem estimativas da expectativa de vida às idades exatas até os 80 anos, com data de referência em 1º de julho do ano anterior. Sua periodicidade é anual e sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados por sexo e idade.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Trabalho

Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo: (i) informações sobre a população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; (ii) características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); (iii) saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); (iv) tra-

balho decente; e (v) grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

A PNAD Contínua divulga informações conjunturais, nas periodicidades mensal e trimestral, e estruturais, na periodicidade anual. Para ampliar o acesso aos resultados da pesquisa, foi desenvolvido o [Painel PNAD Contínua](#), por meio de convênio firmado entre o IBGE e o escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) no Brasil, no qual é possível acessar informações disponibilizadas por tal pesquisa.

No gráfico abaixo, encontra-se a série histórica da taxa de desocupação, do 3º trimestre de 2022 ao 3º trimestre de 2024.



Fonte: Painel PNAD Contínua.

Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

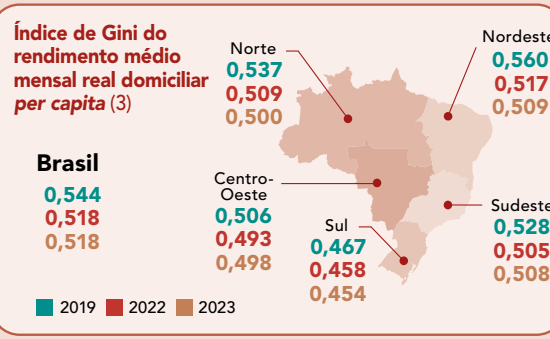
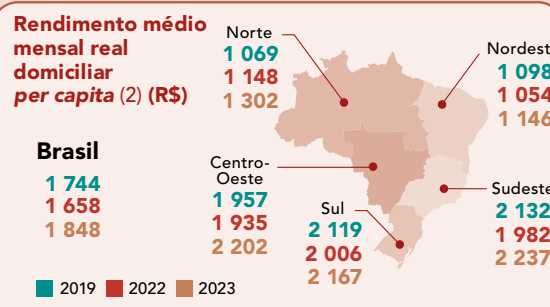
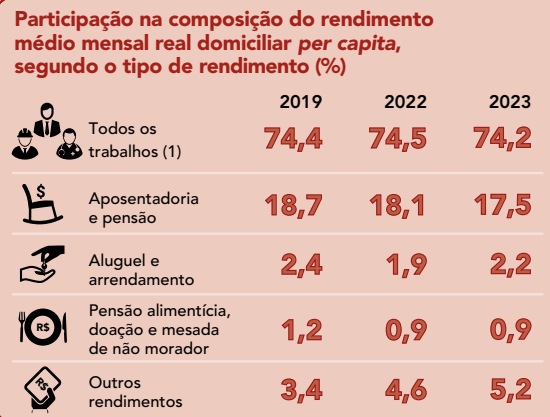
A PNAD Contínua investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil, como pode ser observado no produto [Rendimento de todas as fontes 2023](#), publicado em 2024.

Em 2024, a partir da PNAD Contínua, o IBGE também ampliou a divulgação de informações sobre o tema Trabalho com a publicação [Características adicionais do mercado de trabalho 2023](#), na qual se investiga um conjunto de informações necessárias à realização do monitoramento conjuntural das tendências e flutuações da força de trabalho brasileira.

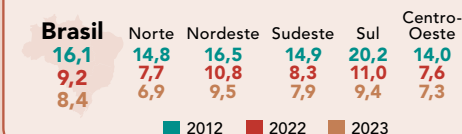
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (2) A preços médios de 2023. (3) A preços médios do ano.



Associação a sindicato (%)



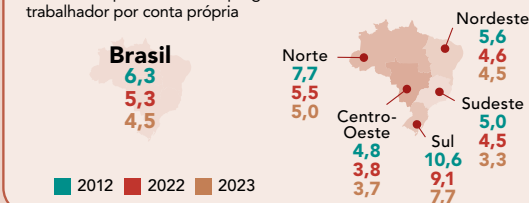
Registro no CNPJ, por grupamentos de atividade no trabalho principal (%)

Pessoas ocupadas como empregador ou trabalhador por conta própria

	2012	2022	2023
Total (1)	23,9	34,2	33,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5,6	10,1	9,1
Indústria geral	24,1	32,2	32,4
Construção	6,8	19,3	17,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	40,1	49,0	46,8
Serviços (2)	31,5	39,6	38,1

Associação a cooperativa de trabalho ou produção (%)

Pessoas ocupadas como empregador ou trabalhador por conta própria



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo: condição de alfabetização; frequência à creche ou à escola; rede e área de ensino; grau de instrução; e gestão da educação, entre outros.

O módulo Educação da PNAD Contínua tem como objetivo retratar o panorama educacional da população do Brasil. Em 2024, foram apresentados os resultados com referência no segundo trimestre de 2023, bem como comparações com anos anteriores.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

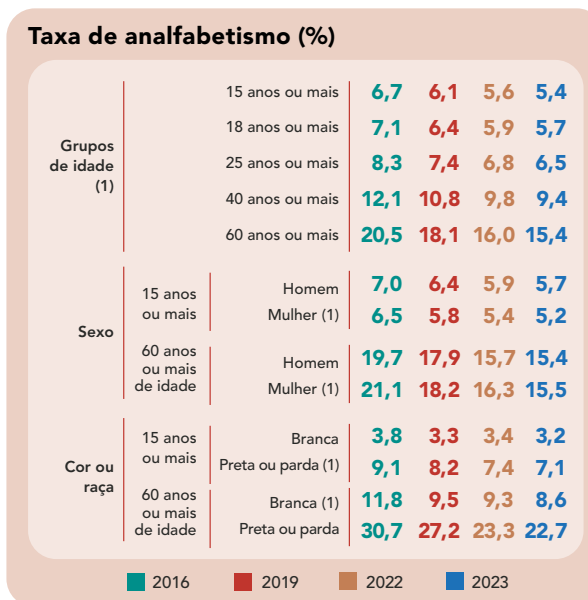
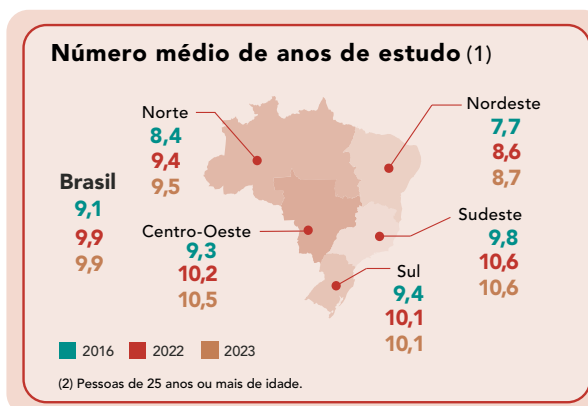
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, englobando: tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

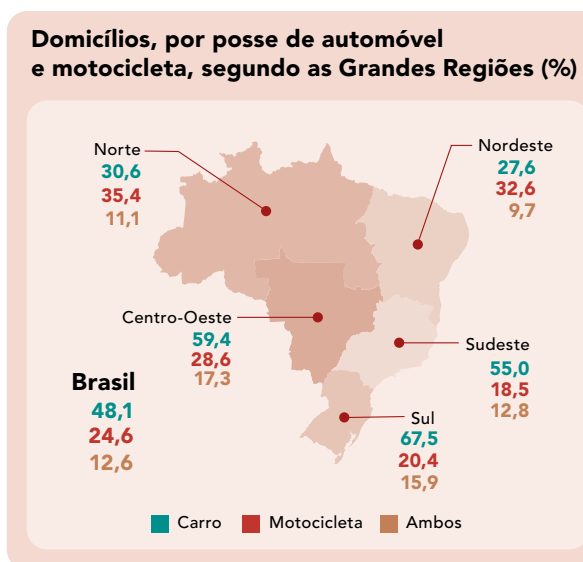
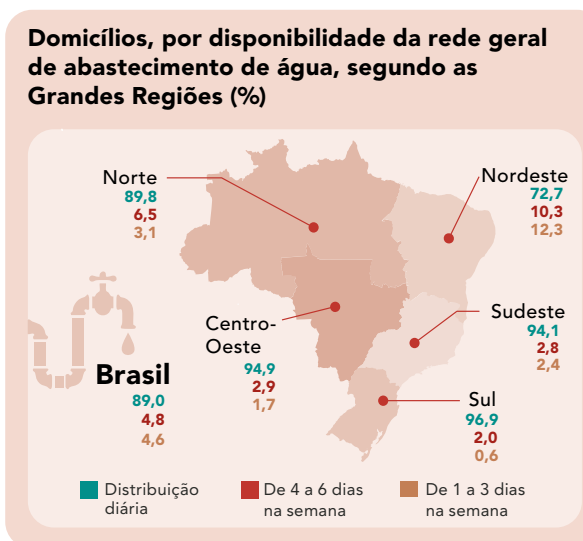
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Nota: As diferenças entre 2016 e 2023 são significativas ao nível de confiança de 95%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.



Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo: morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

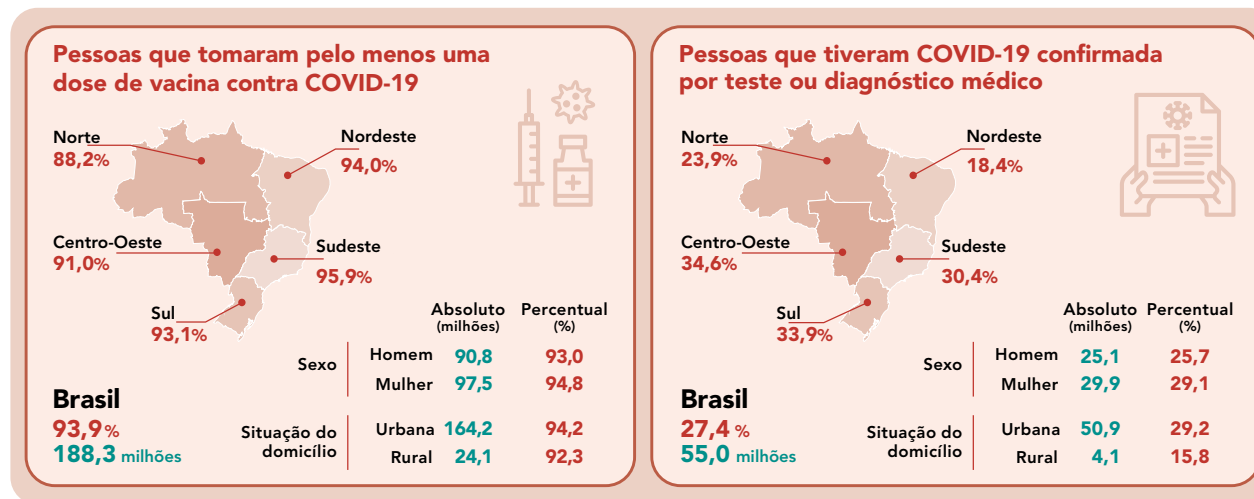
O IBGE, em parceria com o Ministério da Saúde, abordou a temática da COVID-19 na PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2023, com a publicação dos resultados em 2024. Para isso, foi incluído no questionário da pesquisa um módulo suplementar de perguntas, aplicado a todos os moradores de cinco anos ou mais de idade do domicílio, para a investigação de aspectos relacionados à doença, incluindo a vacinação, a ocorrência da infecção e a persistência de seus sintomas.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Em 2024, o IBGE também divulgou os resultados do módulo de Segurança Alimentar, inserido na PNAD Contínua, relativos ao ano de 2023, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Os dados para esse estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA**, em módulo específico da pesquisa.

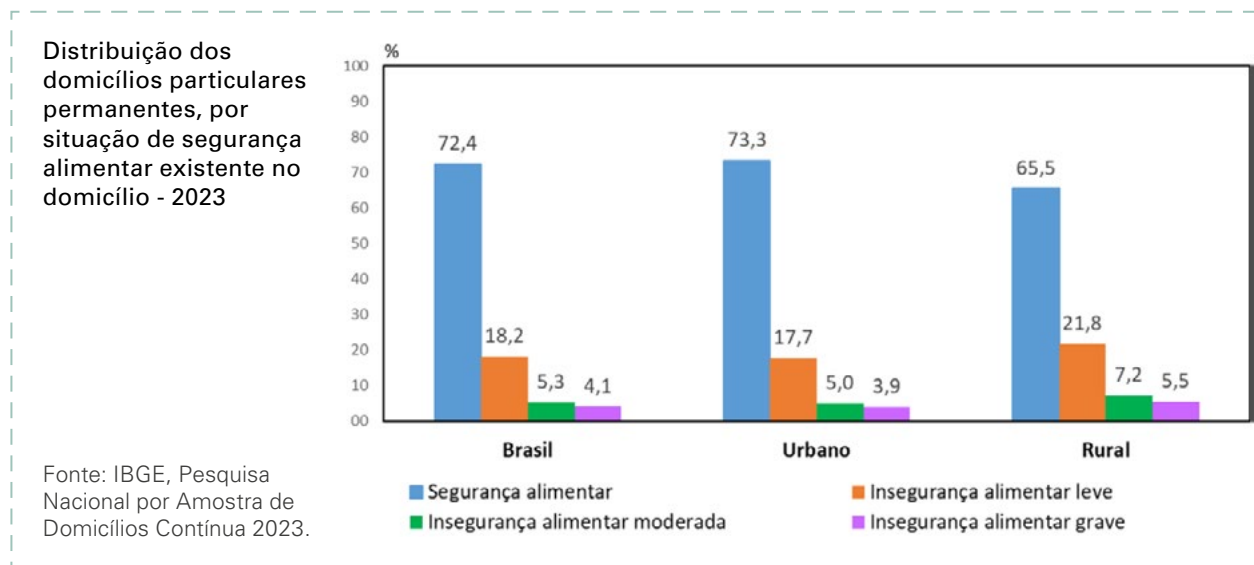
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Pessoas de cinco anos ou mais de idade.



Rendimento, despesa e consumo

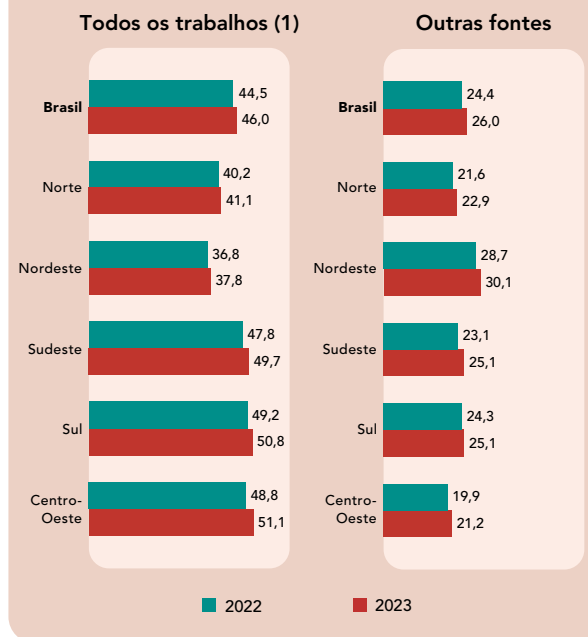
Engloba as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo: tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Nesse tema, destaca-se a PNAD Contínua, com a produção de indicadores anuais, tais como: população residente com rendimento; distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido; rendimento médio mensal real da população residente com rendimento; rendimento do trabalho; rendimento domiciliar *per capita*; e indicadores de concentração de rendimento.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Pessoas com rendimento na população residente, por tipo de rendimento, segundo as Grandes Regiões (%)

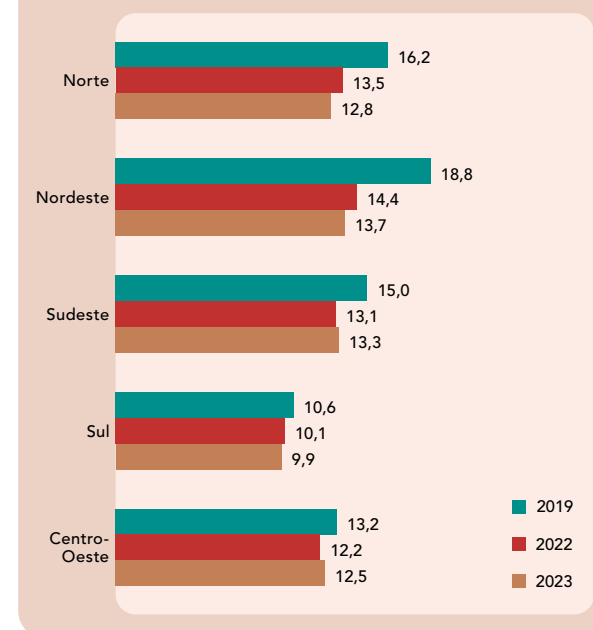


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.

Nota: Dados consolidados de quantas visitas em 2022, e de primeiras visitas em 2023.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos. 4. Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023, e de quintas visitas em 2022.

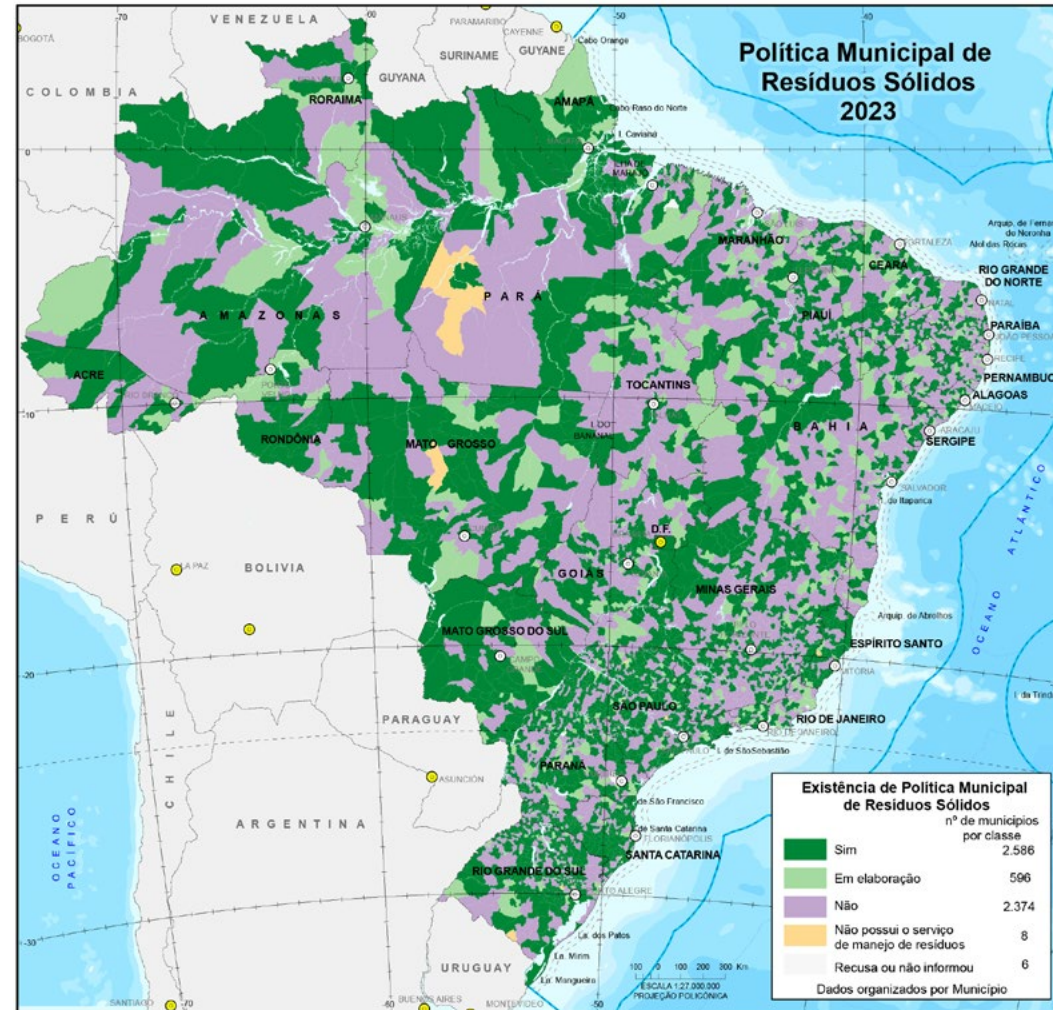
Administração pública e participação político-social

Envolve as informações sobre a gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados, bem como as informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC** e a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**, que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas. Em 2024, foram publicados o **Perfil dos Estados Brasileiros 2023** e o **Perfil dos Municípios Brasileiros 2023**.

Também foi realizada a publicação do **Perfil dos Municípios Brasileiros: gestão do saneamento básico 2023**, a partir dos resultados do Suplemento de Saneamento, cujos dados foram obtidos em atividade integrada de coleta com a **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 2024**, que contempla questões sobre a gestão pública dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como de drenagem e manejo de águas pluviais.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2023.

Estatísticas econômicas

Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0** [↗](#).

O IBGE traça um grande painel do agronegócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Couro, Pesquisa Trimestral do Leite e Produção de Ovos de Galinha - POG, que levantam dados da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru; e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

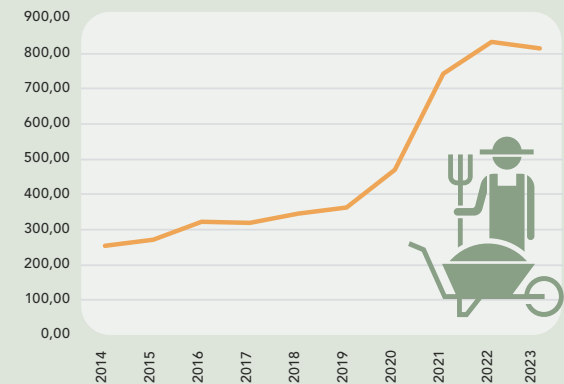
Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Permite não apenas o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase

de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Produção Agrícola Municipal - PAM, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam pela importância econômica que possuem na pauta de exportações e por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o Município.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) [↗](#).

Evolução do valor da produção agrícola (bilhões R\$)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014-2023.

Valor da produção agrícola

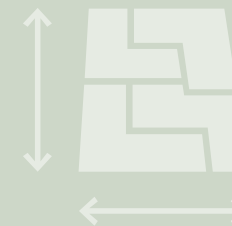
R\$ 814,5 bilhões



↓ 2,3%
em relação a 2022

Área colhida nacional agrícola

95,8 milhões de hectares



↑ 5,7%
em relação a 2022

Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas

316,4 milhões de toneladas




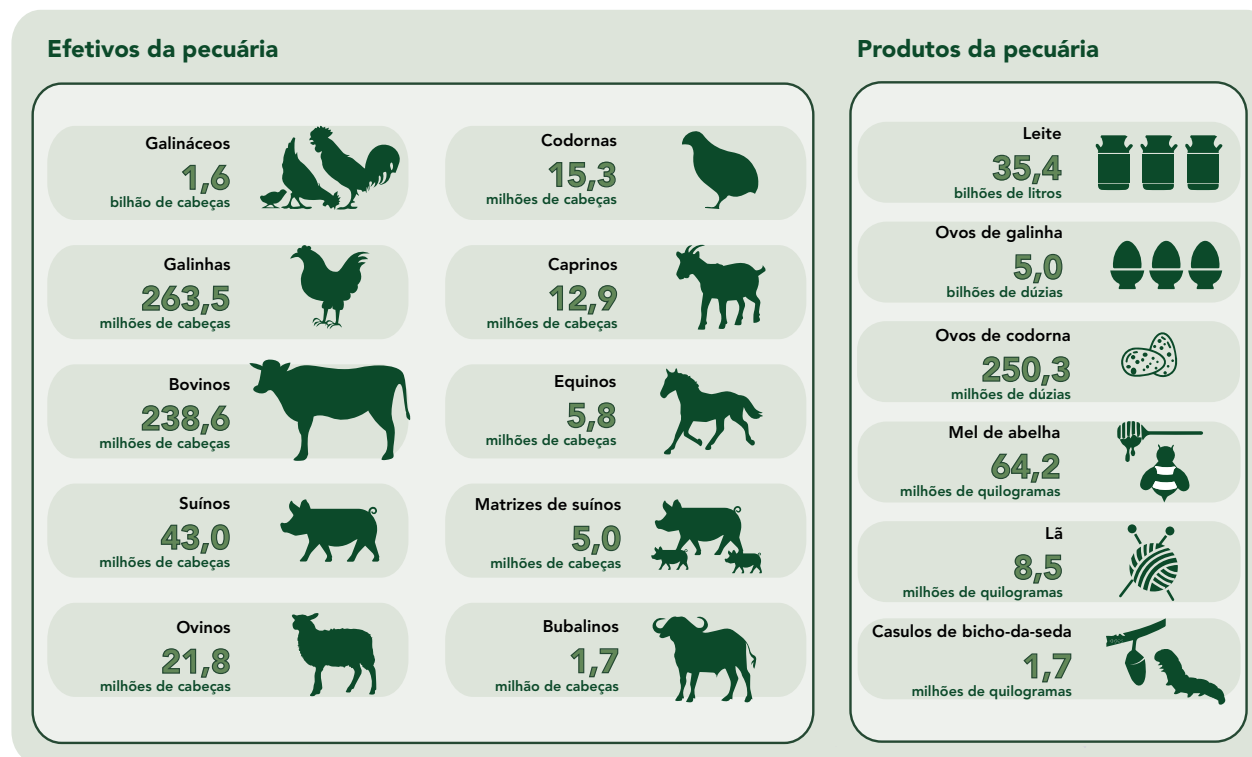
↑ 19,6%
em relação a 2022

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2023.

Pesquisa de Estoques, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre onde é feita a sua guarda. Tem como unidade de coleta o estabelecimento que possui instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no Município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla: a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .

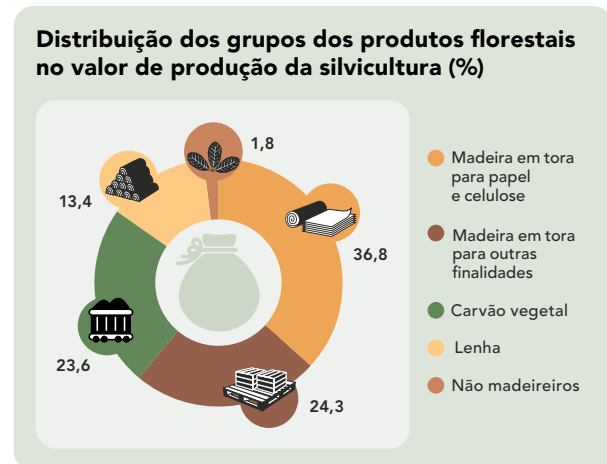


Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2023.

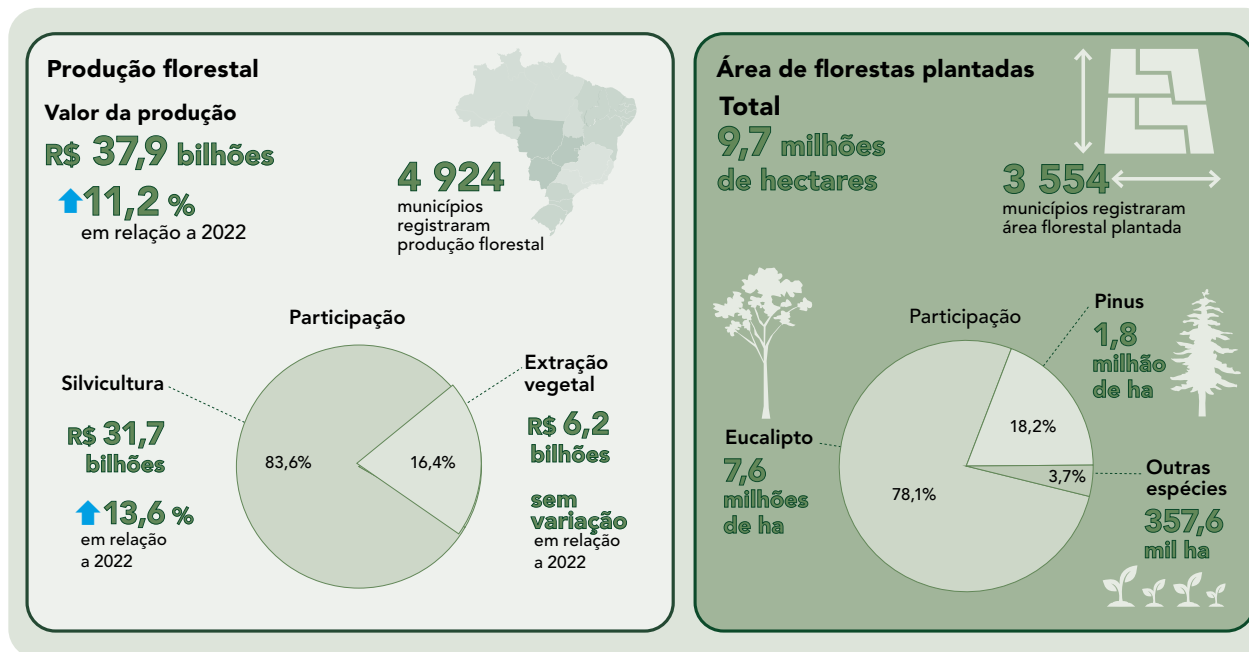
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o Município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2023.



Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2023.

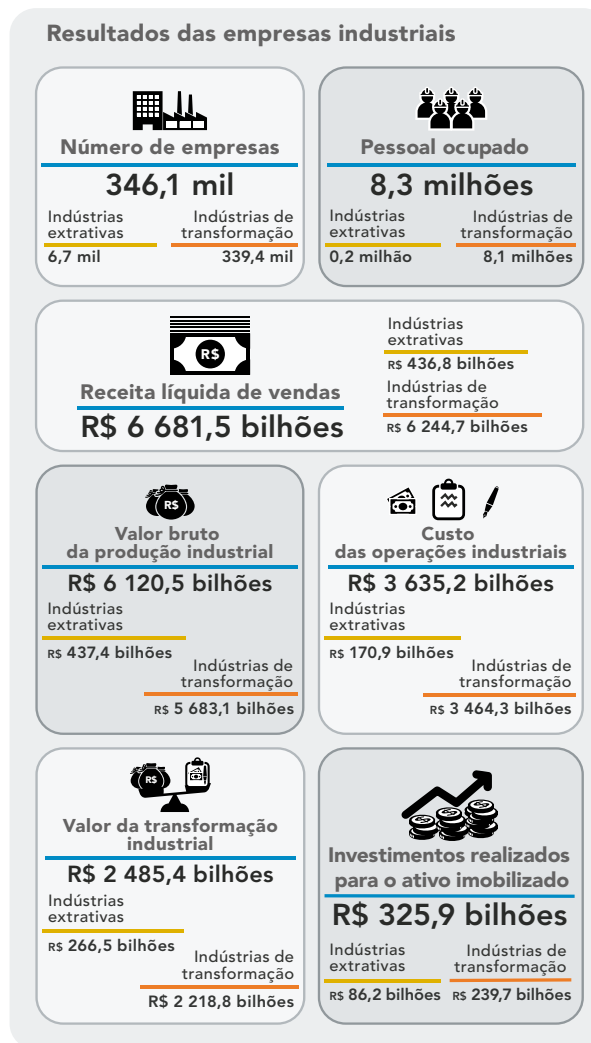
Indústria e construção

Investiga as atividades das indústrias extrativas, de transformação e da construção, que pertencem às seções B, C e F da CNAE 2.0, respectivamente, a partir de pesquisas que levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF, que produz indicadores de curto prazo, desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, que identifica as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem esse segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



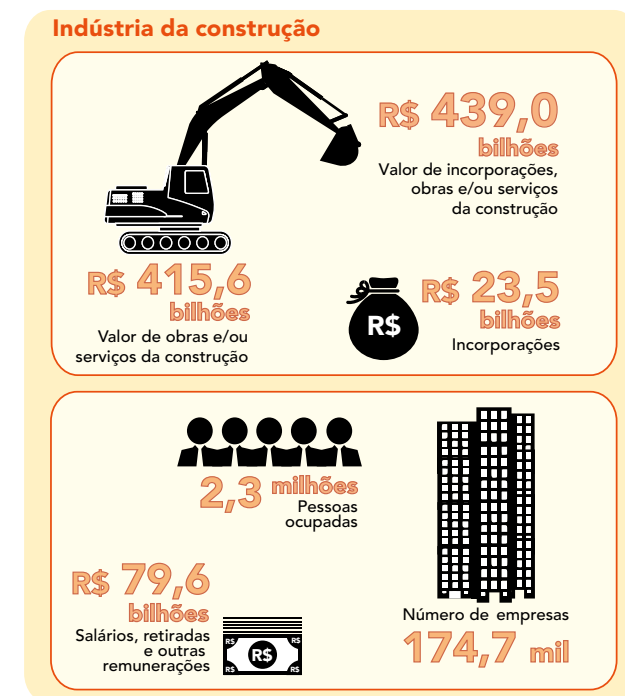
Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2022.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, que identifica, anualmente, as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, da mão de obra ocupada e sua remuneração, e dos investimentos em capital fixo, entre outras.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2022.

Serviços

Engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos serviços que pertencem às seções H, I, J, L, M, N, R (parte) e S. Os resultados divulgados são referentes à seguintes pesquisas:

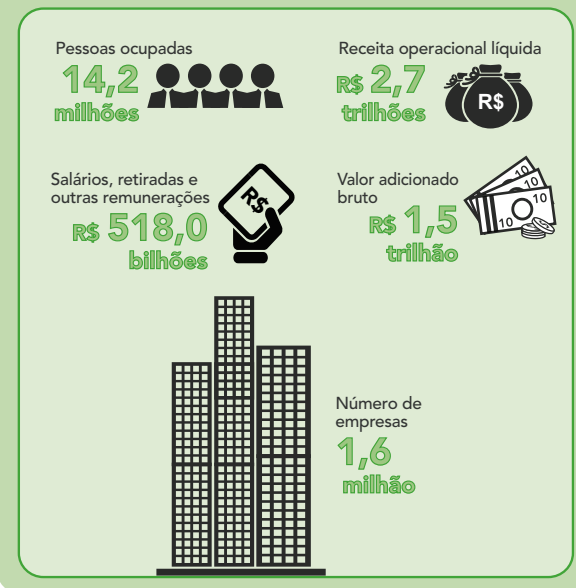
Pesquisa Mensal de Serviços - PMS, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

Pesquisa Anual de Serviços - PAS, que levanta dados econômico-financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.

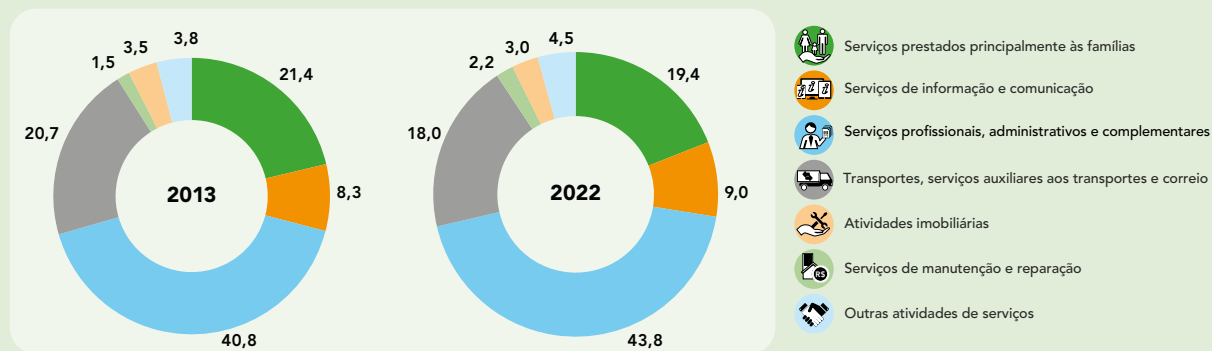
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Empresas prestadoras de serviços não financeiros



Distribuição percentual de pessoal ocupado nas empresas prestadoras de serviços não financeiros (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Serviços 2022.

Comércio

Abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades do comércio e de reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0, com destaque para as seguintes pesquisas:

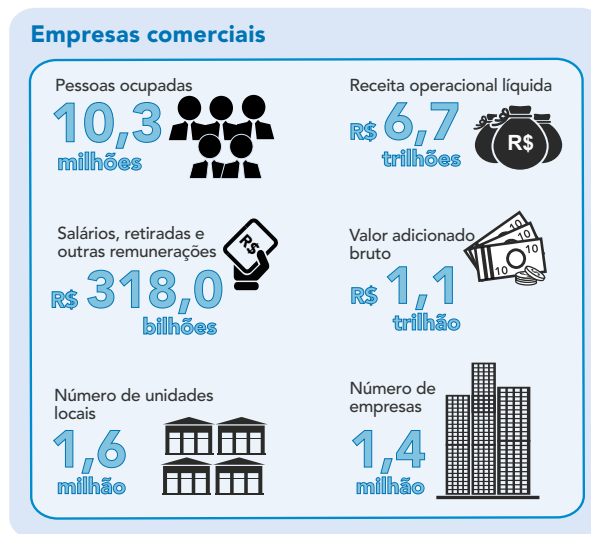
Pesquisa Mensal de Comércio - PMC, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal é o comércio varejista e atividades de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, que incluem o ramo atacadista.

Pesquisa Anual de Comércio - PAC, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do **Produto Interno Bruto - PIB**.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) .

Empresas comerciais



Fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Comércio 2013/2022.

Preços e custos

Abrange as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, englobando índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando a mensuração das paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do **PIB**, entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelas seguintes pesquisas que tiveram seus resultados divulgados, em 2024:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de um a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, o que representa uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas consideradas no **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIIPC**.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, por sua vez, tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento – famílias com rendimentos de um a cinco salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada, com uma cobertura populacional de 50% das famílias pertencentes às áreas urbanas consideradas no SNIIPC.

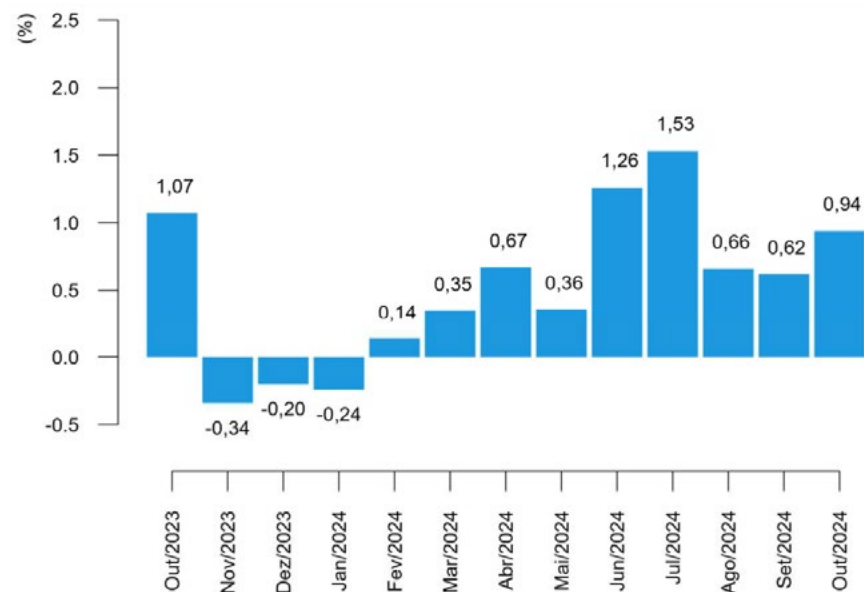
O IPCA e o INPC são produzidos contínua e sistematicamente pelo SNIIPC. Ambos têm como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e Internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - IPP, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança

média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) .

Variação (%) no Índice de Preços ao Produtor, segundo as Indústrias Extrativas e de Transformação, Brasil, Out/2023 – Out/2024. Base: mês imediatamente anterior.



Fonte: IBGE, Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação 2023/2024.

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI

que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas, equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O SINAPI é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal - CEF, realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao IBGE a responsabilidade quanto às fases de coleta, apuração e cálculo. À CEF cabe a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) .

Contas nacionais

Compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como PIB, PIB per capita, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referências metodológicas as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts - SNA*. Compreende, também, Contas Regionais e PIB dos Municípios. Os resultados divulgados, em 2024, foram referentes às seguintes fontes de informação:

Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT

que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100), trimestralmente, para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.



Produto Interno Bruto dos Municípios, que é uma operação estatística para que o IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, divulgue as estimativas do PIB dos Municípios.

Sistema de Contas Nacionais - SCN, que apresenta, como resultados: (i) as Tabelas de Recursos e Usos, que mostram os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços, bem como a geração de renda e do emprego em cada atividade econômica; (ii) as Contas Econômicas Integradas, que oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo, para cada setor institucional, seus fenômenos essenciais – produção, consumo, acumulação e patrimônio – e suas inter-relações; e (iii) as Tabelas Sinóticas, que reúnem as principais grandezas calculadas no SCN e permitem identificar, para cada ano do período considerado, uma série de informações da economia brasileira.

Sistema de Contas Regionais - SCR, que, por sua vez, fornece estimativas do PIB de cada Unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o SCN.

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo, em que o IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e o Banco Central do Brasil - BCB, apresenta estatísticas sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados – referentes a 2023.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Resultado de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)					
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral	
1	Receita	2 778 175	1 359 638	1 132 891	(-) 1 156 351	4 114 353
1.1	Impostos	1 536 649	829 515	223 947	0	2 590 111
1.2	Contribuições sociais	644 263	107 663	59 435	0	811 361
1.3	Transferências / Doações	1 767	311 112	752 058	(-) 1 064 911	25
1.4	Outras receitas	595 496	111 349	97 451	(-) 91 440	712 856
1.4.1.1	Juros	307 226	22 382	45 408	(-) 91 440	283 576
1.4.X	Demais	288 270	88 967	52 043	0	429 280
2M	Despesa (2+31)	3 529 840	1 461 197	1 123 666	(-) 1 156 351	4 958 352
2	Gasto	3 549 047	1 443 028	1 077 275	(-) 1 156 351	4 912 999
2.1	Remuneração de empregados	233 373	469 504	478 332	0	1 181 208
2.2	Uso de bens e serviços	85 488	189 419	334 217	0	609 124
2.3	Consumo de capital fixo	45 390	60 130	61 261	0	166 781
2.4	Juros	856 764	116 138	8 905	(-) 91 440	890 366
2.5	Subsídios	17 282	3 156	8 784	0	29 222
2.6	Transferências / Doações	808 181	256 209	5 389	(-) 1 064 911	4 868
2.7	Benefícios previdenciários e assistenciais	1 401 899	267 581	85 555	0	1 755 035
2.8	Outros gastos	100 672	80 893	94 832	0	276 396
3.1	Investimento líquido	(-) 19 207	18 169	46 391	0	45 353
3.1.1	Ativos fixos	(-) 15 247	17 952	44 975	0	47 680
3.1.2	Estoques	1 562	217	1 417	0	3 196
3.1.3	Objetos de valor	20	0	0	0	20
3.1.4	Ativos não produzidos	(-) 5 542	0	0	0	(-) 5 543
	Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)	(-) 751 664	(-) 101 559	9 225	0	(-) 843 999
	Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	(-) 202 127	(-) 7 803	(-) 27 279	0	(-) 237 209

Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Outras estatísticas econômicas

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES

O CEMPRES reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas e suas respectivas unidades locais existentes no País. A atualização do CEMPRES é realizada, anualmente, a partir das informações provenientes das pesquisas estruturais (Comércio, Construção, Indústria e Serviços) e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, que estão sendo substituídos gradativamente pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

Na publicação constam informações das organizações formais ativas no País, tais como: número total de empresas e outras organizações ativas; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo a atividade econômica, de acordo com a CNAE 2.0; e porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Empresas e outras organizações com empregados em 31.12, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2022

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal (R\$)
			Total		Assalariado		Absoluto	Relativo (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)			
Total	2 870 362	100,0	54 307 216	100,0	50 223 399	100,0	2 284 889 181	100,0	3 548,12
1 a 9 pessoas	2 203 726	76,8	9 164 236	16,9	6 189 569	12,3	143 618 494	6,3	1 793,08
10 a 49 pessoas	568 966	19,8	10 473 877	19,3	9 506 996	18,9	268 609 084	11,8	2 212,52
50 a 249 pessoas	75 809	2,6	7 469 495	13,8	7 356 558	14,6	288 473 817	12,6	3 113,29
250 pessoas ou mais	21 861	0,8	27 199 608	50,1	27 170 276	54,1	1 584 187 786	69,3	4 528,67

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2022.

Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo

Apresenta a dinâmica demográfica das empresas formais brasileiras e as estatísticas de empreendedorismo, a partir dos conceitos definidos nos documentos técnicos *EUROSTAT-OECD Manual on business demography statistics* e *Measuring entrepreneurship: a collection of indicators*, ambos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), com base nas informações do CEMPRE, do IBGE.

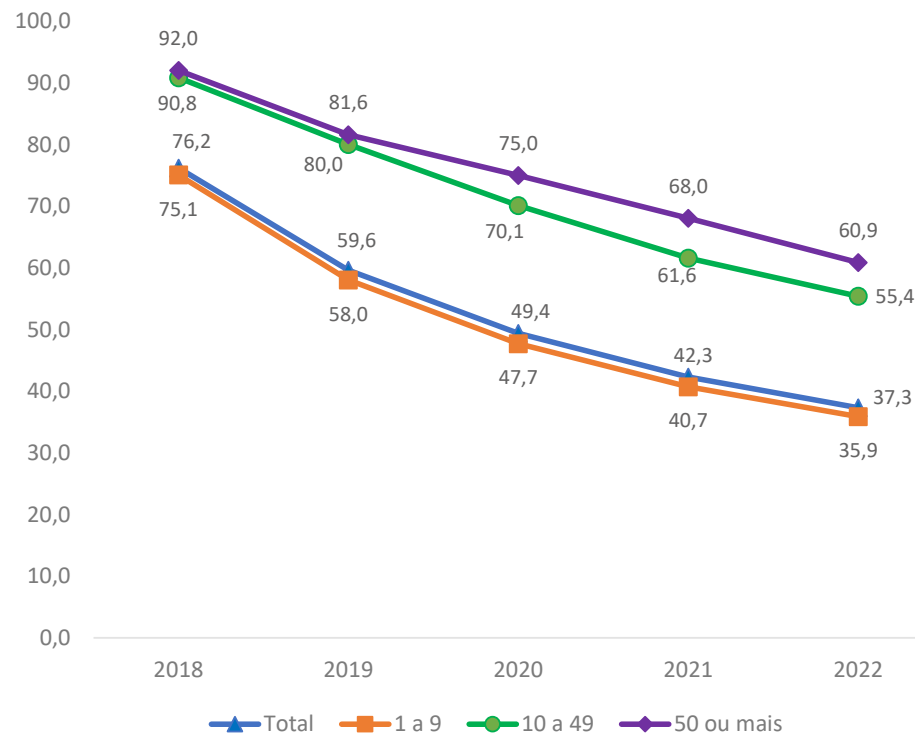
A análise dos resultados referentes à demografia apresenta as taxas de entrada, saída e sobrevivência, segundo o porte e a atividade econômica das empresas. Para as unidades locais, também se avalia resultados regionais.

Quanto ao empreendedorismo, a análise destaca a importância das empresas de alto crescimento na geração de postos de trabalho assalariados formais e sua participação no valor adicionado bruto, na produtividade do trabalho e na receita líquida em relação àquelas com dez ou mais pessoas assalariadas.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Taxas de sobrevivência por faixas de pessoal ocupado assalariado das empresas empregadoras nascidas em 2017 - Brasil - 2018 - 2022



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2015-2022.

Organização do território

Estrutura territorial

Engloba o conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua Divisão político-administrativa.

A atualização dos recortes territoriais legais ou oficiais do Brasil vai ao encontro dos compromissos assumidos pelo IBGE com a sociedade brasileira e sua missão institucional. Anualmente, o Instituto realiza a publicação dos recortes territoriais mais relevantes para a produção de pesquisas e estatísticas que permitem a geração de conhecimento sobre o País.

Os recortes geográficos foram atualizados no [Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas](#), referência para a divulgação dos resultados do [Censo Demográfico 2022, via PGI](#), contemplando novos limites e nomenclaturas verificados na [Divisão Territorial Brasileira 2023](#).

Além dos produtos de Base Territorial divulgados em 2024, o IBGE continua trabalhando na produção de novas informações de interesse para a divulgação estatística, tais como: mapas de quadras censitárias e de localidades intraurbanas, mapas de setores urbanos e rurais, identificação de outros segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais, categorização de localidades dos Municípios do Estado (cidades, vilas, núcleos urbanos, povoados, núcleos rurais, lugarejos, agrovilas dos projetos de

assentamento, entre outras localidades) e caracterização das Unidades de Conservação.

Em estágio inicial da [preparação da Base Territorial para o 12º Censo Agropecuário](#), iniciou-se o planejamento das atividades de dimensionamento da malha de Setores Censitários e de capacitação de equipe nacional de supervisão.

Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas

Em 2024, houve a atualização anual dos [Recortes Metropolitanos e Aglomerações Urbanas](#). No Estado de Goiás, foi criada a [Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal](#), composta por 11 Municípios. Já no Estado do Maranhão, a [Região Metropolitana da Grande Pedreiras](#) foi incorporada como um dos Recortes Metropolitanos vigentes. No Estado do Pará, o Município de Barcarena foi adicionado à Região Metropolitana de Belém (PA).

As Regiões Metropolitanas e as Aglomerações Urbanas são recortes instituídos por lei complementar estadual, de acordo com a determinação da Constituição Federal de 1988, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Divisão Territorial Brasileira

Trata-se da relação atualizada de Subdistritos, Distritos e Municípios que compõem a [Divisão Territorial Brasileira - DTB](#). A DTB é atualizada anual-

mente e traz a hierarquia administrativa às quais essas unidades estão subordinadas.

A relação divulgada em 2024 tem como referência o ano de 2023, mantendo os **5 568 Municípios** desde 2013. Somam-se a esses municípios o Distrito Federal (Brasília) e um Distrito Estadual em Pernambuco (Fernando de Noronha).

As divisões intramunicipais totalizam **10 731 Distritos** e **652 Subdistritos**. Nessa atualização, foram integrados 54 novos Distritos e dois novos Subdistritos.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Alterações Toponímicas

Refere-se à relação dos Municípios que sofreram algum tipo de alteração na nomenclatura ou na maneira como são escritos. Em 2024, [foi incluído na relação um Município: Barão de Monte Alto \(MG\) para Barão do Monte Alto \(MG\)](#). A relação disponibilizada em formato de planilha apresenta 133 alterações ocorridas desde 1938, trazendo o nome anterior do Município, o atual, o motivo da alteração e a data em que a denominação foi alterada no cadastro do IBGE.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Áreas territoriais

Anualmente, os valores das áreas territoriais brasileiras são reprocessados devido às atualizações de limites territoriais municipais e à evolução das geotecnologias aplicadas no monitoramento da dinâmica da DTB.



Em 2024, o IBGE divulgou a atualização no cálculo da Área Territorial do Brasil, para 2023, a qual resultou no valor total da extensão territorial do Brasil de **8 510 417,822 km²**, indicando um ajuste de 0,051 km² na comparação com o valor publicado em 2023 (8 510 417,771 km²).

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Municípios Limítrofes

Trata-se de base de dados com a relação dos Municípios que fazem fronteira geográfica com outros Municípios, ou seja, Municípios vizinhos, contíguos ou confinantes.

Em 2024, como novidade, o IBGE divulgou a planilha de Municípios limítrofes, com referência no ano de 2023, onde consta a relação dos Municípios que fazem fronteira geográfica com outros Municípios e as respectivas extensões da faixa de limite entre eles.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Malhas territoriais

Compreende as representações cartográficas da estrutura territorial brasileira em nível de Estado, Município, Distrito e Subdistrito.

A **Malha Municipal** retrata a situação vigente da Divisão político-administrativa, em formato digital, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais e dos limites muni-

cipais utilizados na coleta das pesquisas e censos realizados pelo IBGE. A cada versão do produto, incorporam-se as alterações territoriais provenientes de nova legislação, decisões judiciais (liminares e mandados), alterações cartográficas (relatórios técnicos dos órgãos estaduais responsáveis pela Divisão político-administrativa que atualizam os memoriais descritivos legais à luz das novas geotecnologias).

São disponibilizados no formato *Shape File - SHP* podendo ser lidos pela grande maioria dos *softwares* de geoprocessamento e visualizadores de geoinformação existentes. Todos os dados publicados estão referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro (atualmente, SIRGAS 2000) e apresentam projeção geográfica. Os produtos descritos apresentam as seguintes unidades territoriais: Municípios, Áreas de Regiões Geográficas Imediatas, Regiões Geográficas Intermediárias e Unidades da Federação, Regiões e País, separados em diretórios de arquivos agrupados por Unidade da Federação ou em arquivos unificados para o Brasil nas respectivas unidades territoriais, com o prefixo BR.

A documentação completa em relação às características técnicas, históricas e legais em relação ao uso da Malha Municipal Digital está descrita na publicação **Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2023: Informações Técnicas e Legais para a Utilização dos Dados Publicados**.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Tipologias do território

Envolve análises geográficas que classificam recortes territoriais segundo critérios sociais, econômicos e ambientais, agregando áreas com características semelhantes.

Em 2024, como já mencionado, o IBGE realizou a alteração da nomenclatura de Aglomerados Subnormais, utilizada pelo IBGE em seus censos e pesquisas, para **Favelas e Comunidades Urbanas**, retomando o termo Favela, utilizado historicamente pelo Instituto desde 1950, junto ao termo Comunidades Urbanas, em consonância a seus usos e identificações mais recentes.

Utilizando a nova nomenclatura, o IBGE divulgou **resultados do Censo Demográfico 2022 referentes às Favelas e Comunidades Urbanas**, que contemplou informações referentes ao número de favelas e comunidades urbanas, à população residente nessas áreas, e aos domicílios nelas localizados, considerando-se os recortes geográficos Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Concentração Urbana, Município e Favela e Comunidade Urbana.

Ademais, em novembro de 2024, foi realizado o **Encontro Nacional de Endereço nas Periferias**, na sede dos Correios, em Brasília (DF). Com transmissão *on-line*, o evento teve como objetivo compartilhar as práticas e iniciativas que atuam com endereçamento de periferias, sejam elas organizações sociais, poder público local ou órgãos federais. Foram discutidos os principais desafios enfrentados no processo de endereçamento bus-



cando-se soluções mais adequadas às diferentes finalidades avaliando as especificidades territoriais e sociais dessas áreas.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#)

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

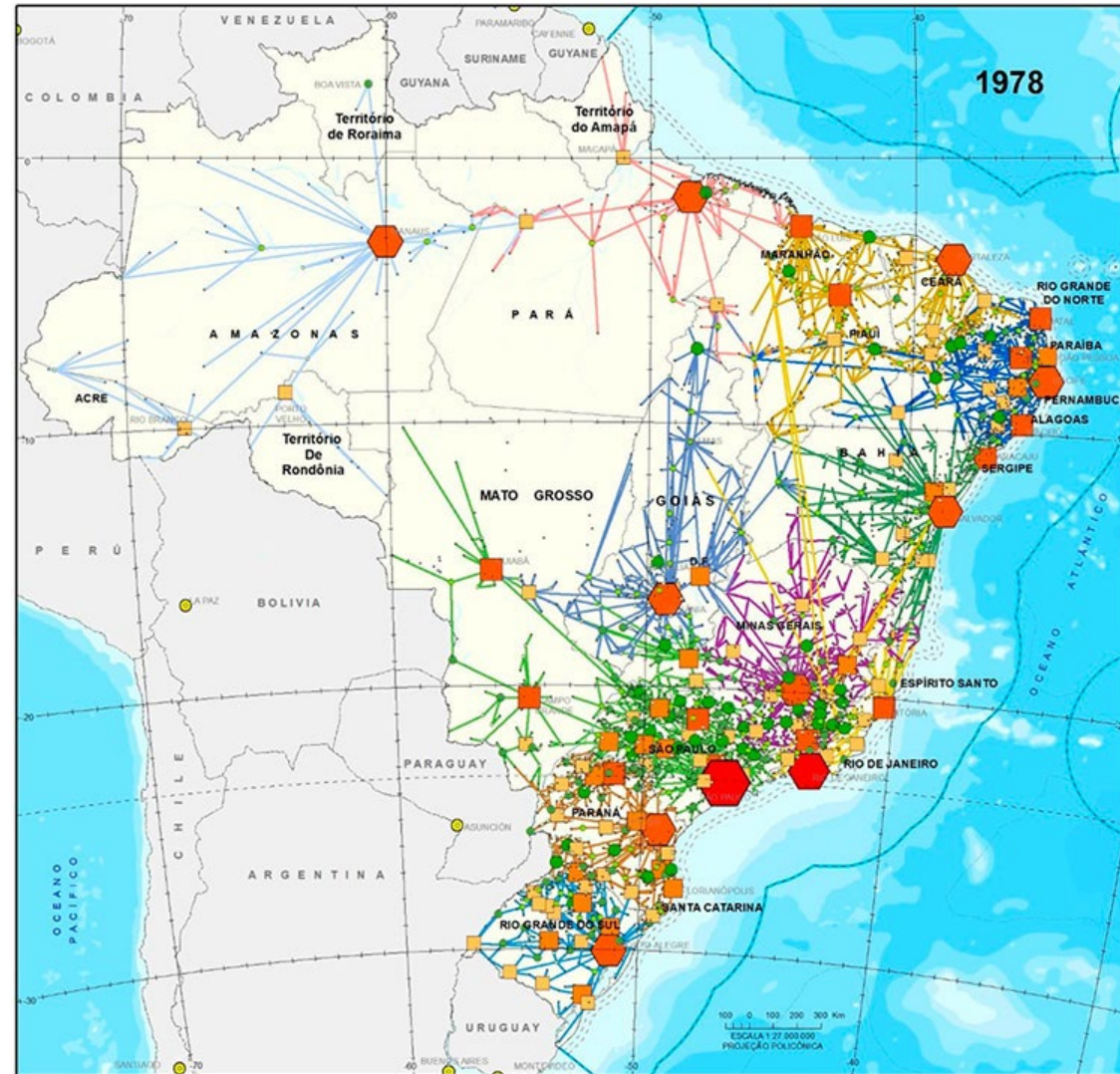
Redes e fluxos geográficos

Em 2024, o IBGE divulgou a publicação *Regiões de Influência das Cidades: Metodologia de compatibilização hierárquica entre as edições da pesquisa no período de 1966 a 2018*, na qual constam o contexto histórico e a metodologia adotada ao longo das cinco edições da pesquisa **Região de Influência das Cidades - REGIC**. A partir disso, apresenta-se a comparação direta entre as edições, quanto à verificação da hierarquia das cidades, à evolução das áreas de influência, além da evolução demográfica dos centros urbanos.

A REGIC tem periodicidade decenal, tendo a sua última atualização em 2018. Ao longo de todas as edições, a pesquisa verificou a forma pela qual as cidades se relacionam entre si, através do deslocamento de pessoas em busca de bens e serviços. Além disso, também foram verificadas as ligações entre as empresas e as instituições públicas multilocalizadas.

Destaca-se, na publicação, a REGIC 1978, lançada apenas em 1987, que foi considerada a que mais necessitou de trabalho de compatibilização por causa da natureza mais genérica das categorias, tal que fosse possível comparar seus resultados com a última edição, de 2018.

Região de Influência das Cidades - 1978



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 1978.



Ainda, o IBGE lançou o livro **Redes Sociais do Urbano Brasileiro**. A publicação é uma edição fac-símile da obra **Evolução da Rede Urbana Brasileira**, de Pedro Pinchas Geiger, originalmente publicada em 1963, e que se encontra esgotada há muitos anos. O lançamento também celebrou o centenário do autor, comemorado em 2023.

A obra original foi editada pelo extinto Centro Brasileiro de Pesquisas e, posteriormente, passou para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Para a elaboração desta edição fac-símile, o IBGE obteve apoio tanto do autor quanto do INEP, que prontamente autorizaram o projeto.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Posicionamento geodésico

Redes geodésicas

Engloba o conjunto de informações planimétricas, altimétricas e gravimétricas referentes às estações do **Sistema Geodésico Brasileiro - SGB** utilizadas para referência em atividades de posicionamento e às demais estações estabelecidas pelo IBGE para correção e verificação de imagens do território.

Para tanto, o IBGE é responsável por manter e disponibilizar a infraestrutura de referência posicional no País, constituída pelas redes de estações e respectivas informações planimétricas, altimétricas, planialtimétricas e gravimétricas.

Com o avanço tecnológico, principalmente com o advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélites - GNSS é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente. Redes geodésicas de operação contínua e os serviços *on-line* para posicionamento geodésico, como a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC**, a **Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG**, o **Banco de Dados Geodésicos - BDG**, o modelo **hgeoHNOR2020** para conversão de altitudes e o **serviço para pós-processamento de dados GNSS - IBGE-PPP** são essenciais nesse contexto.

A RBMC, em parceria com diversas instituições, contou, ao final de 2024, com um quantitativo de **150 estações**. **Cinco novas estações foram instaladas** nos municípios de Governador Valadares (MG), Maceió (AL), Januária (MG), Pinhais (PR) e Nova Friburgo (RJ).

Cinco novas estações da RBMC instaladas em 2024



Fonte: IBGE, 2024.



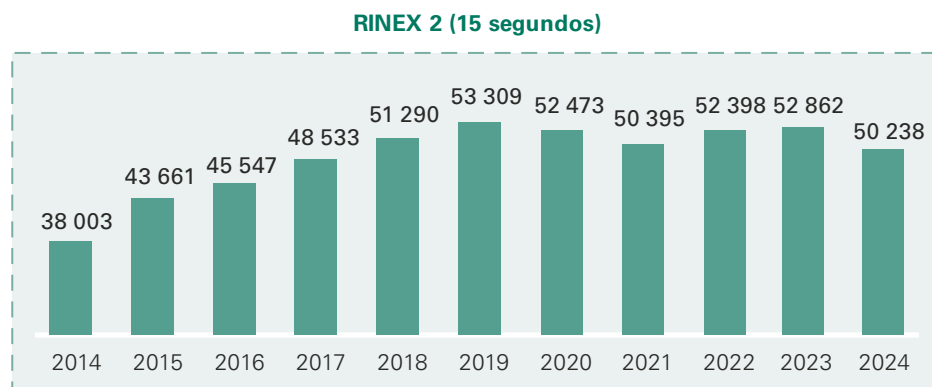
Em relação a 2023, notou-se, em 2024, uma transição dos usuários para a versão mais avançada do dado GNSS no Brasil. O RINEX 3 é capaz de armazenar dados GNSS Multiconstelação, que inclui GPS, GLONASS, GALILEO e BEIDOU. A adoção dessa tecnologia mais moderna proporciona aos usuários acesso a dados GNSS mais abrangentes e atualizados.

Disponibilização e *download* de dados das estações RBMC

Dados	Intervalo de coleta de 15 segundos (arquivos diários)		Intervalo de coleta de 1 segundo (arquivos de 15 min)
	RINEX 2	RINEX 3	RINEX 3
Arquivos disponibilizados (2024)	50 238	31 502	1 842 197
Arquivos baixados (2024)	3 484 245	2 338 252	15 600 904
Arquivos baixados (2023)	5 058 218	1 281 843	4 573 234

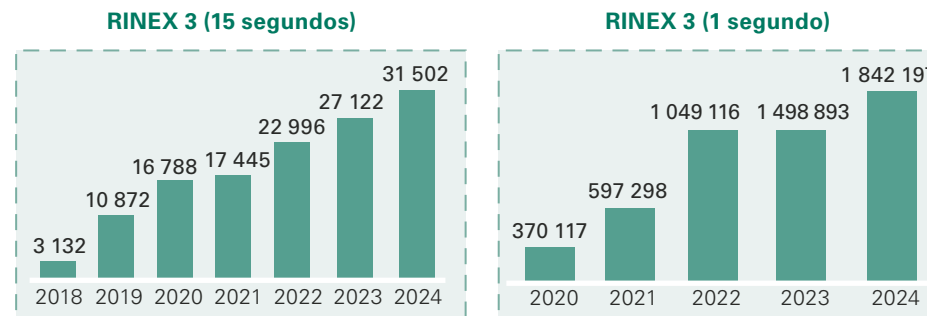
Fonte: IBGE, 2024.

Evolução do quantitativo de arquivos RINEX 2 disponíveis



Fonte: IBGE, 2024.

Evolução do quantitativo de arquivos multiconstelação (RINEX 3) disponíveis



Fonte: IBGE, 2024.

A RMPG é formada por um conjunto de sete estações maregráficas, que visam monitorar a relação entre o **Datum Vertical Brasileiro**, definido em Imbituba (SC) e Santana (AP) e outros níveis de referência maregráficos, subsidiando estudos sobre a modernização das altitudes brasileiras. Foram disponibilizados **1 942 arquivos de variação do nível do mar e mais de 313 mil downloads** foram realizados.

Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis das estações RMPG - 2014-2024



Fonte: IBGE, 2014-2024.

Outras ações ligadas à melhoria da infraestrutura de referência posicional no Brasil:

- Inclusão de **58 novas estações geodésicas planialtimétricas (GPS)** no território brasileiro, das quais 34 são estações homologadas oriundas de contribuições de entidades externas, enquanto as demais 24 correspondem a conexões SAT X RN;
- Inclusão de **479 dados altimétricos de Referências de Nível - RRNN ao SGB**, sendo 155 novas estações com dados altimétricos;
- Inclusão de **763 estações gravimétricas ao SGB**;
- Atualização de informações referentes a **1 300 estações geodésicas no BDG**;
- Lançamento de **novas funcionalidades na página da RMPG**;
- Disponibilização das séries temporais dos dados de variação do nível do mar das estações maregráficas; e
- Disponibilização das Fichas de Correlação de Níveis das estações maregráficas referentes ao ano 2023.

Ainda, no âmbito das redes geodésicas, foram realizadas as seguintes atividades de campo:

- Manutenção e controle geodésico das estações maregráficas;
- Implantação de uma **nova estrutura no marégrafo de Fortaleza (CE)**, visando a segurança dos equipamentos e dos servidores durante as manutenções e medições;
- Desenvolvimento e instalação de dispositivos de transmissão de dados com protocolos de segurança da informação, em 3 estações maregráficas: Imbituba (SC), Santana (AP) e Salvador (BA);
- Desmobilização e **reinstalação da estação maregráfica de Belém (PA)** para as dependências do Porto de Outeiro em Belém (PA);
- Medição dos marcos fiduciais em Jacaré (RJ) e remedição dos marcos fiduciais em Iguaba Grande (RJ) para controle vertical das estruturas, ambos no âmbito do projeto **Rede Geodésica de Referência Costeira - RGRC**;
- Conexão altimétrica da estação da RBMC, localizada na Universidade Federal do Paraná - UFPR - SAT 93 970, visando a densificação do

número de conexões entre estações da Rede Altimétrica Brasileira e da RBMC;

- **Densificação altimétrica, gravimétrica e planialtimétrica na região de Presidente Prudente (SP)** para a melhoria da geometria de conexão e para a integração da estação da RBMC de Presidente Prudente ao Sistema de Referência Internacional de Altitudes (International Height Reference System - IHRIS);
- **Campanha de Visita à Realidade Física - VRF** das estações geodésicas nas regiões de Tailândia (PA) e Mãe do Rio (PA) com o objetivo de viabilizar uma futura conexão entre as estações de controle geodésico e a nova estação maregráfica localizada no distrito de Outeiro Belém (PA), integrando-as à **Rede Altimétrica de Alta Precisão - RAAP**;
- Atividade de VRF e levantamento GNSS sobre RRNN na região do entorno de Ourinhos (SP) e Pardinho (SP) para melhoria da consistência altimétrica; e
- **Conexão SAT x RN no Estado do Acre** para melhoria do modelo de conversão hgeoH-NOR2020.

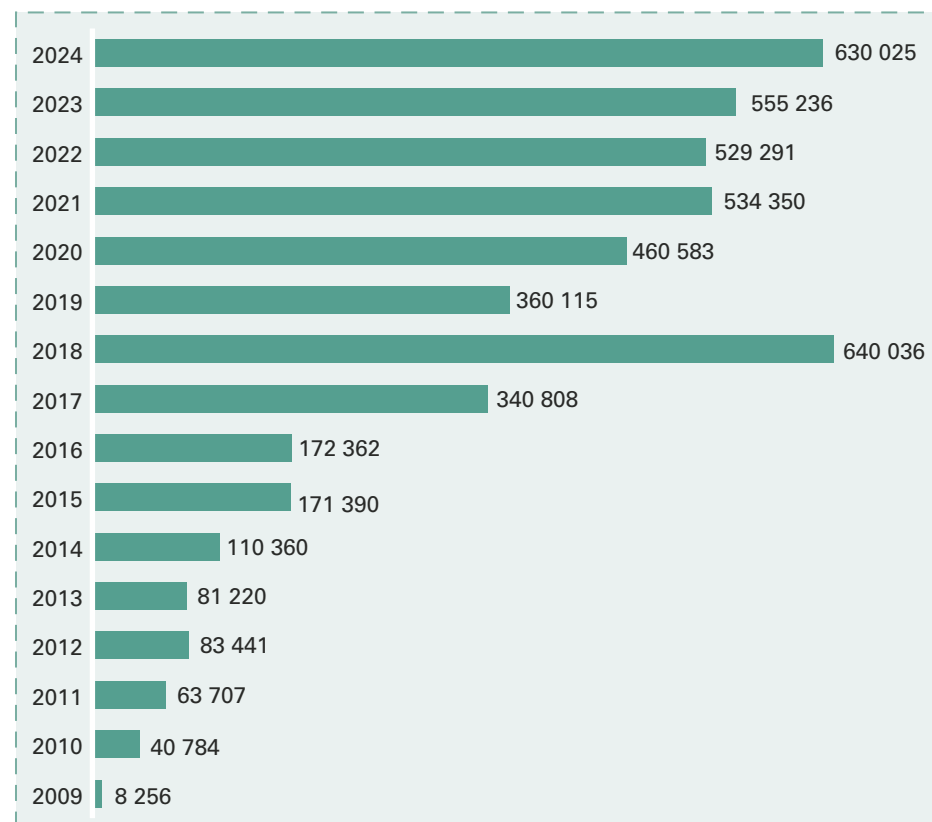
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Serviços para posicionamento geodésico

Em 2024, o serviço *on-line* de **Posicionamento por Ponto Preciso - PPP** que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude de qualquer ponto do planeta, realizou **630 025 processamentos**. Desde 2009, são 4 781 964 processamentos, de um total de 132 396 usuários diferentes, no Brasil e no exterior.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Evolução do número de processamentos entre 2009 e 2024 - IBGE-IPP



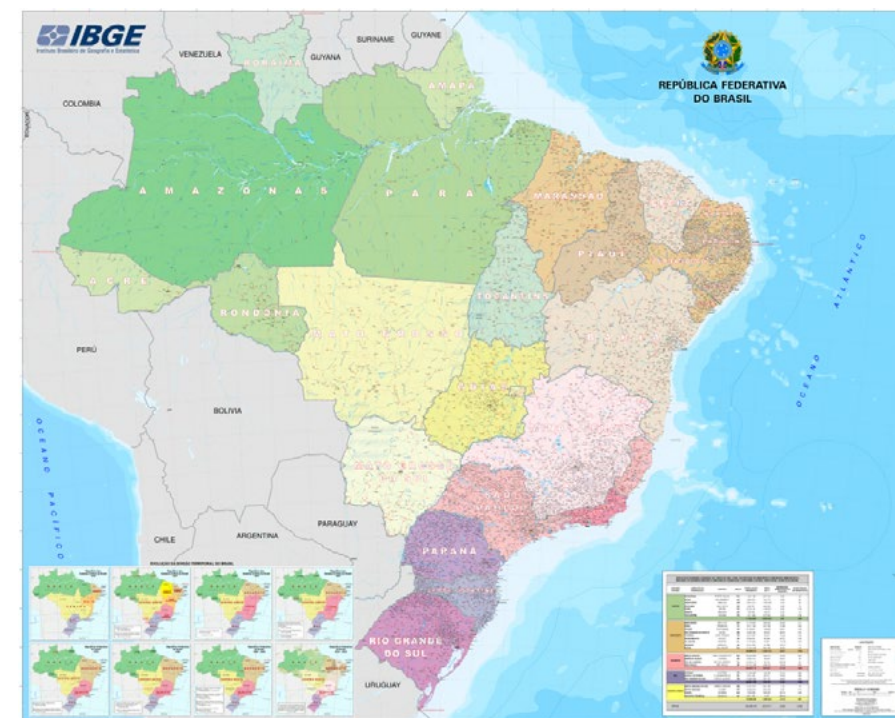
Fonte: IBGE, 2024.

Cartas e Mapas

Brasil: Mapas de referência

Em 2024, foram publicadas as versões 2023 dos **Mapas Políticos do Brasil nas escalas 1:2 500 000 e 1:5 000 000**, que correspondem a representações cartográficas murais de todo o território brasileiro. Os mapas ilustram a organização político-administrativa do País, compreendendo seus 26 Estados e o Distrito Federal. Neles também constam as sedes de Municípios brasileiros, além de outras informações cartográficas.

Mapa Político do Brasil na escala 1:2 500 000



Fonte: IBGE, Mapa Político do Brasil na escala 1:2 500 000, 2024.

Nota: Trata-se do maior mapa mural produzido pelo IBGE (1,80m x 2,26m).

Os mapas, que tiveram como referência a versão 2023 da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250 000 (BC250, v2023), apresentam, ainda, os dados obtidos no Censo Demográfico 2022 relacionados às Unidades da Federação e à população.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Bases cartográficas contínuas

Engloba o conjunto de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases de dados digitais, permitindo uma visão integrada do Território Nacional.

Banco de Nomes Geográficos do Brasil

O portal do Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB reúne os nomes geográficos de feições das categorias hidrografia, relevo, limites e localidades contidos, principalmente, nas bases cartográficas contínuas produzidas pelo IBGE em diferentes escalas cartográficas.

O portal do BNGB permite pesquisas por nome geográfico ou palavra/termo, por categoria e/ou classe de informação, por escala cartográfica, por status de validação, por município, por recorte espacial, entre outras.

Com o portal, foi publicada uma *Application Programming Interface* - API (ou Interface de Programação de Aplicações) para viabilizar o consumo das informações do BNGB, de maneira simples e segura, ampliando as possibilidades de interoperabilidade do BNGB com outras aplicações. Para acessar a interface da API, [clique aqui](#).

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

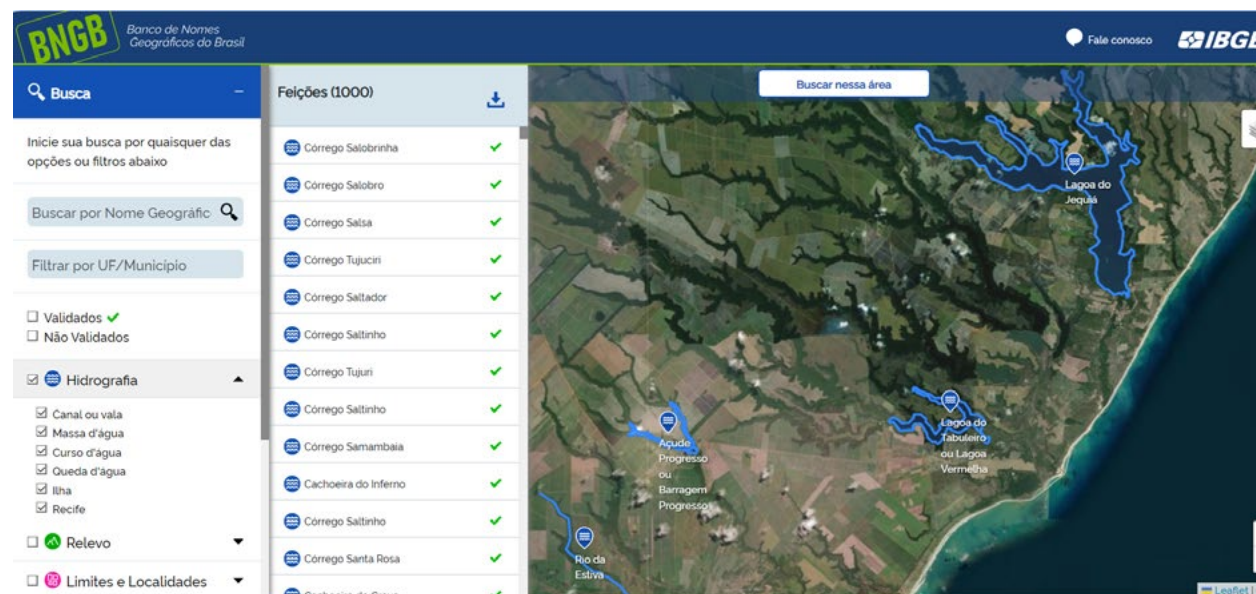
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Informações ambientais

Estatísticas e indicadores ambientais

Foi lançado o texto para discussão [Estatísticas do Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas: recomendações e iniciativas](#) que levanta uma série de questões importantes para a produção das estatísticas ambientais, como os princípios fundamentais das estatísticas oficiais, as boas práticas estatísticas, a integração das estatísticas com a geografia, os metadados, os padrões e a interoperabilidade.

Interface do Portal do BNGB

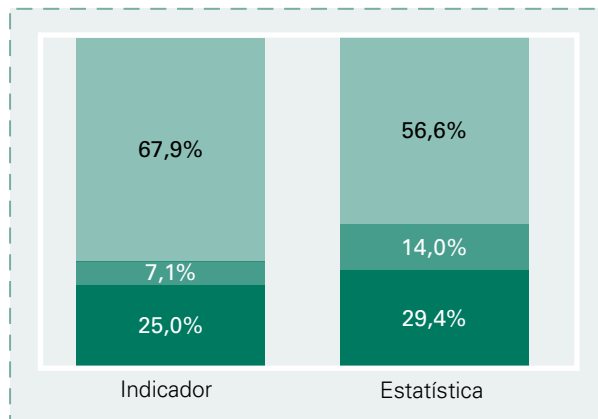


Fonte: IBGE, 2024.



Além disso, a publicação traz uma análise com a autoavaliação de implementação no País de dois importantes quadros de estatísticas e indicadores ambientais que são o **Marco Central para Desenvolvimento das Estatísticas Ambientais** e o **Conjunto Global de Estatísticas e Indicadores de Mudança Climática**. A publicação é um convite aos diferentes produtores de dados ambientais no País para dialogar sobre a governança das estatísticas em indicadores ambientais no Brasil.

Proporção de indicadores e estatísticas disponíveis segundo a principal instituição produtora



- IBGE
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e vinculadas
- Outras instituições

Fonte: IBGE, 2024.

Recursos Naturais

Compreende os seguintes temas: **Cobertura e uso da terra**, **Biodiversidade**, **Climatologia**, **Geologia**, **Geomorfologia**, **Pedologia** e **Vegetação**.

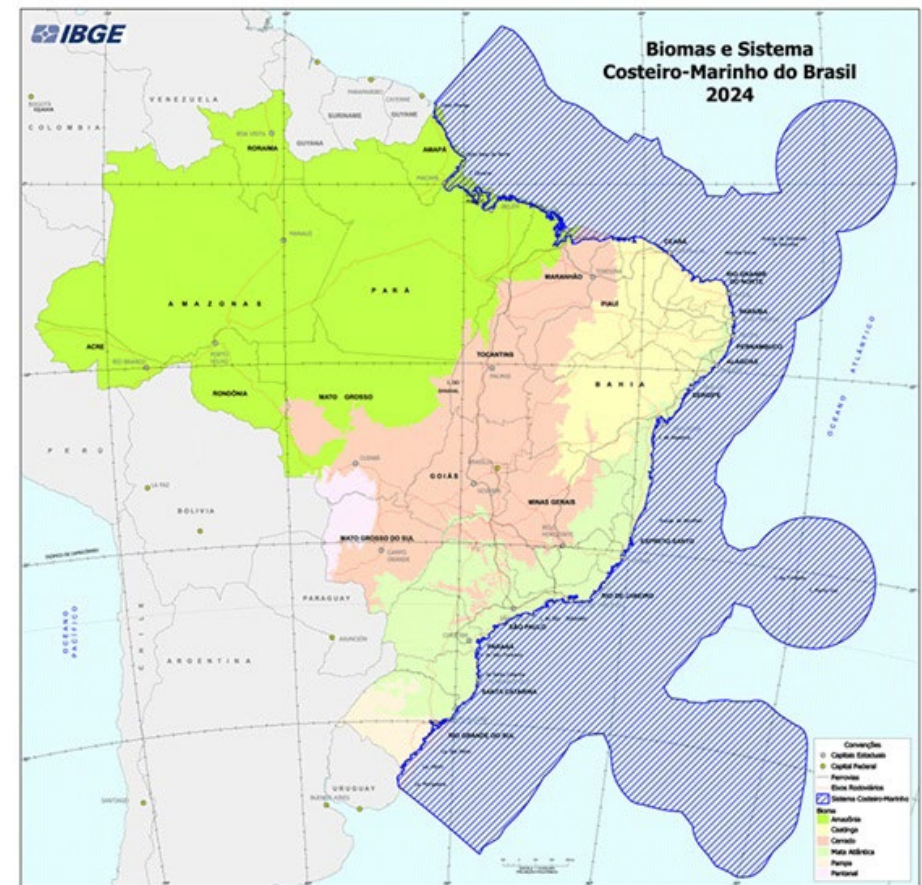
A respeito desses temas, em 2024, destacam-se os seguintes produtos divulgados:

Biomass

Foi realizada a **Adequação do limite leste do Sistema Costeiro-Marinho à Amazônia Azul** com o objetivo de integrar o Sistema Costeiro-Marinho à base da Marinha do Brasil, proporcionando maior conhecimento em relação à área do Território Nacional. A Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil 2024



Fonte: IBGE, 2024.

Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo

O IBGE vem atuando com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a União da Geomorfologia Brasileira - UGB e pesquisadores de diversas instituições de pesquisa do País com vistas à elaboração do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo - SBCR. Nesse escopo, a publicação *Excursões Técnicas: Adentrando a Planície Pantaneira*, realizada em 2024, apresenta o roteiro e as discussões ocorridas durante a Excursão Técnica do SBCR, em agosto de 2023. A excursão contemplou quatro pontos de parada distribuídos ao longo de 420 km, com foco nas principais unidades geomorfológicas e nas formas de relevo características do transecto entre Campo Grande e Corumbá, na transição entre a Bacia Sedi-mentar do Paraná e o Pantanal.

Localização dos pontos de parada da excursão técnica Adentrando a Planície Pantaneira



Fonte: IBGE, 2024.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).

Biodiversidade

No portal do IBGE, foi inserida uma área dedicada às **Coleções Biológicas**, que traz informações sobre as coleções do Herbário RADAMBRASIL - HRB (localizado no Jardim Botânico de Salvador) e do Herbário IBGE e das Coleções Zoológicas (localizados na **Reserva Ecológica do IBGE - RECOR**). Além disso, o local também traz acesso aos mais de 137 mil registros disponíveis no **Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBr** e no **Sistema de Gerenciamento de Coleções Botânicas - JABOT**. Os dados são atualizados constantemente, com quase todo acervo dos herbários já informatizado. Em 2024, houve importante avanço na informatização das coleções zoológicas e foram realizadas duas expedições conjuntas dos herbários para levantamentos florísticos em áreas pouco amostradas do Cerrado.

Localização de exsicatas (amostras) informatizadas



Fonte: IBGE, 2024.

Métodos e documentos de referência

Revista e manuais técnicos

Compreende as publicações que apresentam os conceitos e as metodologias das atividades de Geociências.

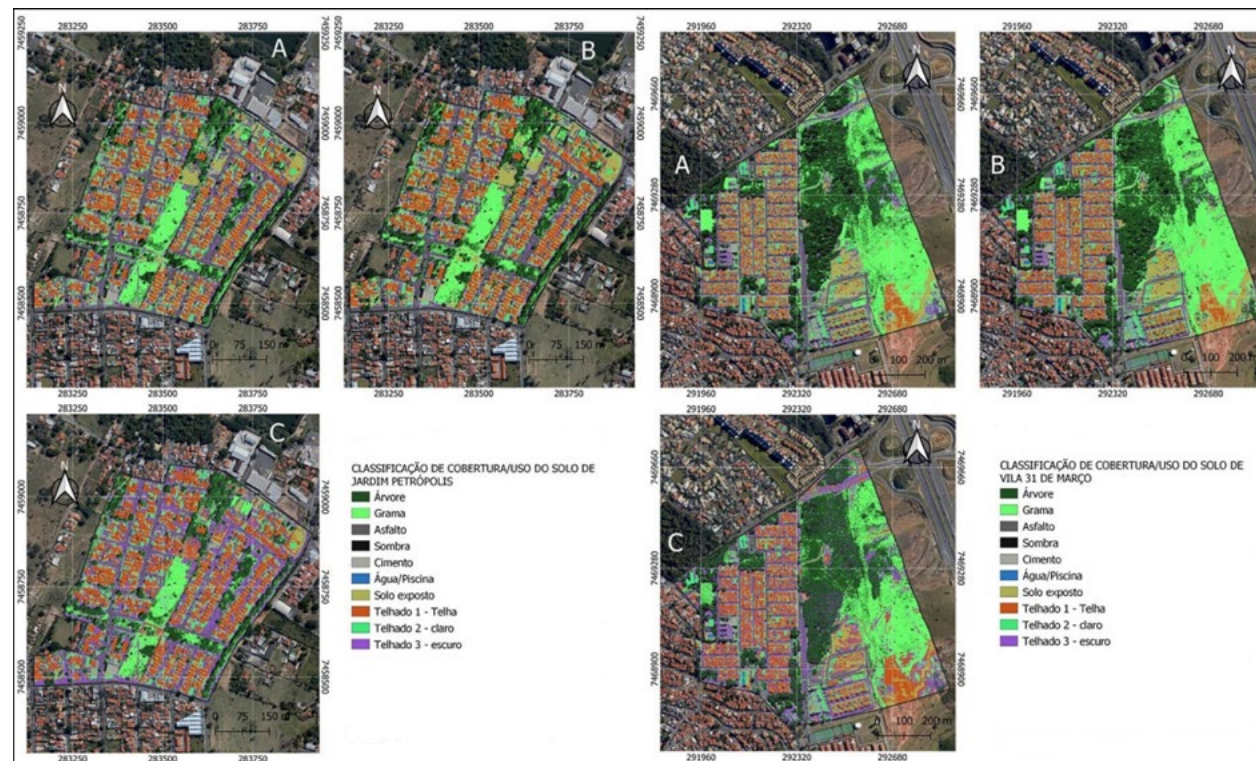
Em 2024, foram disponibilizados dois volumes da [Revista Brasileira de Geografia - RBG](#).

O [segundo número do volume 68 da RBG](#) contou com três artigos: um sobre a territorialidade indígena e contatos interétnicos; outro sobre o uso de imagens de satélite para a detecção de áreas potenciais para o aparecimento do mosquito *Aedes aegypti*; e um terceiro sobre o impacto da pandemia da COVID-19 nos Municípios de Minas Gerais, de acordo com seu índice de vulnerabilidade social. Além dos artigos, o número contou com duas entrevistas com cartógrafos e geógrafos e uma Nota Metodológica.

O [primeiro número do volume 69 da RBG](#) consistiu em uma edição especial marcando o centenário de nascimento de dois grandes nomes da Geografia brasileira do campo da Geomorfologia nacional, Antônio Teixeira Guerra e Aziz Ab'Saber. Como homenagem, o volume disponibiliza os *links* de acesso às obras desses autores. A edição trouxe também três artigos, uma nota técnica, dois ensaios, duas entrevistas e um mapeamento.

Os artigos publicados foram: “Potencial da cartografia para o estudo da dinâmica imobiliária: Estu-

Resultado da classificação supervisionada na área de Jardim Petrópolis e Vila 31 de Março, 2022



Fonte: Capa da RBG, vol. 68, n. 2 (2023).

do de caso em Niterói, RJ”; “Mudanças recentes (1987-2019) da margem leste do estuário da foz do rio Pará, dominado por macromaré (Amazônia Oriental-Brasil)”; e “Levantamento, a partir do uso de técnicas de geoprocessamento, do total de

áreas de vegetação remanescente no Município de Fortaleza”.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

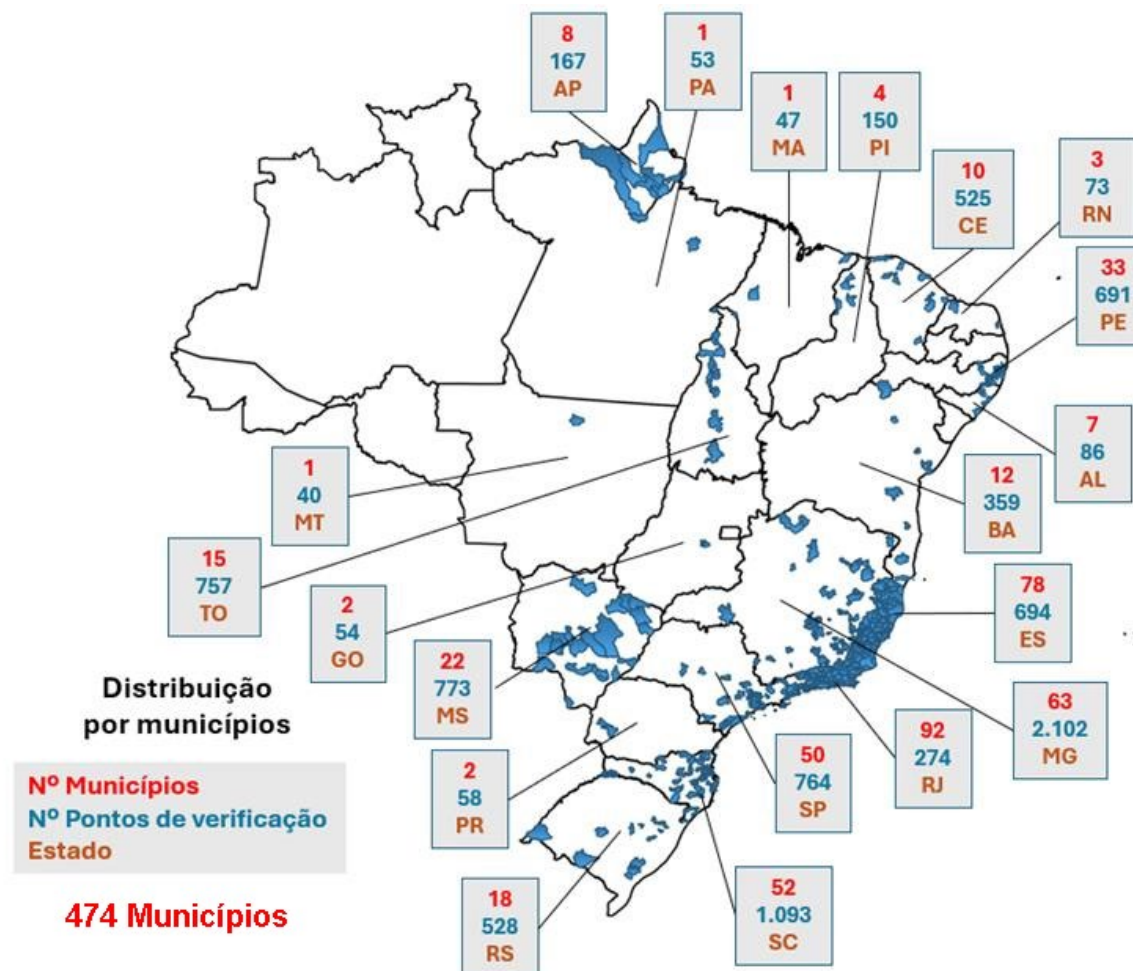
Outros destaques da produção de informações geocientíficas

Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais

Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o Plano tem foco na atuação governamental para **prevenção contra os desastres naturais**. Nesse contexto, cabe ao IBGE avaliar a qualidade posicional de insumos de sensoriamento remoto para produção, pelo SGB/CPRM, de mapeamento temático de suscetibilidade a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações para os municípios considerados críticos.

Em 2024, o IBGE mediu, em campo (*in loco*), **318 pontos de verificação** em 13 diferentes Municípios do País, através do sistema de posicionamento GNSS. Também foram elaborados os relatórios técnicos correspondentes às análises de qualidade dos insumos avaliados.

Municípios contemplados de 2012 a 2024

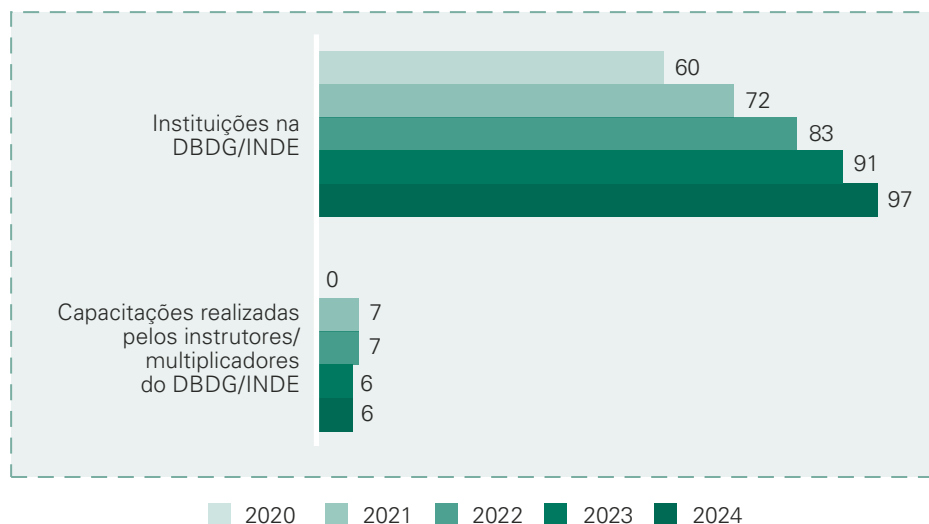


Fonte: IBGE, 2012-2024.

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE

Geoportal que promove a integração de dados geoespaciais dispersos no setor público e oferece mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos para localização e acesso facilitado a dados geoespaciais. O IBGE destaca-se como um dos produtores desses dados e como **gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG**, a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários pela Internet. Além de manter o geoportal oficial da INDE, o **portal da INDE**, inaugurado em 2010, o IBGE presta suporte técnico ao DBDG, realiza capacitações e contribui para normas e padrões.

Indicadores da INDE



Fonte: IBGE, 2024.

Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas

O **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas** é composto por um conjunto de diferentes recortes geográficos que são usados para a disseminação das informações estatísticas que o IBGE produz.

Além da **PGI**, onde os recortes são atualizados rotineiramente e podem ser visualizados em forma de mapas interativos, a página do IBGE referente ao Quadro Geográfico passou a oferecer aos usuários acesso mais fácil e amigável aos recortes geográficos, assim como às estatísticas associadas, ao *download* de arquivos em vários formatos, ao consumo de geosserviços e à consulta a metadados em ambas as plataformas.

Para detalhes do produto, [clique aqui](#).



Disseminação e comunicação

Em um sistema estatístico e geocientífico, a produção, o armazenamento e a disseminação são processos que caminham juntos. O preparo, a documentação, a difusão e a comunicação das informações produzidas são elementos constitutivos do IBGE, essência da disseminação e base de suas ações e realizações, sem os quais o Instituto não seria capaz de cumprir com a sua missão institucional.

Um dos setores da disseminação, no IBGE, combina as produções editorial, gráfica, documentação e normalização. Em 2024, foram publicados **45 produtos editoriais**, entre livros e informativos, disponibilizados no portal do IBGE na Internet. Essa área é responsável por dar forma aos originais produzidos pelas diferentes áreas do IBGE, formatando e estruturando tabelas, gráficos e infográficos e criando projetos gráficos novos para publicações especiais. Entre os destaques, estão:

- 9ª edição revista e atualizada do *Atlas Geográfico Escolar* [↗](#);
- A reedição em fac-símile de *Evolução da Rede Urbana Brasileira* [↗](#), de Pedro Pinchas Geiger;
- As publicações de resultados do *Censo Demográfico 2022* [↗](#); e
- Cadernos temáticos *Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o G20: Desigualdades* [↗](#), *Meio Ambiente* [↗](#) e *Mapas* [↗](#).

A produção gráfica do Instituto, para atendimento das demandas recebidas no sistema do Programa Editorial e Gráfico - PEG, superou **quatro milhões de exemplares**, entre publicações, instrumentos de coleta, materiais de treinamento, peças promocionais e de divulgação e materiais de sensibilização ao informante do IBGE.

Um dos aspectos singulares da disseminação e comunicação é a gestão da informação e do conhecimento. Nesse âmbito, destacam-se as iniciativas permanentes da *Biblioteca do IBGE* [↗](#) e da *Memória IBGE* [↗](#).

A Intranet é a principal ferramenta de comunicação interna do IBGE e isto é demonstrado pela manutenção do número de acessos ao longo do ano (em 2024, foram **940 441 acessos**) e pelas publicações de conteúdo noticioso por todas as unidades do Instituto. Em 2024, foram publicados **1 856 notícias, informes e comunicados**. Atentos a esses números e a fim de sempre melhorar o serviço prestado aos servidores do IBGE pela Intranet, foi dada continuidade ao trabalho de desenvolvimento de indicadores de monitoramento da Intranet, além da criação de novas áreas como *Diálogos IBGE 2 - Encontro e Transparência IBGE 90 Anos - Infraestrutura e Recursos humanos*.

A fim de estreitar a relação com os conteudistas foram realizadas três reuniões com diferentes grupos (total de **82 participantes**) com o objetivo de aperfeiçoar, atualizar, disseminar e discutir boas



práticas de preparação e edição de textos e de imagens para a produção de notícias, comunicados e informes na Intranet.

No que se refere à comercialização dos produtos do IBGE, registrou-se um **aumento de 322,6% no volume de vendas/serviços anuais**, em comparação ao ano de 2023, devido ao grande sucesso do **mapa-múndi com o Brasil no centro do mundo**. Foram **14 251 itens vendidos**, que representaram **8 732 atendimentos**, sendo 2% de atendimentos a pessoas jurídicas – com destaque a livrarias parceiras, associações, escolas e distribuidoras – que representaram, em quantidades vendidas, em torno de 20% do total de vendas/serviços. Os produtos **Atlas Geográfico Escolar - 9ª edição** e **mapa-múndi com o Brasil no centro do mundo** foram os mais pedidos por esse grupo.

Na gestão da comunicação, que objetiva garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais para a mídia e a sociedade, o IBGE atuou em duas frentes: atendimento à imprensa e produção de conteúdo multimídia para a **Agência IBGE Notícias**, em alinhamento aos valores e objetivos de sua **Política de Comunicação Integrada**.

Em especial, destaca-se a execução do **Plano de Comunicação do Censo Demográfico 2022**, que, no ano de 2024, se concentrou em atividades relacionadas à divulgação dos resultados da pesquisa. Essas ações foram acompanhadas por reuniões de pré-embargo e embargo, entrevistas coletivas e in-

dividuais, presenciais e *on-line*, produção de *releases*-notícias, vídeos e gravação de *podcasts*.

Foram **23 divulgações do Censo Demográfico 2022**, que contaram com **14 eventos presenciais**, todos com transmissão ao vivo pelo **IBGE Digital**. Além do Rio de Janeiro (RJ), os eventos foram realizados nas cidades de Diadema (SP), São Paulo (SP), Paraty (RJ), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Manaus (AM), Vitória (ES) e Ponte Alta do Tocantins (TO).

O IBGE torna público o seu **calendário de divulgações** de pesquisas, estudos e levantamentos com uma estratégia específica e adequada para cada demanda, que envolve reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargos com as equipes que atuam nos Estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas presenciais e *on-line*. Para estas divulgações, foram realizadas **89 coletivas de imprensa**.

Foram cerca de **217 produtos divulgados** relativos a informações sociodemográficas, econômicas e de multidomínio, levantamentos geocientíficos e pautas institucionais relacionadas à atividade acadêmica desenvolvida pelo IBGE (ensino, pesquisa e extensão).

A Agência IBGE Notícias distribuiu **144 releases** e **561 notícias, 38 Minutos IBGE**, além de vídeos, infográficos e imagens. Em 2024, a Agência IBGE Notícias atingiu o recorde de **8 645 940 usuários** e **288 228 260 de hits**, um aumento de **mais de**

67% no número de usuários e de **39%** no total de *hits* em relação ao ano anterior.

Com isso, em 2024, a Agência IBGE Notícias foi o segundo site do IBGE em número de *hits* (atrás apenas do portal do IBGE), com **12,4% dos acessos**, e o terceiro em número de usuários (atrás do portal do IBGE e do IBGE Cidades), com **9,5% dos usuários**.

Ademais, foram publicadas **24 notícias na Intranet** sobre a **Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados do IBGE**, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Durante todo o ano, foram feitos mais de **926 atendimentos à imprensa** (sem considerar os atendimentos à mídia nos Estados).

O grande volume de divulgações acarretou alto grau de veiculação de **matérias na mídia** com citações ao IBGE, que, segundo a empresa de *clipping* contratada, ultrapassaram **604 mil em 2024**, um considerável aumento em relação aos anos anteriores: 2023 (382 mil), 2022 (300 mil); 2021 (273 mil); e 2020 (200 mil). Isso decorre, principalmente, das divulgações do Censo Demográfico 2022, Projeções de População e do aumento no número de produtos divulgados. Em 2024, o mês de maior número de notícias captadas foi agosto, com mais de **81 mil inserções**.

Ensino superior, pesquisa e extensão

O IBGE possui uma importante atribuição: ofertar ensino superior de forma integrada à pesquisa acadêmica e à extensão. O Instituto tem como principais entregas para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas, geociências e nas áreas emergentes de Ciência de Dados, *Big Data* e Inteligência Artificial.

O IBGE, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, oferece os cursos de:

- Graduação: Bacharelado em Estatística (desde 1953);
- Pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território (desde 1997); e
- Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas (desde 1998).

Além disso, oferece trilhas de aprendizagem, com cursos síncronos ou autoinstrucionais (desde 2024), e ações para capacitação e treinamento de servidores do IBGE.

Para saber mais sobre a história e a organização da ENCE, [clique aqui](#) para assistir ao vídeo institucional.

Em 2024, destacam-se algumas ações:

- **Oferta de 65 bolsas de estudos na graduação**, sendo 30 bolsas de ação afirmativa (bolsa auxílio), e de **31 bolsas de pós-graduação**;
- Nas atividades de extensão da graduação, incorporadas ao currículo do curso, houve o desenvolvimento de **10 projetos** (com a atuação de mais de 80 alunos);
- **Ampliação do processo seletivo** da pós-graduação *lato sensu*;
- **Aula inaugural da pós-graduação *stricto sensu***, conduzida pelo presidente Marcio Pochmann, com o tema "Os desafios do Brasil no segundo quarto do século XXI". Para acessar a gravação da aula, [clique aqui](#);
- **3º lugar no concurso de melhor tese** do 25º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística - SINAPE - tese produzida por Caio César Soares Gonçalves, sob a orientação da Prof.^a Denise Britz; e
- Realização do **recredenciamento da ENCE junto ao MEC**, com a obtenção de nota 4 para toda a Escola.

Corpo docente e discente

Os docentes, permanentes e colaboradores, atuam ativamente para uma formação teórica sólida dos discentes matriculados, por meio de projetos de extensão, de iniciação científica e de parcerias em pesquisas com instituições nacionais e internacionais. A seguir, encontram-se as tabelas com o número de docentes e de matrículas, em 2024.

Número de docentes em 2024

Docentes		2024/1	2024/2
Graduação	Permanentes	29	30
	Colaboradores	5	3
Mestrado/ Doutorado	Permanentes	15	15
	Colaboradores	5	5
Especialização	Permanentes	7	7
	Colaboradores	10	10

Fonte: IBGE, 2024.

Número de matrículas realizadas em 2024

Matrículas realizadas	2024
Graduação	333
Mestrado	28
Doutorado	35
Especialização	44
Total	440

Fonte: IBGE, 2024.

Nota: Para a graduação, considera-se a média de alunos matriculados durante o ano.

Para ingresso em 2025, foram ofertadas **120 vagas na graduação**, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º semestre) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). Para os programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, os processos sele-

tivos são anuais, ofertando até **20 vagas para o mestrado**, até **10 para o doutorado** e até **30 para a especialização**.

Número de alunos concluintes em 2024

Nível	Alunos concluintes
Graduação (1)	25
Mestrado	11
Doutorado	5
Especialização	12
Total	53

Fonte: IBGE, 2024.

(1) Número de alunos que concluíram a graduação (colação de grau) em 2024, turmas 2023.2 e 2024.1.

Atividades de ensino e eventos acadêmicos

Além das atividades regulares de ensino, são desenvolvidos projetos coordenados por docentes da Escola, que oportunizam a participação de discentes de graduação e pós-graduação. Destacam-se os seguintes projetos e ações realizados em 2024.

Projetos da pós-graduação

- No âmbito do projeto **“Aspectos da dinâmica Demográfica Brasileira pós-covid-19 a partir dos dados do Censo Demográfico 2022”**, do Programa PROBRAL, pesquisadores do IBGE estiveram no Instituto de Demografia Max Planck, na Alemanha, apresentaram pesquisas em andamento e acompanharam o desenvolvimento dos projetos dos bolsistas em estágio

de doutorado sanduíche. A ENCE, por sua vez, recebeu a visita de três pesquisadores do Instituto de Demografia Max Planck;

- Com previsão de conclusão em 2026, estiveram em desenvolvimento, no ano de 2024, **estudos temáticos baseados no Censo Demográfico 2022**, por meio da colaboração acadêmica e institucional entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégicas e Desenvolvimento - INCT/PPED e a ENCE. As pesquisas envolvem docentes e discentes da ENCE, contando com a oferta de bolsas para pós-doutorandos; e
- Estudantes e pesquisadores da ENCE (e de outras diretorias do IBGE) **publicaram artigos inéditos na Revista Ciência & Saúde Coletiva (Vol: 29, N. 11)** [↗](#).

Projetos da graduação

- Produções científicas em periódicos com autoria de docentes da graduação, sendo sete publicações em periódicos e quatro trabalhos completos publicados em anais de congressos;
- Atividades de pesquisa e extensão realizadas, com quatro projetos em 2024.1 e seis projetos em 2024.2, com destaque para:
 - Cálculo ao seu alcance (oito alunos);
 - LABDATA: Replicando resultados do SIDRA (seis alunos);

Número de turmas abertas em 2024

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado/Doutorado (trimestre)			Especialização (trimestre)			
	2024/1	2024/2	2024/Verão	2024/1	2024/2	2024/3	2024/1	2024/2	2024/3
Período	2024/1	2024/2	2024/Verão	2024/1	2024/2	2024/3	2024/1	2024/2	2024/3
Disciplinas obrigatórias	31	31	-	3	3	3	6	6	7
Disciplinas eletivas	12	8	2	4	3	6	-	-	-
Total	43	39	2	7	6	9	6	6	7

Fonte: IBGE, 2024.





- Educação estatística: a estatística como aliada na construção do pensamento crítico (12 alunos);
 - Ferramentas computacionais no ensino e aprendizado escolar (oito alunos);
 - Rio em Dados (33 alunos); e
 - Aprendizado colaborativo: a matemática como via de comunicação entre escola e faculdade (19 alunos).
- No 1º semestre letivo, 44 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado e, no 2º semestre, foram 41 alunos. As atividades de estágio são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE.

Eventos acadêmicos

Foram organizados, pela ENCE, diversos eventos acadêmicos, entre eles:

- 8ª Semana de Iniciação Científica;
- Tardes Culturais;
- Semana dos Egressos - com integração entre egressos e alunos de todos os cursos e de capacitação;
- 3ª edição do evento ENCE Portas Abertas – com a participação de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Orlando Villas Boas;
- 3ª Mostra de Talentos;

- Dia do Estatístico;
- Evento Pós do Amanhã - celebração dos 25 anos do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas;
- *Workshop* Riscos e Adaptação às Mudanças Climáticas: Caminhos para o Rio de Janeiro; e
- 4º e 5º seminários da série Seminários do Núcleo de Pesquisas.

Além disso, os mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e docentes da ENCE participaram dos seguintes eventos externos:

- II Semana da Demografia UNICAMP, realizada em Campinas;
- Population Association of America 2024 Annual Meeting, realizado em Columbus;
- XXIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Brasília;
- XII Seminário Nacional de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, realizado em Brasília;
- VI Encontro das Revistas Científicas de Planejamento Urbano e Regional, realizado em Brasília; e
- VII Jornada de Geotecnologias do Estado do Rio de Janeiro, realizada no Rio de Janeiro.

Bolsas de estudo e auxílios

Em 2024, foram ofertadas **96 bolsas de estudos** nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, tendo um aumento de 13 bolsas em relação ao ano de 2023.

Na graduação, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida com a oferta de bolsas de monitoria. Para estimular a iniciação nas atividades de pesquisa, a ENCE mantém o **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC**, com bolsas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pelo IBGE. Outra iniciativa é o **Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social**, cujo objetivo é propiciar condições de permanência de alunos com carência financeira na graduação, com maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar.

Número de bolsas e auxílios ofertados a nível de graduação

Programa ou fonte financiadora	2024
Monitoria	14
Programa de Iniciação Científica	(1) 21
Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social	30
Total	65

Fonte: IBGE, ENCE.

(1) Sendo 13 pelo CNPq e 8 pelo IBGE.

No Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, foram ofertadas 27 bolsas com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Outras quatro bolsas foram ofertadas, com recursos provenientes de TED firmado com o Ministério da Saúde, viabilizando o desenvolvimento de estudos sobre a produção e análise de estatísticas públicas no âmbito da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS.

Número de bolsas a nível de pós-graduação

Programa	2024
Mestrado	15
Doutorado	16
Total	31

Fonte: IBGE, ENCE.

Por meio do Programa e Desenvolvimento da Pós-Graduação - PDPG - Pós-Doutorado Estratégico, da CAPES, com o projeto intitulado “Censo Demográfico 2022: agregando valor com análises da qualidade, dos métodos, das inovações e dos resultados”, foram concedidas duas bolsas. Esse projeto conta, com mais dois pesquisadores não-bolsistas, com tutoria realizada por professores do quadro permanente.

Atividades de pesquisa e extensão

Em 2024, o IBGE, o Núcleo de Pesquisas da ENCE, organizou e publicou a **segunda** e **terceira** edições da **ENCE em Foco** que, por meio de artigos de opinião, fala sobre as principais atividades da ENCE.

Também o IBGE lançou a terceira edição do **Catálogo de Projetos da ENCE 2024**, que apresenta **106 projetos** coordenados por docentes e, na sua maioria, com participação discente, sendo:

- 86 projetos de pesquisa, com 40 projetos do PIBIC e 10 do Programa Institucional de Projeto de Pesquisa para Alunos de Graduação - PPAG;
- Oito projetos de extensão;
- Sete projetos em colaboração com outras áreas do IBGE e outras instituições; e
- Quatro livros publicados e um livro em revisão.

Hub Regional da ONU para Big Data


Por meio do **Hub**, o IBGE realizou diversas atividades de capacitação, pesquisa e disseminação, para alavancar o uso de **Big Data** na produção estatística pelos Institutos Nacionais de Estatística - INEs da América Latina e do Caribe.

As atividades de capacitação incluíram uma oficina sobre o uso da plataforma Inteligência Artificial para o Meio Ambiente e Sustentabilidade - ARIES, para produzir indicadores de mitigação e adaptação, além de **nove webinários temáticos** relacionados com novos desenvolvimentos no uso de dados alternativos, indicadores de mudanças climáticas e uso de dados de telefonia móvel para políticas públicas. A oficina contou com **21 participantes de 13 países da região** e os webinários reuniram **mais de 900 participantes**.

Ainda, o IBGE finalizou os projetos de pesquisa “Assentamentos informais usando imagens de satélite” e “Qualidade de **Big Data**”, deu continuidade ao projeto “Tecnologias de Melhoria da Privacidade - PET em Escritórios Nacionais de Estatística na América Latina e no Caribe” e iniciou os projetos “**Big Data** de Telefonia Móvel para Análise de Mobilidade Urbana”, “**Big Data** e Comunicação” e “Indicadores ambientais e de mudanças climáticas: uma abordagem comum utilizando métodos inovadores e fontes de dados alternativos”, sendo que este conta com a participação de mais 11 países da América Latina e Caribe.



Melhoria e inovação

Na **Cadeia de Valor do IBGE**  está presente a linha de negócio Melhoria e Inovação, que engloba as atividades cujo objetivo é o desenvolvimento da capacidade institucional para realizar novas atividades ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes.


Serão abordadas, a seguir, as principais atividades e resultados para o ano de 2024.

Registros administrativos

Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas para complementar e melhorar seus processos, além de terem sido realizadas etapas preparatórias para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. A seguir, apresenta-se a lista de iniciativas nesse sentido:

- Utilização de bases de registros administrativos externos e internos para pareamento de informações nas pesquisas domiciliares realizadas, de maneira pioneira, por telefone, com a finalidade de **identificação dos respectivos números dos moradores**. Foram nove bases no total: Auxílio Emergencial, Cadastro Único, Receita Federal, Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina - SERCOMTEL, Base dos Servidores, Vivo, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Ministério da Saúde e Oi;
- Utilização de registros administrativos na PPM, com a finalidade de apoiar a **estimativa da pro-**

dução de origem de animal (leite, mel, produção da aquicultura) e a **identificação e estimativa dos rebanhos nos Municípios**. Os registros utilizados fazem parte da base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, das Defesas Agropecuárias Estaduais, além de bases de dados de grandes empresas integradoras, principalmente ligadas à avicultura e à suinocultura;

- **Imputação de dados das Pesquisas Trimestrais da Pecuária** utilizando a base de dados da PGA do MAPA, para estabelecimentos industriais de abate e aquisição/industrialização de leite, cadastrados no Serviço de Inspeção Sanitária Federal - SIF do MAPA;
- Utilização de **imputação da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS** para uso na Conta da Água, em pesquisas de Contas Nacionais;
- **Pareamento das bases de dados** do IBGE com as do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC para substituir a coleta feita diretamente pelo IBGE nos cartórios, sendo obtidos resultados satisfatórios;
- Avanços no **Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura: Estimativas Desagregadas dos Totais de Nascidos Vivos e Óbitos** , publicado em 2022. Em 2024, após realização das etapas para validação do estudo, foi solicitada a retirada do selo experimental e, em 2025, os resultados

do estudo serão publicados como estatística oficial do IBGE;

- Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Justiça - MJ, Polícia Federal - PF e Universidade de Brasília - UnB para **parear, harmonizar, sistematizar e disseminar registros administrativos sobre migrações internacionais e refúgio**, entre eles autorizações de trabalho, autorizações de residência, movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações e concessão de refúgio, RAIS e CAGED;
- Avanço no trabalho com registros administrativos longitudinais que possam orientar o comportamento da mobilidade espacial interna da população, no âmbito do ACT com o INEP, firmado para estimular e promover o intercâmbio e o desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas, produtos de disseminação de conhecimento técnico-científico, organização e participação em atividades e eventos, para a ampliação e o desenvolvimento da capacidade técnica e da experiência das equipes;
- Estudos para uso dos dados do Cadastro Ambiental Rural - CAR, juntamente com os dados do Censo Agropecuário 2017 para **validação dos estabelecimentos e identificação automática de objetos de interesse** (culturas, sede, silos, arruamentos etc.);
- Desenvolvimento do CEMPRE, viabilizado por meio da integração dos registros administrativos provenientes da RAIS, CAGED e eSocial, do



Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Além disso, a utilização da base de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da Receita Federal do Brasil, em colaboração com as informações provenientes das Pesquisas Estruturais por Empresas do IBGE, confere robustez e abrangência ao processo, sendo crucial para a produção e divulgação de informações confiáveis sobre o panorama empresarial nacional;

- Desenvolvimento do estudo **Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais de 2021** [↗](#), com o apoio dos registros administrativos da Receita Federal do Brasil, utilizando-se da base de dados do CNPJ e Cadastro de Pessoa Física - CPF. Em relação ao CNPJ, foram explorados os indicadores relativos aos Microempreendedores Individuais - MEIs, juntamente com suas datas de entrada e saída. Disso resultou a produção de indicadores abrangentes sobre os MEIs em todo o País;
- Incorporação dos registros administrativos provenientes do Formulário de informações sobre atividades de pesquisa da Lei do Bem - FORMP&D na **crítica e imputação da variável “Dispêndios em P&D” realizados pelas empresas industriais de 100 ou mais pessoas ocupadas no ano de 2023**, constante da **PINTEC Semestral 2023: Indicadores temáticos** [↗](#). Esses registros são compostos pela declaração das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais estabelecidos no Capítulo III da **Lei n. 11.196 de 21.11.2005 – Lei do Bem** [↗](#);

- Utilização dos dados administrativos Pessoal ocupado - PO e Salário - SL da RAIS/eSocial, para **regionalização automática** dos dados da PAIC;
- Desenvolvimento de **estudos usando as bases de Escrituração Contábil Fiscal - ECF** para ampliação do âmbito regional da PAC e da PAS, no âmbito de um projeto financiado pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA;
- Estruturação de um setor, no IBGE, dedicado a **lidar com cadastros agropecuários variados**, no intuito da construção da Base de Dados em Informação Agropecuária - BDIAGro, que está dentro do contexto do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados - SINGED, que permitirá a produção de estatísticas derivadas a partir de registros administrativos e pareamento de dados, que será a base para a Pesquisa Nacional de Agropecuária - PNAGRO;
- Utilização de bases de registros administrativos de natureza fiscal advindos da Secretaria da Receita Federal, especialmente a ECF e a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS, para a compilação do Sistema de Contas Nacionais;
- A publicação anual **Síntese de Indicadores Sociais** [↗](#), iniciada em 1998, utiliza uma série de registros administrativos para caracterização das condições de vida da população Brasileira. Na edição publicada em 2024, utilizou os seguintes bases de dados: (i) do INEP, as bases do Censo Escolar da Educação Básica e Sistema

de Avaliação da Educação Básica - SAEB, a cargo do INEP; e (ii) do Ministério da Saúde, as seguintes bases de dados: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN; Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico - Painel-Oncologia; Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações - SI-PNI; Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN; e Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES. O uso dos dados de mortalidade permitiu, inclusive, identificar discrepância entre microdados e o painel de dados, o que foi comunicado e corrigido pelo Ministério da Saúde.

Pesquisas amostrais

Em relação às atividades realizadas para a inovação institucional, foram elaborados, em 2024, diversos planos amostrais para novas pesquisas ou alteração de periodicidade de pesquisas já existentes, bem como estudos sobre novos planos amostrais e sobre sigilo em microdados e tabelas, conforme lista a seguir:

- **Estudos sobre sigilo nos microdados e para o processo de calibração**, ambos relativos à amostra do Censo Demográfico 2022;
- **Cálculo dos fatores de expansão** da Pesquisa de Pós Enumeração do Censo Demográfico;
- **Elaboração do plano amostral** da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar - PeNSE 2024;

- **Desenho amostral** da Pesquisa de Inovação Semestral - PINTEC 2023: Indicadores básicos e temáticos, bem como tratamento dos resultados (calibração, imputação de dados qualitativos com utilização do *software* estatístico *Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS* e expansão);
- **Cálculo da amostra e inserção de teste piloto sobre Uso do Tempo**, ambos na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2024-2025;
- Adaptação do Sistema de Codificação - SISCOD, utilizado no Censo Demográfico 2022, para a POF 2024-2025, com a **incorporação de *machine learning***;
- Novas definições para a **Nova Amostra Mensura para as pesquisas domiciliares** para capturar as mudanças nas configurações territoriais brasileiras, incluindo a expansão de Regiões Metropolitanas e alterações nas dinâmicas urbanas e rurais. O plano de transição entre a amostra vigente e a nova amostra mensura do IBGE envolverá a base da Base Operacional Geográfica - BOG 2024/2025, no CNEFE e nos resultados do Censo Demográfico de 2022, que compõem o novo Cadastro Mestre 2025/2026, e prevê uma substituição gradual e escalonada, nos anos de 2025 e 2026;
- **Reformulação dos questionários** de Cuidado de Pessoas, Afazeres Domésticos e Trabalho Voluntário da PNAD Contínua, no âmbito da

pactuação de ações da Política Nacional de Cuidados;

- **Adaptação das amostras das pesquisas econômicas** ano base 2020 às mudanças metodológicas oriundas da substituição gradativa da RAIS pelo eSocial;
- Estruturação de um setor para atuar na construção da BDI Agro, que será a base para pesquisas por amostragem probabilística, como a Pesquisa Nacional de Agropecuária - PNAGRO;
- Desenvolvimento de estudos com o objetivo de **ampliar o âmbito regional das pesquisas PAC e PAS na Região Norte do Brasil**, sendo parte de um projeto do UNFPA. Iniciados em 2024, como projeto piloto, envolveram a coleta da PAC e da PAS, de maneira que a amostra nos Estados de Rondônia e Amazonas passem a representar as atividades em todo o Estado e não só em suas capitais. Para 2025, espera-se fazer o mesmo para os Estados do Pará e Amapá;
- **Melhorias no desenho amostral** da PAIC, para **incorporar, no plano amostral da pesquisa**, as empresas de Sociedade de Propósito Específico - SPE, sendo parte de projeto do UNFPA; e
- Aplicação do Método *del Cuartil*, desenvolvido pelo INE da Espanha, para alocar empresas com alta receita bruta e Pessoal Ocupado - PO inferior a 20 no estrato correto da PAC e PAS.

Avanços no uso da tecnologia

Na gestão das mudanças tecnológicas, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *web scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados, por meio da implementação de novas ferramentas de tecnologia da informação, expansão no uso dessas e de outras ferramentas e automatização de processos. Também foram realizadas ações para viabilizar melhorias no futuro próximo. As implementações e ações de viabilização referentes às suas pesquisas, estudos e levantamentos constam a seguir:

- Elaboração de **modelo de imputação de dados** nas Pesquisas Trimestrais da Pecuária, por meio da utilização de um programa desenvolvido na linguagem *Python*;
- Estudos de viabilidade do **uso de técnicas de *web scraping* para coleta de preços *on-line*** de hospedagem, automóveis novos e usados, aluguel de veículos, farmácias, eletrônicos e produtos avulsos que fazem parte do Programa de Comparação Internacional - PCI, coordenado pelo Banco Mundial, iniciativa estatística que compara indicadores econômicos entre países;
- Desenvolvimento de um projeto de **utilização do sensoriamento remoto para auxiliar a produção de estatísticas agropecuárias**, reduzindo a subjetividade que permeia algumas pesquisas correntes e trazendo inovações para o 12º Censo Agropecuário;

- **Implantação dos questionários das pesquisas agropecuárias no Dispositivo Móvel de Coleta - DMC**, o mesmo utilizado na PNAD Contínua e em outras pesquisas do IBGE, o que está em desenvolvimento, de modo a substituir os questionários em papel utilizados atualmente por questionários eletrônicos;
- **Realização de duas edições da PINTEC Semestral**, com coleta híbrida, através de entrevistas assistidas por telefone (*Computer-assisted Telephone Interviewing* - CATI) e autopreenchimento eletrônico (*Computer Assisted Self/web-Interviewing* - CASI/CAWI). No primeiro semestre de 2024, foi realizada a coleta da PINTEC Semestral 2023: Indicadores temáticos, que abordou o tema Práticas Ambientais e Biotecnologia e teve **resultados divulgados** com o selo de Estatísticas Experimentais. A PINTEC Semestral 2023: Indicadores básicos foi coletada no segundo semestre de 2024 e deverá ter seus resultados divulgados em março de 2025;
- **Aprimoramento de automatização de diversos processos de análise de resultados, crítica e divulgação das pesquisas estruturais por empresa** (PAS, PAC, PIA-Empresa, PIA-Produto e PAIC), por meio de programas em SAS e R, com ganho de produtividade e diminuição de erros;
- Aprimoramento de metodologia para a **imputação manual de variáveis e blocos de variáveis** da PAS;

- Desenvolvimento de uma **nova metodologia para imputação de variáveis em questionários de empresas concentradoras de custos**;
- Discussões para o **desenho de um novo formato de questionário para as pesquisas estruturais por empresa**, formato *web*, que tornará mais ágil a coleta, e uma **plataforma mais amigável para o informante**, permitindo que usuários de sistemas diferentes do Windows possam também responder o questionário sem problemas;
- **Automação do atendimento a usuários** vinculados a Organismos Multilaterais;
- **Utilização de dashboards interativos e automatizados para a PINTEC Semestral**, desenvolvidos com a ferramenta *Power BI*. Os painéis são utilizados com dois objetivos: internamente para controle da coleta de dados e para divulgação de resultados;
- **Implementação de ferramenta de ajuda, Help, na PAC**, replicando a inovação implementada anteriormente na PAIC;
- **Desenvolvimento em curso do Sistema de Contas Anuais**, especialmente para uso na nova base do Sistema de Contas Nacionais 2021, para cumprir o objetivo de consolidar a compilação dessa estatística por meio do registro de operações econômicas e trazendo funcionalidades que permitam a análise e consolidação desses dados, utilizando um grau

avanzado de automação que permita o foco dos analistas econômicos na avaliação dos dados em detrimento de tarefas operacionais;

- Em andamento o estudo de **uso da aprendizagem de máquina** (*learning machine*) para previsão das estimativas de produtos estocados da Pesquisa de Estoques;
- Em andamento o desenvolvimento da **metodologia para predição automática da área ocupada com culturas temporárias no Brasil**. O projeto fará uso intensivo de métodos de aprendizado de máquina para produção do conjunto de dados inicial (aprendizado não supervisionado e agrupamento), aprendizado representacional produzindo um modelo base (*foundational model*), sendo que este será usado como base para diversas tarefas, e aprendizado supervisionado para ajustar o modelo a cada uma delas;
- Desenvolvimento e entrega de **solução ancorada em R para atualização automatizada do Caderno da PIM-PF Regional** e geração de material de apoio à análise;
- Elaboração de solução para uso dos DMCs nos testes da PeNSE;
- Desenvolvimento, em curso, de **dashboards**, construídos em *Power BI*, para disponibilização de informações de indicadores de sub-registro e demais indicadores sociais, já divulgados anualmente pelo IBGE;



- Estudos de **utilização de sensoriamento remoto e aprendizagem de máquina na identificação de estabelecimentos** da Pesquisa de Estoques, com o objetivo de identificação de novos estabelecimentos e, em seguida, para atualização cadastral;
- **Implementação do sistema BANFF**, uma ferramenta de alto desempenho desenvolvida pelo Statistics Canada, **na rotina de crítica de Outliers** da PAC. Também foram feitos experimentos com o Método *del Cuartil*, desenvolvido pelo INE da Espanha;
- **Automatização do processo de imputação por histórico das empresas do estrato certo** da PIA, PAC e PAIC. Desta forma, foi excluído do processo de imputação geração de questionários imputados em formato .txt, que geravam diversos problemas de atraso no carregamento desses arquivos nos sistemas das pesquisas;
- **Desenvolvimento de críticas automatizadas** para a variável Valor Adicionado da PIA, com o objetivo de reduzir a necessidade de críticas manuais nos questionários da pesquisa;
- **Desenvolvimento de relatório automático em R para avaliação de aproveitamento das coletas** do SNIPC;
- Desenvolvimento de programas, relatórios e dashboards em R e SAS para cálculo de cestas alternativas às existentes, geração de cestas com diferentes perfis socioeconômicos e para a verificação de *inputs* e cálculos dos fatores sazonais no SNIPC;
- Desenvolvimento de relatórios em R para **avaliação da qualidade de dados de coletas**, piloto *web* e produção de indicadores a partir dos dados coletados; e
- Quanto à **BIOS**, ferramenta essencial para o planejamento logístico da coleta de dados, **foram desenvolvidos dois novos módulos**: a) o módulo Dados Básicos do Setor Censitário, que reúne informações operacionais extraídas de suas diversas bases de dados, tais como: Banco de Dados Operacionais - BDO, BOG e CNEFE; e o módulo de Contatos Operacionais, que integra dados de representantes de entidades relevantes para a execução dos trabalhos, tais como: prefeituras, secretarias municipais, câmara de vereadores, instituições públicas e privadas. Além disso, em 2024, a BIOS passou a oferecer relatórios com dados coletados dos setores no Censo Demográfico de 2022, inclusive o **relatório de distâncias**, que permite obter o trajeto em quilômetros e o tempo de deslocamento entre agências e setores, e entre dois setores diferentes, viabilizando maior eficiência no planejamento logístico.

Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2024 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que essa instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Instrução Normativa n. 84, de 22.04.2020](#), e da [Decisão Normativa TCU n. 198, de 23.03.2022](#).

Diretoria-Executiva

Coordenação de Planejamento e Gestão

Dione Conceição de Oliveira

Gestão da elaboração

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Revisão e integração textual

Clóvis Alberto Garcia de Barros

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Paula Leite da Cunha e Melo

Queisse Valente Ximene de Araújo

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Editoração

Estruturação textual e diagramação

Leonardo Martins

Programação visual e infografia

Leonardo Martins

Thiago Goulart da Silva

Colaboradores

Coordenação-Geral de Comunicação Social

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Pontos focais - Titulares e suplentes

Affonso Henriques de Lacerda Marçal Duarte

Adriana Gonçalves Saraiva

Alexandre Vincenzo Barone

Ana Carolina Marchezi Cobe

André Eduardo Oliveira de Paula Lico

Andressa Vinhas de Figueiredo Reis Soares

Antônio Caminada Franklin de Oliveira

Arnaldo Lyrio Barreto

Bruno de Vizia Ignácio Oliveira

Carlos Alberto Vianna Costa

César Augusto Marques da Silva

Cláudia Rodrigues do Prado

Clóvis Alberto Garcia de Barros

Dalea Soares Antunes

Daniel Esteves Franco

Dione Conceição de Oliveira

Edson Chun Ichi Ebara

Elizabeth Rodrigues da Costa

Emerson Matosino Ferreira Dias

Filipe Keuper Rodrigues Pereira

Henrique Romero Vasquez

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Irene Cavaliere Gomes

Isabela Coutinho de Souza Biagio

Izabelle de Oliveira

Jacqueline dos Santos Manhaes

João Hallak Neto

José Ricardo Faria Campos

Luciana Lopes Monteiro

Luiz Felipe Walter Barros

Marcelo Fantaccini Brito

Maria do Carmo Dias Bueno

Mayara Izzo

Miguel Ângelo Montenegro da Franca

Nélio Ferreira Machado

Paula Leite da Cunha e Melo

Philippe Alcântara Gebara Tavares

Rachel Cristina Borges Simões Micaelo

Raissa Batista Madureira

Roberto Neves Sant Anna

Rogério Odivan Brito Serrão

Rose Maria Barros de Almeida e Silva

Sandra Martins Lino

Sheila Souza Fonseca

Sônia Val Dias

Vinícius Duarte Figueira

Vivaldi Campos Júnior

Willyam Gonçalves da Silva



Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181